

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**RAFAEL VENTURINI TRINDADE**

**LIDERANÇA E MECANISMOS DA MODERNIZAÇÃO  
CHINESA NA ERA DE DENG XIAOPING:  
DESFECHOS DE UM GRANDE ROMPIMENTO**

**VITÓRIA**

**2014**

RAFAEL VENTURINI TRINDADE

**LIDERANÇA E MECANISMOS DA MODERNIZAÇÃO  
CHINESA NA ERA DE DENG XIAOPING:  
DESFECHOS DE UM GRANDE ROMPIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Nakatani

VITÓRIA  
2014

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

T832l Trindade, Rafael Venturini, 1989-  
Liderança e mecanismos da modernização chinesa na era de Deng Xiaoping : desfechos de um grande rompimento / Rafael Venturini Trindade. - 2014.  
209 f. : il.

Orientador: Paulo Nakatani.  
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. China. 2. Civilização moderna. 3. Liderança política. I. Nakatani, Paulo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

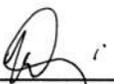
---

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM POLÍTICA SOCIAL  
DA ALUNA RAFAEL VENTURINI TRINDADE**

Ao vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às quatorze horas, teve início a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada: **“Liderança e mecanismos da modernização chinesa na Era de Deng Xiaoping: desfechos de um grande rompimento”**, do aluno **Rafael Venturini Trindade**, matriculada sob o nº **2012130319**, orientando do Professor Doutor Paulo Nakatani (Universidade Federal do Espírito Santo). Compunham a Banca Examinadora o Professor Orientador, o Professor Doutor Rogério Naques Faleiros (Universidade Federal do Espírito Santo) e a Professora Doutora Rosa Maria Marques (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Realizada a argüição, a defesa foi dada por encerrada às .....11:30..... horas. Os membros da Banca reunidos decidiram pela .....Aprovação com distinção..... da Dissertação do aluno **Rafael Venturini Trindade**, concedendo-lhe o título de **Mestre em Política Social**. Foram feitas as seguintes recomendações:

A banca recomenda a publicação em livro  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Nada mais havendo a acrescentar, subscrevo esta ata que vai assinada por mim e pelos demais membros componentes da Banca Examinadora. Vitória, 25 de abril de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor **Paulo Nakatani** (Orientador/UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor **Rogério Naques Faleiros** (Examinador Interno/UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora **Rosa Maria Marques** (Examinador Externo/PUCSP)

À causa de Ni Tuosheng e demais mártires da China.

## **AGRADECIMENTOS**

Em segundo lugar, devo agradecer a Giba e Silvana, aqueles que me falaram do Primeiro em todas as coisas e sempre me lembraram do fim de todas as coisas.

Agradeço à família Andrade dos Santos, pelo abrigo e pelo carinho que recebi quando pesquisava em Belo Horizonte. Naqueles poucos dias, jamais poderíamos imaginar tudo o que o futuro nos reservava.

Finalmente, sou grato pelo amor, a alegria e a paz de Simone e Giovanna, dádivas que que valem todos os meus esforços.

Mas eu vos digo que muitos virão do oriente e do ocidente, e assentar-se-ão à mesa com Abraão, e Isaque, e Jacó, no reino dos céus.

Mateus 8:11

## RESUMO

Investiga a transição no equilíbrio de forças e nas políticas privilegiadas pelo Partido Comunista da China para alcançar a modernização do país entre as eras de Mao Zedong (1949-1976) e Deng Xiaoping (1978-1994). O fim do Grande Salto Adiante (1958-1960) é apresentado como o início de um grande rompimento do Partido com a liderança e os mecanismos modernizadores maoistas, fenômeno esse que será suspenso durante a Revolução Cultural (1966-1976). Os desfechos desse grande rompimento virão com a liderança e os mecanismos da era de Deng Xiaoping, quando veteranos expurgados na Revolução Cultural retornam à cúpula do Partido e deixam de privilegiar as campanhas de mobilização ideológica e a coletivização dos meios de produção como meios para a modernização chinesa. A partir desse momento, a desmobilização ideológica, as políticas de descoletivização e a reabertura dos mercados interno e externo passam a estar emparelhadas com o planejamento econômico central e local. Essa mudança garante um acelerado avanço das “forças produtivas” e do crescimento econômico nacional, trazendo, todavia, novos desafios para a construção de uma China mais moderna e soberana nos planos interno e externo. Por sua íntima relação com os anseios nacionais de modernização em diferentes fases e as vicissitudes do Partido em um extenso período, a vida política de Deng Xiaoping é adotada como fio condutor de toda a exposição.

Palavras-chave: Modernização Chinesa. Partido Comunista da China. Deng Xiaoping.

## **ABSTRACT**

Investigates the transition in the balance of forces and policies inside the Communist Party of China in its way to achieve Chinese modernization between the ages of Mao Zedong (1949-1976) and Deng Xiaoping (1978-1994). The end of the Great Leap Forward (1958-1960) is presented as the beginning of a great rupture of the Party with Maoist leadership and modernizing mechanisms, a phenomenon which will be suspended during the Cultural Revolution (1966-1976). The outcomes of this great rupture will come with the leadership and the mechanisms of Deng Xiaoping's era, when veterans purged during the Cultural Revolution returned to Party's core and cease to privilege ideological mobilization campaigns and collectivization of the means of production as means to modernize China. Thereafter, ideological demobilization, decollectivisation policies and reopening of domestic and foreign markets will be paired with central and local economic planning. This change ensures an accelerated advance of productive forces and national economic growth, bringing, however, new challenges for the construction of a more modern and sovereign China both in domestic and foreign plans. Due to his close relationship with national aspirations of modernization in different phases and vicissitudes of the Party in an extensive period, Deng Xiaoping's political life is adopted as the leitmotiv throughout exposition.

Keywords: Chinese Modernization. Communist Party of China. Deng Xiaoping.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de Produção da Era de Mao e Anos Seguintes.....	72
Tabela 2 - Dados Agrícolas e Sociais da RPC na Era de Deng.....	98
Tabela 3 - Bens Domésticos da População Rural.....	98
Tabela 4 - Produção Industrial por Regime de Propriedade de 1952 a 1999.....	104
Tabela 5 - Exportações, Importações, IED e Reservas na Era de Deng.....	109
Tabela 6 - Exportações e Importações de Armas na Era de Deng.....	122
Tabela 7 - IED, Crescimento Econômico e Inflação no Fim da Era de Deng.....	174

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNEC	Birô Nacional de Estatística da China
CNUCD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
EDA	Empresas de Distrito e Aldeia
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
GMD	Partido Nacional do Povo, Guomindang
IED	Investimento Estrangeiro Direto
NEP	Nova Política Econômica
<i>OEDX</i>	<i>Obras Escolhidas de Deng Xiaoping</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista da China
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
RPC	República Popular da China
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 SOBRE O TEMA E O OBJETO ESPECÍFICO DO TEXTO.....	11
1.2 UM TERMO CHAVE E CONTROVERSO: “MODERNIZAÇÃO”.....	17
1.3 “MODERNIZAÇÃO” À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHINESA.....	21
<b>2. PELA CHINA MODERNA: DENG, O PARTIDO E A REVOLUÇÃO.....</b>	<b>32</b>
2.1 MANDARINATO E OCIDENTALIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO VINTE.....	32
2.2 DENG XIAOPING: DE SICHUAN À JIANGXI (1904-1934).....	39
2.3 A VITÓRIA, O FRACASSO E O “GRANDE ROMPIMENTO”.....	47
<b>2.3.1 Os Comunistas Tomam o Poder na China.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3.2 Transformando a Estrutura Social da RPC na Era de Mao.....</b>	<b>55</b>
2.4 “ENTRE O MURO DE BERLIM E A MURALHA DA CHINA”.....	65
2.5 LEGADOS DA ERA DE MAO PARA A MODERNIZAÇÃO CHINESA.....	71
<b>3. A MODERNIZAÇÃO CHINESA NA ERA DE DENG XIAOPING.....</b>	<b>75</b>
3.1 REVOLUÇÃO CULTURAL E DÉTENTE GEOPOLÍTICA (1966-1976).....	75
3.2 NOVA LIDERANÇA, VELHOS OBJETIVOS (1977-1987).....	87
3.3 AS “QUATRO MÔDERNIZAÇÕES” E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS.....	95
<b>3.3.1 A Agricultura.....</b>	<b>95</b>
<b>3.3.2 A Indústria.....</b>	<b>100</b>
<b>3.3.3 Mecanismos de Mercado e Planejamento na RPC após 1978.....</b>	<b>109</b>
<b>3.3.4 A Ciência e a Tecnologia.....</b>	<b>112</b>
<b>3.3.5 A Defesa Nacional.....</b>	<b>120</b>
<b>4. O “GRANDE ROMPIMENTO” EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>126</b>
4.1 MAOISMO E BOLCHEVISMO.....	127
4.2 UM GRANDE ROMPIMENTO COM O MAOISMO.....	134
4.3 TECNICISMO E NACIONALISMO NA ERA DE DENG.....	142
4.4 O SENTIDO DO “GRANDE ROMPIMENTO”.....	150
<b>5. FIM DA ERA DE DENG E LIMITES DA MODERNIZAÇÃO CHINESA.....</b>	<b>155</b>
5.1 TIANANMEN: INFLAÇÃO E OCIDENTALIZAÇÃO.....	156
5.2 DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL (1978-1989).....	163
5.3 O “GRANDE COMPROMISSO” (1989-1994).....	169
5.4 LEGADOS DA ERA DE DENG PARA A MODERNIZAÇÃO CHINESA.....	175
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. SOBRE O TEMA E O OBJETO ESPECÍFICO DO TEXTO

Ao longo de 2012 e 2013, os participantes do Grupo de Pesquisa “Estudos Críticos do Desenvolvimento” acompanharam os desdobramentos de uma pesquisa realizada por seus coordenadores, Paulo Nakatani e Rogério Faleiros, em interface com as universidades chinesas de Lingnan e Renmin<sup>1</sup>. Chamada de *Emerging Seven*, tal pesquisa buscava apreender criticamente o processo de desenvolvimento econômico e social da China, do Brasil, da Venezuela, da Índia, da Indonésia, da África do Sul e da Turquia.<sup>2</sup>

Algo que ajuda a explicar por que a China se tornou um foco privilegiado de debate no interior do Grupo, para além da iniciativa dos pesquisadores desse país na organização e no fomento da *Emerging Seven*, é a própria magnitude de algumas “características chinesas”.

É fácil perceber, por exemplo, que a China se destaca dos demais países citados geográfica e demograficamente, por contar com o maior território e a maior população; economicamente, por apresentar o maior produto interno bruto, as maiores taxas de crescimento desse produto e o maior volume de comércio exterior no decorrer de vários

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho, o vocabulário chinês será escrito segundo o *pinyin* e sem o uso de acentos fonéticos. O *pinyin* é o método de romanização para o mandarim padrão atualmente mais difundido dentro e fora da China. Reformulado por um comitê governamental da República Popular em 1958, tornou-se o sistema de notação fonética e transliteração oficial do país, o que tem levado organizações ocidentais a abandonarem o uso do antigo Wade-Giles. No novo método, “Mao Tsé-Tung” torna-se “Mao Zedong”; “Teng Hsiao-‘ping” torna-se “Deng Xiaoping”; “Sun Yat-sen”, “Sun Yixian”; “Pequim”, “Beijing”; “Kuomitang”, “Guomintang” e assim por diante. Além disso, dado que os nomes das famílias dos chineses antecedem seus nomes próprios, “Mao Zedong”, por exemplo, será usualmente citado como “Mao”, o que vale para os demais indivíduos chineses. Ambas as práticas destacadas são comuns na maior parte da bibliografia internacional sobre o tema.

<sup>2</sup> Os relatórios das diferentes equipes nacionais estão reunidos em Wen *et al.* (2011).

anos; e política e ideologicamente, já que é comandada há várias décadas por um partido comunista que é o maior partido político do mundo em número de membros.

O apelo jornalístico desses superlativos, todavia, não precisa em que medida o desenvolvimento econômico e social da China difere de seus equivalentes nos outros países, aí incluído o Brasil; tampouco oferece explicações acerca do surgimento e das tendências dessas características.

O Grupo sentiu, com efeito, a necessidade de familiarizar-se, em pouco tempo, com toda uma série de informações históricas, dados estatísticos e bibliografias especializadas sobre as peculiaridades da nação asiática. Ficamos familiarizados, também, com as dificuldades da aproximação acadêmica ocidental com uma civilização oriental e milenar como a chinesa, com seu idioma e costumes tão dessemelhantes dos nossos. Infelizmente, é bem provável que nossos melhores esforços não tenham sido capazes de nos livrar de alguns estereótipos ou mesmo caricaturas culturais.

Tais considerações são feitas de modo a salientar que uma pesquisa exploratória como essa é repetidamente cercada por limites, riscos e incertezas pouco comuns, além dos prazos e ritos ordinários de uma dissertação de mestrado, como a escolha de seu tema e de seu objeto específico.

A propósito da escolha do tema aqui tratado, aprofundamentos sobre a última característica acima mencionada – o comando político e ideológico do Partido Comunista da China (PCCh) – apresentaram-se ao autor como especialmente relevantes e possíveis de serem realizadas. Pretende-se, pois, ao longo do texto, proporcionar uma visão geral de como os dirigentes chineses promoveram algumas das mais significativas transformações ocorridas entre o “século da humilhação nacional” (1850-1950)<sup>3</sup> e a impactante projeção internacional da República Popular da China (RPC) nas décadas recentes.

---

<sup>3</sup> Dentre outros textos, Callahan (2004) e Gelber (2012) oferecem comentários relevantes sobre a ideia chinesa do “século da humilhação nacional” (*bainian guochi*). Como destaca Lyrio (2010, p. 85) sobre o período, “em poucos momentos de sua história, a China terá sido, como nos cem anos entre 1850 e 1950, tão fortemente marcada pelo espectro seja da fragmentação territorial por conta das guerras civis, seja da transformação do país em colônia estrangeira pelo assédio de potências que aproveitaram e fomentaram as divisões internas”.

Um primeiro aspecto metodológico da pesquisa a ser explicitado e que, de certa forma, já transparece nesse tema, é o reconhecimento da responsabilidade dos líderes políticos e ideológicos de uma sociedade como a chinesa na condução de mudanças históricas. Sem dúvidas, como insistiram em lembrar os historiadores da Escola dos Annales, escrever sobre o passado de toda uma nação não deve estar limitado aos aspectos formais de documentos estatais, autos e eventos oficiais, ideias dos grandes líderes, etc. Mas, como ficará evidente no decorrer do texto, especialmente quando se trata da RPC, cujo regime político foi fundado e é mantido quase que exclusivamente por apenas um partido e suas instituições, o alcance dos pensamentos e ações dos membros da cúpula dirigente do PCCh também não pode ser subestimado.

Não se empreende, com isso, qualquer tentativa de retorno a um “historicismo de eventos” ou à mera “história político-militar” dos países. Dá-se o caso, porém, que, ao olhar para o surgimento e a continuidade da RPC é ao menos mais difícil ver tanto as tendências “determinantes” de uma “história econômica” quanta as tendências “relativísticas” ou “antropologizantes” de uma “história cultural”.<sup>4</sup>

Apesar da consideração acima sobre a composição do governo chinês, um segundo aspecto metodológico da atual pesquisa, em consonância com os demais integrantes do Grupo de Pesquisa, é a perspectiva de que são prescindíveis os enquadramentos prematuros sobre a RPC como sendo uma “economia capitalista”, um “estado socialista” ou mesmo um “*novum* histórico” (que, supostamente, “combina uma economia capitalista com um estado socialista”).<sup>5</sup> Entende-se, pois, aqui que os contornos próprios do mercado, do Partido e das interações entre eles na RPC não cabem perfeitamente, por vezes, em nenhuma dessas três perspectivas.

---

<sup>4</sup> Ainda que certas críticas à historiografia da Escola dos Annales, presentes em Dosse (2003), dentre outros, possam ser consideradas como desproporcionais aos limites da mesma, é interessante lembrar, como Barros (2010, p. 79), que “para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos Annales precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que epitetaram de História Historizante ou de História Eventual – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo”.

<sup>5</sup> Essas três perspectivas são dadas, respectivamente, por Harvey (2008), Jabbour (2012) e Anderson (2010).

Nesse mesmo sentido, aliás, muitas vezes algumas categorias teóricas tipicamente europeias (e marxistas) como “burguesia”, “proletariado”, “relações sociais de produção”, “forças produtivas”, “infraestrutura”, “superestrutura” e outras são empregadas no texto com aspas, de modo a ressaltar que não há uma equivalência exata entre os fenômenos históricos da Ásia com os assim descritos na Europa (nem qualquer adesão do autor à teoria marxista).

Em todo caso, uma vez que os próprios escritos dos dirigentes chineses e muitos trabalhos acadêmicos sobre a China citados no texto frequentemente fazem uso desses termos e teoria, julgou-se mais didático mantê-los aqui.

Finalmente, o terceiro aspecto metodológico a ser apresentado é a suposição de que as transformações da RPC devem ser vistas em sua “longa duração” histórica e para além do próprio território do país. Assim sendo, será exposto, como pano de fundo do trabalho, o extenso processo chinês de modernização e redefinição política e militar de suas relações internacionais, ou seja, o desenvolvimento de uma dinastia dominada pelos antigos mandarins, de economia agrícola e humilhada pelas nações do Ocidente, no século dezenove, em uma nação governada pelo PCCh, industrializada e consideravelmente soberana no século vinte e um.

Uma breve digressão ainda é exigida para acercar-se do objeto específico do texto, uma vez que muitos estudiosos do tema em apreço estabelecem uma rígida clivagem na trajetória do Partido, de sua guia no processo de modernização chinesa, entre o fim da era de Mao Zedong (1949-1976) e a realização da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh, em 1978.<sup>6</sup> Partindo dessa periodização, tais autores sugerem que a modernização chinesa começou no fim da era de Mao ou, no mesmo sentido, que as mudanças políticas e ideológicas que se seguiram após essa era foram como que um “desvio” da história anterior do PCCh.

Isso exigiu da pesquisa um exame mais cuidadoso do pretense ponto de inflexão e os problemas inicialmente enfrentados foram: quais sujeitos assumem a liderança do PCCh e da modernização chinesa após a morte de Mao? Como indicadores do curso

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Mezzetti (2000), Hart-Landsberg e Burket (2005), Marti (2007) e Harvey (2008). Uma notável exceção é George Wei, professor da Universidade de Macau cuja análise será citada em momento oportuno. A propósito, os intervalos ora apresentados para as eras de Mao (1949-1976) e Deng (1978-1994) encontram-se, dentre outros autores, em Meisner (1996) e Picowicz (2007).

tomado por eles para desenvolver o país, que mecanismos modernizadores foram privilegiados pelo Partido entre a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central e o fim do século vinte?

Em resposta a esses problemas, concluiu-se que, após a era de Mao, a liderança do PCCh e da modernização chinesa está centrada em Deng Xiaoping e outros veteranos que haviam sido expurgados do Partido nas campanhas de mobilização ideológica das décadas de 1960 e 1970; e que, como se verá adiante, na era de Deng Xiaoping (1978-1994) essas campanhas e a coletivização dos meios de produção – mecanismos modernizadores privilegiados no período anterior – dão lugar a uma situação de desmobilização ideológica, políticas de descoletivização e reabertura dos mercados interno e externo.

Contudo, os resultados preliminares da pesquisa permitiram entrever que essa transição no equilíbrio de forças dentro do PCCh e dos mecanismos privilegiados pelo Partido na modernização do país é o desfecho de um fenômeno cujas origens encontram-se no fim do Grande Salto Adiante (1958-1960), muito antes da morte de Mao e da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central. Chamado adiante de “Grande Rompimento”, tal fenômeno tornou-se o objeto particular do presente texto, que foi redigido sob o intento de contribuir para um melhor entendimento daquilo que efetivamente motivou e de quais são as tendências do desenvolvimento econômico e social da China a partir da era de Deng – dois elementos comumente simplificados quando se adota a periodização mais usual.

No tocante à disposição do texto, as seções e subseções do mesmo procuram seguir uma ordem cronológica e biográfica. Por sua íntima relação com os anseios chineses de modernização em diferentes fases e as vicissitudes do PCCh em um extenso período – como se sabe, o dirigente nasceu em 1904 e morreu em 1997 –, a vida política de Deng Xiaoping foi adotada como fio condutor de toda a exposição. Afora a conveniência discursiva, isso se deve, em última instância, ao papel de protagonista que Deng desempenhou no enredo do “Grande Rompimento”.

Já nesse momento pode-se perceber, também, que ao longo do trabalho o termo “modernização” é utilizado metonimicamente, como um sinônimo ampliado do processo de desenvolvimento econômico e social de muitas nações nos dois lados do planisfério.

As razões dessa opção terminológica são explicitadas nas duas subseções seguintes por meio de um breve excurso sobre o uso do termo na China atual.

De qualquer modo, deve-se ressaltar, já agora, que o autor do texto que segue não enxerga o processo de modernização e desenvolvimento como uma trajetória inexorável, replicável ou necessariamente exitosa para o futuro de diferentes nações.<sup>7</sup> E, isso posto, queda evidente que a modernização chinesa – seja em seus aspectos originais ou em seus decalques da modernização ocidental – não será retratada, adiante, com qualquer tom generalizante ou triunfalista.

Na seção dois será aberta uma narrativa histórica da juventude de Deng e do aparecimento do PCCh como mandatário do processo de modernização da China. O início do século vinte é descrito como um período crucial para a futura modernização do país, dado que, nesse momento, aprofunda-se a renovação da camada intelectual chinesa dentro de duas instituições modernas, recém-chegadas à China e fortemente abertas às influências do Ocidente e da Rússia bolchevique: o ensino superior de tipo europeu e os partidos políticos da República Nacional.

Argumenta-se que os mandarins imperiais estão perdendo a posição e o prestígio que possuíam na sociedade tradicional para os novos intelectuais ocidentalizados, os quais anseiam por uma China moderna. Esses intelectuais, bem como seus líderes – de Sun Yixian ao próprio Deng Xiaoping, passando por Mao Zedong –, são encarados, então, como os sujeitos na dianteira da nova “superestrutura”, é dizer, os responsáveis pela organização, pela direção e pela educação prática e ideológica em diferentes níveis dos distintos grupos sociais de uma China em busca de sua modernização.

Evidencia-se, nessa segunda seção, que descrever e analisar o processo de modernização nacional da China no século vinte é, até certa altura, descrever e analisar a história de sua liderança intelectual, a cúpula do PCCh. Simetricamente, conhecer os líderes do Partido, suas ideias e atividades, é investigar o processo de modernização que inegavelmente lhes têm como conterrâneos, contemporâneos e interventores por excelência.

---

<sup>7</sup> Há, cada vez mais, um sem número de críticas possíveis às teorias da modernização e do desenvolvimento, as quais, entretanto, dispensam o igualmente criticável “pensamento pós-moderno”. Algumas dessas críticas subjazem nas análises de Bury (1971), Nisbet (1985), Rist (1996) e Rivero (2002).

A terceira seção do trabalho dá continuidade ao relato histórico e abrange o fim da era de Mao. Ela descreve a “queda” e a “reabilitação” de toda uma geração de líderes que terá Deng como seu articulador maior. Mostra também a transição dos mecanismos privilegiados pelo PCCh para a modernização do país e a coexistência que surge entre o planejamento estatal e os mecanismos de mercado.

Em seguida, na quarta seção, analisa-se o sentido do “Grande Rompimento” e das particularidades da era de Deng em relação à era de Mao. Expandido um pouco mais os limites dos problemas iniciais da pesquisa, conclui-se, aí, que, como remate do “Grande Rompimento” – e apesar da evidente mudança na liderança e nos mecanismos modernizadores – a era de Deng Xiaoping define tanto uma ruptura quanto uma continuidade com a história do PCCh e da modernização chinesa tomada em seu longo prazo. Tal conclusão adverte que, seja na era de Mao, na era de Deng e mesmo décadas antes da fundação da RPC, os anseios chineses de modernização nacional dirigem-se, acima de tudo, à manutenção da unidade territorial e da ordem política, da estabilidade econômica e da consolidação da soberania do país.<sup>8</sup>

Antes das considerações finais do trabalho, a quinta seção encerra o registro biográfico de Deng e apresenta alguns dos eventos mais marcantes para a história do PCCh e da modernização da China entre o Protesto na Praça da Paz Celestial, em meados de 1989, e a morte do dirigente, no início de 1997.

## 1.2 UM TERMO CHAVE E CONTROVERSO: “MODERNIZAÇÃO”

A tarefa geral apresentada por nosso Partido para o novo período reflete as demandas da história e as aspirações do povo, representando os interesses

---

<sup>8</sup> Sobre esse argumento, ver Li (2009). Uma interpretação complementar é encontrada no texto de Amin (2013), quem defende que a RPC está voltada, ainda hoje, para a realização de três objetivos prioritários: (1) a construção de um “moderno sistema industrial, integrado e soberano”; (2) a administração das relações entre esse sistema e a pequena produção rural do país; e (3) o controle do processo de integração da China no sistema mundial, “dominado pelos monopólios da tríade imperialista (Estados Unidos, Europa e Japão)”.

fundamentais deste. Se poderemos ou não realizar essa tarefa em sua totalidade, acelerar a modernização socialista e, com base em um rápido crescimento na produção, melhorar o padrão de vida das pessoas significativamente e fortalecer a defesa nacional – essa é uma questão importante, a qual é a principal preocupação de todo nosso povo e de grande importância para a causa da paz e do progresso mundial.

Partido Comunista da China, *Comunicado do XI Comitê Central*, 1978.

Na China, a modernização não é apenas um termo chave nas discussões públicas e acadêmicas entre os intelectuais e estudiosos, mas também um termo chave na vida cotidiana das pessoas, até mesmo um termo chave nos programas oficiais feitos pelas autoridades para todo o país.

Tong Shijun, *A Dialética da Modernização*, 2000.

Quando Arnold Toynbee publicou *Um Estudo da História* (1934-1961), apresentou a curiosa tese de que o mundo havia ingressado em uma era “pós-moderna”. Para o autor inglês, durante o século vinte os grupos sociais e ideias dominantes do período anterior – marcado pelo “industrialismo” e pelo “nacionalismo” – estavam perdendo sua preeminência. Não somente a história, que era a área de conhecimento de Toynbee, mas também a teoria social que o século dezenove produziu seriam assim confrontadas com a necessidade de rever seus conceitos fundamentais e talvez abandonar os discursos “modernizadores”.

Como parte desse confronto, nos países do Ocidente o termo “modernização” e os modelos de desenvolvimento econômico e social a ele associados são alvo de duras críticas desde os anos setenta do século passado. Embora nomes como Harvey (1989), Kurz (1992), Habermas (2000) e, mais recentemente, Inglehart e Welzel (2005) tenham continuado a encontrar utilidade teórica na “modernização”, há décadas textos como o Tipps (1973) expõem vínculos entre o uso desse termo e diversos “atalhos teóricos” que incluem o teologismo e a tentativa de universalização das experiências nacionais de industrialização europeias e estadunidense.<sup>9</sup>

Sem embargo, no decorrer do século vinte, especialmente na porção leste do globo, lembra Hobsbawm (2010, p. 17), “[...] o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização

---

<sup>9</sup> Para uma crítica atual, o leitor é convidado a ver Peet e Hartwick (2009, p. 131-140).

de países agrários atrasados”. Assim sendo, não é de se estranhar que esse período de crise para a “modernização” no Ocidente assistiu ao nascimento de um debate análogo em países então “atrasados” do Oriente, que, ironicamente, como demonstra Wheeler (2005), parece ter validado o termo em questão e os modelos que ele sugere.

O próprio Toynbee, diga-se de passagem, reconheceu que, no Oriente, a modernização era um termo como um processo extremamente atuais no momento em que publicava sua obra. Um dos fenômenos “pós-modernos” notados pelo autor de *Um Estudo da História*, comenta Anderson (1999, p. 11), era justamente “o convite de sucessivas *intelligentsias* fora do Ocidente a dominar os segredos da modernidade e voltá-los contra o mundo ocidental”.

Na República Popular da China, cuja fundação, em 1949, guarda íntimas relações com a Revolução de Outubro, o nascimento desse debate há cerca de quarenta anos pode ser mais corretamente denominado como um “renascimento”. Denotando a modernização e o ato de modernizar, a palavra chinesa transliterada em *xiandaihua* (composta por *xian*, “agora”, “presente”, “atual”; *dai*, “período”, “era”; e *hua*, “transformar”, “mudar”, ou ainda, o sufixo do infinitivo, “ar”) era comum nos jornais e periódicos nacionais do início do século vinte. Nesse momento, de fato, os assuntos a ela associados eram largamente discutidos pela intelectualidade do país. Deixado em segundo plano por algum tempo, presumivelmente em virtude dos conflitos militares ali ocorridos entre 1930 e 1960, o tema reapareceu no início dessa última década, quando, conforme apontam autores chineses,

[...] os estudiosos em nosso país souberam que uma conferência internacional estava sendo realizada em Hakone, Japão, sobre o tema da modernização do Japão. Uma campanha foi então lançada na China para criticar a teoria da modernização japonesa criada por Edwin Reischauer e ela foi rotulada como uma visão burguesa, em oposição à nossa visão histórica marxista.<sup>10</sup> Ironicamente, vinte anos mais tarde, a modernização seria o tema de pesquisa mais candente entre os nossos estudiosos. (XIANG *et al.*, 2009, p. 82, tradução nossa).

---

<sup>10</sup> Entre 29 de agosto e 2 de setembro de 1960 ocorreu a “Conferência Sobre o Japão Moderno”, que reuniu acadêmicos japoneses, americanos (dentre eles Edwin O. Reischauer, ex-professor de estudos japoneses da Universidade de Harvard e recém-nomeado embaixador americano no Japão) e de outros países. Para um relato crítico sobre as motivações da conferência e sua importância no contexto da Guerra Fria, ver Conrad (2012).

Rigorosamente falando, sobretudo após o ano de 1978 a “modernização” tornou-se um termo chave não apenas na pesquisa acadêmica chinesa, mas – o que, aliás, ajuda a explicar essa mudança dos estudiosos do país em relação ao tema – nos relatórios, discursos e políticas promovidas pelos governantes da RPC.

Sob a crescente liderança de Deng Xiaoping e seus aliados, o XI Comitê Central do PCCh realizou a 3ª Sessão Plenária no fim daquele ano, quando decidiu “mudar a ênfase do trabalho” e “dirigir a atenção do povo” para a “modernização” do país. No comunicado resultante do pleno, o PCCh (1978) encerrava oficialmente a Revolução Cultural e as campanhas ideológicas que caracterizaram os esforços modernizadores da era de Mao Zedong. Seu principal objetivo para o novo período seria promover as “quatro modernizações” (*sige xiandaihua*), a saber, modernizar a indústria, a agricultura, a ciência e a tecnologia e a defesa nacional com vias a melhorar o padrão de vida do povo chinês e promover a soberania do país.

Tendo, porém, em conta o simples fato de que o debate sobre a modernização nacional foi *retomado* pelos chineses nas últimas quatro décadas, não se pode supor que o processo em si de modernização do país encontre aí o seu início. Mesmo antes da Revolução Chinesa e da era de Mao houve importantes esforços modernizadores nesse país. Assim, como nota Paula Nabuco (2011, p. 28), as decisões da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh estão relacionadas com uma mudança nos *mecanismos* adotados para tornar o país moderno.

Segundo a autora, a partir desse momento a “mobilização política” das massas e a “questão da classe” deixam de ser mecanismos privilegiados pelo Partido. Este se voltava agora para o avanço das “forças produtivas” nacionais através da liberalização de seu mercado interno e a atração de investimentos, conhecimentos e tecnologia do exterior.

A conclusão provém de estudo sobre o *hukou*<sup>11</sup>, que Nabuco apreende como um meio fundamental do governo chinês controlar a população e executar medidas políticas na RPC desde a década de 1950.

Tomando essa contribuição como um importante apoio para o presente trabalho, vê-se, no entanto, que embora o “processo de modernização da China” apareça no título e capítulos da autora, o processo de modernização em si ou a própria acepção do termo “modernização” não são claramente discutidos em sua tese. A fim de tornar preciso o significado em que esse termo chave e controverso será empregado nas demais seções, as interpretações de alguns participantes do debate chinês atual sobre o processo de modernização do país serão apresentadas e comentadas na subseção seguinte.

### 1.3 “MODERNIZAÇÃO” À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHINESA

Dez anos antes da fundação da RPC, Mao Zedong redigiu um abrangente ensaio sobre a história da civilização chinesa e as oportunidades que se apresentavam ao PCCh na luta revolucionária. Ele destacava, ao introduzir o texto, algumas das várias conquistas técnicas, econômicas e culturais de seu povo ao longo do tempo. Há séculos se inventara a bússola na China. Depois dela, dizia Mao (1975, p. 494), “o processo do fabrico de papel foi inventado há mil e oitocentos anos. A imprensa de pranchas gravadas inventou-se há mil e trezentos anos e a de caracteres móveis, há oitocentos”.

Ali, também, a pólvora fora conhecida muito tempo antes dos europeus a utilizarem e, nos quatro mil anos de história escrita da civilização chinesa, “houve entre nós inúmeros pensadores, cientistas, inventores, estadistas, soldados, homens de letras e artistas de grande vulto”, lembrava o líder. Nas causas e também como consequência de tais feitos, assinala Anderson (2010, p. 16), está a realidade de que o império chinês

---

<sup>11</sup> O *hukou* funciona como um registro residencial da população chinesa e está na base do controle migratório e do sistema de satisfação das necessidades sociais da RPC. Maiores detalhes sobre esse sistema também são dados por Ouriques e Andrade (2009).

[...] havia dominado seu mundo conhecido desde a unificação promovida pelo primeiro imperador, ao tempo das Guerras Púnicas no Ocidente; foi por vezes conquistado, mas nunca sofreu a rivalidade de nenhum Estado comparável da região, onde sempre foi de longe a maior, mais rica e mais avançada potência, à qual as outras podiam somente prestar tributos, não esperar igualdade de tratamento. Sob a dinastia Qing, o império tinha se expandido como nunca antes, alcançando os recessos da Ásia Central. A ideologia das sucessivas dinastias variava – os cultos manchus eram dos mais heteróclitos –, mas não a pretensão imperial de absoluta preeminência sobre quaisquer soberanos menores, mais próximos ou mais distantes. A China era o centro da civilização e seu ápice natural.

Lin (1995, p. 269-271) corrobora que, até o século dezoito, a continuidade dessa civilização e seu vasto, próspero e populoso território praticamente não tinham paralelo no restante da Ásia oriental ou mesmo no Ocidente. E essas peculiaridades se expressavam na concepção oficial e popular entre os chineses de que sua nação, *Zhongguo* – o “Império Central”, ou, o “Reino do Meio”, nome ainda hoje mantido – era o centro do mundo.

Segundo afirma Qian (2009, p. 10, tradução nossa), “desde os tempos antigos os chineses não têm um conceito do ‘mundo’. A ‘concepção de mundo’ do povo chinês considera a China como o centro cercado por povos bárbaros”. Ademais, complementa Lyrio (2010, p. 196), a “aversão habitual” do confucionismo<sup>12</sup> estatal ao comércio e ao contato com o exterior foi sentida particularmente nas dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1912), durante as quais “o isolacionismo chinês atingiu seu ponto mais alto”.

Tragicamente, o fim do “isolacionismo chinês” viria no século e meio final dos Qing como uma imposição por parte das nações do Ocidente, cujas contínuas incursões em busca de novos mercados comprometeram a unidade territorial e política da China, suas acariciadas pretensões de independência nacional e concepção de mundo.

Bem antes do detalhado relato de Peyrefitte (1997) sobre esse processo, considera-se como seu marco inicial a rejeição do imperador Qianlong de firmar um

---

<sup>12</sup> Sistema ético chinês que influenciou sobremaneira a cultura e a política imperiais. As bases doutrinárias do confucionismo, como o respeito às autoridades, a manutenção da ordem social e o cuidado da família encontram-se nas obras atribuídas ao “mestre Kong” (*Kong Fuzi*, *Kongzi*), que viveu possivelmente entre 551 e 479 a.C.

acordo com a comitiva britânica que desembarcou em Guangdong em 1793, dado que ela antecedeu invasões militares de grande porte e o posterior estabelecimento do controle ocidental sobre o comércio chinês. Ainda assim, ao analisar esse acontecimento dentro de um intervalo de tempo e espaço maior, Lehmann (2012) argumenta que “a história realmente importante entre o início dos séculos XVI e XXI foi a transferência de riqueza e poder da Ásia para o Ocidente”.<sup>13</sup> O autor estima que ao longo do século dezoito os povos asiáticos produziram, conjuntamente, mais da metade de toda a riqueza mundial – a China respondeu, sozinha, por mais de um terço desse total. Nos cem anos seguintes, todavia, “os diques da industrialização e imperialismo ocidental estouraram”, complementa ele, “inundando” o território asiático com as mercadorias e as imposições políticas e culturais do Ocidente.<sup>14</sup>

Na melhor das hipóteses, a China seria, desse ponto em diante, o “centro” de uma região empobrecida e humilhada por povos “bárbaros”. Com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), encetada após as tentativas do imperador Daoguang impedir que a Inglaterra comercializasse a droga consumida por uma parcela cada vez maior de chineses, a resposta militar da potência europeia culminou no Tratado de Nanjing e, com ele, a abertura de cinco cidades para o comércio e a residência de seus colonos. Posteriormente, as derrotas na Guerra Franco-chinesa (1844-1845) e a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), além de outros conflitos internacionais, impuseram aos Qing a assinatura de vários “tratados desiguais”, os quais garantiam aos estrangeiros privilégios

---

<sup>13</sup> Samuel Huntington cunhou o termo “A Grande Divergência” (*The Great Divergence*) para descrever como as nações da Europa e a América do Norte se desenvolveram mais rápido do que as nações e civilizações asiáticas e as superaram tecnológica, militar e economicamente entre os séculos dezesseis e século dezenove, mas foi Pomeranz (2013) quem forneceu um verdadeiro *tour de force* sobre esse afastamento de trajetórias.

<sup>14</sup> Em trecho de grande alcance interpretativo, que vale ser citado aqui em toda a sua extensão, Hobsbawm (2010, p. 198-199, grifos do autor) assenta que “durante o século XIX, alguns países – sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte – conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram o modelo – até 1917 o *único* modelo – para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história. Depois de 1917, o comunismo soviético ofereceu um modelo alternativo, mas essencialmente do mesmo tipo, exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais. A história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é portanto determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como os senhores da espécie humana”.

fiscais e direitos de extraterritorialidade, principalmente nos portos do leste. Em documentos como o Tratado de Tianjin (1858), a concepção de mundo chinesa era ameaçada mesmo em termos literários.

Fica acordado que, daqui por diante, o caractere “i”, [bárbaro] não deve ser aplicado ao Governo ou sujeitos de Sua Majestade Britânica em qualquer documento chinês oficial emitido pelas autoridades chinesas na Capital ou nas Províncias. (Artigo 51 do Tratado de Tianjin, apud LIU, 1999, p. 133-134, tradução nossa).

Pode-se afirmar, seguindo o clássico texto de Hsü (2000, p. 9-10), que a partir desse embate militar com o Ocidente os chineses enfrentam o dilema de saber em que proporção sua sociedade tradicional deveria ser abandonada e, por extensão, que aspectos das modernas sociedades ocidentais precisavam ser incorporados para que o Reino do Meio “sobrevivesse” e conquistasse um “lugar respeitável” entre as demais nações.

Ao menos em parte, a resposta era imediata. Nas guerras contra os invasores ocidentais os chineses haviam sido derrotados pelas armas de países industrializados ou em vias de industrializar-se.<sup>15</sup> Isso sugeria que uma das principais frentes para se obter a “sobrevivência” e um “lugar respeitável” no mundo era alcançar o avanço técnico estrangeiro e buscar a industrialização da economia e do exército da China. Ocidentalizar sua cultura e tradições, por outro lado, não parecia estar em questão. Assim, a máxima *zhongti xiyong*, traduzida literalmente como “corpo ou essência chinesa, uso ou função ocidental” exprimia nitidamente a solução vislumbrada pelas autoridades do Reino do Meio.

Toda essa contextualização elucida um pouco o porquê de, mesmo atualmente, autores chineses como Wang Xudong e Li Junxiang, da Universidade Normal de Anhui, afirmarem que “a realização da modernização é a garantia fundamental da independência nacional”, da soberania, e que “modernização significa industrialização”. Para eles, que

---

<sup>15</sup> Conforme explica Arrighi (2008, p. 252 e 277) sobre a “industrialização da guerra”, as Guerras Napoleônicas (1803-1815) impulsionaram a capacidade industrial britânica e o aprimoramento posterior dos motores a vapor e navios de aço do país. A França, por seu turno, adotou vapores blindados com canhões de grosso calibre na década de 1840. Pouco depois, outros países europeus fizeram o mesmo, tornando os antigos navios de madeira “irremediavelmente obsoletos”.

aqui empregam o referencial teórico marxista, a modernização corresponde, essencialmente, a um “desenvolvimento das forças produtivas” capaz de transformar uma sociedade agrícola tradicional em uma sociedade industrial.<sup>16</sup> Escrevem eles:

[...] modernização significa industrialização, e é uma condição de desenvolvimento das forças produtivas que transitam da sociedade agrícola tradicional para a sociedade industrial; a transformação das forças produtivas e da base econômica, por sua vez, dá origem a mudanças na superestrutura que inclui a política, a cultura e a filosofia. (WANG; LI, 2009, p. 47, tradução nossa).

A dupla de autores defende que a Primeira Guerra do Ópio estabelece o início do processo de modernização chinês, dado que foi após a vitória da Inglaterra que oficiais do império chinês como Lin Zexu e Wei Yuan propuseram pela primeira vez que a nação se voltasse à “técnica avançada” dos “bárbaros”.<sup>17</sup>

A definição e contextualização de Wang e Li estão próximas da que oferece o já citado Qian Chengdan, professor de História Mundial da Universidade de Beijing. Para ele, “modernização é um conceito geral”, “rico em conotações”, mas, de modo simples, afirma:

Modernização é uma transição na sociedade humana e uma transformação da civilização; modernização significa substituir a produtividade agrícola pela produtividade industrial, que serviu como base para a mudança social em larga

---

<sup>16</sup> Por “desenvolvimento das forças produtivas” compreende-se uma melhora dos métodos de trabalho e da produtividade social em geral. Segundo Marx, em paralelo a isso, os homens estabelecem novas relações de produção, novas formas de propriedade econômica dessas forças produtivas. O desenvolvimento contínuo das forças produtivas tende a entrar em contradição com as relações de produção existentes nas sociedades, o que seria a essência das transformações sociais ao longo da história. O autor afirma, ainda, que as formas de consciência social da superestrutura jurídica e política correspondem à totalidade das relações de produção. Sobre isso, ver o “Prefácio” de Marx (2008). Ver, ainda, Therborn (1976, p. 281, tradução nossa, grifos do autor), quem explica que “o conceito [marxista] de forças produtivas tem, sem dúvida, algo que ver com produtividade. Mas não se refere, como em Smith e Ricardo, simplesmente ou mesmo primariamente com a produtividade ou a capacidade produtiva enquanto tal. Sua referência primária são as *diferentes formas pelas quais a produtividade é assegurada*”. Therborn diz que a capacidade produtiva deixa, com Marx, de ser um “fenômeno meramente quantitativo”, ou seja, “a preocupação principal não é mais com sua melhora quantitativa, mas com as formas técnicas de trabalho qualitativamente diferentes”.

<sup>17</sup> Também para Wen (2001, p. 292), a primeira das quatro tentativas de industrialização da China data desse período. A tentativa do governo nacionalista entre as 1920 e 1940 teria sido a segunda e o PCCh responde pelas duas últimas, quase que divididas pelo que é chamado no decorrer do texto atual de “Grande Rompimento”.

escala, resultando na transformação da civilização agrícola para a industrial; modernização é um processo de transformação através do qual civilizações antigas são substituídas por novas; [...]. Uma vez que entendemos modernização nesse sentido, podemos ver que o mundo tem efetivamente seguido esse padrão durante os últimos quinhentos ou seiscentos anos. (QIAN, 2009, p. 18, tradução nossa).

Entendida como um incremento da produtividade econômica que confere a “base para a mudança social em larga escala”, Qian defende, ainda, que a modernização chegou à China porque “a história é inevitável” e porque “a China acordou”. Como uma nação que “acordou” tardiamente, seu processo de modernização deve basear-se nas conquistas de outras experiências nacionais.

O terceiro trabalho que será citado aqui foi redigido por um grupo de pesquisadores ligado à Universidade Normal do Leste da China, em Shanghai. Eles também apresentam como resultado de sua pesquisa sobre a modernização que o núcleo desse processo é a industrialização. Nas palavras dos autores,

depois de muito debate filosófico ao longo do tempo, análises de teorias de “modernização comparada” e “modernização capitalista”, bem como um exame cuidadoso da semântica e da etimologia, nossos estudiosos chegaram a um consenso sobre vários tópicos: modernização significa a mudança completa de todos os aspectos de uma sociedade tendo a industrialização como seu núcleo; a modernização é um longo processo de desenvolvimento social que começou no século quinze, desenvolvido pela primeira vez nos países da Europa Ocidental, e que hoje continua. (XIANG *et al.*, 2009, p. 83, tradução nossa).

Nota-se que, em todos os trabalhos citados, o debate recente de acadêmicos da RPC sobre a modernização chinesa deriva para um conceito que dá ênfase à industrialização e ao avanço das “forças produtivas”, no mais das vezes referenciados em seus moldes ocidentais. Mesmo alguns críticos chineses do processo de modernização em curso no país, aliás, como Wang (1996) ou Wen (2007), por vezes parecem identificar esse processo com o “desenvolvimento técnico” ou a “formação de capital” e a “expansão colonial” do Ocidente.

Tal conceito não está distante da visão oficial sobre o tema na RPC, promovida pelo Partido após a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central. Deng Xiaoping asseverou ao longo de toda a década de 1980 e início dos anos 1990 que a “modernização

socialista” buscava melhorar a vida da população e fortalecer a soberania chinesa, o que seria possível apenas com a abertura do país ao exterior e o ulterior avanço das “forças produtivas” nacionais.<sup>18</sup>

Do mesmo modo, o texto em vigor da Constituição do Partido (2012, tradução nossa) propõe que,

no estágio atual, a contradição principal na sociedade chinesa é entre as sempre crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o baixo nível de produção. Devido às circunstâncias internas e influências estrangeiras, a luta de classes vai continuar a existir em certa extensão por um longo tempo e pode eventualmente crescer aguda sob certas condições, mas já não é a contradição principal. Na construção do socialismo, a tarefa básica é liberar e desenvolver ainda mais as forças produtivas e alcançar a modernização socialista passo a passo, através da realização de reformas nos aspectos e vínculos das relações de produção e da superestrutura que não se conformam com o desenvolvimento das forças produtivas.

Para que essa visão seja aproveitada e o termo “modernização” empregado nas seções seguintes, ao menos dois comentários parecem ser necessários.

Em primeiro lugar, há que se evitar os riscos de uma abordagem “tecnicista”, digamos assim. O uso de um conceito de modernização que enfatiza o desenvolvimento das “forças produtivas” não deve obliterar as transformações das “relações de produção” e da “superestrutura” social que acompanham ou mesmo antecedem aquele desenvolvimento em alguns casos, como se verá, adiante, na análise da própria experiência chinesa.

Sem dúvida, o acelerado aumento da divisão e da produtividade do trabalho, a constituição de indústrias, a urbanização, a expansão dos meios de comunicação e a diminuição relativa das atividades extrativas e agropecuárias na produção econômica são marcas distintivas das experiências nacionais de modernização – sejam as experiências “pioneiras” da Inglaterra e da França ou as experiências “tardias” da Rússia e da China, por exemplo. Como expõe Hobsbawm (2010, p. 199), a modernização é “o modelo em

---

<sup>18</sup> Em diálogo com o Primeiro-ministro da antiga Checoslováquia em setembro de 1988, por exemplo, Deng (1994, p. 221-223) avaliava o trabalho do PCCh desde 1978 e explicava que a construção de um moderno estado socialista chinês exigia, acima de tudo, “expandir grandemente as forças produtivas” e “eliminar a pobreza”. Acerca disso, ver os textos de Deng (1994, p. 121; 250; 358).

que o Ocidente foi pioneiro” e que, ao longo do século vinte, inúmeras “sociedades atrasadas” tentaram “imitar”. Para ele, esse modelo era visto como aquele de “sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o ‘desenvolvimento’ tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista”.<sup>19</sup>

Mas também são marcas distintivas dessas experiências a consolidação da soberania nacional e a centralização do estado; o incremento da participação política das massas; a expansão de serviços públicos de educação e saúde; a redução do papel da família e das tradições na socialização dos indivíduos; a tendência à igualdade jurídica entre os gêneros; a queda nos níveis de fertilidade, etc.

Autores ocidentais como Moore Junior (1983), Sánchez Vázquez (1992), Wood (1997) e Berman (2007), dentre outros, discutiram com maior ou menor detalhamento esse caráter complexo, comumente contraditório, do processo de modernização em diferentes nações e épocas históricas. Thompson (2019), aliás, seguindo Moore Junior, desafia consistentemente os teóricos da modernização que acreditam que uma economia industrial e avançada, com extensa diferenciação social, seria incompatível com um regime autoritário de governo. O autor aborda especificamente a modernização autoritária que ocorreu no Leste Asiático, incluindo a China, com líderes “reformistas na economia” e “conservadores na política”.

Acolhendo elementos de tais contribuições, no presente texto o termo modernização será empregado de modo amplo, buscando abranger e encadear essas duas dimensões – o avanço geral das “forças produtivas”, através do qual uma sociedade agrícola tradicional expande significativamente sua capacidade de transformar a natureza, e as igualmente significativas transformações das “relações de produção” e da “superestrutura” social características de diferentes experiências nacionais, sejam elas “democráticas” ou “autoritárias”, “capitalistas” ou “socialistas”.

---

<sup>19</sup> Tratando das experiências socialistas russa e chinesa Moore Junior (1983, p. 229) esclarece ainda que “as burocracias agrárias desses dois países inibiram o desenvolvimento de uma classe de mercadores e fabricantes independentes. Embora simplificando um pouco, podemos afirmar que, na ausência de uma revolução burguesa, houve uma revolução de camponeses que, por sua vez, abriu o caminho à modernização [...]” Para uma análise alternativa a essa, especialmente no que tange ao papel que as diferentes classes desempenharam na Revolução Russa, ver Anderson (2010).

Entende-se, nesse sentido, que tanto os investimentos estatais chineses posteriores à 1980, em prol de maiores avanços técnicos, científicos e industriais, quanto as campanhas ideológicas do PCCh no meio século entre as décadas de 1920 e 1970, de caráter popular e nacionalista, são esforços modernizadores, independentemente de seus resultados. Pois, como lembra Giddens (1998, p. 94, tradução nossa), o processo de modernização está associado a “certo conjunto de atitudes em relação ao mundo”, como “a ideia do mundo aberto à transformação pela intervenção humana”. “Por modernidade”, afiança Samir Amin sobre o caso chinês (2005, p. 274, tradução nossa), “quero dizer essa ruptura histórica e cultural depois da qual as pessoas consideram-se responsáveis pela sua história”.

Um segundo comentário que parece ser necessário ao debate sobre o processo de modernização chinês – e que, todavia, por extrapolar o escopo do presente texto e as qualificações do autor não poderá receber o merecido escrutínio – pondera o fato de que os costumes e criações culturais chinesas desempenharam e continuam desempenhando um papel fundamental nesse processo.<sup>20</sup>

O papel da literatura clássica chinesa para a adoção de uma atitude revolucionária por parte de Mao Zedong e outros líderes do PCCh, por exemplo, foi apontada por autores como Gregor e Chang (1978). Mais recentemente, Selmi (2011) também apresentou o que chama de “substrato confuciano” do marxismo de Mao. Por sua vez, Arrighi (2008, p. 379) afirma que “[...] a modernização chinesa se baseou não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industrial<sup>21</sup> nativa, de base rural”. Tudo isso é sumarizado por Jabbour (2012, p. 119) quando defende que, tendo uma civilização e tradições milenares, os chineses puderam “[...] tanto modelar seu próprio projeto revolucionário

---

<sup>20</sup> Vários estudos sobre as características culturais mais expressivas da história chinesa encontram-se reunidos em Ropp (1990). O leitor é convidado, aliás, a conhecer o argumento de Wang (2004) e Bueno (2012) sobre o assunto. Professor da Universidade Tsinghua, de Beijing, Wang Hui é, atualmente, o maior estudioso e defensor da perspectiva segundo a qual desde a dinastia Song (960-1279), isto é, antes mesmo da modernização no Ocidente, a China está construindo sua própria modernidade.

<sup>21</sup> Conceito criado por Hayami Akira para descrever o surgimento de um modo de produção no Japão do período Tokugawa (1600-1868), intensivo em mão de obra e poupador de recursos naturais a partir de uma situação de escassez de terras aráveis e aumento populacional. De acordo com Oliveira (2011, p. 5), dois “aspectos dessa Revolução Industrial, em evidência na China, são a contínua presença na vida política de pressões vindas do campo e a reverência com que os chineses tratam a instrução e o estudo”.

quanto adaptar os tentos da Revolução Industrial inglesa com as próprias formas rurais de industrialização [...]”.

Vale lembrar, enfim, que mesmo a referência original a um “socialismo com características chinesas” (expressão cunhada por Deng em setembro de 1982, no discurso de abertura do XII Congresso Nacional do PCCh), reitera essa complementariedade entre as experiências históricas do Ocidente e da China. Como dizia Deng,

na execução de nosso programa de modernização devemos partir da realidade chinesa. Tanto na revolução quanto na construção devemos também aprender com os países estrangeiros e aproveitar suas experiências, mas a aplicação mecânica dessas experiências e a cópia dos modelos estrangeiros não nos levarão a lugar algum. Tivemos muitas lições a esse respeito. (DENG, 1994, p. 14, tradução nossa).

Feita essa introdução e explicitadas as opções terminológicas do trabalho, a seção seguinte aborda o período em que Deng e grande parte dos fundadores do PCCh e da RPC receberam suas primeiras influências ideológicas e teóricas.

Evidencia-se, ali, que os anseios de modernização do povo e dos intelectuais que integravam o meio universitário e os dois principais partidos políticos da China no período revolucionário dirigiam-se principalmente à recuperação da unidade territorial e política do país e à reconquista de sua soberania nacional.

Com a Revolução, porém, a modernização será encontrada não apenas na independência de um país reunificado, mas também na reforma agrária, no crescimento industrial, nas leis de igualdade entre homens e mulheres, na criação dos sistemas de saúde e educação, etc.

Entre esses dois momentos, conjugam-se os conflitos entre camponeses e proprietários de terras<sup>22</sup>, a invasão japonesa e as transformações na “superestrutura” do país – notadamente, a disseminação do marxismo russo e japonês e, mais tarde, do

---

<sup>22</sup> Evidentemente, há diferenças consideráveis entre as formas de propriedade e os estratos sociais conhecidos na China e no Ocidente. Por esse motivo, termos como “camponeses” (*nongmin*, *nongfu*) e “proprietários de terra” (*fangdong*, *dizhu*) não são utilizados aqui como categorias econômicas ou sociológicas, mas como traduções ordinárias dos termos empregados no país, seja pelos líderes do Partido ou pela linguagem corrente. A Embaixada Francesa na China (2009) apresenta um interessante texto sobre as variações históricas da noção jurídica de propriedade no país asiático.

maoismo. Juntos, esses fenômenos conformam as pré-condições históricas para o desenvolvimento das “forças produtivas” nacionais e a transformação da sociedade agrícola e tradicional em uma sociedade industrial e moderna sob a direção do PCCh.

## 2. PELA CHINA MODERNA: DENG, O PARTIDO E A REVOLUÇÃO

### 2.1 MANDARINATO E OCIDENTALIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO VINTE

A máxima fundamental confuciana de que um homem nobre não era nenhum instrumento, o ideal ético, portanto, da auto-perfeição universal, radicalmente oposto à concepção ocidental objetiva da profissão, impossibilitava a instrução especializada e as competências especiais, impedindo sempre de novo sua realização. [...] A unidade da cultura chinesa é essencialmente a unidade da camada estamental que é portadora da formação burocrática clássico-literária e da ética confuciana, com seu ideal específico de nobreza que já mencionamos.

Max Weber, *Economia e Sociedade*, Capítulo X, 1913-1920.

Os intelectuais pré-modernos da China, afirma Goldman (2013, p. 136, tradução nossa), “viam-se a si mesmos e eram vistos pelos outros como a consciência da sociedade”. Isso corrobora o argumento weberiano de que a unidade da cultura chinesa tradicional foi mantida, ao longo do tempo, pela camada dos letrados confucionistas – os antigos *guan*, ou, “mandarins”, como ficaram conhecidos no Ocidente a partir do século dezesseis. Mas pode-se afirmar, também, que a existência dessa camada intelectual estava ligada, desde seu início, à unificação territorial e política da nação.

Após três séculos de conflitos entre numerosos potentados regionais, a unificação da nação chinesa pelos monarcas Qin (221-207 a.C.) abriu um longo período de sucessões dinásticas. Nesse período, como documenta Elman (1991), pelo menos desde as primeiras décadas dos Han (202 a.C.-196 d.C.) os imperadores da China contaram com um aparato burocrático de governo, isto é, um corpo de funcionários selecionados formalmente e que estava encarregado de exercer as principais funções públicas.

Se bem que em constante mudança, o vasto território do “Reino do Meio” impediria que os oficiais da capital supervisionassem diretamente a aplicação das leis e o recolhimento de impostos agrícolas em regiões remotas, o que acabou sendo remediado pela escolha de um conjunto de magistrados locais através de exames escritos sobre os autores clássicos do pensamento confucionista.

Em geral, os *guan* eram provenientes das famílias que controlavam terras e

possuíam meios de financiar a educação dos filhos junto a um professor que já havia sido aprovado nos exames. Quando aprovados e convocados, eles se tornavam dignitários das forças armadas, dos tribunais, das finanças públicas, dos celeiros imperiais e outros postos, exercendo sua autoridade com grande arbítrio.

Referindo-se sobretudo à era dos Tang (618-907), na qual o sistema de exames desenvolveu-se consideravelmente, Eberhard (1977, p. 80, tradução nossa) escreve que as diferentes províncias da China “tinham uma administração local totalmente independente do governo central e mais ou menos elaborada de acordo com o seu tamanho”. O mesmo é dito acerca da corte dos Ming (1368-1644), quando Beijing e Nanjing serviam como os dois centros regionais de poder das aproximadamente 880 ou até 1160 administrações locais. Como afirma Jackson (2011, p. 78, tradução nossa) sobre essa última dinastia, “nas áreas periféricas, o governo provincial e local desfrutava o aumento da autonomia”, colaborando com o governo central “quando isso era vantajoso”. As eventuais divergências entre as administrações provinciais, locais e nacional, assim como os atritos que isso causava, pareciam ser “um mal necessário da estrutura capilar de autoridade”.

Uma segunda faceta dessa autonomia que os *guan* exerceram ao longo do tempo é encarada por Gramsci (2006, p. 31) em suas breves notas sobre a China como a “completa separação entre os intelectuais e o povo”. Ora, a vida cotidiana da maior parte do já imenso povo chinês estava basicamente organizada em torno do cultivo e da coleta de alimentos, do cuidado de animais e do artesanato – tudo isso sob o poder dos senhores de terra e dos letrados. Entre a camada dos letrados e o povo a distinção era tal, detalha Spence (1996, p. 63), que logo que alguém era aprovado nos exames públicos ficava livre dos serviços gratuitos que os aldeões prestavam aos senhores e das penas físicas que se exigiam nos tribunais, mesmo se jamais obtivesse um cargo oficial. Narrando a vida de seus ancestrais na província de Liaoning, no fim da dinastia Qing (1644-1911), Jung (2006, p. 31) corrobora que “jamais houvera um sistema legal eficiente”. De acordo com a autora, a lei e a justiça locais eram arbitrárias; a crueldade era “institucionalizada e caprichosa”. Ser aprovado nos exames era então a única forma que um chinês de origem não nobre possuía para “escapar desses círculos de injustiça e medo”.

Além da separação entre os *guan*, o governo central e o povo, a terceira e última faceta dos intelectuais da China imperial a ser lembrada aqui é sua histórica distância em relação à cultura estrangeira, algo que já foi indicado na primeira seção do trabalho. Em algumas dinastias, como a Song (960-1279), mesmo o budismo, por sua origem indiana, foi considerado como uma influência contrária aos interesses nacionais. Mais tarde, em ocasiões diversas, o cristianismo europeu foi inferiorizado pelos letrados por sua origem estrangeira, suas diferenças em relação ao confucionismo e seus possíveis aspectos “subversivos”.

Até o século dezenove, quase dois milênios de mudanças dinásticas e contatos com outras culturas não pareciam ter alterado significativamente a posição dos letrados e as características sociais daquele aparato burocrático, uma vez que a unificação política e territorial da China persistia. Nas duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), todavia, os oficiais confucianos foram forçados a reconhecer que seus melhores conselhos e disposições nada podiam contra as armas dos “bárbaros”. Ao fim e ao cabo, entenderam que a continuidade da unificação político-territorial e, por extensão, das privilegiadas funções e do prestígio do mandarinato dependiam das capacidades tecnológicas e militares nacionais tomadas em seu conjunto.

Ao mesmo tempo, tão logo os conflitos com o Ocidente comprometeram gravemente a soberania internacional dos Qing e as pretensões daquela notável e duradoura “estrutura capilar de autoridade” que era o mandarinato chinês, o país também seria abalado pelas grandes rebeliões camponesas de Taiping (1850-1864), no sul e Nian (1851-1868), no norte.

Um comentário sobre a primeira das revoltas é de especial interesse aqui, já que, em certa medida, o início da mesma está relacionado diretamente com o mandarinato e o fim dela prenuncia uma maior presença do Ocidente e o desaparecimento dos antigos *guan*.

Segundo Reilly (2004), o aldeão Hong Xiuquan, tendo sido reprovado por três vezes nos exames para tornar-se um mandarim, organizou um movimento popular que buscava promover a posse comum da terra e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Por seus objetivos, o movimento era explicitamente oposto aos valores confucionistas do império chinês.

Já em 1854, dezenas de milhões de camponeses, mineiros e artesãos haviam aderido ao movimento de Hong, espalhando-se em dezesseis das dezoito províncias então existentes do país. Mas soldados imperiais, recém-criados exércitos provinciais e tropas inglesas, norte-americanas e francesas uniram-se, nos anos seguintes, para derrotar os *taipings*, o que foi alcançado com a morte de mais de vinte milhões de chineses.

Desse momento em diante, defende Letizia (2012, p. 91), a China continuou dominada pelos *guan*, mas agora eles estavam “erguidos contra a construção de uma nação chinesa”, já que a guerra civil se dera em meio a agressões estrangeiras e o povo chinês fora vencido pelos intelectuais “em aliança com os mesmos estrangeiros”.

Essa aliança teve, contudo, um preço elevado para os letrados e os Qing. Além de indenizações militares e dos crescentes privilégios exigidos para o comércio de suas mercadorias, as diferentes nações do Ocidente traziam com seus navios um conjunto de instituições culturais que começariam a impor-se àquelas da sociedade chinesa tradicional, antes ameaçada pelos *taipings*.

Ainda é Letizia (2012, p. 95) quem aponta que após a fundação do *Tongwen Guan*, a primeira escola ocidental de idiomas e ciências de Beijing, em 1862, o mandarinato começou a perder seu prestígio social e aos poucos o ensino básico, médio e superior de tipo europeu substituiu a formação clássica confucionista exigida nos exames de qualificação para os cargos públicos na China. Poucas décadas depois, em 1905, os próprios exames sobre o pensamento de Confúcio e seus principais comentadores seriam para sempre abolidos, fazendo da posse de um diploma universitário e da cultura ocidental o principal meio de seleção e ascensão social da nova camada intelectual do país.

O impacto dessas mudanças fica evidente em termos quantitativos. Dados levantados por Spence (1996, p. 369) revelam que no início da década de 1920 já havia 34.880 estudantes matriculados nas 37 universidades nacionais, faculdades provinciais e particulares cristãs do país – número muito maior do que as aproximadamente 1.500 aprovações anuais nos níveis provincial e central da burocracia imperial no século anterior. Famílias abastadas da China agora também enviavam seus filhos para estudar em países da Europa ou no vizinho Japão.

É verdade que ao longo da Era Meiji (1868-1912) a educação japonesa passara por um processo de ocidentalização análogo ao que então se iniciava na China.<sup>23</sup> No entanto, o que merece destaque aqui é que, em meio a esse processo, muitos intelectuais chineses do início do século vinte deram início a uma busca por respostas modernas políticas e populares para os problemas de sua sociedade humilhada pelo Ocidente. Como disse Oliveira (2011, p. 5), diferente da experiência japonesa “foi típica da Revolução Chinesa a importância adquirida pelas universidades, como centros de debate e agitação política, e canais de ascensão social para jovens talentosos que antes buscavam os exames da burocracia imperial”.

Já em meados do século dezenove, alega Anderson (2010, p. 4), a monarquia Qing “era geralmente odiada como uma dinastia adventícia<sup>24</sup> e, logo depois, também como uma possessão corrupta do Ocidente”. No mesmo sentido, Spence (1996, p. 275) acrescenta que “grupos de intelectuais e burocratas tinham expressado muitas insatisfações com o regime defunto e esse descontentamento exigia agora uma resposta”. Tal resposta viria das aproximações entre os novos intelectuais da China – acadêmicos e professores ocidentalizados, fundadores e membros de partidos políticos nacionalistas, dentre outros – e o povo chinês, inicialmente nos centros urbanos.

Antes da Revolução Comunista, evento maior dessa convergência, ela se manifestou na proclamação da República Nacional, em 1911, assim como nas grandes manifestações contra a herança “feudal” (*fengjian*)<sup>25</sup> do país e as potências estrangeiras que ocorreram oito anos depois, no Movimento Quatro de Maio. Para autores como

---

<sup>23</sup> “Desde a Restauração Meiji”, declararia sobre isso o próprio Deng (1984, p. 53, tradução nossa) na reunião com o Comitê Central do PCCh de 24 maio de 1977, “os japoneses têm empregado grandes esforços em prol da ciência, da tecnologia e da educação. A Restauração Meiji foi uma espécie de esforço de modernização empreendido pela emergente burguesia japonesa. Como proletários, devemos, e podemos, fazer melhor”.

<sup>24</sup> Uma revolta camponesa que avançava sobre Beijing forçou os senhores das terras do norte da China, pertencentes à etnia historicamente predominante no país, a *han*, a se aliarem com os *man*, que fundaram a dinastia Qing. O “povo man” (*manzu*, donde a ocidentalização “manchu”) descendia de um grupo étnico minoritário do nordeste do país, também considerado pelos chineses *han* como “bárbaros”. Em obra sobre os conflitos entre os dois grupos, Rhoads (2011) mostra que, dentre outras imposições culturais, os Qing obrigaram os homens *han* a adotarem uma trança única no cabelo, emblema visível de submissão. A título de curiosidade, destaca-se que tanto Deng Xiaoping como Sun Yixian descendiam dos *kejia* (*hakka*), um subgrupo étnico-linguístico *han* que possivelmente migrou do norte para o sul da China no século XIII d.C.

<sup>25</sup> “O termo chinês usado para ‘feudal’, *fengjian*”, esclarecem Fairbank e Goldman (2008, p. 297), “referia-se no pensamento clássico chinês à fragmentação da soberania no período dos Reinos Combatentes antes da unificação Qin em 221 a.C. Significa apenas administração descentralizada, sem referência ao sistema do campo ou ao status dos agricultores”.

Cheng, intimamente ligado a esses dois eventos está a referida transformação do letrado chinês em um intelectual moderno.

Com a abolição dos exames em 1905, é todo o fundamento ideológico do sistema imperial constituído pelo monopólio dos Clássicos [confucionistas] que desmorona. A própria estrutura política não tarda a seguir: a revolução de 1911 põe fim a um império de dois mil anos, antes que a mobilização intelectual que culmina no iconoclasmo de 4 de maio de 1919 desfira um golpe fatal em toda a tradição. [...]. Aos gritos de “Abaixo a butique de Confúcio!”, [o 4 de maio de 1919] acaba de consumir a ruptura com a cultura clássica e assina a certidão de nascimento do intelectual moderno – do letrado ocidentalizado ao teórico revolucionário. (CHENG, 2008, p. 728-729).

Nesse “golpe fatal” contra a tradição confucionista, os anseios dos manifestantes dirigiam-se à soberania de uma China ainda por nascer. A Praça Tiananmen e as ruas de Beijing foram ocupadas por milhares de estudantes e professores que exigiam o fim do controle nipônico de Shandong (chancelado pelo Ocidente no Tratado de Versalhes), repudiavam a fraqueza do governo central diante das potências estrangeiras e os valores tradicionais que haviam sustentado o mandarinato.

Alguns manifestantes foram presos no próprio 4 de maio de 1919, mas os protestos estenderam-se durante um ano e meio para diferentes cidades e camadas sociais, especialmente outros estudantes e professores, mas também operários e pequenos comerciantes. Nos trinta anos seguintes, segundo escreve outra autora chinesa, os anseios dos intelectuais chineses pela soberania nacional andariam de mãos dadas com os anseios populares de mudança social.

Dessa data até 1949, a história compõe-se de uma só peça; três décadas formam um todo unitário e sólido: o da ascensão do comunismo na China, a derrubada das forças que, como “três imensas montanhas”, se apoiavam nas costas do povo chinês – feudalismo, imperialismo ocidental e o Governo do Kuomintang [Guomindang]. (HAN, 1968, p. 34-35).

A caracterização do governo do Guomindang virá mais à frente. Por ora, deve-se notar que essa geração de novos intelectuais que participou do Quatro de Maio foi, em grande parte, a mesma geração que participou da fundação da RPC. Como evidencia Spence (1996, p. 302-318), o PCCh é um “filho legítimo” do Movimento, a partir do qual a “justaposição de nacionalismo e autoanálise cultural” levaria o povo chinês a uma nova

direção, a saber, a transformação de sua sociedade em “uma parte válida do mundo moderno”.

Pelo menos três casos ilustram esse argumento. Em 1918, Li Dazhao (1888-1927) começou a trabalhar como bibliotecário-chefe da Universidade de Beijing. Nesse ambiente, onde também trabalhava o jovem Mao Zedong, Li fundou um grupo de estudos sobre o marxismo, cujas doutrinas ele provavelmente conhecera quando estudante de Economia Política na Universidade de Waseda, no Japão.

O movimento trabalhista japonês, expõe Deutscher (1964, p. 12), já havia adotado oficialmente o marxismo nesse início do século e era representado no plano internacional por líderes como Sem Katayma. De todo modo, o marxismo que Li apresentava em Beijing – fosse ou não o “marxismo japonês” da época –, contestava, em prol da subjetividade humana e da soberania chinesa, algumas das teses mais centrais de Marx e Lênin.

“Crítico do determinismo econômico que ele entendia ser explícito no marxismo clássico”, escrevem Gregor e Chang (1978, p. 317, tradução nossa), Li Dazhao destacou o “papel histórico do ‘ético’ e dos ‘fatores espirituais’ na história”. Ao passo que os clássicos do pensamento marxista pareciam defender que “o elemento consciente” do homem desempenhava apenas um papel “subordinado” no desenvolvimento histórico, Li salientava a necessidade de “apelos morais” e do “despertar da consciência” das massas chinesas. Sem se dar conta, Li estava abrindo a trilha para o “voluntarismo” maoista das décadas seguintes. Escreve Rene Goldman (1969, p. 546, tradução nossa):

Um argumento que pode ser claramente colocado é que, partindo do Movimento Quatro de Maio, os ensinamentos de Li Dazhao foram a influência mais importante na definição do desenvolvimento ideológico de Mao. Li não somente impressionou Mao com o seu apelo para os intelectuais “irem até as massas”, mas também aprofundou o nacionalismo de Mao, tornando possível para ele ser, ao mesmo tempo, um marxista-leninista e um nacionalista chinês, além de fortalecer sua inclinação voluntarista, que iria se tornar tão contundentemente característica da abordagem de Mao dos problemas – uma abordagem que correspondia com a crença de que “o subjetivo pode criar o objetivo”.

Nessa mesma época e ambiente, Li Dazhao conheceu Chen Duxiu (1880-1942), destacado intelectual que, como ele, estudara no Japão. Chen era, então, o reitor da

Universidade de Beijing e o editor da mais influente revista nacional, a *Xinqingnian* (*Nova Juventude*, que vinha acompanhada do subtítulo francês *La Jeunesse*).

Chen convidou Li para escrever um número sobre o marxismo e a publicação coincidiu com a escalada das manifestações de 1919. Ambos se tornaram figuras principais da liderança ideológica do Movimento e, já no ano seguinte, a Internacional Comunista (o Comintern) enviaria à China dois agentes com a missão de encontrar os ativistas e fundar um Partido Comunista, o que se concretizou em julho de 1921 na cidade de Shanghai. Chen foi Secretário-geral do PCCh até 1922, exercendo novamente o cargo entre 1925 e 1928.

O exemplo final dessa série é Zhou Enlai (1898-1976). Zhou estava estudando no Japão desde 1917, mas retornou a China durante as manifestações do Quatro de Maio. Por suas contribuições em publicações estudantis contrárias ao governo chinês, ele seria preso em 1920. Solto no mesmo ano, foi trabalhar e estudar na França, entrando em contato com a ideologia comunista. Lá, conheceu Deng Xiaoping, como se verá adiante.

Após seu novo retorno à pátria chinesa, em 1924, Zhou tornou-se um dos mais importantes dirigentes políticos do PCCh. Posteriormente, atuou como Ministro das Relações Exteriores (1949-1958) e Primeiro-ministro (1949-1976) da RPC.

## 2.2 DENG XIAOPING: DE SICHUAN À JIANGXI (1904-1934)

Notáveis pela fertilidade de suas terras vermelhas, que dão nome ao estudo de Endicott (1988) sobre a província, as planícies de Sichuan, no centro-sul do país, foram por muito tempo conhecidas na China como o “Celeiro do Céu”. Mas, conquanto distinta por suas condições naturais, até meados do século vinte a região estava submetida às mesmas “relações sociais de produção” que prevaleciam na maior parte do país, as quais foram descritas por Mao (1975, p. 493-543) como “semifeudais”.

Escrevendo no fim da década de 1930, o líder denunciava que apesar da queda do poder imperial seu país ainda vivia sob a “dominação burocrático-militarista” da “classe

dos senhores de terras”, que mantinham a exploração da grande massa camponesa. Assim como nos tempos dos Qing, apoia Spence (1996, p. 357), os funcionários do governo nacionalista “[...] insistiam na coleta de impostos e pagamentos de aluguel mesmo em épocas de catástrofes naturais e usavam a polícia ou o poder militar para levar a cabo suas cobranças”. Han (1968, p. 27-28) reporta, ainda, que pouco antes da fundação da RPC os impostos públicos permaneciam sendo arrecadados dos camponeses com dez anos de antecedência – em Sichuan, no entanto, a coleta se realizava com uma antecipação de setenta anos!

Filho de um senhor de terras e funcionário local do governo que havia frequentado a Universidade de Direito e Ciência Política de Chengdu, Deng Xiaoping nasceu Deng Xiansheng em uma vila sichuanesa. Era agosto de 1904.

Na infância, após passar algum tempo em escolas clássicas chinesas – quando foi renomeado Deng Xixian<sup>26</sup> pelos professores –, ele pôde estudar em uma das escolas primárias inspiradas no modelo europeu, as quais, já implantadas no Japão do imperador Meiji, disseminavam-se na China desse período.

Deng completou seus estudos secundários na Escola Preparatória de Chongqing, onde ainda adolescente participou das demonstrações nacionalistas do Movimento Quatro de Maio. Em setembro de 1920, ele e outros oitenta e três rapazes de Sichuan deixaram o país pela primeira vez a bordo de um navio que partia de Shanghai e seguia para Marselha. Todos haviam sido selecionados para um programa de trabalho e estudos na França e, conforme Lubetkin (1988, p. 15), ele declararia anos mais tarde sobre as expectativas do grupo: “sentíamos que a China era fraca e queríamos fortalecê-la. Pensávamos que isso seria possível através da modernização. Assim, fomos para o Ocidente para aprender”.

Essas expectativas foram abertamente frustradas, por um lado. Em março de 1921, a instituição chinesa que financiava o programa a que os estudantes estavam ligados retirou seu apoio e os governos chinês e francês não assumiram os encargos. Além disso, a Primeira Guerra Mundial havia deixado a Europa em meio a uma recessão

---

<sup>26</sup> Segundo explica Stewart (2001, p. 17), o nome que recebeu do pai, Xiansheng, significava “primeiro sábio”. Xixian, sugerido pelos professores, significava “aspirar à bondade”. Finalmente, no nome Xiaoping, que Deng adotou a partir de 1927, *xiao* significa “pequeno(a)” e *ping*, “paz”, “pacífico” ou “equilibrado”.

econômica e os estudantes chineses que conseguiram encontrar postos de trabalho recebiam salários inferiores àqueles pagos aos empregados nacionais.

Goodman (1994, p. 25-26) e Vogel (2011, p. 19-20) afirmam que as condições laborais precarizadas e a baixa remuneração comprometeram as pretensões acadêmicas da maior parte desses jovens, incluindo Deng Xixian. Poucos meses após sua chegada e um breve período de estudos em Bayeux, no noroeste da França, Deng começou a trabalhar na indústria de armamentos de Le Creusot, cidade do centro-leste do país. Mais tarde, ele viveu em Paris como montador na fábrica Renault de automóveis e auxiliar de cozinha em restaurantes.

Barman e Dulioust (1988), por outro lado, em seu quadro completo dos “anos franceses” de Deng sugerem que longe das salas de aula os jovens de Sichuan e de outras províncias chinesas que viveram na França da década de 1920 puderam aprender diretamente sobre o processo de modernização e a realidade das sociedades capitalistas do Ocidente, o que levou alguns deles a estabelecer contatos com a ideologia dos movimentos revolucionários.

Mesmo assim, ressalta-se, jovens chineses como Mao, sem contato direto com os movimentos revolucionários do Ocidente, também se aproximaram nessa época do marxismo, do socialismo e do comunismo. Isso leva a pensar que o que possivelmente havia de comum em Mao, Deng e outros jovens que viveram o Quatro de Maio era sua percepção das questões internas e externas da China. Como afirmam outros autores sobre Mao, e o mesmo poder-se-ia dizer de Deng,

é, de fato, sabido por todos que o comprometimento de Mao com a “revolução marxista” originou-se em suas preocupações pessoais, seus compromissos juvenis, seus princípios morais e as aspirações que ele entretinha pela China humilhada, em vez de qualquer familiaridade com os escritos de Marx e Engels. (GREGOR; CHANG, 1978, p. 309, tradução nossa).

Aos dezoito anos de idade, quando trabalhava em uma fábrica de sapatos na cidade de Montargis, ao sul de Paris, Deng entrou para uma recém-fundada organização comunista da juventude chinesa na Europa. Ao lado de Zhou Enlai, participou ativamente na publicação da *Chiguang (A Luz Vermelha)*, revista da organização destinada

especialmente aos estudantes chineses na França, Bélgica e Alemanha.<sup>27</sup> “Digital, copiar, transcrever e diagramar” faziam parte das funções iniciais de Deng, recorda Yang (1993, p. 446, tradução nossa), “e por isso ganhou de seus companheiros o simpático apelido de ‘Docteur du Duplication’.” Dois anos depois, em 1924, todos os dirigentes da organização (aí incluídos Zhou e Deng), passaram a integrar à distância o PCCh, o qual, como já foi dito, havia sido fundado em 1921.

Deng passou toda a juventude no Ocidente. No início de 1926, após participar de protestos contra a presença britânica na China, teve que deixar a França sob a ameaça de deportação. Pela Alemanha, seguiu a trem para Moscou e lá ingressou na Universidade Sun Yat-sen, o centro de treinamento que o Comintern estabelecera para os revolucionários chineses estudarem estratégia militar e as teorias de Marx, Engels e Lênin.

Lênin, a propósito, morrera havia dois anos, deixando como legado de seu governo um conjunto de reformas que aumentaram a autonomia produtiva dos camponeses e das empresas privadas em setores não-prioritários, estruturando uma economia de mercado sob o comando do Partido Comunista. É bastante possível que Deng tenha conhecido de perto alguns dos resultados da Nova Política Econômica (NEP) de Lênin entre suas aulas.<sup>28</sup> De todo modo, sua formação acadêmica seria outra vez abreviada pelas vicissitudes do momento histórico em que ele vivia.

Recorde-se o leitor de que, na década de 1930, tanto no sul quanto no norte da China proprietários de terra com exércitos próprios detinham o controle de extensas áreas sobre as quais definiam sistemas de tributação e legislação. De acordo com Hung-Mao (1972, p. 9), entre 1912 e 1928 mais de 1.300 “senhores da guerra” ou “senhores

---

<sup>27</sup> Apesar das dificuldades de se estimar quantos estudantes e trabalhadores chineses viviam na Europa nessa época, é válido destacar, com base em dados de Spence (1996, p. 289) e Vogel (2011, p. 19), que no último ano da Primeira Guerra Mundial já havia cerca de 100 mil chineses na França e apenas entre 1919 e 1921 chegaram a esse país mais 1.600 estudantes da China. Para um relato biográfico sobre Zhou Enlai, ver Barnouin e Yu (2006).

<sup>28</sup> Há autores, como Losurdo (2009, p. 67), que defendem que “o regime social atualmente vigente na China se apresenta como uma espécie de gigante e prolongada NEP”. Outros, como Pomar (1987, p. 167), ponderam que as reformas da década de 1980 “encontram seu precedente na NEP”, mas “jamais tiveram uma sistematização tão articulada nem uma visão de longo prazo como atualmente”. Para dois estudos nessa perspectiva, que aproximam as reformas de Deng com a NEP de Lênin o leitor é convidado a ver a avaliação crítica de Kenny (2007) e a defesa de Jabbour (2012). Ver, ainda, o texto de London (2011) sobre o que seria o “leninismo de mercado” da China e do Vietnã contemporâneos.

guerreiros” (*junfa*), como eram conhecidos esses proprietários, envolveram-se em pelo menos 140 conflitos locais e regionais.<sup>29</sup> A unidade política e territorial da nação chinesa era então uma pálida reminiscência do auge da era dos Qing.

Um desses *junfa*, Feng Yuxiang, chegou a Moscou em 1926 buscando quadros para a educação política e ideológica de suas tropas e o avanço do processo de unificação do país sob a frente nacionalista. Dessa frente faziam parte também os comunistas chineses e Deng foi um dos nomes designados. Na primavera de 1927, ele voltaria com Feng Yuxiang para a China pelo deserto da Mongólia Interior.

Para além dos *junfa* em conflito, a China que Deng encontrou em 1927 era muito distinta daquela onde vivera quando adolescente, o que torna necessário outro breve rodeio histórico nesse ponto do texto.

Passados os motins militares e levantes republicanos nas assembleias provinciais que marcaram a proclamação da República Nacional, em janeiro de 1913 foram anunciados os resultados da primeira eleição nacional da China. Dentre as mais de trezentas organizações políticas concorrentes, o Partido Nacional do Povo (o Guomindang, doravante GMD) obtinha então a maior parte das vagas para deputados e senadores, assumindo um posto importante no governo da República recém-fundada. Importante, mas insuficiente para a condução da China a uma situação de estabilidade interna e externa.

O infante imperador Puyi abdicara de um reino cujas finanças estavam desordenadas e onde calamidades naturais haviam comprometido o recolhimento de impostos no campo. A solução adotada pelo primeiro presidente chinês, o antigo comandante do exército Qing, Yuan Shikai, foi o endividamento externo do país. Sendo essa uma política contrária à posição dos nacionalistas, que logo protestaram, Shikai foi forçado a romper suas relações com o GMD, ordenando a dissolução do partido e expulsando seus membros do Parlamento. O próprio Parlamento foi formalmente dissolvido em janeiro de 1914 e seguir-se-ia um período de tentativas de restauração da monarquia e permanência da fragmentação política.

---

<sup>29</sup> Convém notar, como Bedeski (1975, p. 546), que a tendência de militarização independente e fragmentação das forças de coerção do governo central que culminou no fenômeno dos *junfa* iniciou-se justamente com a criação de exércitos provinciais durante a Rebelião de Taiping.

Pressões externas também marcaram os anos iniciais da República Nacional. Após uma onda de rebeliões “anti-imperialistas” (iniciada pela dos *boxers*, em 1900, que haviam sofrido a mesma sorte dos *taiping*), Inglaterra, Rússia, Alemanha, França, Japão e Estados Unidos da América (EUA) passaram a manter tropas marinhas prontas para eventuais intervenções no território chinês. Isso garantia a proteção dos investimentos estrangeiros na China, que entre 1902 e 1914, segundo Spence (1996, p. 280), saltaram de pouco mais de 780 milhões para cerca de 1,6 bilhão de dólares.

Com a morte de Yuan Shikai, em 1916, o GMD liderado por Sun Yixian (Sun Yat-sen) começa a montar uma base de governo no sul do país, aliando-se a comandantes da região na luta contra os *junfa* do norte. Posteriormente, mesmo alguns comandantes do norte, como o já citado Feng Yuxiang, uniram-se à frente nacionalista, que também contava com o apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos comunistas chineses.

Ora, após a Revolução Bolchevique a Rússia passou a representar tanto um modelo possível de modernização nacional quanto a principal força “anti-imperialista” da época aos olhos de vários países “atrasados”. Como Sun Yixian considerava o “centralismo democrático”<sup>30</sup> implantado pelos russos mais adequado à democracia nacional chinesa do que os regimes políticos ocidentais, esclarece Pomar (2003, p. 17), e como o recém-fundado e ainda pequeno PCCh estava filiado ao Comintern desde 1922, os comunistas russos orientaram os chineses que fizessem uma “aliança estratégica” com o GMD. Em 1923, durante seu I Congresso Nacional, o GMD decidiu receber o apoio da URSS e do PCCh.

Firmada em prol de uma revolução “democrático-burguesa” orientada contra o “imperialismo” estrangeiro e os resquícios “feudais” da China<sup>31</sup>, a aliança entre o PCCh e o GMD permitiu a fundação da Academia Militar da Ilha de Whampoa, próxima a

---

<sup>30</sup> “Por este mecanismo” político, aclara Segrillo (2003, p. 15), “as discussões deveriam ser livres até o momento em que fosse tomada oficialmente uma decisão pelos órgãos partidários. A partir deste momento, todos os membros do partido estavam obrigados a cumprir a decisão com a mais alta disciplina, sob a pena de severas sanções. Além disso, cada órgão do partido era obrigado a obedecer a todas as decisões tomadas pelos escalões que lhe eram superiores”.

<sup>31</sup> O leitor interessado na questão da revolução “democrático-burguesa” na China pode recorrer, inicialmente, à análise retrospectiva de Mao (1975, p. 553-628) sobre o tema, o texto intitulado “Sobre a Democracia Nova”.

Guangzhou, para a qual Zhou Enlai foi designado Comissário Político e o cofundador do GMD, Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek), Comandante Militar das tropas.

Após a morte de Sun, em 1925, Jiang assume a direção do GMD e nos dois anos seguintes as ofensivas da frente nacionalista avançam contra os *junfa* do norte, o que ocorre *pari passu* com um aumento das manifestações populares contra as potências “imperialistas”. Com a adesão de parte do campesinato, da “classe operária”, da “pequena burguesia” e da intelectualidade, todos esses que então “aspiram ardentemente à restauração da unidade política do país”, minuta Hu (1993, p. 746-747), no mês março de 1927 “os nacionalistas detêm o vale do Yangtzi e controlam toda a parte da China situada ao sul do grande rio”.

Tal é o cenário que leva o PCCh a enviar Deng para Xi’an, na província de Shaanxi, onde ele e outros comunistas deveriam conduzir a formação política e ideológica dos exércitos de Feng Yuxiang. No mês seguinte, entretanto, repetem-se novamente as intermitências na vida de Deng: tendo estabelecido seu governo em Nanjing, a “Capital do Sul”, Jiang Jieshi rompe a aliança com os comunistas e passa então a persegui-los, uma decisão que foi aceita por seus confederados, dentre eles o *junfa* Feng Yuxiang.

Indo para a região da atual cidade de Wuhan, Deng refugia-se com outros comunistas expulsos do GMD, reencontra Zhou Enlai e conhece Mao Zedong, o futuro líder do PCCh. Há dois anos Mao acompanhava as revoltas camponesas em sua província natal, Hunan, e logo levaria os comunistas chineses a perceber que novos *taipings* estavam erguendo-se contra a velha opressão dos mandarins, agora exercida pelo governo do GMD. Com efeito, os ataques espontâneos dos camponeses da China entre as décadas de 1920 e 1930 estavam voltados especialmente contra os representantes locais do governo nacionalista, é dizer,

os funcionários civis e militares que os escorchavam com tributos altos e sobretaxas inesperadas, recrutavam-lhes o trabalho sem compensação adequada, compravam-lhes compulsoriamente a terra para projetos de obras públicas, ou forçavam-nos a plantar ou arrancar as papoulas produtoras de ópio, dependendo das vicissitudes do comércio da droga nacional ou regional. [...] A habilidade de organizadores comunistas como Mao estava em transformar um descontentamento fiscal em luta de classes, de forma a promover a mudança revolucionária sobre a liderança do PCC[h]. (SPENCE, 1996, p. 360).

Indicado como um dos secretários do Comitê Central do Partido em Hankou, Deng é enviado à Shanghai em setembro de 1927, onde muitos quadros comunistas haviam sido presos ou executados por Jiang Jieshi em abril. Junto a Zhou Enlai, ele lidaria com a documentação e finanças do Partido, tentando também reconstruir as células do PCCh clandestinamente.

Deng permaneceu em Shanghai até abril de 1929, quando o PCCh o enviou à província de Guangxi para direcionar o trabalho das organizações locais do Partido e preparar as tropas do *junfa* Li Mingrui e do líder camponês Wei Baqun para uma insurreição armada. Por volta de dezembro desse ano, segundo Goodman (1994, p. 31-33), vinte condados já estavam organizados sob Deng Xiaoping, o então Comissário Político do VII Exército Vermelho. Junto ao Comandante Militar Zhang Yunyi, complementa Lubetkin (1988, p. 24),

em fevereiro de 1930, formaram o Soviete do Rio Yu. Sendo comissário político, Deng Xiaoping começou a reforma agrária. Da mesma forma que Mao Tsé-tung em Kiangsi [Jiangxi], estabeleceu uma fazenda coletiva, onde a terra e os animais eram propriedade coletiva dos membros da comunidade.

Novamente, porém, os experimentos de Deng em uma nova atividade política duraram pouco tempo. Apesar da oposição de uma fração do PCCh que incluía Mao e Deng, o próprio avanço prematuro das forças armadas comunistas no campo chinês foi entendido por Li Lisan e outros líderes do Partido influenciados por Moscou como uma possibilidade de avançar contra os nacionalistas nas cidades.<sup>32</sup> Na realidade, os resultados dessas ofensivas foram enormes perdas para o PCCh. Cerca de 15.000 homens do VII Exército morreram em um ataque comunista à região onde hoje fica Wuhan, enquanto o desprotegido Soviete do Rio Yu era atacado por tropas nacionalistas.

---

<sup>32</sup> Li Lisan também estudara e trabalhara na França na década de 1920, sendo, porém, expulso do país com outros cem chineses por suas atividades políticas. Membro do PCCh desde sua fundação, exerceu grande influência no Politburo entre 1928 e 1931 e defendeu a linha revolucionária prescrita pelo Comintern, que privilegiava as insurreições urbanas e a organização do “proletariado”. Afora autores como Kampen (2000), boa parte dos estudiosos da matéria defende que até o início da Longa Marcha, em 1934, várias lideranças do Partido – sobretudo o grupo conhecido no ocidente por “28 Bolcheviques”, cujos membros haviam estudado na Universidade Sun Yat-sen na década anterior – mantiveram essa linha. De acordo com Spence (1996, p. 360), ela era “essencialmente sem sentido”, já que “os membros dos sindicatos ainda fiéis aos comunistas não passavam então de menos de 32 mil em todo o país” e apenas 3% dos membros do PCCh eram proletários em 1929.

Os 4.000 soldados sobreviventes seguiram então para as áreas do Soviete de Jiangxi, ocupado por Mao e o IV Exército após uma campanha igualmente fracassada, lá chegando em fevereiro de 1931.<sup>33</sup>

Entre maio e junho desse último ano, Deng esteve em Anhui para inspecionar a organização comunista local. Em seguida, foi enviado com outros quadros para Jiangxi, que desde 1928 se tornara o centro das ações do Partido, e se aproximou de Mao. Durante alguns meses de 1932, chegou a dirigir o Departamento de Propaganda do Comitê Provincial de Jiangxi, mas foi afastado do cargo no ano seguinte pela liderança do Partido, que então movia uma intensa campanha contra Mao Zedong, o irmão deste, Mao Zetan, além de Xie Weijune, Gu Bo e os demais defensores da estratégia de organização camponesa e guerra manobrada por guerrilhas. Quase imediatamente, todavia, Li Fuchun (um amigo que Deng conhecera na França e que então chefiava o Departamento Político Geral do I Exército) o reintegrou como editor do jornal oficial do órgão, o *Estrela Vermelha*. Essa foi sua principal atividade política e intelectual até o início da “Longa Marcha”.

## 2.3 A VITÓRIA, O FRACASSO E O “GRANDE ROMPIMENTO”

### 2.3.1 Os Comunistas Tomam o Poder na China

Beijing, a antiga “Capital do Norte” dos monarcas Ming, havia sido conquistada pelos exércitos de Jiang Jieshi em junho de 1928, algo que poderia ser decisivo para a unificação da China sob o GMD. Contudo, a existência de disputas internas entre os

---

<sup>33</sup> Deng deixou Guangxi sob anuência de outros líderes locais e retornou à Shanghai antes desse evento, entregando uma autocrítica de suas falhas militares à central do PCCh. Mas, conforme Vogel (2011, p. 27), durante a Revolução Cultural isso seria lembrado como uma “deserção” e Goodman (1994, p. 33) comenta que a oposição a Deng publicou uma matéria no *Renmin Ribao* (*Diário do Povo*) sobre a derrota do VII Exército Vermelho às vésperas da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central, em dezembro de 1978.

nacionalistas e os conflitos destes contra os *junfa* ainda existentes retardaram os avanços de Jiang rumo a um governo efetivamente nacional. Além disso, conforme indicado acima, entre 1930 e 1931 o GMD esteve em luta contra os comunistas nas províncias do sul.

Os japoneses se beneficiaram desse contexto e invadiram o nordeste da China em setembro de 1931, o que também comprometeria as pretensões de Jiang e transtornaria ainda mais as condições de vida da população chinesa dessa região. Com a ocupação nipônica, “grande parte do que se produzia localmente era exportada a força para o Japão”, testemunhou Jung (2006, p. 74), “e o grande exército japonês na Manchúria ficava com a maior parte do arroz e do trigo restantes para si”.

O PCCh buscou imediatamente suspender a guerra contra os nacionalistas e aliar-se a eles contra o invasor japonês, mas a resposta de Jiang foi o aumento da perseguição aos comunistas entre 1932 e 1934. A solução encontrada por Mao – cujo reconhecimento como o líder do Partido aumentava à época e marcava um afastamento em relação a Moscou –, Zhu De, Zhou Enlai, Lin Biao e outros dirigentes foi a retirada do Exército Vermelho para a base de Shaanxi, no noroeste do país, aonde apenas um décimo das tropas chegaria no final de 1935.<sup>34</sup> Era a *Changzheng*, a “Longa Marcha”, ou, “Grande Jornada”, do PCCh.

Tendo sobrevivido a essa travessia, Deng, outra vez sob a direção de Zhou Enlai, tornou-se um dos secretários do Comitê Central do Soviete de Yan’an. Posteriormente, atuou como chefe da Divisão de Propaganda do Departamento Político do I Exército e Comissário Político do VIII Exército.

Quando, a partir de 1935, as modernas tropas japonesas “partiram para conquistar a China a sério”, explicita Hobsbawm (2010, p. 451), os exércitos do GMD não puderam impedi-las de “quase imediatamente tomar as cidades costeiras, onde estava a sua

---

<sup>34</sup> O XXVI e o XXVII Exércitos Vermelhos, comandos por Liu Zhidan em Shaanxi, também haviam sido derrotados pelos nacionalistas. Como ocorrera no sul do país, porém, os comunistas conseguiram organizar um Soviete na região, sob a liderança de Gao Gang, que fora treinado por Deng na academia de Xi’an. Mais tarde, como se sabe, a cidade de Yan’an seria escolhida como sede das atividades do PCCh. Um estudo clássico no Ocidente sobre a organização comunista em Yan’an após a Longa Marcha é o do jornalista norte-americano Edgar Snow (1968). Gao Gang tornou-se o líder regional do Partido no nordeste da China depois de 1949. Ele permaneceu no cargo até sofrer um expurgo pelas investigações do próprio Deng nos anos 1960.

verdadeira força”. Em paralelo a isso, a posição ideológica e militar dos comunistas se fortalecia na sociedade chinesa.

Durante 1936, o movimento estudantil e dos círculos culturais e jornalísticos estendeu-se a todo o país. Grandes greves antinipônicas sacudiram Xangai e Qingdao. Os *senhores de guerra* Li Qunggen e Bai Shungsi, de Guanxi, e Chen Shidang, de Guangdong, declararam-se contra Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi], por sua pouca disposição de resistir ao Japão, e o Exército Vermelho penetrou no noroeste e assumiu a linha de frente da resistência. (POMAR, 2003, p. 56).

É útil enfatizar aqui, com Letizia (2012, p. 99), que o PCCh e o GMD tinham uma origem histórica e social comum, já que “ambos foram criados por intelectuais ocidentalizados, sucessores dos letrados do século XIX”.<sup>35</sup> Não obstante, complementa o autor, embora os dois partidos partilhassem da ideia de construir uma nação chinesa moderna, os nacionalistas consentiam com uma série de intervenções estrangeiras, enquanto “o Partido Comunista continua o Movimento 4 de Maio, que quer a nação independente”, soberana.

O GMD firmaria a trégua com o PCCh em setembro de 1937, suspendendo a guerra civil que completava uma década. Em tese, os comunistas reconheciam agora o governo e exército nacional, dirigidos por Jiang e o GMD, e estes aceitavam a incorporação do Exército Vermelho e a conservação dos territórios e organizações controlados pelo PCCh. Os primeiros textos dispostos nas *Obras Seletas de Deng Xiaoping (Selected Works of Deng Xiaoping, 1938-1965, doravante OEDX I)* depõem sobre as atividades desse período. Em um deles, no qual avaliava os avanços militares da frente unida entre 1937 e 1943, dizia Deng (1992, p. 49, tradução nossa):

Obviamente, é nosso dever não apenas alcançar a vitória na guerra de resistência, mas também construir áreas de base, persistir na luta contra o inimigo atrás das linhas inimigas, dar um bom exemplo para toda a nação e nos esforçarmos pela unidade no desenvolvimento econômico nacional depois da guerra.

Na verdade, o acordo não impediu que os nacionalistas assinassem acordos sigilosos com os japoneses e promovessem três campanhas militares contra as áreas

---

<sup>35</sup> Importantes continuidades entre os projetos modernizadores nacionalista e comunista da China são apresentadas por Kirby (1990).

comunistas entre 1939 e 1943, mas os avanços conjuntos prosseguiram até a rendição do Japão, com o ataque atômico dos americanos a Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945.<sup>36</sup> Nesse ano, aliás, passada a Campanha de Retificação de Yan'an (1942-1945), que confirmou a direção política e ideológica de Mao e a autonomia dos comunistas chineses em relação a Moscou, Mao foi eleito Presidente do Comitê Central do Partido, cargo que reteria até sua morte, em 1976.

Hobsbawm (2010, p. 449) afirma haver pouca dúvida de que “a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais” – o que, segundo esse autor e o exposto acima, eram os quadros do PCCh na década de 1930 – “nos líderes e representantes de todo o povo chinês”. O GMD de Jiang Jieshi, noutro sentido, “nunca chegou a controlar mais da metade das 18 províncias chinesas tradicionais”, comenta Anderson (2010, p. 4), “não raro menos ainda”, e foi precisamente nesse “emaranhado de centros de poder conflitantes” que os comunistas conseguiram ocupar zonas entre as jurisdições e constituir um “poder paralelo móvel”.

Ao passo que o GMD chegaria ao fim da resistência com pouco mais de dois milhões de soldados, Pomar (2003, p. 72) comenta que já em 1938 a estratégia comunista de guerra de guerrilha contra os japoneses mostrava-se cada vez mais promissora e o PCCh despontava como o principal mandatário do povo e da modernização nacional. Como Mao (1979, p. 425) declarou em abril de 1945,

a experiência dos três períodos da revolução e, especialmente, a da Guerra de Resistência contra o Japão, convenceu-nos e convenceu o povo chinês de que sem os esforços do Partido Comunista da China, sem os comunistas chineses como pilar principal do povo chinês, a independência e a libertação não serão possíveis, assim como não será possível a industrialização e a modernização da agricultura da China.

Um indicativo dessa conclusão é dado pelo próprio número de membros do Partido, que se expandiu rapidamente nos anos de conflito com o invasor. No fim da Segunda Guerra Mundial, o PCCh contava com mais de um milhão de homens organizados no que se tornaria o Exército de Libertação Popular (ELP) e mais de dois

---

<sup>36</sup> Para um estudo aprofundado sobre o conflito sino-nipônico, ver Gordon (2006).

milhões em milícias armadas. Pode-se aqui suscitar, também, o argumento de que a história pessoal de Deng Xiaoping e a história do Partido em sua busca pela modernização do país se confundem, pois,

[...] ao longo desses oito anos [1937-1945], Deng tornou-se a autoridade política principal do lado de Shanxi da região do Monte Taihang, com responsabilidades pelo desenvolvimento de uma economia autossuficiente para produzir alimentação adequada para as dezenas de milhares de pessoas locais e tropas, e colheitas comerciais suficientes para apoiar as indústrias locais que fabricavam tecidos e outros bens diários. Deng também foi encarregado de recrutar soldados para o exército regular e avaliar as implicações políticas de ações militares, tarefas que ele tinha aprendido bem enquanto esteve em Guangxi. (VOGEL, 2011, p. 32, tradução nossa).

Entre 1945 e 1948, os comunistas ocuparam muitas das áreas deixadas pelos japoneses no norte do país e na Manchúria. Nessa e em outras regiões, o governo nacionalista perdia o controle de uma China destruída economicamente pela guerra e, arremata Spence (1996, p. 422), “[...] pela defecção da maioria dos intelectuais, estudantes, classes profissionais e trabalhadores urbanos”.<sup>37</sup> Ainda de acordo com o autor, que aqui parafraseia o então Secretário de Estado americano Dean Ascheson, durante 1949 as forças remanescentes do GMD sequer presenciaram os avanços finais do PCCh e “simplesmente se desintegraram”. A retirada de Jiang e membros do GMD para Taiwan (que estivera sob a administração japonesa entre 1895 e 1945) precedeu em poucos meses a fundação da RPC, no primeiro de outubro.

Abria-se o período comunista e em menos de um ano os chineses estariam novamente em combate – dessa vez além de suas fronteiras.

Naquilo que pode ter sido um movimento orquestrado pelos soviéticos, um grande contingente de tropas norte-coreanas invadiu a Coreia do Sul em junho de 1950. Em seguida, unidades americanas baseadas no Japão e de outros quinze países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) entraram na guerra do lado dos sul-coreanos.

---

<sup>37</sup> Lubetkin (1988, p. 36) explica sobre isso que aos olhos do povo os funcionários do GMD eram “reconhecidamente corruptos”, um sinal de que Jiang “não incorporava as virtudes confucionistas a sua administração”. No início da aliança com os comunistas contra o Japão, “a falta de alimentos e a fome revoltaram ainda mais o campesinato”, o que levou Jiang a declarar ilegal a oposição ao GMD e assassinar muitos dissidentes. “Depois disso”, escreve a autora, o governo autoritário dos nacionalistas “sofreu a defecção de intelectuais e liberais, que passaram para o campo comunista”.

Dentre várias razões apontadas por Whiting (1968), a RPC pode ter entrado no conflito especialmente por conta do posicionamento da Sétima Frota norte-americana no estreito de Taiwan, impedindo uma invasão do ELP à ilha.

Estima-se que dois milhões de chineses tenham ido lutar na Coreia do Norte e que quase metade deles morreu ali. Houve também um milhão de baixas coreanas (do norte e do sul) e ocidentais. O armistício viria apenas em julho de 1953.

Junto às enormes perdas humanas, porém, os comunistas chineses enfrentaram ainda derrotas econômicas e políticas no plano internacional. As já escassas transações comerciais da RPC com o Ocidente foram suspensas pelos países capitalistas e o apoio americano aos nacionalistas continuaria por muitos anos impedindo a reconquista de Taiwan.<sup>38</sup>

Internamente, a sociedade chinesa passava por uma mudança “superestrutural” em larga escala nesses primeiros anos da RPC. Na Campanha de Huaihai, uma das últimas e determinantes para a derrota dos nacionalistas no continente, Mao designara Deng como secretário-geral de uma frente que contava com 500.000 soldados. Mas, antes e depois de outubro de 1949, Deng e outros quadros continuavam trabalhando no recrutamento e formação política dos membros do Partido. Ao descrever as vivências de um grupo de jovens comunistas entre agosto e setembro de 1949, Jung (2006, p. 185) diz que

em Nanjing, tiveram de assistir a aulas políticas, algumas delas dadas por Deng Xiaoping, futuro líder da China, e pelo general Chen Yi, futuro ministro das Relações Exteriores. Minha mãe e seus colegas sentavam-se no gramado da Universidade Central, à sombra, enquanto os oradores ficavam ao sol ardente por duas ou três horas seguidas. Apesar do calor, mesmerizavam a plateia.

Presumivelmente, a formação de toda uma nova e extensa camada de intelectuais submetidos ao PCCh tornava-se ainda mais urgente nesse momento, dado que, à medida que as tropas avançavam sobre novas regiões e instituíam comissões militares para a transição do governo a necessidade de organizar, dirigir e educar o povo chinês –

---

<sup>38</sup> Mesmo décadas depois, Deng (1987, p. 21, tradução nossa) entenderia a reconquista da ilha como “uma tarefa incompleta deixada a nós por nossos predecessores”. Ver Roberge e Lee (2009) para um histórico que contempla o estado atual das relações entre a RPC e Taiwan. Hong Kong, por sua vez, retornou à jurisdição chinesa em 1997, depois de anos de negociação entre chineses e ingleses. So (2001) oferece uma breve análise das relações “triangulares” entre a China continental, Taiwan e Hong Kong.

um quinto da população mundial – e o Partido recém-chegado ao poder também avançava. Ao mesmo tempo, “a prioridade inicial” dos comunistas, escreve Spence (1996, p. 490), “era persuadir as elites técnicas e administrativas a servir ao novo governo, independentemente de suas crenças e filiações partidárias”.

Ambos os objetivos levaram a liderança do Partido a lançar as primeiras campanhas ideológicas que a RPC conheceu, campanhas essas nas quais, não raras vezes, os intelectuais do país foram identificados como inimigos do povo e do PCCh. A “Campanha de Repressão aos Contrarrevolucionários” (1950-1953), destinada a erradicar a oposição política ao PCCh, especialmente ex-funcionários do GMD, foi a primeira da longa série de movimentos da era de Mao na RPC. Antes disso, porém, vale ressaltar, conforme estudado por Lifton (1989), o PCCh já praticava formas extremas de doutrinação e manipulação psicológica.

Se, após a Revolução, pela primeira vez na história da China as massas do povo eram incluídas nos sistemas político e educacional<sup>39</sup>, também é verdade que o novo governo afastou muitos técnicos, professores e acadêmicos ocidentalizados de seus cargos sob a acusação de “subserviência ao imperialismo capitalista”. Mormente após uma tentativa de o Partido receber contribuições críticas das diferentes escolas de pensamento e intelectuais chineses sobre o funcionamento do governo – a “Campanha das Cem Flores” (1956-1957)<sup>40</sup> – as retificações da “Campanha Antidireitista” (1957-1958) desmoralizaram publicamente e comprometeram politicamente muitos dos

---

<sup>39</sup> Como destacam Fairbank e Goldman (2008, p. 322), desde sua vitória o PCCh buscou erradicar o consumo de ópio, a corrupção e “envolveu os cidadãos” em atividades de caráter social, como a restauração de obras públicas, o controle sanitário e os programas populares de alfabetização. “Os programas de alfabetização montados na China após 1949 constituem, talvez”, escreve Peterson (1997, p. 3, tradução nossa), “o maior esforço educacional na história humana”. Conforme o autor, trinta anos depois da revolução a taxa de analfabetismo entre adultos – quase absoluta antes de 1949 – caíra para quase 35% e mais de 90% das crianças estavam matriculadas no ensino básico.

<sup>40</sup> “Que cem flores desabrochem e cem escolas de pensamento rivalizem”, declarava o presidente Mao (1972, p. 328-329) ao lançar a campanha, “eis a política para promover o desenvolvimento das artes e o progresso das ciências, bem como o florescimento duma cultura socialista no nosso país. Nas artes, as diferentes formas e os diferentes estilos podem desenvolver-se livremente, assim como, nas ciências, as diferentes escolas podem rivalizar com liberdade. Nós pensamos que é prejudicial ao desenvolvimento da arte e da ciência o recurso a medidas administrativas para impor um estilo particular de arte, ou uma só escola de pensamento, e proibir os demais. O problema do correto e do incorreto nas artes e nas ciências deve ser resolvido por meio da discussão livre nos círculos artísticos e científicos, através da prática da arte e da ciência, e nunca de maneira simplista”.

indivíduos dessa camada, conformando-os ao projeto modernizador dos dirigentes do PCCh.<sup>41</sup> Nesses anos, Segundo Mezzeti (2000, p. 57),

dezenas de milhares de intelectuais foram expulsos de seus cargos, “mandados para baixo”, isto é, colocados em trabalhos humilhantes, como limpar fossas em suas unidades de trabalho, encarregar-se das privadas públicas, ou foram transferidos para o interior para reeducação, realizando trabalhos manuais pesados em condições precárias.

Naughton (2007, p. 69, tradução nossa) precisa que “800.000 intelectuais e outros que haviam falado durante o período das Cem Flores” foram “condenados”, “removidos de seus empregos” e, em muitos casos, “enviados a campos de trabalho”.

O PCCh também suprimiu alguns programas de “artes liberais” herdados do ensino superior europeu, substituindo-os por novas escolas politécnicas e institutos de engenharia. Isso aproximava a RPC do modelo educacional soviético. Mais tarde, o Partido ainda buscava promover as “escolas rurais” e franquear a educação especialmente para os filhos de camponeses e de operários – pessoas com um “bom histórico de classe”.

Não é difícil perceber, de um modo geral, que essas primeiras políticas culturais e campanhas do Partido visavam promover uma formação prática e científica “ideologicamente desejável” nos quadros que em breve administrariam e liderariam o país.<sup>42</sup>

Simultaneamente, procurava-se construir novos órgãos de governo. Entre 1949 e 1954, abaixo do Comitê Permanente do Politburo, do Politburo e do Comitê Central do Partido, a RPC esteve dividida em seis grandes áreas sob a supervisão de um Birô Regional do PCCh, que deveria realizar reformas sociais e instituir diferentes níveis de organização governamental, estabilizando politicamente o país. Parte dos cinco milhões de afiliados do Partido à época foi alocada em todos esses níveis e aparatos do governo, dos tribunais de justiça ao sistema educacional, e os comitês locais do PCCh passaram a ligar as vilas ao governo central.

---

<sup>41</sup> Deng dirigiu essa última campanha, como destaca Yenlin (2011), e em setembro de 1957 escreveu um relatório sobre ela. O texto não foi incluído nas *OEDX I*. Mais tarde, na Revolução Cultural, campanhas como essa retornaram sob movimentos mais amplos e violentos, abalando a posição do próprio Deng no interior do PCCh.

<sup>42</sup> Sobre o ensino superior chinês entre as décadas de 1950 e 1970, ver Sheringham (1984).

Deng serviu como Primeiro Secretário do Birô do Sudoeste da RPC, Vice-presidente da Comissão Militar e Administrativa e Comissário Político do Comando Militar do Sudoeste, ou seja, exerceu funções chaves do Partido, do governo e do Exército sob as províncias de Guizhou, Xikang, Yunnan e a própria Sichuan natal. Transferido para Beijing em 1952, seria nomeado Vice-primeiro-ministro (1952-1955) – Zhou era o *premier* – e Ministro das Finanças (1953-1954). Nessa última posição,

durante seu breve mandato como Ministro das Finanças, Deng apoiou a introdução de medidas de incentivo no sistema fiscal. Ele apoiou a existência de níveis mais baixos de garantia (*baogan*) para as receitas e as despesas de governo e permitiu que os governos locais retivessem os excedentes de receitas sobre as despesas planejadas para uso no ano seguinte. Essa última disposição, em especial, representou um afastamento modesto, mas significativo, da prática soviética padrão de controle altamente centralizado do orçamento. (NAUGHTON, 1993, p. 494, tradução nossa).

Deng também chefiou o Departamento de Organização do Partido entre 1954 e 1956 e, no VIII Congresso Nacional do PCCh, realizado nesse último ano, foi eleito membro do Comitê Permanente do Politburo e Secretário-geral do Partido. Tornou-se, assim, ao lado de Mao Zedong, Zhou Enlai, Liu Shaoqi, Chen Yun e Zhu De um dos seis mais importantes dirigentes do Partido e do país. Ele permaneceria como Secretário-geral até 1966 e, ainda segundo Naughton (1993, p. 493), “[...] há evidências de que ele participou de praticamente todas as decisões econômicas importantes feitas entre 1957 e 1966”, algo que é válido também para o período que vai de 1978 até o início da década de 1990.

### **2.3.2 Transformando a “Infraestrutura” da RPC na Era de Mao**

Com respeito à “infraestrutura” da RPC, a liderança do PCCh buscou, nessa primeira década de governo, fazer avançar a industrialização da economia, bem como estender ao país as reformas que realizara no nível das aldeias ao longo dos anos anteriores.

No campo, fonte da maior parte da produção econômica chinesa e local onde viviam quatro quintos da população, o acesso e o uso da terra foram generalizados pela Lei da Reforma Agrária, de junho de 1950, e os camponeses foram logo organizados em regimes de produção cooperativa, os quais são detalhadamente examinados por Pagotto (2006).

Nas cidades maiores, o Partido combateu a inflação deixada pelos anos de guerra e se empenhou na reabertura ou reparação das indústrias, muitas das quais seriam nacionalizadas, tornadas estatais ou cooperativas. Ademais, foi instituído nacionalmente o *Renminbi*, a “moeda do povo” (que permanece até hoje, tendo por código as letras “CNY”), e o Banco Popular da China passou a operar com as funções de banco central e banco comercial.

Era, sem dúvidas, um recomeço para a nação, mas o fato é que

a China herdada pelos comunistas era um país desestruturado economicamente, miserável socialmente e caótico politicamente. O desenvolvimento da base industrial e a incorporação de parte da população a padrões mínimos de consumo exigiam a mobilização da sociedade, e não surpreende que o PCC[h] e Mao, em particular, se tenham valido permanentemente de campanhas de massa [...]. (LYRIO, 2010, p. 177).

A estratégia de desenvolvimento econômico adotada durante a era de Mao realmente repousava na mobilização ideológica dos camponeses<sup>43</sup> e no controle estatal dos preços, volume de produção e distribuição dos bens produzidos por aqueles, com vias a industrializar o país. E, diferente do que ocorrera em experiências ocidentais de modernização, na RPC, como na URSS, a prioridade inicial foi dada à indústria pesada, produtora de matérias-primas e equipamentos industriais e militares necessários para a consolidação da soberania nacional. Ora, o preço dessa industrialização e da independência chinesa não poderia ser financiado pelos praticamente únicos e insuficientes recursos externos da URSS ou de outro setor interno chinês que não a agricultura. Em textos como “Sobre as Dez Grandes Relações”, de abril de 1956, Mao abordou esse ponto diretamente, reconhecendo algumas das dificuldades de equilibrar

---

<sup>43</sup> “A característica mais evidente da estratégia de crescimento agrícola de Mao”, escreve Kueh (2006, p. 712, tradução nossa), “é a mobilização da massa de trabalho”, algo que, segundo o autor, é um “fenômeno familiar” para os estudiosos do tema. Isso será retomado adiante, particularmente na quarta seção do texto.

os investimentos estatais entre a indústria pesada, a indústria leve e a agricultura da RPC, e Wei (2011, p. 6, tradução nossa) explica, ao abordar a era de Mao sob uma perspectiva de longo prazo, que

os fracassos diplomáticos e militares da China, frequentes após a Primeira Guerra do Ópio, colocavam uma questão de vida ou morte na concepção dos estudiosos e políticos chineses: quanto tempo a China teria para fortalecer sua capacidade de enfrentar as potências estrangeiras? Para eles, parecia que a China deveria correr para armar-se e fortalecer-se contra uma invasão estrangeira iminente. A prioridade tinha que ser dada às considerações externas ao invés das necessidades internas, ao desenvolvimento militar ao invés da produção de bens de consumo, à velocidade de desenvolvimento ao invés da eficiência e do equilíbrio, e para o aumento do poder ao invés da acumulação de riqueza.

Concebido pelo Comitê de Planejamento Estatal sob Chen Yun com base no modelo soviético, o Primeiro Plano Quinquenal chinês (1953-1957) regulou nacionalmente a produção e o abastecimento de cereais e outros produtos agrícolas através das cotas do Sistema Unificado de Compra e Venda. Os mercados locais perderam então sua importância, dado que o governo passou a estabelecer prévia e compulsoriamente os preços e as quantidades da produção agrícola requerida pela industrialização. Nesse processo, segundo Naughton (2007, p. 60, tradução nossa), o PCCh atribuiu preços relativamente elevados para os produtos da indústria (de propriedade estatal) e preços relativamente baixos para os produtos do campo (de propriedade dos coletivos de camponeses), de modo, escreve ele, que “o estado socialista manteve termos de troca entre o setor estatal e as famílias que eram altamente favoráveis às estatais”.<sup>44</sup>

Milaré e Diegues (2012, p. 369) evidenciam, ainda, que quase metade dos recursos desse primeiro Plano foi dirigida para atividades industriais. E muito embora a agricultura constituísse a principal fonte do excedente que deveria sustentar o crescimento industrial e urbano, ela (ao lado da silvicultura, da gestão de recursos hídricos e da meteorologia) não chegou a receber o mesmo montante dos gastos do

---

<sup>44</sup> Para assegurar o sucesso dessa política, os controles residenciais do *hukou* fixavam a população do campo em suas terras e impediam que eles buscassem empregos junto às estatais ou empresas urbanas. A conclusão de Naughton sobre os termos de troca entre a indústria e o campo chinês é corroborada por Wen *et al.* (2011).

governo destinados aos transportes e às comunicações em nenhum desses anos, alcançando apenas 7% do total dos investimentos estatais em 1955 e 9% em 1957.<sup>45</sup>

Recém-chegados ao poder, os revolucionários do PCCh pareciam acreditar que o crescimento agrícola e, por conseguinte, o crescimento industrial estava assegurado pelos sentimentos que os camponeses aparentemente nutriam por suas novas “relações de produção”. Naquele momento, como disse Mao (1972, p. 132) em 1955, a liderança do PCCh supunha que “as massas têm um entusiasmo potencial inesgotável pelo socialismo”.

O PCCh soube ensejar e aproveitar esse “entusiasmo potencial”, de modo que as massas realmente impulsionaram um crescimento médio de 18,7% na produção industrial do período e a produção anual do campo chinês elevou-se em 3,8%, enquanto a população crescia apenas 2,4% durante o Plano Quinquenal. Isso permitiu, dentre outras coisas, que os níveis salariais das cidades e do campo fossem acrescidos entre um terço e um quinto, respectivamente. Possibilitou também que o PIB chinês aumentasse a uma taxa média de 8,9%, muito superior aos 2,5% dos demais países no mesmo intervalo. Tais resultados, no entanto, somados à vontade de transformar a RPC em uma sociedade comunista dentro de pouco tempo – antes da própria URSS, talvez – sugeriram ao PCCh a possibilidade de acelerar ainda mais a coletivização e o crescimento industrial do país, o que levou o Partido a abandonar as diretrizes do Segundo Plano Quinquenal por uma arriscada política de modernização “instantânea”.

No “Grande Salto Adiante” (1958-1960), como foi chamada essa política calcada na mobilização ideológica das massas chinesas, o governo agrupou os camponeses em “comunidades populares” (*renmin gongshe*). Nestas, a produção econômica, a alimentação, o cuidado de idosos e crianças e outras atividades antes realizadas no âmbito privado passavam a ser coletivas.<sup>46</sup> Coletiva e localmente, os camponeses deveriam realizar

---

<sup>45</sup> De acordo com Pomar (1987, p. 63), entre 1952 e 1956 o setor industrial e os transportes receberam quase 80% do crédito estatal chinês (de US\$ 32 bilhões, somados a US\$ 2 bilhões dos soviéticos em materiais e técnicos). Desse percentual, a indústria pesada (sobretudo nas áreas de mineração e siderurgia) recebeu sozinha quase 90% dos investimentos, destinados à construção de grandes complexos na Mongólia Interior, em Sichuan e na Manchúria. Um registro detalhado do desenvolvimento da agricultura chinesa entre as décadas de 1950 e 1980 é dado por Lardy (1983).

<sup>46</sup> Fairbank e Goldman (2008, p. 326-328) registram que, a partir de 1958, 7 “equipes de produção” em nível de aldeia (cada uma das cinco milhões de equipes com aproximadamente 150 pessoas) passaram a formar juntos uma “brigada” e 15 brigadas, uma comunidade popular de aproximadamente 15.000 pessoas. Acima das 70.000 comunas, 2.000 condados e quase 30 regiões provinciais o governo central da RPC

obras de infraestrutura – como a expansão da irrigação – dedicar-se domesticamente à produção de bens industriais – como o aço, cujas 5,35 milhões de toneladas produzidas em 1957 deveriam dobrar para 10,7 milhões de toneladas em 1958 –, autossustentar-se e cumprir metas de produção agrícola ainda maiores para o abastecimento da indústria e dos trabalhadores urbanos.

É instrutivo observar, aqui, que a produção privada e os mercados locais não haviam desaparecido completamente com a Revolução. Conforme explica Naughton (2007, p. 66-69), até meados da década de 1950 a produção familiar era predominante no campo da RPC, mesmo com a implantação do Sistema Unificado de Compra e Venda e os incentivos do PCCh às cooperativas camponesas. Nas cidades, do mesmo modo, ainda operavam empresas privadas, embora estas fossem pressionadas a estabelecer contratos com o governo. Entre 1955 e 1956, todavia, a produção privada foi praticamente suprimida pelo advento de novas formas cooperativas e, com o Grande Salto, os incentivos materiais, as recompensas monetárias e os bônus, assim como os mercados locais no interior das províncias, foram extintos pelo PCCh.

Sobretudo para os camponeses, o Grande Salto “era a coletivização da vida como um todo”, escreve Mezzetti (2000, p. 61), e “em termos militares, com a força de trabalho dividida em batalhões, companhias, brigadas e regimentos”. Ainda segundo esse autor,

houve um esforço gigantesco para as grandes obras de irrigação, mas como devido à campanha antidireitista do ano anterior não era politicamente aceitável utilizar os técnicos, que na maioria haviam sido “mandados para baixo” e ali deviam permanecer, era preciso confiar no ardor ideológico e revolucionário e não na competência específica. (MEZZETTI, 2000, p. 61).

Não se pode afirmar que, sob Stálin, parte dos intelectuais da URSS não tenha recebido igual tratamento por parte do governo.<sup>47</sup> Mas, no que se refere papel do povo,

---

traçava as linhas gerais da produção agrícola e efetuava a distribuição de parte dela. Por sua vez, Bettelheim (1965, p. 85-87) esclarece que enquanto as equipes de produção dispunham diretamente dos campos em que trabalhavam, o uso dos meios de produção mais importantes era regulado pelos níveis seguintes da administração da comuna. No topo da mesma realizava-se a gestão dos fundos de acumulação dos demais níveis e o fornecimento dos serviços de saúde, educação e moradia. Para outro relato contemporâneo do tema, ver Dumont (1964).

<sup>47</sup> Durante a Guerra Fria, a política cultural da URSS (conhecida como *Zhdanovshchina*, por causa de seu criador Andrey A. Zhdanov), caracterizou-se por um estrito controle estatal sobre as artes, a ciência e as influências ocidentais. Ver, sobre isso, Krementsov (1997, p. 129 *et seq.*).

da massa camponesa ideologicamente motivada pelo Partido e encarada por ele como ponto chave da modernização nacional, o contraste entre os mecanismos e a estratégia de modernização entre a URSS e a RPC era patente. O mesmo vale para o ritmo das transformações sociais vislumbradas pelas respectivas lideranças partidárias, pois,

na China, a aposta na vontade política e no fervor revolucionário para superar os limites econômicos ao desenvolvimento do país não se coadunavam com a posição mais gradualista e mesmo cautelosa dos planejadores soviéticos, que viam com desconfiança as decisões dos dirigentes chineses que levaram à adoção do Grande Salto. (NABUCO, 2009, p. 39).

Ao contextualizar Mao Zedong como líder incontestado do PCCh e da RPC no período, Karl (2010, p. 102, tradução nossa) defende, no mesmo sentido, que

Mao ofereceu a teoria de um “salto” de desenvolvimento em oposição explícita ao lento, estável processo de desenvolvimento defendido pelo grupo econômico soviético (e por economistas de qualquer convicção). Ele postulou que, se as pessoas trabalhassem com um sentido suficientemente elevado de propósito, todas as barreiras existentes à produtividade poderiam ser quebradas.

Promover a “elevação moral” do povo e conformar “novas” e “superiores” “relações de produção” eram os mecanismos privilegiados para se alcançar o aumento da produção econômica nacional. “Nossa tarefa fundamental já não é liberar as forças produtivas”, eram as palavras de Mao (1977, p. 433, tradução nossa) no *Diário do Povo* de 19 de junho de 1957, “mas protegê-las e desenvolvê-las no contexto das novas relações de produção”.

Em novembro do mesmo ano, segundo registra Gucheng (1995, p. 12), Mao declarou inclusive que se a URSS era capaz de superar os EUA em 15 anos o mesmo intervalo seria suficiente para que a RPC superasse a Grã-Bretanha na produção de aço e outros produtos industriais. Mas não foi esse, é claro, o resultado do Grande Salto. Autores como Kung e Lin (2003) e Shu (2004) demonstram que por desviar os camponeses do cultivo agrícola para outras atividades – como as obras hidráulicas e a produção doméstica de aço – e permitir que as lutas internas na cúpula do Partido contra os “desvios de direita” intimidassem posições realistas sobre a situação econômica do

país, além da ocorrência de problemas climáticos e ecológicos<sup>48</sup> no período, Mao e o PCCh foram responsáveis pela pior fome do século e doenças por inanição que causaram a morte de dezenas de milhões de pessoas entre 1959 e 1962.<sup>49</sup>

Assim, se o cenário anterior ao do Grande Salto já era suficientemente difícil para a população do campo – que convivia já há muito tempo com a ausência de condições mínimas de higiene e saneamento básico, repetidos ciclos de secas e enchentes, má nutrição e miséria generalizada – os resultados dessa campanha deixaram as coisas absolutamente terríveis. Em algumas localidades, pessoas morriam de fome e não eram enterradas, para que ainda pudessem ser contadas para as cotas de comida. Relatos de canibalismo entre familiares e estranhos também foram apontados por Yang (2012).

A miséria das aldeias sob a opressão dos funcionários locais que exigiam a todo custo o cumprimento das metas estabelecidas e o imenso número de vítimas remontavam os últimos dias dos *taipings* e dos nacionalistas. A situação exigia uma drástica mudança na política agrícola do país e a liderança do PCCh não deixaria de ser fortemente abalada por essa mudança. Após o Grande Salto Adiante, com efeito, instalou-se uma tensão entre duas lideranças e dois tipos respectivos de mecanismos para a realização da modernização chinesa sob o comando do PCCh.

Liu Shaoqi, Vice-Presidente do Partido desde o VIII Congresso, realizado em 1956, Deng Xiaoping, Chen Yun e outros líderes do PCCh começaram a questionar as concepções de Mao e afastar-se do “voluntarismo” de algumas de suas posições sobre a economia do país. Autores como Wang (1982), Goodman (1994, p. 61-65), Spence (1996, p. 562-568), Shawki (1997), Nabuco (2009, p. 39-41) e Vogel (2011, p. 42-43)

---

<sup>48</sup> Senão todos, ao menos uma parte considerável dos problemas ecológicos foi causada pelas próprias políticas do PCCh. Em 1958, no âmbito do Grande Salto Adiante a “Campanha das Quatro Pragas” buscou eliminar os mosquitos - que transmitiam a malária; os ratos, que transmitiam a peste bubônica; as moscas, responsáveis por uma série de doenças; e os pardais, que comprometiam as sementes, frutas e grãos, comendo parte dos pomares e colheitas. Contudo, já em 1959 houve uma enorme proliferação de insetos – que antes eram devorados pelos pardais –, o que comprometeu severamente a produção agrícola nacional e o abastecimento da população.

<sup>49</sup> Estudos recentes, como o de Yang (2012), estimam que houve pelo menos 36 milhões de mortos. Dikötter (2010) estima a dimensão da tragédia em um novo patamar, apresentando o número de quase 50 milhões de mortes. Em 30 de janeiro de 1962, Mao declararia que “todos os erros cometidos no Centro constituem minha responsabilidade direta e participo indiretamente na culpa porque sou presidente do Comitê Central. Não quero que os outros encubram a sua responsabilidade, mas o principal responsável sou eu” (MAO apud SCHRAM, 1974, p. 117). Sobre o apoio de Deng e outros membros da liderança do PCCh a Mao e ao lançamento do Grande Salto no período, ver Deng (1984, p. 262, 263 e 281).

indicam essa mudança. D’Mello (2009) fala da formação de duas “facções” na cúpula do PCCh, uma em oposição e outra em aliança com Mao. Outros autores asseveram, como Dittmer (1974, p. 54, tradução nossa), que houve uma “tendência objetiva do grupo dominante [do Partido] prematuramente transferir sua lealdade de Mao para uma liderança coletiva de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping”.

Enquanto um longo processo de transição da liderança política e dos mecanismos privilegiados pelo PCCh na busca da modernização nacional, pode-se dizer que o “Grande Rompimento” começou aqui.

Abaladas as quimeras maoistas, o Comitê Central tentava agora investigar as razões do fracasso do Grande Salto, diminuir as exigências do governo aos camponeses e apontar políticas alternativas para a retomada do desenvolvimento da RPC, políticas essas que contemplavam a volta dos incentivos materiais e a reabertura dos mercados locais. Propunha-se, sob a oposição declarada de Mao, liberar parte da produção camponesa em pequenos lotes privados<sup>50</sup>, fixar as cotas exigidas pelo governo por família e dar mais autonomia às empresas das comunas, bem como à indústria leve (alimentos, têxteis etc.).

O conhecido provérbio sichuanês “não importa se o gato é preto ou amarelo; desde que pegue o rato é um bom gato” foi lembrado por Deng (1992, p. 305, tradução nossa) nesse contexto, em uma conversa com membros do PCCh em julho de 1962. Mais à frente, nessa mesma conversa, Deng afirmaria também que os comunistas chineses já haviam passado por muitas campanhas ideológicas sem resultados exitosos. Eles “lançaram um movimento para cada e toda tarefa”, dizia, e “todos eles de escopo nacional”, os quais “não foram bem-sucedidos”.

Ora, essa nova ênfase de Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e outros membros da liderança do PCCh no avanço das “forças produtivas”, através de políticas

---

<sup>50</sup> Em agosto de 1964, por exemplo, quando essa medida estava sendo executada, Mao (2008, p. 213) declarava que “dividir a terra e dá-la aos camponeses é transformar a propriedade dos proprietários de terras feudais na propriedade individual dos camponeses, e isso ainda permanece dentro dos limites da revolução burguesa”. Segundo ele pensava, “consolidar a Nova Democracia, e continuar consolidando-a para sempre, é comprometer-se com o capitalismo. A Nova Democracia é uma revolução democrático-burguesa sob a liderança do proletariado. Ela só atinge os proprietários de terras e a burguesia *comprador* [*sic*]; não afeta de modo algum a burguesia nacional”. A “Nova Democracia”, como o próprio trecho sugere, era entendida por Mao e pelos comunistas chineses como a primeira etapa da revolução chinesa, a fase democrática que antecedeu a revolução socialista e estava baseada na aliança entre o GMD e o PCCh, bem como entre os grupos sociais que eles representavam.

descoletivizadoras, colocava-se em franca oposição ao aprofundamento da coletivização dos meios de produção e da retificação ideológica do povo, defendido por Mao e seus aliados.

Outras propostas indicadas à época pela liderança em ascensão no PCCh, como o aumento dos investimentos em tecnologia, a reorganização das comunas e uma reorientação qualitativa do sistema educacional inclusive renunciaram medidas adotadas na era de Deng, após 1978. Todavia, nesse momento todas elas permaneceriam contidas sob um Partido que também endossava o adágio maoista “nunca esqueça a luta de classes” e tentava reviver o fervor da primeira “Campanha de Retificação”, na Yan’an da década 1940.

Os anos de 1963 e 1964 oferecem outras evidências muito significativas de que a cúpula do Partido estava então embaraçada com essas duas posições sobre a direção em que a modernização chinesa deveria seguir – a ênfase no avanço das “forças produtivas”, através de políticas descoletivizadoras, ou o aprofundamento da coletivização dos meios de produção e da retificação ideológica do povo. Nesses anos, como percebido por Pomar (1987, p. 116-119), enquanto o Primeiro-ministro Zhou Enlai, por exemplo, discursava sobre a necessidade de realizar “quatro modernizações” na RPC – modernizar a indústria, a agricultura, a ciência e a tecnologia e a defesa nacional<sup>51</sup> – ele próprio parecia considerar “direitistas burguesas” e “capitulacionistas” medidas como a ampliação dos mercados locais, a fixação de cotas de produção por família, a permissão de atividades econômicas individuais e a multiplicação de pequenas empresas autônomas. Ainda assim, com as “quatro modernizações” Zhou via o desenvolvimento da RPC como algo menos espontâneo, como um processo de longo prazo.

Também estava em curso no período o “Movimento de Educação Socialista” (1963-1966), lançado contra “desvios ideológicos” como as fraudes nos informes sobre a produção durante o Grande Salto e o aumento da corrupção que se seguiu a ele. Textos como “De Onde Provêm as Ideias Corretas?”, escrito por Mao em maio de 1963, revelam

---

<sup>51</sup> Já em setembro de 1954, de acordo com Gucheng (1995, p. 422), Zhou Enlai falou ao I Congresso Nacional do Povo sobre “quatro modernizações” a realizar na RPC, que compreendiam então a indústria, a agricultura, os transportes e a defesa nacional. Mao substituiu os transportes pela “ciência” e a “cultura” em um discurso de 1957. Em conferências e discussões com o PCCh do início da década de 1960, Zhou definiu os contornos finais – com a ciência e tecnologia – e reafirmou a importância dessas modernizações.

a crença do dirigente e de uma fração do Partido em tornar a RPC um “grande e poderoso país socialista” mediante a adoção de uma ideologia “correta” por parte da vanguarda. Dizia o líder:

[...] é necessário educar nossos camaradas na teoria materialista dialética do conhecimento, para que possam orientar seu pensamento de modo correto, tornar-se bons na investigação e no estudo, acumular experiência, vencer as dificuldades, cometer menos erros, fazer melhor seu trabalho, lutar para fazer da China um grande e poderoso país socialista e ajudar as amplas massas de explorados e oprimidos de todo o mundo, no cumprimento de nosso grande dever internacionalista. (MAO, 2008, p. 206).<sup>52</sup>

Sem embargo, o “Grande Rompimento” em curso não era o resultado apenas de questões internas da RPC, menos ainda de desvios pessoais do “materialismo dialético”. Como será evidenciado na subseção seguinte, as controvérsias teóricas, ideológicas e políticas da liderança do Partido em seu objetivo de modernizar a RPC desviam-se, substancialmente, às diferentes percepções sobre o contexto internacional e, por extensão, sobre as formas possíveis de equilibrar o encaminhamento das questões internas e externas do país a fim de torná-lo “um grande e poderoso país socialista”.

Tanto durante o Grande Salto quanto nos anos seguintes a ele, a natureza e o ritmo das transformações internas da RPC precisavam ser judiciosamente equilibrados com as possibilidades de uma invasão militar das potências estrangeiras. Dessa forma, uma dada política interna poderia melhorar o padrão de consumo e as condições de vida do povo no curto prazo, mas, ao desviar recursos dantes destinados à industrialização pesada e à defesa nacional, acabaria colocando em risco o próprio povo e sua soberania futura. O dilema da liderança do Partido era, portanto, contrabalancear as “desordens internas” (*neiluan*) com a ameaça de uma “catástrofe externa” (*waihuan*), algo que as dinastias chinesas do passado já haviam enfrentado.

Isso é o que entende George Wei (2011), por exemplo, ao situar as diferenças políticas entre a liderança do PCCh sobre a gravidade dos problemas nacionais e das questões internacionais da China – diferenças essas subjacentes às discordâncias

---

<sup>52</sup> “Mao”, lembra Nabuco (2009, p. 51), “além da campanha de reeducação, lançaria outras três campanhas relacionadas até 1965, educação revolucionária para a juventude, educação socialista no campo e vigilância sobre os intelectuais, que eram vistos por ele como os portadores do projeto de restauração burguesa. Todas estas campanhas encontraram resistência no partido”.

políticas entre Mao Zedong e Liu Shaoqi, sucessor daquele na Presidência do país desde 1959. De acordo com o historiador da Universidade de Macau,

Liu acreditava em incentivos materiais, na eficiência econômica, na elite do poder, na necessidade de evitar o conflito social – e a natureza de tais políticas eram consideradas capitalistas naquele momento. Em contraste, Mao tentou priorizar o desenvolvimento das indústrias militares e pesadas sobre a indústria leve e a necessidade de melhorar a vida diária das pessoas. Ele lançou o Grande Salto Adiante e o movimento de massas para a produção de aço em 1957. Por detrás do *slogan* “Superar a Grã-Bretanha em 15 anos e os EUA em 50 anos” estavam a vigilância dos comunistas e sua estratégia defensiva contra uma presumida invasão imperialista. (WEI, 2011, p. 8, tradução nossa).

Segundo esse autor, Liu Shaoqi não esperava um conflito iminente contra alguma nação estrangeira e, por essa razão, apresentava a realização das reformas econômicas acima indicadas como algo essencial para a RPC.

Apesar disso, como será discutido na subseção seguinte, as mudanças no ambiente internacional da década de 1960 colocaram o PCCh e a nação em uma posição pouco confortável para aquelas reformas, já que eles passaram a se sentir acuados pelas duas superpotências rivais do mundo, “entre o Muro de Berlim e a Muralha da China”.

Mais adiante, na seção três, ver-se-á com mais clareza que tais mudanças privilegiaram a percepção de Mao, o que permitiu que tanto a liderança maoista como os mecanismos modernizadores tradicionalmente empregados pelo Partido impusessem uma suspensão temporária ao “Grande Rompimento” durante a década da Revolução Cultural (1966-1976). Assim, em nome da soberania chinesa a ênfase no avanço das “forças produtivas” e nas políticas descoletivizadoras que Liu, Deng e outros dirigentes buscavam promover na RPC foram revogadas por um novo aprofundamento da coletivização dos meios de produção e da retificação ideológica do povo.

## 2.4 “ENTRE O MURO DE BERLIM E A MURALHA DA CHINA”

Desde 1949, os soviéticos vinham fornecendo o apoio externo fundamental e

praticamente único à modernização da RPC, compartilhando seu modelo da planificação, recursos técnicos e econômicos para a industrialização pesada, a instalação de uma rede de comunicações e produção energética, além de sua influência cultural na arquitetura, educação e outros campos. Com o fim da Guerra da Coreia, os soviéticos ainda aumentaram sua colaboração com as forças armadas chinesas e os vínculos entre o PCCh e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) pareciam estreitar-se. Isso foi registrado por Mao no conhecido texto “Sobre o Modo Correto de Lidar com as Contradições em Meio ao Povo”, de fevereiro de 1957. Escreve ele:

Para transformar a China num país industrial, precisamos aprender conscientemente com a experiência avançada da União Soviética, que vem construindo o socialismo há quarenta anos, e cuja experiência é muito valiosa para nós. Deixe-nos perguntar: quem projetou e equipou tantas fábricas importantes para nós? Foram os Estados Unidos? A Inglaterra? Não, nem uma, nem outra. Só a União Soviética tinha vontade de fazê-lo, porque é um país socialista e nossa aliada. (MAO, 2008, p. 172).

Noutro sentido, os anos em que os soldados chineses lutaram nas Coreias ampliaram a percepção popular do “imperialismo ocidental”, principalmente o praticado pelos EUA, algo que transparecia na literatura, na cobertura jornalística do conflito e nas campanhas para “Resistir à América e Ajudar a Coreia”. Conforme registra Spence (1996, p. 504), “o envolvimento americano na Coreia era apontado como uma prova evidente das ambições dos EUA no Leste da Ásia e do ódio implacável dos Estados Unidos pela China e pelo povo chinês”. Após a Guerra da Coreia, os EUA ainda assinaram tratados bilaterais de defesa com Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas.<sup>53</sup> E a intervenção americana na Guerra do Vietnã entre 1965 e 1973, se bem que fracassada, reforçou a percepção que os chineses já tinham dos EUA à época.<sup>54</sup>

Esse frágil equilíbrio foi desfeito pela tentativa da RPC em 1958 de anexar as ilhas Quemoy e Matsu, em disputa com Taiwan. Cientes de um possível conflito com os EUA

---

<sup>53</sup> Até a década de 1970, escreve Cumings citado por Arrighi (2008, p. 350), “todos se tornaram Estados semi-soberanos, com profunda penetração das estruturas militares norte-americanas (controle operacional das forças sul coreanas, patrulhamento do estreito de Formosa [Taiwan] pela Sétima Esquadra, instalações de defesa nos quatro países e bases militares nos respectivos territórios), e incapazes de manter iniciativas de defesa ou política externa independente.”

<sup>54</sup> Por sua vez, a visão americana da época sobre a atitude antiocidental na RPC foi registrada em filmes como *China: as Raízes da Loucura* (*China: The Roots of Madness*), de 1967, escrito pelo jornalista Theodore White.

– que anunciaram a instalação de mísseis em Taiwan no ano de 1957, pouco antes do lançamento do Grande Salto – os comunistas chineses acabaram sendo acusados pelos soviéticos de insuflar uma catástrofe nuclear. Como expõe Hobsbawm (2010, p. 226), Mao teria inclusive dirigido às preocupações do líder italiano Palmiro Togliatti sobre uma eventual guerra atômica a seguinte e perversa frase: “Quem lhe disse que a Itália deve sobreviver? Restarão milhões de chineses, e isso será bastante para a raça humana continuar”. Admitir esses riscos, comenta Losurdo (2009, p. 115),

é uma atitude que, aos olhos dos dirigentes soviéticos, indica uma limitação nacionalista e provinciana, mas aqueles, por sua vez, são suspeitos de se fazerem de surdos, por cálculo egoístico e oportunista, às exigências de emancipação e resgate dos povos coloniais ou ex-coloniais.

Ainda consoante esse autor, as dimensões concretas do impasse eram que Beijing enfrentava os riscos de um desmembramento territorial por um eventual ataque partindo das ilhas próximas de Taiwan, ao passo que Moscou tentava “degelar” as relações com Washington, dentre outras razões para minorar o enorme peso econômico da “corrida armamentista” que caracterizou a Guerra Fria.

Desde muito tempo, é verdade, as aproximações entre os comunistas chineses e os soviéticos não estavam isentas de tensões relevantes, provocadas, por exemplo, pela insistência do Comintern sobre a “aliança estratégica” entre o PCCh e o GMD na década de 1920, as críticas à guerra de guerrilha na década de 1930 e os insucessos da primeira visita de Mao a URSS, em dezembro de 1949.<sup>55</sup> Mas isso chegaria a um extremo após a morte de Stálin, no ano de 1953, e nos desdobramentos da assim chamada “desestalinização”.

Em fevereiro de 1956, o Primeiro Secretário do PCUS, Nikita Khrushchev, surpreendeu o XX Congresso do Partido Comunista da URSS com as denúncias do relatório “Sobre o Culto à Personalidade e Suas Consequências” e a proposta de coexistência pacífica entre os blocos socialista e capitalista. Khrushchev também criticou

---

<sup>55</sup> Como resume Spence (1996, p. 498), “depois de oito semanas de negociações, tudo que Mao conseguiu foi um tratado de segurança que protegeria a China em caso de ataque do Japão; créditos no valor de 300 milhões de dólares americanos, a serem pagos em prestações iguais ao longo de cinco anos; e a promessa dos russos de evacuar Lushun e Dalian até 1952, quando voltariam a fazer parte da China”. Além disso, complementa, “em um golpe amargo, Mao foi obrigado a aceitar a existência de uma República Popular da Mongólia independente, que por definição continuaria firmemente sob influência soviética”.

o Grande Salto Adiante e recusou um pedido de crédito suplementar da RPC em 1958. No ano seguinte, interromperia unilateralmente a cooperação nuclear com os chineses.

Mao acusou Khrushchev de “revisionismo”<sup>56</sup> em 1961, ano em que o Muro de Berlim estabilizava a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa, e Deng compartilhava das preocupações de Mao sobre essas questões. Como Secretário-geral do PCCh, Deng compunha a delegação chinesa no XX Congresso em Moscou e foi um dos primeiros estrangeiros a conhecer o teor das denúncias de Khrushchev. As mesmas parecem tê-lo impressionado bastante, pois Deng (1992, p. 204-238) fez várias referências aos problemas do “culto à personalidade” na RPC e enfatizou a ordem do centralismo democrático em seu relatório sobre a Constituição do PCCh, escrito em setembro de 1956. No novo texto da Constituição suprimiram-se quaisquer referências ao “Pensamento de Mao Zedong”. No entanto, Deng também abordaria as questões que esse momento colocava de um ponto de vista radicalmente nacional, algo demonstrado nos debates subsequentes sobre a autonomia dos países no interior do bloco socialista.

A cultivada habilidade política de Deng, a reação satisfeita de Mao e do PCCh e os efeitos internacionais de suas declarações entre 1956 e 1963 – como as acusações de que Khrushchev causara um grande “caos” no socialismo internacional e que, encaminhando acordos com o Ocidente, tentava agora assumir uma posição autoritária em relação à RPC – foram registradas por autores como Zubok (1997).

Não se sabe até que ponto esses debates influenciaram a troca de Khrushchev por Leonid Brezhnev em 1964, mas o PCUS não alterou a linha política que o PCCh o acusava de adotar para com o bloco socialista. Em 1968, quando os líderes da antiga Checoslováquia tentaram reformar aspectos políticos de seu regime, a Doutrina Brezhnev (segundo a qual “um estado” socialista poderia interferir nos assuntos de “outro estado”, com a finalidade de “preservar o socialismo”), materializou-se na invasão de Praga por tropas soviéticas.

O ápice da contestação entre os dois maiores partidos comunistas do mundo – o

---

<sup>56</sup> Nas primeiras décadas do século vinte, o termo estava associado a autores e políticos que, embora partindo de um referencial teórico marxista, colocavam em questão uma série de conclusões de Marx, como suas previsões sobre o desenvolvimento do capitalismo e a alegada necessidade da revolução socialista. Depois de 1945, segundo explica Coates (2001, p. 323), “[...] o revisionismo tornou-se um termo pejorativo, usado pelos partidos comunistas para criticar as práticas de outros partidos comunistas e denegrir aqueles que criticaram suas políticas, programas e doutrinas”.

PCCh e o PCUS – foi a ruptura completa das relações entre a RPC e a URSS, marcado pela saída de todos os técnicos e assessores soviéticos que atuavam no território chinês em 1960<sup>57</sup> e de conflitos armados entre os dois países no ano de 1969.

Pode-se concluir, então, que, como a própria Rússia nos anos 1920, as possibilidades da RPC voltar-se para o desenvolvimento de indústrias leves, não militares, ou receber apoio de países mais desenvolvidos para o avanço de suas “forças produtivas” estavam gravemente comprometidas na década de 1960. Nesse período, insinuavam-se conflitos internacionais que poderiam levar os chineses à ruína pelas mãos dos países mais “desenvolvidos”, como ocorrera aos Qing no século dezanove.

É precisamente nesse sentido que a irrefletida declaração atribuída a Mao sobre uma possível guerra atômica encobre algo que ainda poucos autores, dentre eles Naughton (1988) e Mohanty (1998), parecem ter ressaltado. Afastando-se da política de desenvolvimento dos anos imediatamente posteriores ao Grande Salto, entre 1964 e 1971 o PCCh recorreu a um programa militar de larga escala chamado “Terceira Frente” ou “Terceira Linha” (*san xian*). Ao lado das duas primeiras frentes de defesa, que abrangiam, respectivamente, as áreas do leste e do centro da RPC, a terceira cobria o oeste e sudoeste do país. Para essa região, especialmente às províncias de Sichuan e Guizhou, seriam levados gigantescos complexos industriais e econômicos.

Em trabalho posterior, Naughton (1993, p. 495) comenta que no ano de 1964 Chen Yun e o secretariado de Deng elaboraram o esboço do Terceiro Plano Quinquenal, endossando a necessidade ainda presente de recuperar a agricultura e os níveis de consumo anteriores ao Grande Salto. No mesmo ano, porém, a intervenção de Mao forçou uma revisão do Plano em prol da “Terceira Frente”. O Presidente do Comitê Central enfatizava a necessidade de direcionar os investimentos para a indústria pesada, a fim de assegurar a soberania da nação.

Devemos prestar muita atenção à construção da Terceira Frente: ela é uma

---

<sup>57</sup> Uma indicação dos efeitos desse acontecimento encontra-se nos dados levantados por Fairbank e Goldman (2008, p. 332), segundo os quais havia cerca de 10.000 especialistas soviéticos no país. Embora apresente um número muito inferior de especialistas e consultores (1.390), Spence (1996, p. 555), afirma que essa saída provocou o cancelamento de 343 grandes contratos e 257 projetos técnicos. Esse autor lembra ainda que a primeira bomba atômica chinesa foi chamada de “596” em referência ao ano e mês em que Khrushchev interrompeu a cooperação nuclear entre os dois países, e que seu teste ocorreu dois dias depois da derrubada do líder na URSS.

maneira de ganhar tempo contra os imperialistas, contra os revisionistas... Na construção da Terceira Frente, nós começamos a construir aço, armamentos, máquinas, produtos químicos, petróleo e áreas com estradas de ferro, de modo que, se a guerra irromper, não temos nada a temer. (MAO apud MOHANTY, 1998, p. 1443, tradução nossa).

Quase metade das inversões do Terceiro Plano Quinquenal, executado entre 1966 e 1970, destinaram-se à “Terceira Frente”, cujo objetivo era evidentemente construir bases industriais autossuficientes no interior da RPC, fixadas estrategicamente nesse período de grande tensão, tanto com o “imperialismo” do bloco capitalista quanto com o “revisionismo” do bloco socialista. Nesses anos, como se sabe, o PCCh estava rompendo com o PCUS, conjecturava um ataque americano partindo de Taiwan e acompanhava a Guerra do Vietnã.

O Partido também estava aparelhando a defesa nacional com a “Terceira Frente” e, de acordo com Bachman (2007, p. 100), os impactos do programa para o setor militar chinês fizeram-se notar mesmo muito tempo depois de seu encerramento: das 157 empresas de munição sob a administração do governo central em 1990, 96 eram produto do período da “Terceira Frente”. O mesmo é válido para mais de 100 das 143 empresas de aviação na RPC e mais da metade de todas as fábricas de mísseis em 1985.

Ao fim do programa, em 1971, o PCCh daria início a um Quarto Plano Quinquenal. Entrementes, segundo Naughton (1990, p. 747), esse plano também estabelecia metas elevadas para a produção de aço e mantinha a defesa e a autossuficiência regional como focos principais.<sup>58</sup> Somente a partir do Sexto (1981-1985) e do Sétimo (1986-1990) planos as metas seriam reduzidas e contemplariam de modo mais adequado o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo.

---

<sup>58</sup> Deve-se recordar ainda, conforme dados apresentados por Bennet (1985, p. 92), que entre 1952 e 1978 o crescimento médio anual da produção da indústria pesada chinesa foi de 13,6%, enquanto o da indústria leve foi de 9,1%. Para o mesmo período a agricultura apresentou taxas correspondentes de 3,3%. Por sua vez, Naughton (2007, p. 80) registra que entre 1952 e 1978 a formação bruta de capital fixo cresceu a uma taxa média anual de 10,4% (e era 13 vezes maior no último ano, em relação ao ano de início), enquanto o consumo das famílias cresceu apenas 4,3% em média (e era apenas 3 vezes maior em 1978). A participação relativa do setor terciário para o PIB do país chegou inclusive a declinar, passando de 29% para 24% no mesmo intervalo.

## 2.5 LEGADOS DA ERA DE MAO PARA A MODERNIZAÇÃO CHINESA

Nesse ponto do texto, é interessante proceder com uma breve avaliação dos legados da era de Mao para a modernização chinesa. Isso é necessário, aliás, pelo fato de ser comum encontrar em textos ocidentais sobre a RPC após 1978 ou mesmo nas avaliações chinesas sobre as reformas desse período uma dicotomia simplista quanto às contribuições de Mao e Deng para o país. Ao passo que o período de liderança do primeiro dirigente, entre 1949 e 1976, é descrito como uma era de caos social e poucos avanços nas “forças produtivas” nacionais, um crescimento econômico sem paralelo é apontado como a conquista histórica da liderança de Deng. Apesar da persistência dessa descrição, umas poucas palavras são suficientes para desfazer seu equívoco. Como lembra Lyrio (2010, p. 36),

se o produto interno chinês cresceu, desde o começo das reformas econômicas lançadas por Deng Xiaoping, em 1978, até 2008, a uma impressionante taxa média de 9,5% ao ano, três vezes a média dos EUA, não se pode negligenciar o fato de que, mesmo nos trinta anos precedentes, de 1948 a 1978, período marcado por grande instabilidade política e econômica – Revolução de 1949, “Grande Salto Adiante”, retirada da ajuda econômica e técnica da URSS após o cisma sino-soviético, Revolução Cultural –, o crescimento do produto chinês foi, em média, de 6% ao ano.

Os números falam por si mesmos, apesar de declarações do próprio Deng que subestimam alguns êxitos econômicos do período entre a fundação da RPC e a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh.<sup>59</sup> Além desses números, todavia, viu-se, acima, que entre as décadas 1950 e 1970 tanto a organização coletiva e autossustentada da economia quanto o direcionamento dos investimentos estatais para a defesa industrial e militar da RPC depõem sobre um contexto histórico específico, no qual as possibilidades de avanço científico e tecnológico nacional estavam constrangidas externamente e o modelo de modernização historicamente defendido pelo PCCh

---

<sup>59</sup> Sobre os avanços obtidos pelo PCCh entre 1949 e 1978, em conversa já citada com um Primeiro-ministro da antiga Checoslováquia, por exemplo, Deng (1987, p. 175, tradução nossa) dizia que “quando nós dizemos que fizemos um trabalho relativamente bom, isso se aplica apenas aos últimos oito anos [1979-1987]. Nós perdemos muito tempo, especialmente na década da Revolução Cultural, quando criamos problemas para nós mesmos com resultados desastrosos”.

enfetizava, internamente, as mobilizações ideológicas como base das transformações nas “relações de produção” e “forças produtivas” da sociedade.

As especificidades organizacionais, teóricas e ideológicas do maoísmo serão tratadas com mais detalhes na quarta seção do texto. Por ora, pode-se reter, com Wei-Wei (2010, p. 14, tradução nossa), que “as duas características distintivas da abordagem maoista eram o papel da ideologia e a mobilização maciça de trabalho”. Especialmente no Grande Salto, registra Bramall (2006, p. 686, tradução nossa), a modernização da RPC dependeu da “mobilização do trabalho rural para sustentar a industrialização, a mecanização da agricultura e o aumento da rede de irrigação”.

É preciso compreender, em todo caso, que as conquistas da era de Mao, mesmo aquelas relativas ao Grande Salto, foram importantes para a modernização da RPC e para as próprias políticas modernizadoras da era de Deng, que serão abordadas na seção seguinte do trabalho.

Como observam Milaré e Diegues (2012, p. 373), entre 1952 e 1976 a participação da agricultura no PIB da RPC se reduziu em expressivos trinta pontos percentuais (de 72% para 42%) e a participação da indústria se elevou de 7% para mais de 30%, apesar do parque industrial instalado no país ser “atrasado” e a economia permanecer “fechada”. Os autores avaliam ainda, aproximando-se aqui de Arrighi (2008) e Zhun (2012), que a ampliação da área irrigada no país de 317.000 hectares em 1952 para 24.228.000 em 1976, tendo um grande impulso no Grande Salto, e a criação de indústrias de insumos agrícolas são contribuições notáveis do período para realização das reformas posteriores. A Tabela 1, adiante, reforça essa conclusão.

**TABELA 1 – DADOS DE PRODUÇÃO DA ERA DE MAO E ANOS SEGUINTE<sup>60</sup>**

Ano/Item	1952	1978	1984
Eletricidade (bilhões de kwh)	7	257	375
Carvão (milhões de toneladas)	66	618	772
Cimento (milhões de toneladas)	3	65	121
Fertilizantes químicos (milhões de toneladas)	< 1	9	15
Aço bruto (milhões de toneladas)	1	32	43
Grãos (milhões de toneladas)	164	305	407
Algodão (milhões de toneladas)	1	2	6
Carne de boi, porco e carneiro (milhões de toneladas)	3	6	15
Produtos da aquicultura (milhões de toneladas)	2	6	5

Fonte: Bennet (1985, p. 92).

<sup>60</sup> Sobre o grau de confiabilidade dos dados econômicos da China ver Koch-Weser (2013).

Uma avaliação complementar é dada por Medeiros (2008, p. 8), quem afirma que, no fim da era de Mao, a RPC apresentava uma estrutura “semi-industrializada”, com a ampla maioria da população ainda ocupada na agricultura aldeã, “reduzida participação de trabalhadores qualificados na população economicamente ativa” e “baixa diversificação nos padrões de consumo”. Do ponto de vista das relações internacionais, complementa ele, “vivia de forma semi-autárquica”.

Ainda que se possa concordar com esse autor, é mister reconhecer que a unidade do governo nacional sob o PCCh e a posição internacional da RPC relativamente estável foram duas conquistas da era de Mao (das quais, aliás, dependiam futuras conquistas do país).

Como percebe Anderson (2010, p. 14), os últimos anos de governo de Mao legaram ao período posterior uma situação estável no campo chinês e a inexistência de conflitos externos diretos, dois fenômenos que ocorriam “pela primeira vez na história moderna do país”. Essa também parece ser a compreensão de Amin (1986, p. 91) quando o autor escreve que

a China conseguiu durante todo esse período [1949-1976], manter e consolidar sua autonomia nacional. Ela instalou, sem auxílio externo [*sic*], um sistema industrial completo, dando-lhe uma capacidade de defesa nacional e um poder de negociação internacional que não são negligenciáveis. A tecnologia importada pode ser absorvida, ajustada dentro do possível ao caráter socialista da sociedade, criando as bases de uma capacidade criativa neste assunto, o que pode lhe permitir o desenvolvimento das forças produtivas de um novo tipo.

No mesmo sentido, Lyrio (2010, p. 150-151) complementa ainda que, apesar de seus excessos e recuos históricos, o triunfo revolucionário de 1949, liderado por Mao,

[...] restaurou tanto o sentimento de dignidade nacional após um século de humilhações externas quanto a capacidade do Governo central de controlar e administrar o país, o que não significa pouco numa China que, tradicionalmente governada por regimes autocráticos, viveu quase acéfala durante a primeira metade do século XX. Justamente por ter restaurado uma tradição de autoridade e de centralização política que havia sido solapada pela falência do Império Qing e pelo jugo estrangeiro foi que o PCC[h] conseguiu tornar-se uma espécie de herdeiro de uma tradição de governos fortes e respeitados interna e externamente.

Ressalvas como essas são de grande importância para uma apreciação mais ampla do que foi realmente o “Grande Rompimento” e de qual é o lugar da era de Deng Xiaoping nesse processo. Na seção seguinte, ver-se-á que, além dos legados da era de Mao, as mudanças no plano externo e interno possibilitam, na era de Deng, um redirecionamento da RPC no sentido de abrir-se ao mundo exterior e permitir que a “superestrutura” e as “relações de produção” vigentes no país fossem adaptadas a avanços ulteriores das “forças produtivas” nacionais. Isso está no centro da aludida mudança nos mecanismos adotados para fazer prosseguir o processo de modernização do país e consolidar a soberania chinesa.

### 3. A MODERNIZAÇÃO CHINESA NA ERA DE DENG XIAOPING

Em virtude de deslocamentos militares e realocações funcionais, os escritos e discursos de Deng Xiaoping do período que vai de 1927 a 1965 foram publicados em variados órgãos oficiais do PCCh e, evidentemente, refletem tanto as atividades políticas de Deng como a trajetória do Partido. Dispostos nas *OEDX I*, os textos são quase todos breves, tratam de questões práticas mais imediatas e adotam um tom normativo quanto ao trabalho político e a propaganda ideológica do PCCh junto às massas chinesas. Por razões que serão explicitadas na quarta seção do trabalho, há nesses textos de Deng escassas referências ou citações a qualquer autor (marxista ou não), restando apenas algumas alusões genéricas ao “marxismo-leninismo”.

Nessa fase, Deng e outros adeptos do maoísmo faziam oposição à linha revolucionária do Comintern no interior do PCCh. No inverno de 1942, Deng já entregara uma autocrítica sobre os insucessos do VII Exército Vermelho e do Soviete do Rio Yu e enfrentara a oposição “bolchevique” no Soviete de Jiangxi.

Ironicamente, ele acabou sofrendo dois expurgos do PCCh na fase da Revolução Cultural, o período de fastígio do maoísmo. Esse é o tema explorado pela subseção seguinte. Nas demais subseções, o assunto tratado é a chegada de Deng ao centro do governo da RPC, com a ascensão de seus aliados à cúpula do Partido e a implementação dos mecanismos que caracterizaram o “Grande Rompimento”.

#### 3.1 REVOLUÇÃO CULTURAL E *DÉTENTE* GEOPOLÍTICA (1966-1976)

A produção agrícola chinesa voltou a atingir os níveis anteriores ao Grande Salto Adiante apenas em 1965, depois que as comunas populares sofreram o abandono dos “altos-fornos” artesanais, uma moderada ampliação dos lotes individuais, das atividades

domésticas e outras medidas de reajuste econômico.<sup>61</sup> Como escreve Baum (2010, p. 6, tradução nossa), “[...] o Grande Salto foi discretamente, embora efetivamente, desmantelado por dois dos mais sensatos e pragmáticos tenentes de Mao, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping”. Todas essas medidas refletiam, de fato, o “Grande Rompimento” em curso desde o fim do Grande Salto, com a reorganização da liderança da RPC, a presidência de Liu Shaoqi desde 1959 e, em menor medida, o trabalho de Deng como Secretário-geral do PCCh. Em 1961, quando Mao convocou uma reunião com a cúpula dirigente para discutir a reorganização das comunas,

ele [Mao] descobriu, para sua irritação, que, sem seu conhecimento prévio, muitas decisões chave do plano já tinham sido delineadas sob a supervisão de Deng Xiaoping. E mesmo as políticas que Mao propôs agora precisavam ser feitas através de canais regulares, nos quais os funcionários do Partido entenderiam suas usualmente vagas diretivas à luz de suas próprias propensões. (DITTMER, 1974, p. 50-51, tradução nossa).

Nesse momento, Mao ainda podia contar com o apoio de alguns jornais do PCCh, milhões de quadros do Partido e o Ministro da Defesa, Lin Biao, cuja organização da obra *Citações do Presidente Mao Zedong* – o “livro vermelho” – demonstrava seu empenho em fortalecer a liderança ideológica de Mao junto ao ELP. Com tal apoio e uma nova campanha de mobilização popular, Mao tentaria contornar a perda pessoal de poder no Partido e no governo, mudando dramaticamente os rumos da modernização chinesa.

Em agosto de 1966, durante a 11ª Sessão Plenária do VIII Comitê Central, foi aprovado o lançamento da conhecida “Grande Revolução Cultural Proletária” – até hoje uma das mais temerárias decisões do PCCh.<sup>62</sup> Ao lado da “Terceira Frente”, discutida na seção anterior, essa campanha realmente conseguiu suspender temporariamente o “Grande Rompimento”, alterando o curso das reformas no campo e a posição política de Mao, ainda que a um custo elevado para o país e o Partido.

Exprimindo um caráter popular, nacionalista e esteticamente modernizador, a campanha buscava promover o socialismo nas artes, na literatura e destruir os “Quatro

---

<sup>61</sup> Pagotto (2006, p. 78) revela que já em 1961 foram transferidas a propriedade dos meios de produção e a responsabilidade de gestão econômica das comunas para as brigadas. A autora afirma que “as glebas privadas e os mercados livres subsistem” no período e as equipes de produção “continuam sendo a unidade de produção e administração”.

<sup>62</sup> Ver MacFarquhar e Schoenhals (2006) para um estudo detalhado sobre a Revolução Cultural.

Velhos” – antigos costumes, hábitos, cultura e pensamento. Buscava, também, remover as concepções “capitalistas” do seio do Partido. Em trecho que coteja os efeitos concretos que ela teve para os quadros do PCCh com os expurgos que Stálin realizou no PCUS, Anderson (2010, p. 7) acredita que,

ao lançar a Revolução Cultural, Mao também visou seus colegas mais próximos, em parte porque fora obrigado a admitir o fracasso do Grande Salto Adiante, quando este não podia mais ser negado, e aceitar a mudança da política agrária que lhe impuseram. Contudo, sua principal motivação foi impedir que se reproduzisse na China a casta de burocratas empedernidos que, a seu ver, estava conduzindo a URSS pós-stalinista a uma sociedade de classes indistinguível do capitalismo.<sup>63</sup>

Das fileiras do Exército, o “livro vermelho” passou para as unidades de trabalho e as escolas. Pouco depois, encarnando lemas como “a rebelião é justificada” e “é preciso destruir para poder construir”, milhões de jovens<sup>64</sup> chineses tornaram-se “guardas vermelhos” e jornadearam pelo território nacional com a missão de demolir velhos prédios e templos, arrasar objetos de arte e atacar os que seguiam pela “estrada capitalista”, fossem membros do PCCh, pais ou professores.

Com a política de descentralização e a retificação ideológica, nada menos do que cinco sextos da burocracia estatal de Beijing foram suprimidos.<sup>65</sup> Afora os casos de transferência para níveis inferiores da administração pública ou para indústrias e institutos que haviam sido entregues à jurisdição de governos locais, a maior parte desses

---

<sup>63</sup> É instrutivo recordar, porém, que a própria tendência à descentralização e autossuficiência do período do Grande Salto era responsável, em alguma medida, pela “burocratização” na RPC. “Sem dúvida”, explica Amin (1986, p. 91-92), “o princípio, justo, de ‘contar com as próprias forças’ tenha [sic] sido levado muito longe, em detrimento da racionalidade. Dois exemplos: o primeiro refere-se à autossuficiência de cada província: mesmo que esta se justifique em parte, por razões militares, em parte porque ela reduz os efeitos negativos da centralização na escala de um país com um bilhão de habitantes, essa forma de descentralização pôde contribuir para fazer renascer a velha tradição feudal de potentados locais. O segundo exemplo concerne à fabricação de equipamentos pelas fábricas, por elas mesmas utilizados, ainda que essa fabricação mesmo custosa e desperdiçadora, tenha também facilitado a aquisição de conhecimento técnico”.

<sup>64</sup> Estatísticas da época, citadas por Mezzetti (2000, p. 39), indicam que no fim da década de 1980 a RPC tinha 970 milhões de habitantes, metade dos quais contava menos de 21 anos. Assim sendo, é difícil subestimar a enorme quantidade de pessoas que devem ter estado envolvidas diretamente na campanha.

<sup>65</sup> No início de 1971, quando apenas dois dos anteriormente sete vice-primeiros-ministros continuavam a trabalhar com o *premier* Zhou Enlai, ele declarou ao jornalista americano Edgar Snow (1974, p. 25, tradução nossa) que “no passado havia 90 departamentos diretamente dependentes do governo central. Agora só haverá 26. Todos eles estão administrados por comitês revolucionários e em cada comitê o Partido forma o núcleo da direção. Anteriormente, o pessoal administrativo do governo central chegava a 60.000. Agora não são mais do que uns 10.000.”

quadros foi enviada para o campo. Lá passariam pela “reeducação socialista”, tendo o estudo do “Pensamento de Mao Zedong” e o trabalho nas comunas populares como tarefas principais.

Pode-se notar, quanto aos mecanismos empregados para a superação do passado e de entraves então presentes ao desenvolvimento do socialismo chinês, que essa campanha revivia as campanhas ideológicas anteriores e a própria tentativa do Grande Salto. Como explica Anderson (2010, p. 8), o objetivo da Revolução Cultural também era “transformar as mentes para transformar a realidade, como se as concepções intelectuais determinassem as relações sociais”. Isso claramente se afastava da teoria marxista clássica sobre a transformação histórica. Ainda assim, a participação do povo chinês na campanha ligava-se a sua percepção sobre a natureza de “classe” das instituições sociais da RPC, dado, por exemplo, que

quando os revolucionários culturais atacaram e desmantelaram parte considerável do sistema educacional, não foi apenas porque eles o enxergaram como sendo cooptado e explorado por uma elite crescente de burocratas, quadros do Partido e intelectuais. Fundamentalmente, eles sentiram que o sistema educacional em si, e, logo, sua forma atual, eram *por definição* burgueses. (SCHNEIDER, 1981, p. 295, tradução nossa, grifos do autor).

A Revolução Cultural, assevera Hobsbawm (2010, p. 456, grifo nosso), foi um movimento dirigido por Mao “[...] contra a liderança do partido que o pusera discretamente de lado, e *contra os intelectuais de todo tipo*”. Conquanto precursores da modernização chinesa, os intelectuais ocidentalizados e suas instituições seriam novamente identificados como inimigos do PCCh e do povo chinês.<sup>66</sup>

Inúmeras escolas e universidades do país foram fechadas e, a partir de 1968,

---

<sup>66</sup> A geração de cientistas chineses formados antes de 1949 estava entre os alvos principais do “criticismo” da Campanha Antidireitista, do período do Grande Salto e da Revolução Cultural. Ainda segundo Schneider (1981, p. 294, tradução nossa), porém, a última campanha destacou-se na literatura sobre o tema como a que apresentou desdobramentos mais dramáticos para a camada dos intelectuais e o desenvolvimento científico e tecnológico da RPC, devido ao “[...] fechamento do ensino e da pesquisa nos centros universitários chineses, bem como alguns institutos de pesquisa; dissolução de sociedades profissionais e periódicos; descentralização do planejamento de pesquisa e prática; tomada da administração de instituições de pesquisa de experientes profissionais especialistas, dando-a para ‘Comitês Revolucionários’ compostos por cientistas e funcionários administrativos e do Partido, ‘os cientistas revolucionários’ mais jovens, técnicos e trabalhadores; quebra das fronteiras convencionais entre a pesquisa, a educação e a produção (ou seja, a produção é feita em institutos e universidades, a pesquisa e a educação são realizadas em fábricas)”.

milhares de estudantes e intelectuais passaram pela “Campanha de Envio ao Campo”.<sup>67</sup> Também eles deveriam viver no campo e “aprender com os camponeses” por algum tempo. Realizava-se, assim, um antigo desejo de Mao, tornado público no texto “Conversa Sobre Questões de Filosofia”, de agosto de 1964.

Os estudantes universitários deveriam começar a ir para o interior neste inverno – refiro-me aos estudantes de ciências humanas. Os estudantes das ciências naturais não devem ser deslocados agora, embora pudéssemos transferi-los por um período ou dois. Aqueles que estudam ciências humanas – história, economia política, literatura, lei –, todos devem ir. Professores, professores assistentes, trabalhadores administrativos e estudantes, todos deveriam ir para o interior por um período limitado de cinco meses. [...]. Cavalos, vacas, ovelhas, galinhas, cachorros, porcos, arroz, sorgo, feijão, trigo, variedades de milhetes – eles podem dar uma olhada em todas essas coisas. Se forem no inverno, não verão a colheita, mas, ao menos, poderão ver a terra e o povo. Ter alguma experiência da luta de classes – é o que eu chamo de universidade. Discute-se qual universidade é a melhor, a Universidade de Pequim ou a Universidade do Povo. Por minha parte, sou graduado pela universidade das florestas, onde aprendi bastante. (MAO, 2008, p. 208-209).

Na própria “universidade das florestas”, porém, foram sentidos os efeitos da Revolução Cultural, renovando-se os esforços de estabelecer formas coletivas e “socialistas” de organização do trabalho, da distribuição de renda e da estética. Evidentemente, as iniciativas econômicas privadas e individuais dos camponeses seriam cerceadas. Entre 1966 e 1976, escreve Xiaoshuo (2013, p. 28, tradução nossa), “todos os negócios familiares e privados foram proscritos como empreendimentos capitalistas”. Também de acordo com Pomar (1987, p. 173), uma evidência de que houve um verdadeiro “esmagamento da iniciativa camponesa” era

[...] a proibição das atividades produtivas domésticas (criação de aves e pequenos animais, plantio de hortas, produção artesanal etc.) e da comercialização do que quer que fosse nas tradicionais feiras rurais das pequenas cidades do interior. Essa proibição, que alcançou seu auge na “revolução cultural”, estendeu-se ao plantio de flores nas parcelas individuais. Era preciso cortar a influência do “caminho capitalista” em todos os aspectos, e as flores eram um “luxo burguês”.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> Xi Jinping, o atual Secretário-Geral do Partido Comunista da China, Presidente da Comissão Militar Central desde 2012 e Presidente da República Popular da China desde 2013 foi um dos jovens afetados pela campanha. Seu pai, Xi Zhongxun, era um veterano do PCCh, que servira como vice primeiro ministro da RPC de 1959 a 1962. Durante a Revolução Cultural, ele “caiu em desgraça”, enquanto seu filho, Xi Jinping, era enviado ao campo.

<sup>68</sup> Sobre o “esmagamento da iniciativa camponesa”, Amin (1986, p. 92) vai mais além e afirma que “a

Fora das comunas, jardins e salas de aula, dentre inúmeros membros do PCCh o Secretário-geral do Partido e o Presidente da RPC tornaram-se alvos diretos da Revolução Cultural desde o início desta. Em dezembro de 1967, após alguns meses de “criticismo interno” no PCCh e sessões interrogatórias “das massas”, o *Diário do Povo* trouxe o artigo “Só o Socialismo Pode Salvar a China”, cujo subtítulo era “Repudiar a Falácia Reacionária de ‘Gato Preto, Gato Branco, Desde que Pegue o Rato é um Bom Gato’”. Ao passo que o artigo confundia o gato “amarelo” com o “branco” e não mencionasse o dirigente, era claro em indicar Deng Xiaoping como alvo do repúdio.<sup>69</sup> O alvo principal da campanha, entretanto, foi o Presidente Liu Shaoqi. Edgar Snow, após uma conversa com Mao Zedong sobre o andamento da Revolução Cultural, sumarizou as acusações feitas contra Liu e seus aliados durante os primeiros anos da campanha nos seguintes termos:

[...] já em 1964, Mao havia perdido o controle efetivo da maior parte da hierarquia do Partido, que havia estabelecido seus “sucessores”, e também sobre a máquina administrativa do estado. [...] Liu Shaoqi e seus aliados no Comitê Central eram realmente os que controlavam a superestrutura, os sindicatos dos trabalhadores, as escolas do Partido, as ligas comunistas juvenis e os milhões de quadros e burocratas do Partido, e tudo em nome de Mao. (SNOW, 1974, p. 27, tradução nossa).

Além disso, como foi sugerido em outros momentos do texto atual, o “Grande Rompimento” era não apenas uma ruptura com a liderança de Mao e seus aliados, mas uma ruptura com os mecanismos modernizadores tradicionais do PCCh. Segundo o jornalista americano, com efeito, Mao dizia que Liu e seus aliados “se sentiam inclinados a colocar a economia à frente do homem” e, complementa ele,

[...] a fomentar o trabalho mediante incentivos materiais ao invés do zelo ideológico, a estimular a produção sem atender à luta de classes, a elevar o nível tecnológico servindo-se de “especialistas”, a colocar a política às ordens da

---

gestão econômica permaneceu de 1949 a 1976 caracterizada por uma contradição entre a vontade de uma intervenção ativa dos trabalhadores e o obstáculo de uma concepção de planificação que priva a iniciativa e o controle dos trabalhadores de seu campo real de ação”.

<sup>69</sup> Uma possível razão para a troca da cor é o significado histórico do “branco” para os Partidos Comunistas. Como o próprio Deng (1984, p. 110, tradução nossa) declararia anos mais tarde, ao contrastar o “branco” com o “vermelho”, “‘branco’ é um conceito político. Apenas aqueles que adotam uma posição política reacionária contra o Partido e o socialismo podem ser chamados de ‘brancos’.”

economia em benefício da tecnologia e a favorecer a cidade contra o campo. Queriam uma expansão do crédito (e da dívida estatal) no lugar de “grandes saltos adiante” e da ideologia na formação de capital mediante fortes doses de trabalho coletivo”. (SNOW, 1974, p. 28, tradução nossa).

Liu foi publicamente criticado, humilhado e preso junto com a mulher, Wang Guangmei, em 1967. Ela cumpriu dez anos de reclusão e ele morreu doente na prisão em 1969, por não receber os devidos cuidados médicos de que necessitava. Nesse mesmo ano, aliás, contra todas as expectativas dos “guardas vermelhos”, o ELP receberia ordens de Mao e Lin Biao para começar a desmobilizar a população e “restaurar a ordem” no país.<sup>70</sup>

Talvez pela ambivalência de Mao em relação a Deng – um elemento cada vez mais fundamental para a política interna e externa da República Popular, que representava tanto um apoio como uma ameaça às políticas de Mao<sup>71</sup> – Deng e sua família sofreram em menor grau, sendo forçados a realizar trabalhos manuais no interior do país. Ainda assim, sabe-se que

o filho mais velho de Deng, Pufang, caiu de uma janela do quarto andar e ficou ferido. (Diz-se que foi empurrado em uma luta corpo a corpo com os guardas vermelhos). Lesou a espinha e, sendo-lhe negado tratamento médico apropriado, ficou paraplégico. O irmão mais novo de Deng, Suping, não suportou o tratamento que recebeu e suicidou-se na primavera de 1967. (LUBETKIN, 1988, p. 73).

Para a segurança do restante da família, o velho amigo e *premier* interveio. “Antes de Deng ser enviado para Jiangxi”, minuta Vogel (2011, p. 50, tradução nossa), “Zhou Enlai telefonou para oficiais locais de Jiangxi com orientações de preparo sobre as acomodações de Deng”. Embora também sofresse pressões da ala mais radical do PCCh nesse período, Zhou assegurou que Deng e seus familiares fossem colocados em uma antiga área militar, protegidos contra eventuais ataques dos “guardas vermelhos” entre

---

<sup>70</sup> Sobre o tema, recomenda-se ao leitor o documentário *China: a Century of Revolution* (1997), de Sue Williams. O filme apresenta inúmeras cenas desse e de outros importantes momentos das eras de Mao e Deng.

<sup>71</sup> Essa ambivalência transparece em uma conhecida piada em Beijing à época, sobre três homens presos, aqui transcrita de Lubetkin (1988, p. 8): “O primeiro pergunta ao segundo por que está preso. ‘Fiz oposição a Deng Xiaoping’, responde ele e interroga o outro sobre os motivos de sua prisão. O primeiro responde: ‘Eu apoiei Deng Xiaoping’. Ambos, então, se voltam para o terceiro e lhe fazem a mesma pergunta. ‘Eu sou Deng Xiaoping’, responde ele”.

1969 e 1973.<sup>72</sup>

Nesse mesmo momento, toda a nação chinesa estava sujeita à ameaça “vermelha” vinda das fronteiras do norte, pois, além das questões internas, viu-se, em seção anterior, que o ano de 1969 foi marcado pelos conflitos militares com os soviéticos no Rio Ussuri. Manifestamente, desse episódio em diante o PCCh seria levado a criar uma “distinção estratégica” entre o nacionalismo e o anti-imperialismo de seu discurso ideológico.

Em 1969, Mao convocou Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye Jianying – todos eles marechais do ELP que haviam sofrido expurgos na Revolução Cultural – para apresentar as opções de que a RPC dispunha ante essa ameaça externa. Fiori (2013a) afirma que o diagnóstico da comissão militar foi categórico: a URSS era a principal ameaça à RPC e deveria ser contida por meio de uma “política militar de defesa ativa” e de uma “estratégia política-diplomática ofensiva” de aproximação com os “imperialistas americanos”.<sup>73</sup>

Por outro lado, a importância de uma distensão com a superpotência capitalista já havia sido levantada durante as reuniões plenárias do PCCh de 1968 a 1970 para além desse impasse geopolítico. Como afirmam Spence (1996, p. 588) e Furtado (2010, p. 349), o “Grupo do Petróleo” – membros das equipes tecnicamente sofisticadas do campo petrolífero de Daqing e do Ministério das Indústrias e do Petróleo – estava à frente de uma atividade da economia nacional cuja expansão era então significativa. Representado nas comissões de planejamento econômico do Partido, o Grupo apontou a necessidade da exploração petrolífera submarina, para a qual os chineses não possuíam tecnologia ou recursos. Esse aporte estrangeiro, cujas capacidades dos EUA em atender eram muito superiores que as dos demais países naquele período, apresentava-se, portanto, como uma pré-condição para o crescimento da produção energética, da economia e da soberania da RPC.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Vogel (2011, p. 50) registra ainda que Deng e a esposa Zhuo Lin participaram de várias horas de leituras compulsórias e supervisionadas das obras de Mao como parte de seu programa de reeducação. O autor acredita que os anos de Deng naquela província foram de grande importância para o desenvolvimento de suas ideias sobre as reformas necessárias ao desenvolvimento da RPC.

<sup>73</sup> He (1994) apresenta as mudanças no pensamento de Mao sobre os EUA da juventude aos anos finais do dirigente, o que pode ser visto como uma abordagem complementar ao assunto.

<sup>74</sup> Era imprescindível normalizar as relações com os EUA, corroborava Marti (2007, p. 13), um funcionário do Departamento de Defesa dos EUA, “[...] para aumentar o comércio com o Ocidente das principais

Em que pese o Congresso americano não ter superado completamente a influência do macarthismo das décadas anteriores, a possibilidade dessa aproximação com a RPC também estava colocada no momento em apreço pela mudança da estratégia dos EUA em relação à Ásia. Abdicando de políticas adotadas a partir da Guerra da Coreia, desde o início da presidência de Richard Nixon, também em 1969, os EUA empenham-se em livrar-se do fracasso do Vietnã e, segundo ainda explica Furtado (2010, p. 350-353), reduzir seus “compromissos externos” no continente ao mínimo necessário. Por essa razão, os americanos buscavam transformar a RPC em uma fonte de “equilíbrio regional”, interceptando a influência da URSS no Pacífico e integrando os chineses ao sistema internacional que se então configurava, de modo a submeter à RPC às regras deste e, progressivamente, transformar sua economia e sistema político-social.

Enquanto um dos maiores “abrandamentos” de tensões geopolíticas do século vinte, a aproximação entre capitalistas americanos e comunistas chineses transcorreu com relativa rapidez e pouca oposição interna nos dois países. Depois de um período de contatos sigilosos, o Assistente da Presidência dos EUA em Assuntos de Segurança Nacional, Henry Kissinger, viajou a Beijing para encontrar-se com Zhou Enlai em julho e outubro de 1971. Nesse mesmo ano, a estratégia da “Terceira Frente” foi abandonada pelo PCCh e a RPC substituiu o governo nacionalista de Taiwan na ONU. A RPC estava agora integrada ao sistema político e logo passaria a integrar o sistema econômico mundial.

O Presidente americano Richard Nixon, sua esposa, o Secretário de Estado William Rogers, Henry Kissinger e outros oficiais americanos chegaram à RPC em fevereiro do ano seguinte. Os dois países assinaram então o “Shanghai Communiqué”, que além de reabrir oficialmente as relações econômicas e culturais entre eles, suspensas desde a década de 1950, definia que nenhuma das partes deveria “buscar exercer ou aceitar a hegemonia de outros países na região asiática do Pacífico”.<sup>75</sup>

---

tecnologias sobre as quais Washington exercia controle por intermédio do Comitê de Coordenação dos Controles de Exportação-COCOM, um setor da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, destinado a limitar a transferência de tecnologias do Ocidente às nações do bloco oriental comunista, inclusive a China. A normalização com os Estados Unidos era imprescindível para o acesso às fontes ocidentais de finanças, créditos e ajuda ao desenvolvimento, também sujeitas ao veto ou pressão política dos americanos”.

<sup>75</sup> O Departamento de Estado americano (2013) disponibiliza o texto original da “Declaração Conjunta na Sequência de Discussões com Líderes da República Popular da China”. No texto, os EUA declaram o

Conforme recorda Kissinger (1997, p. 42, tradução nossa) sobre os eventos de 1972, Nixon estava impulsionado na ocasião pelo desejo de

[...] desembaraçar os Estados Unidos do Vietnã, criar um contrapeso ao expansionismo soviético e tirar o agulhão dos movimentos pacifistas militantes, revelando um grande projeto para a paz. Mao compartilhava a preocupação de Nixon sobre o expansionismo soviético; de fato, ele tinha todas as razões para acreditar que a China poderia ser o próximo alvo dele.

No mesmo ano, aliás, Nixon e sua equipe também conseguiriam assinar o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos com a União Soviética.

Paralelamente, Mao permanecia atento ao caso do antigo Secretário-geral do PCCh e membro do Comitê Permanente do Politburo desde o expurgo deste. Em 1971, segundo Shambaugh (1993, p. 466), Mao teria inclusive pedido a um alto membro do Partido que entregasse uma mensagem a Deng, informando-o de que sua reabilitação seria considerada se Deng escrevesse uma autocrítica sobre seus “erros revisionistas”.

Deng realmente enviou pelo menos duas cartas a Mao e ao Comitê Central do PCCh, uma em novembro de 1971 e outra em agosto 1972, mas retornou a Beijing apenas em fevereiro de 1973, reintegrado em abril como vice do Primeiro-ministro Zhou Enlai. Nessa época, a propósito, o câncer que levaria Zhou à morte três anos depois já havia sido diagnosticado.

Entre 1973 e 1975, Deng volta a integrar o Politburo e seu Comitê Permanente, além de assumir a direção do Departamento Pessoal Geral do ELP e tornar-se Vice-Presidente do Comitê Central do PCCh ao lado de Zhou, Hua Guofeng, Kang Sheng, Li Desheng, Ye Jianying e Wang Hongwen.

Essa última posição, todavia, ainda não era confortável para um recém-reabilitado. Wang Hongwen, por exemplo, era um dos membros da ala mais radical do Politburo, conhecida como “Gangue dos Quatro” (*siren bang*). Ele, Jiang Qing (a terceira esposa de Mao), Zhang Chunqiao e Yao Wenyuan haviam conduzido a Revolução Cultural ao lado de Lin Biao, mas aumentavam seu poder desde a morte de Li (em 1971, supostamente em um acidente aéreo, pouco depois de ter planejado o assassinato de Mao e tentado

---

“objetivo último” de retirar todas as forças e instalações militares americanas de Taiwan, mas um novo *communiqué* teve que ser assinado em 1982, quando os americanos se comprometeram a deixar de vender armas a Taiwan.

fugir para a URSS). De volta ao núcleo do poder no PCCh, portanto, Deng ainda enfrentaria forte oposição dessa “facção”. O mesmo é válido para seu novo cargo no Departamento Pessoal Geral do ELP, pois,

embora houvesse rumores, por algum tempo, de que Deng receberia uma alta posição militar, essa nomeação particular foi surpreendente: dada sua experiência prévia como comissário, a direção do Departamento Político Geral teria sido mais apropriada. Este posto, todavia, foi dado a um membro da Gangue dos Quatro, Zhang Chunqiao, e é possível que Zhou Enlai desejasse Deng no Departamento Pessoal Geral como um contrapeso aos seus arqui-inimigos radicais. (DREYER, 1993, p. 539, tradução nossa).

É muito possível, também, que Zhou estivesse preparando Deng para sucedê-lo como *premier* e levar adiante as políticas modernizadoras que aquele vinha concebendo desde o fim do Grande Salto Adiante, além de abrir as portas da RPC ao mundo.<sup>76</sup>

Com esse provável objetivo, Zhou retomou o tema das “quatro modernizações” na 1ª Sessão do IV Congresso Nacional do Povo, em 1975, ano em que Deng (1984, p. 14, tradução nossa) organizou conferências sobre elas e falou sobre o objetivo de “tornar a China um poderoso país socialista com agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia modernas até o fim do século”.

Deng também substituiu Zhou como interlocutor da RPC com os EUA e em abril de 1974 havia se tornado o primeiro representante do país a discursar na Assembleia Geral da ONU. O discurso – preparado pelo então Ministro das Relações Exteriores Qiao Guanhua e aprovado por Mao –, ratificava a nova política externa do país:

---

<sup>76</sup> Segundo Naughton (1993, p. 499, tradução nossa), desde a década de 1960 as “quatro modernizações” eram pensadas por Zhou como o segundo estágio de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para a RPC. Para Zhou, “durante o primeiro estágio (de 1965 a 1980), a China construiria uma base industrial autossuficiente e seria relativamente autárquica – isso por necessidade, já que a China tinha poucos produtos de exportação e mínimas esperanças de receber ajuda das superpotências. Zhou previa, em seguida, que a China emergiria do isolamento por volta de 1980, dando início a um período de crescimento acelerado e renovada abertura: isso é o que ele chamava de quatro modernizações. Ele havia tentado, portanto, construir na estratégia de desenvolvimento de longo prazo a ideia de que o crescimento econômico e a abertura para o mundo exterior voltariam para o topo da agenda. Posta de lado durante a Revolução Cultural, a ideia foi revivida pelo próprio Zhou durante o IV Congresso Nacional do PCCh, em janeiro de 1975, evento que foi virtualmente sua última iniciativa pessoal mais importante. Deng imediatamente apoderou-se do tema e fez da ideia de transição para o segundo estágio das ‘quatro modernizações’ um de seus temas mais importantes a partir de fevereiro de 1975”. Essas considerações levam Naughton (1993, p. 501, tradução nossa) a concluir que “Deng não foi o primeiro, nem o mais articulado defensor do desenvolvimento econômico dentro do Partido Comunista da China. Se algum indivíduo merece esse crédito, ele é Zhou Enlai”. Não há um posicionamento do autor sobre Liu Shaoqi.

Autoconfiança não significa “autoisolamento” e rejeição de ajuda exterior. Sempre consideramos benéfico e necessário ao desenvolvimento da economia nacional que os países realizem intercâmbios econômicos e técnicos, tendo por base o respeito à soberania nacional, a igualdade e o benefício mútuo e a troca de bens necessários para suprir deficiências uns dos outros. (DENG, 1974, tradução nossa).

Mas outros trechos sinalizavam para a manutenção da política interna, algo que afetaria o próprio Deng exatos dois anos depois.

A Grande Revolução Cultural Proletária, que tem sido realizada na China nos últimos anos e a campanha de criticar Lin Biao e Confúcio, ora em curso em toda a China, são ambas para prevenir a restauração capitalista e assegurar que a China socialista nunca mudará sua cor e sempre apoiará os povos oprimidos e as nações oprimidas. (DENG, 1974, tradução nossa).

Em abril de 1976, acusado de estar por trás dos protestos populares que ocorreram na Praça Tiananmen em defesa de Zhou Enlai e contra o comando da Revolução Cultural, Deng foi outra vez removido de todos os seus cargos por Mao e a facção da Gangue dos Quatro.<sup>77</sup> Dessa vez, porém, Deng seria protegido na região sul do país por Ye Jianying, Marechal do ELP e Ministro da Defesa Nacional, bem como pelo chefe militar de Guangzhou e antigo subordinado de Deng no ELP Xu Shiyou.

É interessante notar aqui que os primeiros textos das *OEDX II*, escritos por Deng (1984, p. 11-50) meses antes desse segundo expurgo, demonstram grande preocupação com o “faccionalismo” e a falta de “disciplina organizacional” no ELP, nos governos locais e em outros órgãos da RPC. Por diversas vezes, o dirigente põe em relevo a necessidade de reconstruir “lideranças fortes”, disciplinadas e que estejam submetidas ao PCCh e ao governo central. Para Deng, não somente a estabilidade do regime, mas o crescimento da economia nacional e o avanço da modernização da RPC dependiam disso. Ele via

---

<sup>77</sup> Questões pessoais ligadas a esse segundo expurgo também chamam a atenção de estudiosos do período. “Deng brigava amiúde com a mulher de Mao”, registram Jung e Halliday (2006, p. 757), “às vezes gritando e batendo na mesa, um tratamento que ela não estava acostumada a receber, exceto do marido. Deng também denunciou Jiang Qing na presença de Mao e estimulou pessoas como diretores de cinema a escrever cartas a ele queixando-se dela. Mao queria deter as iniciativas de Deng, fazendo com que ele pusesse no papel uma promessa de se manter fiel às práticas da Revolução Cultural. Em novembro de 1975, exigiu que Deng redigisse uma resolução do partido que gravaria em pedra a Revolução Cultural. Deng não só se recusou como o fez sem rodeios diante de cerca de 130 quadros elevados do partido, desafiando Mao em termos muito claros”.

que, além dos episódios particulares, as mobilizações da Revolução Cultural desestabilizaram a produção e afetaram a vida cotidiana do povo e do governo do país por uma década, paralisando o sistema educacional e constringendo a capacidade de organização do Partido e do ELP.<sup>78</sup>

### 3.2 NOVA LIDERANÇA, VELHOS OBJETIVOS (1977-1987)

Depois das mortes de Zhou e Mao, em janeiro e setembro de 1976, respectivamente, o Partido e o país ficaram sob uma liderança muito distinta daquela dos anos anteriores, mas os conflitos internos da cúpula do PCCh eram os mesmos. O “Grande Rompimento” prosseguia e, com ele, o debate sobre a prioridade do avanço das “forças produtivas”, da desmobilização ideológica e da descoletivização *versus* o aprofundamento da coletivização dos meios de produção e da retificação ideológica do povo para a modernização nacional.

Mao e o Comitê Central do PCCh haviam nomeado Hua Guofeng como sucessor de Zhou no Conselho de Estado e, pouco depois, como Primeiro vice-presidente do Comitê Central. Ele também assumiria a Comissão Militar Central, ainda que não tivesse as mesmas credenciais militares de Deng ou outros quadros do ELP. Além disso, em outubro de 1976, um dia antes de Hua tornar-se o novo Presidente do Comitê Central, os integrantes da Gangue dos Quatro foram presos e responsabilizados por vários crimes políticos.

Graças à extensão de seu *guanxi* – as inúmeras “relações” que estabelecera com outros dirigentes comunistas – e a experiência de meio século na causa da Revolução Chinesa, em julho de 1977 Deng já estava de volta aos cargos que deixara no núcleo do

---

<sup>78</sup> De todo modo, autores como Amin (1986) e Anderson (2010) defendem que caso a RPC não tivesse sofrido os efeitos dessa longa campanha os chineses poderiam ter enfrentado o mesmo destino dos russos no início dos anos 1990 – o abandono do sistema político socialista. Em outra linha de interpretação, Pye (1986, p. 610, tradução nossa) afirma que “parece impensável que a China teria ou poderia ter adotado as ousadas políticas modernizadoras da era após Mao se a sociedade não tivesse experimentado o choque da Revolução Cultural”.

poder da RPC e do Partido. Ao mesmo tempo, como sucessor escolhido por Mao, Hua Guofeng tinha grandes possibilidades de tornar-se o representante das parcelas do PCCh que não sofreram expurgos ou se opunham a Deng e à orientação das políticas modernizadoras preconizadas por ele.

No XI Congresso do PCCh, realizado em dezembro de 1977, a posição defendida por Hua parecia prevalecer sobre a de Deng. Segundo Tisdell (2009, p. 274, tradução nossa), as decisões oficiais do pleno não propunham novas políticas para o avanço econômico, mas enfatizavam a necessidade de uma “ação política adequada” por parte do PCCh, que deveria “estar alerta contra os dissidentes” internamente e proteger o país contra “inimigos externos do PCCh e da RPC, incluindo várias nações estrangeiras”.

Hua apresentou ao PCCh no início de 1978 o esboço de um plano econômico decenal que deveria elevar em 10% ao ano a produção industrial e em até 5% a produção agrícola, sem alterações relevantes nas comunas ou nas empresas estatais. Deng, por sua vez, tentava reabilitar quadros expulsos pela Revolução Cultural e promover as “quatro modernizações” com base na atração de investimentos, tecnologia e conhecimentos estrangeiros. No fim desse ano, quando o Vietnã invadia o Camboja com apoio Soviético, as decisões da histórica 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh, ainda revelavam duas lideranças e suas posições conflitantes sobre os mecanismos para a modernização da RPC.

Por um lado, o Partido considerava bem-sucedidas as campanhas “contra Lin Biao” e a deposição da Gangue dos Quatro, o que lhe permitia “mudar a ênfase de seu trabalho para a modernização socialista”. Aspectos importantes das reformas que seriam implementadas no campo chinês, como a elevação dos preços agrícolas a partir do verão de 1979, por exemplo, foram traçados já nas discussões da plenária. Por outro lado, em trecho que faz recordar os apelos da Revolução Cultural o documento dizia que

realizar as quatro modernizações exige grande crescimento nas forças produtivas, que, por sua vez, exige diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura que não estão em harmonia com o crescimento das forças produtivas, e exige mudanças em todos os métodos de gerenciamento, nas ações e no pensamento que estão no caminho de tal crescimento. A modernização socialista é, portanto, uma revolução profunda e ampla. Há ainda em nosso país hoje um pequeno punhado de elementos contrarrevolucionários e criminosos que odeiam nossa modernização socialista e tentam miná-la. Não devemos relaxar nossa luta de classe contra eles, nem

podemos enfraquecer a ditadura do proletariado. (PCCh, 1978, p. 11, tradução nossa).

Pouco depois dessas linhas, de qualquer forma, havia um chamado à estabilidade e à unidade política nacional, apresentadas como pré-condições dos avanços econômicos. Era precisamente o que Deng defendera antes de seu segundo expurgo. Ademais, mencionavam-se medidas como a “adoção das tecnologias e equipamentos mais avançados do mundo”, o “fortalecimento do trabalho científico e educacional” e a descentralização de poderes decisórios dos órgãos centrais para as autoridades locais e empresas, agrícolas ou industriais. As medidas descentralizadoras elevariam ao máximo, segundo o documento, “a iniciativa, entusiasmo e criatividade” dos departamentos centrais, autoridades locais, empresas e trabalhadores, “revigorando todos os ramos e junções da economia socialista”.

Isso não era, ainda, o fim do “Grande Rompimento”. No esteio da invasão punitiva que a RPC realizou no Vietnã em fevereiro de 1979 – manobra essa comandada por Deng –, a tentativa dos chineses de reabrir os diálogos com a URSS meses depois do episódio dava mostras de que os líderes do país também buscavam uma situação de estabilidade internacional para o sucesso da modernização.<sup>79</sup> Porém, a persistência de tensões internas entre os dois principais líderes chineses e seus respectivos projetos se tornaram novamente evidentes em abril de 1979, quando Hua Guofeng e Deng Xiaoping receberam Henry Kissinger em Beijing separadamente. “Ambos apresentaram programas detalhados para a reforma econômica”, recorda o visitante americano, “mas pela única vez na minha experiência com os líderes chineses, divergências filosóficas e práticas ficaram explícitas”. De acordo com Kissinger (1997, p. 46, tradução nossa),

Hua buscava impulsionar a produção por métodos soviéticos tradicionais, enfatizando a indústria pesada, as melhorias na produção agrícola com base em

---

<sup>79</sup> A própria existência de conflitos externos, por outro lado, reforçava a ideia de que era preciso apressar a modernização do país, fazendo avanços nas forças produtivas. Ainda que houvesse uma enorme diferença entre a Guerra do Ópio e os conflitos com o Vietnã, por exemplo, é interessante notar que os resultados dos dois conflitos revelaram debilidades tecnológicas dos chineses a eles próprios e aos demais países. Sobre a invasão chinesa do Vietnã, Marti (2007, p. 14) afirma, como Dreyer (1993, p. 544), que “muito embora os soviéticos não tenham atacado a fronteira da China – o que Deng pôde afirmar dever-se ao entendimento com os Estados Unidos – o desempenho do ELP foi abaixo da crítica, mostrando ao mundo sua falta de preparo para a guerra moderna. Isso veio apenas firmar na mente de Deng a necessidade de acelerar seu programa de modernização”.

comunas, o aumento da mecanização e o uso de fertilizantes no âmbito de um onipresente Plano Quinquenal. Por sua parte, Deng rejeitou passionalmente todas essas ortodoxias. O povo, segundo ele, precisava receber uma participação do que produzia. Assim, os bens de consumo tinham que ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade dos agricultores chineses tinha de ser liberada, o Partido Comunista precisava se tornar menos intrusivo e o governo teria que ser descentralizado.

O fim da controvérsia viria meses depois, com a vitória de Deng e sua base de apoio. Acontece que essa base estava sendo ampliada desde a primeira reabilitação do dirigente e, conforme Goodman (1994, p. 80), após a morte de Lin Biao e o afastamento de seus aliados, muitos dos antigos companheiros militares de Deng foram promovidos a postos de chefia no ELP. Em 1973, por exemplo, quando o Politburo contava com 16 membros ativos, 6 haviam servido com ou sob Deng em Shanxi durante a guerra contra os japoneses. Além disso, de acordo com Marti (2007, p. 12), até 1982 todos os membros eleitos no VIII Congresso Nacional do Partido e expurgados na década de 1960 haviam sido reabilitados.

Formou-se, então, entre esses veteranos retornados, um consenso sobre a necessidade de reconstruir o PCCh e dirigi-lo para adquirir a estabilidade política e promover avanços econômicos da RPC – cujo atraso contrastava à época com as experiências recentes do Japão, da Coreia do Sul, de Singapura mesmo de Taiwan.<sup>80</sup>

Essas experiências, aliás, foram cuidadosamente estudadas pelos líderes chineses. Deng visitou a Singapura de Lee Kuan Yew já em novembro de 1978, por exemplo, quando ficou impressionado com os resultados econômicos e educacionais, o planejamento urbano, a gestão pública e o controle da corrupção que viu ali. Naquele momento, segundo Thompson (2019), o domínio do Partido de Ação Popular no parlamento da cidade-estado oferecia um modelo político que não estava tão distante de um governo unipartidário como o do PCCh. Ao mesmo tempo, o modelo econômico de Singapura era adaptável à rápida industrialização buscada pelos chineses.

Resultados como o dos assim chamados “Tigres Asiáticos”, portanto, estavam no

---

<sup>80</sup> Sobre isso, Zhang (1989, p. 4, tradução nossa) recorda que “em 1960, o PNB da China era quase o mesmo do Japão, mas em 1979 era quase um quinto do mesmo”. Além disso, continua ele, “alguns países e regiões em desenvolvimento desfrutavam de um crescimento econômico e de um desenvolvimento mais acelerado”. De um modo geral, o autor conclui que uma das razões mais importantes das reformas na RPC pode ter sido o fato de os chineses enfrentarem uma “crise de identidade”, isto é, “a China parecia enfrentar a ameaça de ser um país de quarto mundo, mesmo tendo uma longa história e uma cultura esplêndida”.

alvo das “quatro modernizações”, as quais, tanto quanto ao próprio controle do estado chinês pelo PCCh, serviam como uma garantia de que o PCCh continuaria no comando de um país soberano. Como declarou Deng à época,

[...] mesmo tendo uma ditadura do proletariado, a menos que modernizemos nosso país, elevemos nosso nível científico e tecnológico, desenvolvamos nossas forças produtivas e, assim, fortaleçamos nosso país e melhoremos a vida material e cultural do povo – a menos que nós façamos tudo isso, nosso sistema político e econômico socialista não pode ser consolidado por completo, e não pode haver uma clara garantia da segurança do país. (DENG, 1984, p. 102, tradução nossa).

Hua ficou isolado politicamente e acabou deixando os cargos de Primeiro-ministro em 1980 e de Presidente do PCCh e da Comissão Militar Central no ano seguinte. Deng assumiu o último desses cargos, vital para o controle do ELP e da RPC, enquanto os demais foram preenchidos por dois de seus aliados.

O primeiro deles, longamente conhecido por Deng (e, além do mais, outro alvo dos expurgos da Revolução Cultural), era Hu Yaobang. Hu havia dirigido a Liga da Juventude Comunista, a Academia das Ciências, a Escola Central e o Departamento de Organização do Comitê Central do PCCh, vindo a tornar-se Secretário-geral do PCCh em 1980 e Presidente do PCCh em 1981.

O segundo aliado de Deng, Zhao Ziyang, havia servido sob o comissariado de Deng na década de 1940 e mantido contato com o dirigente ao longo do tempo. Antes de tornar-se Primeiro-ministro, também trabalhara como secretário do Partido na província natal de Deng, lá realizando com sucesso uma série de reformas econômicas que logo seriam adotadas nacionalmente. Nos últimos anos da Revolução Cultural,

insistindo na expansão dos pequenos lotes privados que os agricultores tinham então permissão para cultivar, Zhao autorizou que até 15% das terras das comunas de Sichuan fossem cultivadas privadamente e que o produto desses lotes fosse vendido em mercados particulares a preços sem controle. Deu autorização também para uma quantidade de pequenas “indústrias paralelas”, com as quais as famílias podiam complementar suas rendas. O resultado foi um salto espetacular na produção, com a nova liberdade para a iniciativa privada: a produção de grãos em Sichuan aumentou 24% entre 1976 e 1979. (SPENCE, 1996, p. 632).<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Já na década 1960 começaram a ser realizados alguns experimentos de descoletivização da terra em Anhui. De todo modo, em Sichuan eles tiveram um novo impulso e ocorreram junto a outras reformas

Estava definido, afinal, o desfecho do “Grande Rompimento”, com a ascensão desses novos líderes, o PCCh voltado para o avanço das “forças produtivas” por meio da descoletivização e contra as campanhas de mobilização ideológica do período anterior.

É verdade que a liderança de Deng e as reformas liberalizantes não eram as únicas possibilidades aventadas pelos quadros do PCCh para a modernização nacional no período. Os próprios Chen Yun – este, vale lembrar, o principal planejador econômico da RPC de Mao, responsável direto pela elaboração dos primeiros planos quinquenais chineses –, Peng Zhen, Li Xiannian, Bo Yibo, Wang Zhen e muitos outros veteranos reabilitados eram contrários a novas campanhas de mobilização popular, mas favoráveis à manutenção ou a reformas em menor escala de instituições econômicas herdadas da era de Mao. Cada um desses “conservadores” possuía seus próprios aliados no Partido, o que lhes permitia, eventualmente, opor-se às políticas defendidas por Deng e os “reformistas”.<sup>82</sup>

Ainda assim, Deng e Chen, por exemplo, já haviam trabalhado juntos algumas vezes desde 1953 e Goodman (1994, p. 93) afirma que eles concordavam, dentre outros pontos, que as unidades de produção deveriam ter agora mais liberdade gerencial – tanto do PCCh quanto do governo. Como será mostrado na subseção seguinte, o fato é que entre 1977 e 1987 Deng manteve sua liderança no PCCh e tanto as reformas modernizadoras liberalizantes quanto a abertura da RPC ao exterior avançaram decididamente.

Vale salientar, aliás, que quando o PCCh publicou *Problemas Fundamentais da China Hoje*, em 1987, os objetivos de longo prazo da reforma e abertura foram claramente demonstrados através de um conjunto de textos de Deng. Tratava-se, essencialmente,

---

econômicas liberalizantes. “Zhao era igualmente flexível com as indústrias estatais da província”, comenta Spence (1996, p. 632). Segundo o autor, “os gerentes de unidades ganharam uma virtual autonomia financeira, permissão para negociar seu acesso aos mercados e unir-se a outros setores para empreendimentos industriais conjuntos. À força de trabalho ofereceram-se bônus pela produção alta e as operações fabris foram ajustadas”. Conforme Vogel (2011, p. 227), Deng visitou Sichuan e conversou com Zhao sobre as reformas em fevereiro de 1978.

<sup>82</sup> Independentemente de suas concepções sobre as reformas, aliás, pela importância política e longevidade que alcançaram, oito membros dessa geração de líderes, em especial, são conhecidos na literatura sobre o tema como os “Oito Anciãos” ou “Oito Imortais” do PCCh. São eles: Deng (1904-1997), Chen Yun (1905-1995), Peng Zhen (1902-1997), Li Xiannian (1909-1992), Bo Yibo (1908-2007), Wang Zhen (1908-1993), Song Renqiong (1909-2005) e Yang Shangkun (1907-1998).

de expandir as “forças produtivas” e a renda nacional em um ritmo impetuoso, convertendo a RPC naquilo que Mao e os maoistas do período anterior também almejavam – um “poderoso país socialista”. A China passaria, então, a desempenhar um papel relevante no sistema político mundial, deixando para sempre no passado a humilhação nacional entre 1850 e 1950.

Em um dos textos reunidos na obra, o dirigente declarava que,

no geral, nossos objetivos não são tão ambiciosos. Nos damos 20 anos – isto é, de 1981 até o fim do século – para quadruplicar nosso PNB e alcançar uma prosperidade relativa, com um PNB per capita entre US\$ 800 e US\$ 1.000. Então, tomaremos essa situação como um novo ponto de partida e tentaremos quadruplicar o PNB novamente, de modo a alcançar um PNB per capita de US\$ 4.000 em outros 50 anos. O que isso significa? Significa que na metade do próximo século nós esperamos alcançar o nível dos países moderadamente desenvolvidos. Se pudermos alcançar esse objetivo, primeiro, teremos cumprido uma tarefa tremenda; segundo, teremos feito uma contribuição real para a humanidade; e terceiro, teremos demonstrado a superioridade do sistema socialista. (DENG, 1987, p. 177, tradução nossa).<sup>83</sup>

De certo modo, a modernização atingiu a própria cúpula dirigente do Partido. No XII Congresso Nacional do PCCh, em 1982, Deng enfatizou a necessidade do Partido adotar limites de idade e duração dos mandatos nos diferentes níveis hierárquicos. Ali decidiu-se, ademais, a extinção do cargo de Presidente do Partido. Votada ainda em 1982, uma nova Constituição nacional limitou em dois mandatos de cinco anos a permanência dos quadros nos postos centrais do governo. Era um primeiro passo para o rejuvenescimento da liderança.

O segundo passo viria em outubro de 1987, quando, no XIII Congresso, Zhao Ziyang insistiu na manutenção das reformas e propôs o afastamento de quadros do Partido das administrações do governo e da indústria nacional, que deveriam ser feitas por “profissionais de carreira”. O próprio Deng, Chen Yun, Peng Zhen e quatro outros membros veteranos do Comitê Permanente entregaram seus assentos a líderes mais jovens no mês seguinte ao congresso. Deng, todavia, reteve até 1990 a direção da

---

<sup>83</sup> De acordo com Zhao (1992, p. 29) se os objetivos de longo prazo propostos forem alcançados, em 2050 o bloco econômico do leste asiático centralizado pela RPC abrangeria, em relação ao restante do mundo, 70% da população e do comércio, 50% da produção e 40% do consumo. Para um estudo que trabalha com essa perspectiva, ver Arrighi (2008). É muito significativo, aliás, lembrar que o PNB per capita chinês (valores constantes de 2000) chegou a US\$ 937,56 em 2000 e a US\$ 2.416,39 em 2010, o que equivale dizer que os objetivos traçados estão sendo alcançados.

Comissão Militar Central e Chen Yun, ao lado de Bo Yibo e Song Renqiong, permaneceu na chefia da Comissão Consultiva Central (uma organização dos anciãos do Partido que participava de todas as decisões do Politburo).

Aos oitenta e três anos de idade, portanto, Deng renunciou a seus cargos na cúpula civil do Partido, uma postura que foi acompanhada por outros noventa anciãos do PCCh.<sup>84</sup> Esse afastamento era tanto necessário quanto possível, pois a liderança de Deng apresentava um caráter coletivo e, por diversas vezes, suas contribuições para as reformas consistiram na criação de condições políticas e na conformação ideológica necessária para a ação de outros sujeitos, como Hu Yaobang e Zhao Ziyang.<sup>85</sup>

Após a saída de Deng do Politburo, Li Peng, Yao Yilin e Song Ping continuariam a defender ali a planificação nos moldes esposados por Chen, o que mantinha viva a disputa política entre os defensores e os críticos das reformas de Deng. Para diminuir essa zona de conflito dentro do PCCh e, conquistada essa área, avançar com as reformas, Deng propôs que a Constituição do PCCh voltasse a subordinar o Secretariado diretamente ao Comitê Permanente do Politburo, e não ao Comitê Central do PCCh. Novamente de acordo com Marti (2007, p. 29), percebe-se que Deng “[...] estava tomando providências para garantir, à medida que ia envelhecendo, mão mais forte sobre a política [...]”, buscando assegurar que os adeptos das reformas prevalecessem na cúpula cada vez mais estreita do PCCh.

As consequências imprevistas dessas decisões e os eventos entre 1988 e 1997 serão tratados na quinta seção do trabalho. Adiante, examinam-se os principais mecanismos modernizadores empregados depois da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh. Para uma análise complementar, posto que mais detida e contemporânea das primeiras reformas de Deng Xiaoping no comando da RPC,

---

<sup>84</sup> Oliveira (2003, p. 143) revela que “o único maior de oitenta anos a permanecer foi Yang Shangkun, que era o Chefe do Estado e Vice-Presidente da Comissão Militar Central. Deng era o Presidente dessa CMC, e decidiu continuar por algum tempo no cargo, a fim de manter Yang Shangkun sob seu controle”.

<sup>85</sup> Sobre isso, Naughton (1993, p. 500, tradução nossa) afirma que “antes de 1967 ele era um administrador ‘mão na massa’ [*hands-on*] com pouca capacidade na verdade para criar políticas, ao passo que depois de 1978 foi um líder de ‘mãos limpas’ [*hands-off*], que estabeleceu uma orientação geral para a política, deixando os detalhes para outros”. No mesmo sentido, Vogel (2011, p. 694, tradução nossa) corrobora que Deng foi o “gerente” responsável pela liderança geral durante a transformação. “Ele ajudou a empacotar as ideias e apresentá-las a sua equipe de colegas e ao público em um ritmo e de uma forma que eles pudessem aceitar”, escreve o autor, e “desempenhou um papel na escolha e na orientação da equipe que trabalhou em conjunto para criar e implementar as reformas”.

recomenda-se a leitura de Chossudovsky (1986).

### 3.3 AS “QUATRO MODERNIZAÇÕES” E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS

#### 3.3.1 A Agricultura

“Se nossos trabalhadores não têm carne e vegetais suficientes”, propunha Deng (1984, p. 44, tradução nossa) em 1975, “como a indústria pode ir bem?”. Essa linha de raciocínio revivia a preocupação demonstrada após o Grande Salto por Liu Shaoqi e Deng, assim como Chen Yun em 1964, e persistiu durante o governo de Deng. Foi no campo, de fato, onde até o fim dos anos 1980 viviam mais de três quartos da população chinesa que as reformas modernizadoras da era de Deng principiaram.

Entre 1978 e 1984, como sucedera nas reformas dirigidas por Zhao Ziyang em Sichuan, o Partido promoveu a descoletivização do uso da terra e dos meios de produção, com vistas a expandir e diversificar a produção agrícola, aumentando assim a renda dos camponeses. Para tanto, o principal mecanismo empregado foi a introdução em escala nacional de “sistemas de responsabilidade familiar” sobre o uso da terra, a quantidade de bens produzidos e os preços dos excedentes.

Linxiu (2003) destaca que esses sistemas rapidamente desmobilizaram as mais de cinco milhões de equipes de produção e retiraram das aproximadamente 54.000 comunas populares o controle sobre os excedentes, ainda que fossem mantidas a exigência de cotas estatais mínimas para o abastecimento das cidades e o atendimento de outras necessidades públicas. A propriedade coletiva da terra também permanecia, embora muitos dos novos contratos permitissem que as famílias e indivíduos arrendassem terras por períodos superiores a uma década<sup>86</sup> – algo difícil de se imaginar no período de Mao.

---

<sup>86</sup> Sobre os diferentes tipos de contrato existentes no período, ver Kueh (1985).

Junto com os sistemas de responsabilidade familiar, promoveu-se um aumento expressivo nos preços agrícolas das cotas, preços esses que eram administrados pelo governo central desde a década de 1950.<sup>87</sup> Também houve a liberalização da venda de excedentes nos mercados provinciais e a criação de incentivos materiais específicos à produção de algodão e outros produtos considerados estratégicos.<sup>88</sup> Ao longo dos anos iniciais dessas reformas no campo chinês, escreve Masiero (2006, p. 430),

produtores rurais vendiam grande parte de sua produção nos mercados rurais ou urbanos livres do controle estatal centralizado e passaram a adquirir os insumos de produção que anteriormente eram fornecidos pelas brigadas. Neste processo, unidades familiares se especializaram na comercialização e industrialização de insumos agrícolas. Passaram a comprar, vender e alugar equipamentos para a produção de bens e serviços que não estavam facilmente disponíveis aos produtores rurais. Outras unidades se especializaram na criação de galinhas, porcos, transportes, assistência técnica, sistema de irrigação e controle de pragas etc.

Com a liberalização das trocas no mercado interno houve, portanto, um aumento da divisão do trabalho e da especialização produtiva no país. Isso permitiu, com as boas condições climáticas e a ampliação do uso de insumos e máquinas agrícolas, que a produtividade agrícola da RPC crescesse pouco mais de 40% entre 1979 e 1985, segundo McMillan, Whalley e Zhu (1989). Era, sem dúvida, um impulso formidável para o avanço das “forças produtivas” nacionais.

O crescimento apontado não passou despercebido entre os camponeses, cuja renda per capita saltou de CNY 220,00, em 1978, para CNY 522,00 em 1984. Do ano de início das reformas até 1987, segundo Nabuco (2011, p. 32), a renda per capita dos habitantes urbanos da RPC cresceu em média 6,9% ao ano, enquanto a renda per capita dos habitantes rurais elevou-se em 11,5%.<sup>89</sup> Ao mesmo tempo, a diferença entre o

---

<sup>87</sup> Lin (1992, p. 32) explica que eram dois os tipos de preços agrícolas existentes antes das reformas: preços de cota e preços de excedentes. Os primeiros eram estipulados pelo estado para a compra das cotas exigidas. Os segundos, nas colheitas que excediam as cotas. Em 1979, ainda segundo o autor, o governo central elevou os preços de cota para grãos, algodão, sementes oleaginosas, açúcar e outros produtos em uma média de mais de 17%. Já os preços dos excedentes foram estabelecidos em até 50% do valor dos preços de cota.

<sup>88</sup> Laureado com o Prêmio Nobel da Literatura em 2012, o escritor chinês Mo Yan ambienta sua novela *As Baladas do Alho* em um povoado recém-saído da Revolução Cultural que se revolta contra os problemas trazidos pelos novos incentivos econômicos à produção agrícola.

<sup>89</sup> Comparando as eras de Mao e Deng, Xin (2004, p. 17) revela que entre 1954 e 1978 o crescimento anual médio da renda per capita dos chineses foi de apenas 2,5%. Essa taxa elevou-se para 7,3% entre

consumo real do campo em relação ao consumo real da cidade também diminuiu (passando de 2,9/1, em 1978, para 2,2 para 1, em 1985).

Os números desse período devem ser cotejados não apenas com os da era de Mao, mas com os do resto do mundo e do tempo histórico passado. Nas palavras de Anderson (2010, p. 1), a RPC estava se tornando “o país que, durante um quarto de século, apresentou o maior e mais rápido crescimento da renda per capita jamais registrado, e para a maior população do mundo”. A era de Deng mal começara e já estava inscrita no longo processo chinês de modernização e na história mundial como realizadora de um feito formidável. Tal feito, porém, em que pese o fato de ter sido alcançado por um país declaradamente socialista, testemunha fortemente em favor da livre iniciativa e da economia de mercado, que a era de Mao rejeitou por serem capitalistas.

“Pela primeira vez em muitos anos a dieta espartana da China começou a melhorar”, avaliava Riskin (1987, p. 290, tradução nossa) sobre os impactos das reformas na alimentação do povo no período. Dados apresentados pelo autor revelam que o consumo de carboidratos, proteínas e gorduras teve incrementos significativos em relação às duas décadas anteriores, já que as taxas de crescimento anual da produção per capita de grãos, carnes de boi, porco e carneiro e óleos comestíveis dos períodos de 1952 a 1957 (respectivamente, 1,2%, -2,3% e 1,0) e 1957 a 1978 (0,2%, -0,9% e 1,7%) foram muito inferiores às taxas do período de 1978 a 1984 (3,8%, 14,0% e 9,0%). As tabelas 2 e 3, a seguir, indicam alguns dos impactos positivos das reformas na produção e nas condições de vida dos camponeses.

---

1978 e 1995. Números como esses apoiam as conclusões de Fairbank e Goldman (2008, p. 373), os quais afirmam que “Deng conseguiu obter o apoio de quase todos os membros mais idosos do partido para essas reformas rurais, visto que durante a Revolução Cultural eles ou seus familiares haviam sido enviados para o campo, onde vivenciariam a dura e marginal vida dos camponeses. Ao contrário da propaganda do partido, eles descobriram que o padrão econômico da vida na área rural não sofrera uma melhoria significativa desde 1949.”.

**TABELA 2 – DADOS AGRÍCOLAS E SOCIAIS DA RPC NA ERA DE DENG**

Ano	Grãos (milhões de toneladas)	Valor adicionado por trabalhador agrícola (US\$ valores constantes de 2005)	Gastos com consumo per capita das famílias rurais (CNY)	Residentes pobres nas áreas rurais (milhões)
1978	304,8	-	116,1	250,0
1979	332,1	-	134,5	-
1980	320,6	224,0	162,2	-
1981	325,0	234,0	190,8	194,0
1982	354,5	254,0	220,2	-
1983	387,3	268,0	248,3	-
1984	407,3	295,0	273,8	128,0
1994	445,1	365,0	1016,8	70,0
2000	462,2	447,0	1670,1	32,1
2010	571,2	681,0	4700,4	-

Fontes: BNEC (2012), Banco Mundial (2013) e Departamento de Agricultura (2003).

**TABELA 3 – BENS DOMÉSTICOS DA POPULAÇÃO RURAL  
(NÚMERO DE ITENS A CADA 100 HABITANTES)**

Item/Ano	1978	1985	1995	2000	2010
Máquina de Lavar	*	1,9	16,9	28,6	57,3
Ventilador Elétrico	*	9,7	89,0	122,6	*
Refrigerador	*	0,1	5,1	12,3	45,2
Ar Condicionado	*	*	0,2	1,3	16,0
Exaustor	*	*	0,6	2,7	11,1
Bicicleta	30,8	80,6	147,0	120,5	96,0
Motocicleta	*	*	4,9	21,9	59,0
TV em Cores	*	0,8	16,92	48,7	111,8
Telefone Fixo	*	*	*	26,4	60,8
Computador	*	*	*	0,5	10,4

Fonte: BNEC (2012).

Nota: O asterisco (\*) indica ausência de dados.

Especialmente os dados dispostos na última coluna da Tabela 2 sustentam a afirmação de Shenggen, Linxiu e Xiaobo (2004, p. 395-6), segundo os quais o aumento da renda no campo estendeu-se a tal ponto que a pobreza absoluta rural da RPC pôde ser reduzida em uma escala e velocidade sem precedentes em qualquer sociedade humana de que tenhamos notícia até hoje.

Com os resultados apurados nesses anos, o otimismo dos líderes do PCCh era tal que, em um momento emblemático de 1984, registrado por Schram (1984, p. 454, tradução nossa), o Secretário-geral Hu Yaobang teria declarado que “a preocupação primária de nossas políticas deve ser enriquecer os camponeses tão rápido quanto possível”. Hu afirmava ainda que “se os camponeses se tornam prósperos, a esfera [realm] do povo estará estável. Não temam a prosperidade”.

Mas os temores sobre a prosperidade não eram irracionais. Sabe-se que o

processo de descoletivização também teve efeitos negativos – sobretudo, mas não somente, para a população rural. O crescimento da desigualdade social e regional, por exemplo, transparece no índice de Gini do país, que saltou de 0,29 em 1981 para 0,36 em 1993 (alcançando 0,42 em 2009). Causas e consequências desse significativo aumento foram estudadas por Knight (2008) e Morais (2011). O aumento na degradação do meio ambiente, tratado por Nabuco e Barreto (2011), a queda na produção de algumas colheitas e bens agrícolas menos rentáveis no mercado e, finalmente, a inflação, são outros efeitos negativos mais visíveis das reformas.<sup>90</sup>

Ainda assim, tudo parecia fazer parte da política modernizadora defendida pela liderança “reformista” do Partido. Em janeiro de 1983, por exemplo, Deng (1987, p. 12-13, tradução nossa) declarou que “algumas pessoas nas áreas rurais e cidades devem ser autorizadas a ficar ricas antes das outras”. Considerando que elas contribuíam com a RPC como um todo, ele dizia que acreditava ser “perfeitamente justo que as pessoas se tornem prósperas através de seu próprio trabalho duro”. Novamente, havia um claro contraste com a “ideologia igualitarista” da era de Mao, discutida por Kraus (1976).

Outro efeito negativo das reformas para a população chinesa foi que, com o desmonte das comunas, o acesso a serviços que antes eram públicos e gratuitos (como a moradia, a educação e a assistência médica) passou agora a ser intermediado pelo mercado, obrigando os beneficiários a pagar uma parte ou a totalidade dos custos relacionados.<sup>91</sup>

Não se deve deixar de mencionar, ainda, que o aumento da produção e da renda no campo chinês, ao lado da instabilidade das condições climáticas no país e das relações de mercado colaboraram para um aumento significativo da poupança rural. O estudo de Yingyi (1988, p. 595), por exemplo, mostra que como proporção de sua renda

---

<sup>90</sup> A quinta seção do texto discutirá a inflação que a RPC enfrentou no final da década de 1980. Para uma abordagem econômica mais ampla dos efeitos contraditórios das reformas na era de Deng, pode-se recorrer aos artigos reunidos por Ash e Kueh (1996).

<sup>91</sup> O impacto dessas mudanças ao longo do tempo foi apontado por autores como Guan (2000, p. 123, tradução nossa), segundo o qual no decorrer da década de 1990 “tais mudanças podem ser vistas na seguridade social (na previdência, na assistência médica e no recém-criado seguro-desemprego), no ensino superior e em muitos serviços pessoais. Nesses campos, o governo ainda está tratando os serviços como ‘bem-estar’ por natureza, mas tem, todavia, reduzido as despesas com eles e exigido que os beneficiários possam dividir os custos. A filosofia básica é que, em vez de depender do governo, os indivíduos devem assumir a responsabilidade por si mesmos, pelo menos em parte, na medida em que for possível”.

a poupança dos camponeses chineses superou a rubrica equivalente de países desenvolvidos já nos anos iniciais das reformas (alcançando médias de 26,8% em 1982, 28,8% em 1983 e 32% em 1984). Devido às alterações no sistema financeiro nacional desde 1985<sup>92</sup>, essa poupança pôde ser canalizada para a realização de novos investimentos e para a modernização do setor público e estatal, tanto da agricultura quanto da indústria. Este último setor será examinado agora.

### 3.3.2 A Indústria

De um modo geral, as reformas na indústria chinesa seguiram o mesmo princípio das reformas no campo: mantidas as cotas exigidas a preços preestabelecidos, as empresas estatais foram autorizadas a atuar no mercado ou, nas palavras de Anderson (2010, p. 18), “os gerentes receberam incentivos parecidos aos dos agricultores para produzir com rentabilidade por fora do sistema de cotas oficial, sem que fosse preciso desmantelá-lo”.

Como asseverava Deng (1987, p. 195, tradução nossa), “a ideia principal é delegar poder aos níveis inferiores. A razão de nossa reforma rural ter sido bem-sucedida é que nós demos aos camponeses mais poder de decidir, e isso estimulou sua iniciativa”. Assim, partindo de experimentos pilotos nos moldes daqueles da Sichuan de Zhao Ziyang, o governo central estendeu gradualmente o direito dos gerentes das estatais decidirem sobre as quantidades e os preços dos bens produzidos, além da realização das inversões.<sup>93</sup>

Conforme Chow (2004, p. 140), até meados de 1980 quase sete mil indústrias, responsáveis por quase 45% do produto total das estatais do país, já contavam com

---

<sup>92</sup> Até 1985, o Banco do Popular da China acumulava as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. No desenrolar das reformas, suas atividades comerciais e de desenvolvimento foram distribuídas pelo Ministério das Finanças, ao qual o Banco está subordinado, entre quatro grandes bancos estatais, que passariam a direcionar seus empréstimos segundo as metas do governo de diferentes níveis. De acordo com Cintra (2009, p. 145-146), “esse sistema bancário, amplamente regulamentado, gerenciava a poupança das famílias e das empresas e fornecia grande parte do *funding* para as corporações – públicas e privadas –, desempenhando papel crucial no processo de desenvolvimento do país”.

<sup>93</sup> Para um estudo específico sobre o início das reformas nas indústrias chinesas, ver Jackson (1992).

alguns dos novos direitos. Somente em 1987, contudo, o “sistema de responsabilidade por contrato” foi introduzido, permitindo aos gerentes e trabalhadores assinarem contratos com o governo central ou provincial para arrendar empresas, pagando as taxas determinadas pelo contrato e retendo os lucros (que seriam divididos de acordo com os critérios da própria empresa). Até o fim desse último ano, 90% das estatais operariam sob o novo sistema.

Do ponto de vista do avanço das “forças produtivas”, os resultados das reformas na indústria foram análogos aos da agricultura. Segundo Liu e Yoon (2000, p. 37), entre 1986 e 1991 o crescimento médio da produtividade nas regiões mais industrializadas e com a maior parte das grandes estatais do país (Shanghai, Beijing e Tianjin) foi de quase 41%.

Em seu estudo empírico sobre as mudanças em setecentas estatais da RPC durante a reforma, Zheng, Liu e Bigsten (2000) corroboram que entre 1980 e 1994 o aumento significativo da produtividade deveu-se principalmente à realização de investimentos em máquinas e equipamentos.

As mudanças para os trabalhadores do setor secundário da economia chinesa também foram relevantes. No ano de 1985, foi permitido o pagamento de salários diferenciais, que contemplassem o esforço individual e coletivo dos operários. Em seguida, as estatais foram autorizadas a despedir funcionários “supérfluos” e entraria em vigor a Lei de Falência das Empresas, que permitia o fechamento das firmas deficitárias.

Pela primeira vez em décadas, o desemprego reapareceria na RPC, mas, se bem que o aumento da produtividade industrial diminuísse a necessidade relativa de trabalhadores em boa parte das empresas, esses ganhos amenizaram seus impactos negativos mediante o surgimento de novas empresas e a criação de políticas de realocação, reemprego e seguridade.

Pomar (2003, p. 122-123) escreve, a esse respeito, que,

ao conquistar autonomia, participar do mercado e adotar novos métodos de gestão, as estatais elevaram sua eficácia e seus lucros, enxugando seus corpos operativos, administrativos e diretivos. Ao mesmo tempo, foram obrigadas a criar projetos de reemprego e estabelecer o sistema de seguridade social para manter o padrão de vida dos trabalhadores dispensados. O número de seus funcionários caiu de 74 milhões de 1978 para perto de 25 milhões em 1995, patamar que vem se mantendo desde então. Mas isso também representou a criação de milhões

de novas empresas, que não teriam surgido se as estatais não financiassem o reemprego e a realocação.

Isso é uma evidência importante de que o controle estatal se manteve sobre grandes indústrias do país na era de Deng, apesar das inegáveis mudanças em relação à era de Mao.

Tomando-se o próprio regime de propriedade das indústrias como um indicador desse controle, sabe-se, por um lado, que com as vicissitudes das empresas no mercado interno houve privatizações e fechamentos entre 1984 e 1991, assim como a promulgação de Lei de Falência. Por outro lado, como lembra Yu-Shan (1994, p. 20, tradução nossa), “o princípio subjacente era claramente o do socialismo de mercado, isto é, a introdução de mecanismos de mercado, mantendo a propriedade socialista”, pois “embora consideravelmente menos enérgico do que Chen Yun”, escreve Goodman (1994, p. 94, tradução nossa), Deng “sempre considerou o setor público como o setor principal da economia”.

A existência de um forte controle estatal sobre a produção industrial no período de Deng e mesmo nos anos seguintes manteve-se especialmente em áreas consideradas “estratégicas” pelo governo. Até 1998, segundo Gabriele (2009, p. 9), 40% de todas as indústrias chinesas eram empresas estatais e *holding* estatais<sup>94</sup>. Essas empresas possuíam 70% dos ativos industriais, produziam 50% dos bens industriais e empregavam 60% dos operários do setor. Também de acordo Jiang Zemin (2002, p. 310), que foi o sucessor de Deng na liderança do país,

nos vinte anos entre 1978 e 1998, em média, o valor global da produção industrial das empresas estatais e *holdings* estatais aumentou 8,7% ao ano, o valor total dos ativos 168% ao ano e o valor de impostos, 12,3%. Os setores chave tais como: financeiro, ferroviário, de telecomunicações, de aviação civil, petrolífero e de energia elétrica, estão fundamentalmente sob o controle das empresas estatais; nos setores básicos, tais como os de energia, transporte e correios e nos importantes setores de matérias-primas e indústrias de base, como o siderúrgico, petroquímico, mecânico e eletrônico, a economia estatal ocupa posição predominante. A produção dos importantes produtos industriais como aço, carvão e fertilizantes saltou para primeiro lugar no mundo. Todos os produtos acima referidos são fabricados principalmente pelas empresas estatais ou pelas *holdings* estatais. As empresas estatais continuam sendo a fonte principal de receita financeira do Estado, 55% da qual vêm de impostos por elas pagos o que constitui um enérgico apoio à reforma e construção do país.

<sup>94</sup> Essas *holdings* são empresas cuja participação acionária do estado chinês é majoritária.

Mas as reformas na indústria chinesa não ficaram restritas às estatais ou aos centros urbanos – elas atingiram o próprio campo e de forma inesperada. Quando se observam os resultados dos primeiros anos das reformas na agricultura chinesa pode-se supor que o aumento no uso de insumos e equipamentos agrícolas reduziu a necessidade de trabalhadores no campo e, como nos países ocidentais, isso provocou o aumento do êxodo rural. Ocorre, todavia, que a maior parte dos camponeses permaneceu no campo e foi justamente no campo onde a produção industrial do país recebeu um forte impulso modernizador no período.

O governo central promoveu uma descentralização fiscal na RPC já no início das reformas, conjugada a um novo sistema de avaliação dos quadros locais do PCCh com base em indicadores econômicos<sup>95</sup>, o que, segundo explica Arrighi (2008, p. 367), levou os governos das províncias a realizar investimentos e destinar incentivos financeiros ao aumento da produção em geral. Ao mesmo tempo, lembra Wu (1995, p. 210, tradução nossa), “o crescimento da renda junto à mão de obra abundante criou a oportunidade para os empresários rurais desenvolver suas próprias indústrias no campo”. É nesse contexto que surgem as “Empresas de Distrito e Aldeia” (EDA, geralmente conhecidas no Ocidente como *Township and Village Enterprises*, TVEs), constituídas muitas vezes pela fusão de antigas “empresas de comunas e brigadas”, de propriedade coletiva, com órgãos do governo local ou outras empresas coletivas, estatais ou individuais (privadas).

Por seu número e importância na economia da RPC ao longo das décadas de 1980 e 1990, as EDA são um argumento consistente de que a propriedade coletiva dos meios de produção continuou a ser importante para o país após a era de Mao e as políticas descoletivadoras da agricultura e da indústria na era de Deng.

Em 1984, segundo informa Yongqiang (2010, p. 245), mais de seis milhões de EDA estavam em operação, empregando 52 milhões de pessoas. Quatro anos depois, o número dessas empresas havia dobrado e os empregos chegavam a aproximadamente

---

<sup>95</sup> Sobre o “sistema de responsabilidade dos quadros” (*gangwei zerenzhi*), autores como Yang (2003) e Edin (2003) demonstram que as autoridades de todos os níveis de governo ficam contratual e individualmente responsáveis pelo alcance de determinadas metas anuais determinadas por seus níveis superiores. A avaliação que os oficiais recebem desses níveis é fundamental para sua permanência no cargo e possível promoção.

95 milhões, o que lhes permitia contribuir com cerca de 433 bilhões de iuanes para o PIB do país.<sup>96</sup> Esse forte crescimento das EDA continuaria nos primeiros anos da década de 1990. A Tabela 4, abaixo, demonstra esse fenômeno.

**TABELA 4 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR REGIME DE PROPRIEDADE de 1952 a 1999  
(EM BILHÕES DE IUANES A VALORES CONSTANTES DE 2000)**

Ano	Valor Bruto da Produção Industrial	Empresas e Holdings Estatais	Empresas Coletivas	Empresas Individuais	Outras Empresas
1952	34,9	14,5	1,1	7,2	12,1
1957	70,4	37,8	13,4	0,6	18,6
1962	92,0	80,8	11,2	-	-
1970	211,7	185,5	26,2	-	-
1978	423,7	382,9	94,8	-	-
1985	971,6	603,2	311,7	18,0	11,7
1995	9.189,4	3.122,0	3.362,3	1.182,1	1.523,1
1999	13.606,8	3.557,1	4.460,7	2.292,8	3.296,2

Fontes: Departamento de Informação do Conselho de Estado da China (2013) e BNEC (2012).

Nota: Os dados da tabela abrangem as empresas industriais de propriedade não estatal com vendas anuais inferiores a 5 milhões de iuanes. Para o ano de 1999, o Departamento de Informação do Conselho de Estado da China apresenta os mesmos valores acima indicados para os quatro tipos de propriedade, mas soma esses valores em 12.611,1 bilhões de iuanes, o parece ser uma imprecisão.<sup>97</sup>

Materiais para a construção civil, ferramentas, alimentos processados e outros bens de consumo foram alguns dos primeiros itens produzidos pelas EDA, representando um renascimento da indústria leve na RPC.<sup>98</sup> Muitas dessas empresas, porém, tornaram-se logo produtoras de máquinas ou indústrias ligadas à mineração e à metalurgia. Como nota Jabbour (2012, p. 193), nessas empresas de propriedade coletiva, individual ou mista “produzem-se desde quinquilharias e têxteis até automóveis e helicópteros militares”, de modo que algumas delas passaram a preencher “nichos de mercado deixados pela grande indústria estatal e privada” no país, ao mesmo tempo em que outras

<sup>96</sup> Nabuco (2011, p. 59) complementa que a participação dessas empresas no PIB chinês passou de 13% em 1985 para 31% em 1994, respondendo por mais de um terço do total do crescimento industrial do país no período. A autora corrobora que desde o início das reformas as EDA foram grandemente responsáveis por fixar parte da população camponesa em seu local de origem e, no mesmo sentido, Arrighi (2008, p. 367) assevera que essas empresas se transformaram nos “[...] principais agentes de realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais”.

<sup>97</sup> Segundo o BNEC (2012), no ano de 2011 cerca de 26% do valor bruto da produção anual da indústria chinesa proveio das empresas estatais e *holdings* estatais do país. A participação das empresas coletivas na rubrica reduziu-se drasticamente nos anos 2000, atingindo menos de 1,5% em 2011, ao passo que as empresas privadas chinesas responderam por 30% e as sociedades anônimas por 23%. Esses dados abrangem empresas com faturamento anual inferior a 20 milhões de iuanes.

<sup>98</sup> Entre 1978 e 1984, segundo Bennet (1985, p. 92), enquanto a produção anual agrícola cresceu 9,0% em média, a indústria leve chinesa cresceu a médias anuais de 11,6%.

assumiam importantes espaços no comércio internacional de bens manufaturados.

A tabela acima revela que, em 1978, antes das reformas, a produção industrial bruta das empresas coletivas chinesas era inferior a 95 bilhões de iuanes. Em 1999, poucos anos após o fim da era de Deng, a rubrica alcança 4,46 trilhões, ultrapassando em quase um trilhão de iuanes a produção das empresas estatais e *holdings* estatais do país. Os dados dispostos também demonstram o desaparecimento das empresas privadas nacionais (chamadas pelos órgãos oficiais chineses de “empresas individuais”) e das sociedades anônimas e estrangeiras (“outras empresas”) na RPC durante as décadas de 1960 e 1970, algo discutido anteriormente.

Para além da reforma nas estatais e da criação das EDA, é preciso recordar, ainda, que a indústria chinesa tanto foi submetida às reformas gerenciais e do sistema de preço quanto ao processo de abertura ao exterior. Uma breve digressão esclarece esse último processo, que partiu do modelo taiwanês.

Enquanto a RPC passava pela Revolução Cultural, Taiwan dava início a um programa de crédito aos fabricantes de bens exportáveis e buscava oferecer apoio especial a essas empresas com a criação de “zonas de processamento de exportação”. Em 1969, quando a experiência pioneira no porto de Kaohsing completava três anos, foram abertas mais duas dessas zonas. De acordo com Spence (1996, p. 625), as atividades dos parques industriais eram supervisionadas por uma “burocracia enxuta” e tanto as empresas taiwanesas como as estrangeiras em operação nas zonas recebiam incentivos fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas e equipamentos, desde que exportassem todos os produtos finais.

Em abril de 1979, nas conferências de trabalho do Comitê Central do PCCh, Deng promoveu a implantação de um programa similar na RPC e em julho do mesmo ano o Comitê delimitou as quatro primeiras “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE). Além de promover as exportações, essas zonas deveriam introduzir modernos métodos de gestão<sup>99</sup> e tecnologia na RPC, permitindo melhorias na produtividade e aumento da

---

<sup>99</sup> Essa era uma preocupação que Deng demonstrara já em dezembro de 1978, nos encontros preparatórios à 3ª Sessão Plenária. “Devemos aprender a gerenciar a economia através de meios econômicos”, dizia ele. “Se nós mesmos não sabemos os métodos avançados de gerenciamento, devemos aprender com aqueles que sabem, seja dentro ou fora do país. Esses métodos devem ser aplicados não apenas no funcionamento das empresas com novas tecnologias e equipamentos importados, mas também na transformação técnica das empresas existentes. Até a introdução de um programa nacional unificado

produção nacional.

Seguindo a proposta de Deng, todas as ZEE iniciais foram montadas em Guangdong (Shenzen, Zhuhai, Shantou) e Fujian (Xiamen), nas adjacências de Hong Kong e Taiwan. Para atrair investimentos externos, o governo comprometia-se a construir unidades industriais segundo os moldes requeridos pelos investidores, prover a infraestrutura necessária de transportes e outros benefícios de natureza fiscal e financeira, como a isenção tributária para as importações de matérias-primas, peças e equipamentos. Vale a pena comentar que o reabilitado Xi Zhongxun, pai de Xi Jinping, era o governador de Guandong no período. Foi ele quem implementou a ZEE de Shenzhen – uma vila de pescadores que se tornaria uma imensa e tecnológica metrópole.

Na linha de produção dessas zonas, como acertadamente percebido por Wu e Ip (1985), estaria um exército novo e inumerável de camponeses migrantes (*mingong*), sujeitos a uma legislação trabalhista e salarial “flexível” – um regime de trabalho totalmente distinto daquele dos “funcionários-operários” (*zhigong*) do período de Mao.<sup>100</sup>

Uma nova Constituição da RPC, aprovada em 1982, regularizaria o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no país. A princípio, os maiores investidores das ZEE eram os capitalistas da assim chamada “diáspora chinesa” em Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Taiwan e outras partes do sudeste asiático. Membros de famílias emigrantes, muitas das quais abandonaram a China no século dezenove ou no processo revolucionário do século vinte, eles constituíam o grupo economicamente mais dinâmico dessa região do Pacífico. Em função de suas relações culturais, de parentesco ou afetivas com suas províncias de origem, além do óbvio interesse pecuniário, foram eles, de fato – especialmente os residentes de Hong Kong e Taiwan, que responderam sozinhos por mais de três quartos do IED no país no início da década de 1990 –, aqueles que primeiramente enviaram seus investimentos, novas tecnologias e conhecimentos gerenciais à RPC de Deng.

---

de gerenciamento moderno, podemos começar em campos limitados, digamos, uma região em particular ou um determinado negócio, e então estender os métodos gradualmente a outros”. (DENG, 1984, p. 161-162, tradução nossa).

<sup>100</sup> Mas as heranças do governo de Mao e o esforço do governo de Deng se combinaram para o sucesso econômico das ZEE e não foi apenas o enorme estoque potencial de “mão de obra barata” na RPC que atraiu os capitais do mundo todo. Como explica Arrighi (2008, p. 367), foi a elevada qualidade dessa reserva “em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento”, combinada às mudanças nas “condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva” a partir da década de 1980.

Os aportes do capital ocidental, europeu e americano, foram feitos posteriormente, mas em enormes montantes. Enquanto ao longo de toda a década de 1980 os ingressos de IED no país totalizaram vinte bilhões de dólares, esse valor foi decuplicado com a entrada do Ocidente nos anos 2000 e continuou a crescer em um ritmo acelerado.

Muitas das iniciativas em curso nas ZEE eram empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) entre empresas públicas e privadas nacionais com empresas privadas internacionais, o que favorecia a transferência de tecnologia e métodos de gestão, direta ou indiretamente, mas a própria concorrência entre as firmas promovia esse processo. Um exemplo de como isso funcionava no período é dado abaixo. Em geral,

um novo produto é introduzido, muitas vezes por uma companhia estrangeira, e em poucos meses uma série de fabricantes, muitos deles companhias privadas chinesas, começam a copiá-lo. Instala-se uma concorrência furiosa, baixando os preços. Em pouco tempo os produtores procuram novos mercados, cada vez mais no exterior. Dirigindo tudo isso está um amontoado de forças que geraram um dos mercados mais competitivos do mundo. Um maremoto de investimentos externos superior a US\$ 600 bilhões nas últimas duas décadas ensinou o país algumas das técnicas de produção mais modernas. Um apetite feroz pela tecnologia estrangeira tem potencializado os ganhos de produtividade em toda a economia, enquanto um zelo empreendedor em escala nacional brotou das ruínas do seu sistema uma vez centralmente planejado. (LEGGET; WOBACOTT, 2002, p. 32, tradução nossa).<sup>101</sup>

Com isso em mente, entende-se o que Arrighi quer dizer quando defende que a principal reforma na indústria “não foi a privatização”, mas “a exposição das empresas estatais à concorrência” umas com as outras no mercado, todas com as grandes empresas estrangeiras e mesmo com as recém-criadas EDA. Segundo ele,

a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semi privadas e comunitárias recém-criadas. [...]. O papel do governo chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, [...] na expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infra-estrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável (ARRIGHI, 2008, p. 362).

---

<sup>101</sup> “Há provas substanciais”, corrobora Naughton (2007, p. 95, tradução nossa), “de que a combinação entre o aumento da concorrência, a melhoria dos incentivos e um monitoramento mais efetivo do desempenho melhoraram o desempenho das empresas [chinesas] ao longo dos anos 1980.”

“Das cidades costeiras para as cidades à beira dos rios e finalmente para o interior do país”, escreve Xiaoshuo (2013, p. 5, tradução nossa), “a China foi aberta a economia mundial passo a passo”. Houve, porém, a despeito do gradualismo chinês, efeitos adversos dessa abertura de empresas e cidades inteiras da RPC ao exterior. “Contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno e roubo de bens do estado”, comenta Marti (2007, p. 10), foram apontados por Chen Yun e o restante da oposição a Deng como um resultado inevitável da liberalização econômica e da política de “portas abertas”. Isso se deu em abril de 1982<sup>102</sup>. Deng (1984, p. 381, tradução nossa) imediatamente reconheceu a existência de vários “crimes econômicos” nas ZEE, mas reafirmou que o PCCh não iria “lançar um novo movimento” popular, buscando, antes, enfrentar esses problemas através de uma luta contínua, “até o dia em que as quatro modernizações sejam alcançadas”.

Dois anos depois, após uma conferência convocada por Deng para discutir com o PCCh a expansão das ZEE existentes e ampliar a política de abertura ao exterior, quatorze cidades costeiras passaram a operar sob os mesmos princípios orientadores das ZEE, em outras palavras, deveriam operar com a tecnologia e os métodos do gerenciamento do capitalismo estrangeiro e exportar sua produção.<sup>103</sup>

Até que ponto essa decisão foi acertada para o crescimento econômico da RPC é uma questão que apenas as décadas seguintes puderam revelar, pois junto aos investimentos públicos nas ZEE o aumento das importações que se destinavam ao processo produtivo das mesmas levou a défices bilionários na balança comercial chinesa entre 1986 e 1996, como demonstra a tabela a seguir.

---

<sup>102</sup> O ano de 1982 foi um dos mais importantes da era de Deng no que tange às questões internacionais. Nesse ano, além de regularizar a entrada de IED e discutir os problemas trazidos pelas ZEE, os líderes da RPC deram início às negociações com a Inglaterra sobre a questão de Hong Kong. Os “tratados desiguais” do século dezenove diziam que Hong Kong estaria sob o controle inglês até 1997 e os chineses procuraram assegurar que o território retornaria à jurisdição do continente nessa data. Depois de dois anos de negociações, a Inglaterra e a RPC definiram os termos desse retorno e os chineses conquistaram seu objetivo.

<sup>103</sup> São elas: Qinhuangdao, Tianjin, Dalian, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beiha.

**TABELA 5 – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES, IED E RESERVAS NA ERA DE DENG  
(US\$ BILHÕES)**

Ano	Exportações (Valores Constantes de 2005)	Importações (Valores Constantes de 2005)	Saldo Comercial	IED (Ingresso Líquido)	Reservas (Total – Ouro)
1978	39,6	30,5	9,1	-	1,6
1980	51,2	38,9	12,3	-	2,5
1982	56,7	34,2	22,5	0,4	11,3
1984	60,9	47,8	13,1	1,3	17,4
1986	56,6	62,2	- 5,6	1,9	11,5
1988	66,2	69,4	- 3,2	3,2	18,5
1992	83,7	84,3	- 0,6	11,2	20,6
1996	149,2	160,1	- 10,9	40,2	107,0
2000	295,5	282,6	12,9	38,4	168,3
2010	1.542,5	1.222,5	320,0	243,7	2.866,1

Fonte: Banco Mundial (2013).

Contribuiu para essa situação deficitária a política cambial que acompanhou o processo de abertura das ZEE – o *Renminbi* foi depreciado de 17 para 27 iuanes por dólar americano entre 1980 e 1986. A partir desse último ano, todavia, as exportações cresceram aceleradamente, alcançando US\$ 160,34 bilhões em 1997. No mesmo sentido, a participação do comércio exterior no PIB chinês, que era de apenas 10% em 1978, atingiu 44% em 1995.

### 3.3.3 Mecanismos de Mercado e Planejamento na RPC após 1978

É bem sabido que, desde os primeiros anos da era de Mao, o escopo da planificação econômica da RPC e o nível do controle central sobre a produção e a distribuição de bens e serviços no país eram muito inferiores aos seus equivalentes na URSS de Stálin.<sup>104</sup>

<sup>104</sup> “O modelo soviético já havia sido descartado pelo resultado das ações e ideias do próprio Mao”, escreve MacFarquhar (1987, p. 27, tradução nossa), “assim, quando Deng Xiaoping ressurgiu no final da Revolução Cultural, a ideia de se afastar do modelo soviético não era tão estranha quanto poderia ter parecido vinte anos antes, em 1950”. Presumivelmente, o autor tem em mente, aqui, o abandono do segundo e terceiro planos quinquenais chineses durante o Grande Salto e a “Terceira Frente”. Anderson (2010, p. 11) corrobora essa perspectiva ao dizer que, “bem cedo, Mao compreendeu a impossibilidade de impor as ubíquas diretrizes do Gosplan a uma economia muito menos articulada como a chinesa, com tradições

Depois do Grande Salto e do processo de coletivização dos meios de produção, explica Hui (2001, p. 82, tradução nossa), também houve uma descentralização política e administrativa considerável, transferindo o controle de empresas estatais inteiras para os governos provinciais e locais. Isso ainda se aprofundou ao longo da década de 1970, quando, segundo Naughton (1990, p. 745), os governos locais da RPC passaram a dispor de ainda mais poderes para decidir sobre a produção e a distribuição econômica em suas regiões.

É possível perceber aqui, dado ainda todo o exposto nas subseções precedentes, que essa tendência de descentralização observada na era de Mao não nasce, mas apenas acentua-se bastante na era de Deng. Apesar disso, como também já foi indicado, até o fim da Revolução Cultural a autonomia produtiva das famílias camponesas individuais e das empresas chinesas, bem como a realização de trocas no mercado, eram praticamente insignificantes no país.

Ocorre, pois, que em um novo contexto internacional e sob uma liderança interna muito distinta da era de Mao, na era de Deng os mecanismos privilegiados pelo PCCh para a modernização da RPC prescindiram da coletivização governamental dos meios de produção e da retificação ideológica do povo, buscando o avanço das “forças produtivas” nacionais através da descoletivização, da abertura dos mercados interno e externo, etc.

Para Nabuco (2009, p. 79), que aqui apresenta elementos de sua compreensão sobre o que representou a era de Deng Xiaoping em relação à era de Mao,

o novo projeto de modernização da China, sob a liderança de Deng, assumia que a solução dos problemas relacionados com o desenvolvimento das forças produtivas na China não poderia mais depender do sucesso das novas relações de produção socialistas. Para Deng a forma de obter o avanço necessário das forças produtivas era através do uso “adequado” das forças de mercado. Deste modo estariam resolvidos os problemas relacionados com a alocação de recursos e tomada de decisões, que antes se davam de forma centralizada, assegurando um uso mais eficiente, diziam, dos meios de produção.

---

regionais muito mais arraigadas e infraestrutura mais pobre. Desde o início, as autoridades provinciais e distritais haviam desfrutado de maior autonomia do que no sistema soviético, em qualquer momento de sua história. Deliberadamente, a Revolução Cultural enfraquecera ainda mais os poderes do centro, deixando aos governos locais uma margem maior de iniciativa. Assim, as metas de produção industrial eram um tanto modestas e a pressão para seu cumprimento não era irresistível. O resultado foi um sistema muito mais descentralizado, no qual o número de produtos básicos com preços tabelados por Beijing nunca ultrapassou 600, no máximo, um centésimo da pletora soviética”.

Para Tisdell (2009, p. 272, tradução nossa), de maneira análoga, a economia chinesa “transformou-se de uma economia na qual as forças de mercado não tinham nenhuma função na organização da atividade econômica para uma na qual essas forças desempenham uma função importante”. De fato, “formou-se um mercado com mecanismos próprios de preço para cerca de 80% da produção agrícola e industrial”, escreve ainda Pinto (2000, p. 19) sobre a RPC de Deng. Entende-se, assim, que o desfecho do “Grande Rompimento”, após 1978, está intimamente relacionado à introdução de mecanismos de mercado – alterando, assim, as “relações de produção” privilegiadas pelo maoísmo – para o avanço das “forças produtivas” e a modernização nacional.<sup>105</sup>

Não se deve supor, porém, que a função do PCCh sob Deng foi legar ao mercado a direção do processo de modernização da China. Na verdade, o que ocorre entre 1978 e o fim do século vinte é que tanto o planejamento – central e local – da economia quanto o mercado são encarados pela liderança do PCCh como mecanismos fundamentais e complementares para o avanço das “forças produtivas” e do desenvolvimento econômico do país de um modo geral.<sup>106</sup> Assim, por exemplo,

na economia urbana, a China possuía, no ano 2000, cerca de trinta milhões de empresas individuais e privadas, tanto industriais quanto comerciais e de serviços, empregando mais de setenta milhões de pessoas. Havia perto de 250 mil empresas sino-estrangeiras e exclusivamente estrangeiras e 680 mil empresas cooperativas por ações que respondiam por uma parcela pequena do emprego, mas produziam mais de 10% do PIB e mais de 40% das exportações. Cerca de dez milhões de empresas de propriedade pública, estatais e coletivas, respondiam por mais de oitenta milhões de empregos e 70% do PIB. (POMAR, 2003, p. 113).

Tal coexistência entre formas de alocação prévia e posterior para um dado bem

---

<sup>105</sup> Na 3ª Sessão Plenária do XII Comitê Central, em 20 de outubro de 1984, os líderes do PCCh (1984, p. 7, tradução nossa) consideraram que o velho sistema econômico “aprisionava” o desenvolvimento das forças produtivas e declararam: “devemos descartar a ideia tradicional de colocar a economia planificada contra a economia mercantil. Devemos compreender claramente que a economia socialista planificada é uma economia mercantil planificada baseada na propriedade pública e na qual a lei do valor deve ser conscientemente seguida e aplicada. O pleno desenvolvimento de uma economia mercantil é uma etapa indispensável para o crescimento econômico da sociedade e um pré-requisito para a nossa modernização econômica”.

<sup>106</sup> Um estudo minucioso sobre a coexistência entre esses diferentes mecanismos nos níveis locais de governo é dado por Xiaoshuo (2013).

ou serviço na economia do país (algo expresso pelo termo chinês *shuangguizhi*), foi comentada por Deng no início de 1992 do seguinte modo:

Uma economia planejada não equivale a socialismo, porque há planejamento sob o capitalismo também; uma economia de mercado não é capitalismo, porque há mercados sob o socialismo também. O planejamento e o mercado são ambos meios de controlar a atividade econômica. A essência do socialismo é a liberação e o desenvolvimento das forças produtivas, a eliminação da exploração e da polarização, e a conquista final da prosperidade para todos. Este conceito deve ser claro para o povo (DENG, 1994, p. 360, tradução nossa).<sup>107</sup>

Essa posição seria validada no XIV Congresso Nacional do PCCh, realizado em outubro de 1992, quando os comunistas chineses decidiram que o objetivo da reforma econômica da RPC era estabelecer uma “economia de mercado socialista”. A compreensão particular que Deng e os documentos oficiais do PCCh apresentam desde então sobre qual é “essência do socialismo” será retomada em seção posterior. Por ora, o direcionamento estatal da modernização científica, tecnológica e militar da RPC merece especial atenção.

### 3.3.4 A Ciência e a Tecnologia

A educação deve estar voltada para as necessidades da modernização, o mundo e o futuro.

Inscrição de Deng Xiaoping para a Escola de Jingshan, 1983.

Na Conferência Nacional de Ciência de março de 1978, isto é, meses antes da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central, Deng (1984, p. 102, tradução nossa) declarou que “a chave das quatro modernizações é a modernização da ciência e da tecnologia

---

<sup>107</sup> Sobre as relações entre mercado e planejamento, Mandel (1991, p. 16) explica que “o planejamento não é sinônimo de ‘perfeita’ alocação de recursos, nem de alocação ‘científica’, nem mesmo de uma alocação ‘mais humana’. O termo designa simplesmente a alocação ‘direta’, *ex ante*. Como tal, é o oposto da alocação via mercado, que é *ex post*. Estas são as duas maneiras básicas de se alocar recursos, e são fundamentalmente diferentes entre si – mesmo que possam ser ocasionalmente combinadas em formas de transição precárias e híbridas, formas estas que não serão automaticamente reprodutíveis”. Ver, ainda, Mandel (1977) para as projeções do autor sobre RPC após a era de Mao.

modernas”, sem a qual seria impossível modernizar a agricultura, a indústria ou a defesa nacional. O contexto era, sem dúvidas, propício a tal declaração, mas ele não explica tudo. Destoando dos discursos proferidos em outro contexto – o fim da Revolução Cultural – já em agosto de 1975 Deng (1984, p. 44, tradução nossa) dizia que os chineses deviam se “empenhar para expandir as exportações em troca de tecnologia avançada”, “equipamentos de alta qualidade, de alta precisão”, de modo a “acelerar a transformação técnica de nossas indústrias e aumentar a produtividade do trabalho”. Depois da morte de Mao e de sua segunda reabilitação, ele defendeu essa posição de modo ainda mais explícito e ousado dentro do PCCh. Em meados de 1977, por exemplo, Deng (1984, p. 53, tradução nossa) dirigiu as seguintes palavras aos membros do Comitê Central:

A chave para alcançar a modernização é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. E a menos que prestemos atenção especial à educação, será impossível desenvolver a ciência e a tecnologia. Conversa fiada [*empty talk*] não levará nosso programa de modernização a lugar nenhum; devemos ter conhecimento e pessoal treinado.

“Em minha opinião a ciência e a tecnologia são as principais forças produtivas”, asseverava o dirigente no mesmo sentido, dez anos depois do pleno de 1978, em um encontro com o presidente da antiga Checoslováquia. Dizia ele na ocasião:

Para nós, a tarefa essencial é manter as convicções e princípios socialistas, expandir as forças produtivas e elevar o padrão de vida das pessoas. Para cumprir essa tarefa, nós devemos abrir nosso país ao mundo exterior. Caso contrário, não seremos capazes de manter o socialismo. Na década de 1950, por exemplo, a diferença tecnológica entre a China e o Japão não era grande. Então, fechamos nossas portas por 20 anos e não fizemos nenhum esforço para competir internacionalmente, enquanto que no mesmo período o Japão tornou-se uma potência econômica. (DENG, 1994, p. 221, tradução nossa).

Deng não menciona nesse último texto os constrangimentos internacionais enfrentados pela RPC nas décadas de 1950 e 1960, mas seu reiterado argumento era que, para se elevar o padrão de vida dos chineses e manter o sistema socialista de governo, seria necessário expandir as “forças produtivas”, o que, por sua vez, requeria a adoção da ciência e da tecnologia estrangeiras. Na base de todo esse processo havia a necessidade de aperfeiçoar a educação nacional e, para tanto, seriam empregados mecanismos análogos aos empregados na agricultura e na indústria chinesa, é dizer,

meios através dos quais as capacidades e o esforço individual das pessoas seriam estimulados e recompensados, tanto material e quanto moralmente.

Em seus “Comentários Sobre o Trabalho na Ciência e na Educação”, de agosto de 1977, Deng defendeu que o mérito acadêmico dos alunos substituísse as credenciais políticas ou a “posição de classe” da família como critério para admissão nas universidades<sup>108</sup>, que estavam sendo reabertas após a Revolução Cultural. Inadvertidamente ou não, Deng propunha que, como nos tempos imperiais, os intelectuais do país fossem selecionados por seus resultados nos exames públicos. Escreve o dirigente:

Este ano, devemos estar decididos em restaurar a matrícula direta dos graduados do ensino médio através de exames de admissão, e para acabar com a prática de ter as massas de candidatos recomendados para a admissão nas faculdades e universidades. Eu acho que matricular diretamente os alunos graduados do ensino médio das escolas pode ser uma boa maneira de trazer as pessoas treinadas mais rápido e permitir que elas comecem a trabalhar produtivamente mais cedo. (DENG, 1984, p. 69, tradução nossa).

Essas linhas renunciaram as medidas adotadas pela Comissão de Matrículas da Educação Superior da RPC, o Politburo e o Conselho de Estado semanas depois, quando foi aprovada a criação de uma prova nacional unificada. Conforme Vogel (2011, p. 206-207), quase seis milhões de jovens em idade para ingressar na universidade prestaram essa primeira prova, sendo aprovados dentre eles menos de trezentos mil. Esse sistema de exames continua em vigência e hoje é utilizado até mesmo para vagas nos níveis iniciais de escolarização.

Um segundo ponto apresentado por Deng como essencial para melhoria do sistema educacional e a produção de conhecimento era a melhoria da remuneração e do “tratamento” dos intelectuais do país, os quais, segundo ele, deviam ocupar o “primeiro lugar entre os trabalhadores”. Isso, é claro, contrapunha-se diretamente ao tratamento dado aos intelectuais durante a Campanha Antidireitista, o período do Grande Salto e o “nono lugar” entre os inimigos da Revolução Cultural<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Sobre o tema, recomenda-se o filme *Rompendo com Velhas Ideias (Jue lie)*. Lançado pelo Partido em 1975, a obra é um documento importante acerca da educação popular e das políticas adotadas para a admissão universitária na RPC nos últimos anos da era de Mao.

<sup>109</sup> O Comitê Editorial do PCCh explica, na nota de rodapé número oito de Deng (1984, p. 399), que durante

Devemos tentar aumentar os benefícios materiais para os poucos grandes intelectuais [*top intellectuals*]. Se despertarmos seu entusiasmo e mostrarmos mais respeito a eles os mesmos farão mais contribuições. Não desenvolvemos a bomba atômica, a bomba de hidrogênio, satélites e tecnologia espacial em nosso próprio país? A engenharia do Colisor de Elétrons e Pósitrons que completamos também está entre as tecnologias mais avançadas do mundo. Os salários dos intelectuais devem ser aumentados passo a passo ao longo dos próximos anos, então eles terão alguma coisa pela qual ansiar. (DENG, 1994, p. 222, tradução nossa).

Essa concepção também está manifesta em textos como “Respeitar o Conhecimento, Respeitar o Pessoal Treinado”, de maio de 1977, o já citado “Comentários Sobre o Trabalho na Ciência e na Educação” e “Na Primeira Década, Preparamos a Segunda”, de outubro de 1982. No primeiro deles, Deng (1984, p. 54, tradução nossa) afirmava, por exemplo:

Devemos criar dentro do Partido uma atmosfera de respeito pelo conhecimento e pelo pessoal treinado. A atitude errônea de não respeitar os intelectuais deve ser combatida. Todo trabalho [*work*], seja ele mental ou manual, é trabalho [*labour*]. Aqueles que se dedicam ao trabalho mental também são trabalhadores. [...] Deve ser atribuída grande importância ao conhecimento e àqueles que se dedicam ao trabalho mental, e eles devem ser reconhecidos como trabalhadores.

Vários anos depois, Deng (1994, p. 365, tradução nossa) dizia categoricamente que

o desenvolvimento é o princípio absoluto. [...]. A experiência de outros países mostra que alguns deles – Japão, Coreia do Sul e partes do sudeste asiático, por exemplo – passaram por um ou mais períodos de rápido desenvolvimento. Como temos as condições internas necessárias e um ambiente externo favorável, e como sob o sistema socialista temos a vantagem de estar aptos a concentrar nossas forças em uma grande tarefa, agora é tanto possível quanto necessário para nós produzir, no prolongado processo de modernização, vários períodos de rápido crescimento com bons retornos econômicos. Devemos ter essa ambição. O rápido desenvolvimento da economia somente pode estar baseado na ciência, na tecnologia e na educação. Eu já disse que a ciência e a tecnologia são uma

---

a Revolução Cultural a Gangue dos Quatro chamava os intelectuais de “os fedorentos Número Nove”, precedidos em uma escala ignóbil por “proprietários de terra”, “camponeses ricos”, “contrarrevolucionários”, “maus elementos”, “direitistas”, “renegados”, “agentes inimigos” e aqueles que “tomaram a estrada capitalista”. Mesmo em meio à Revolução Cultural, Deng tentava chamar a atenção do PCCh para a importância de aproveitar as qualificações dos intelectuais na modernização do país. Dizia Deng (1984, p. 44-45, tradução nossa) em 1975: “Atualmente, muitos intelectuais estão alocados em postos de trabalho que não correspondem à sua formação e, portanto, sua especialidade é em grande parte desperdiçada. Temos de melhorar o nosso trabalho nesse sentido”.

força produtiva principal [...]. Eu já disse que os intelectuais são parte da classe trabalhadora.

A incompatibilidade dessa concepção com a visão defendida pelo PCCh durante a Revolução Cultural e outras campanhas de mobilização ideológica do período de Mao é demasiado evidente. De acordo com o próprio Deng (1984, p. 56, tradução nossa), os comunistas chineses sabiam que, por algum tempo, “o camarada Mao Zedong tratou os intelectuais como parte da burguesia”. Todavia, apregoava, “não devemos mais fazer isso”. Na era de Deng, o PCCh realmente abandonou o discurso e as políticas hostis aos intelectuais chineses, algo que não deixou de ser notado em pesquisas ocidentais sobre o período.

“Deng Xiaoping cuidou de elevar o estatuto dos cientistas enquanto grupo social”, comenta Oliveira (2003, p. 140), “afastando da chefia de instituições científicas ‘generalistas’ do partido, em favor de profissionais das áreas correspondentes”. O autor complementa que, ao longo do tempo, a filiação ao PCCh deixou de ser uma pré-condição para carreiras científicas bem-sucedidas, “funcionando ao contrário como honraria à cientistas de valor”.

No mesmo sentido, tratando do “elitismo na ciência” da RPC após a era de Mao a dupla Cong e Suttmeier (1999, p. 525, tradução nossa) afirma que as políticas da reforma “têm procurado oferecer significativas recompensas materiais e simbólicas para instituições e indivíduos que foram julgados os melhores e mais brilhantes”, reinstalando a meritocracia na camada dirigente do país.

Todas essas mudanças são absolutamente significativas para o entendimento do “Grande Rompimento”, dado que o fim das campanhas de mobilização ideológica e da hostilidade política aos intelectuais indicava que já não eram mais os camponeses, baluartes da luta revolucionária e da cultura nacional sob Mao, ou o entusiasmo destes e dos operários da RPC a chave para defender e desenvolver o socialismo e modernizar a China. Ao contrário, é o próprio desempenho da camada dos intelectuais, acusados e perseguidos nas campanhas das décadas precedentes, que aparece agora como chave do processo de incorporação científica e tecnológica estrangeira que fará avançar as

“forças produtivas” do país.<sup>110</sup>

Os impactos dessa mudança para os próprios quadros PCCh no período chamou a atenção de MacFarquhar (1987, p. 31-32, tradução nossa), quem afirmou que,

sob Mao, a burocracia do partido e os burocratas em geral deveriam ser “vermelhos e especialistas”. Mas vermelhos e especialistas nessa ordem. Durante a Revolução Cultural, deveriam ser quase que exclusivamente vermelhos, com a especialidade posta de lado. Hoje, os oficiais do Partido são conjurados a ser especialistas e ouvem que o tipo de habilidades políticas que trouxeram entre dezesseis e dezoito milhões deles para o Partido Comunista durante a Revolução Cultural (quase a metade do número atual de membros) já não é mais desejado. O que seu país precisa agora é de habilidades na administração, na gestão das fábricas, de ser capaz de ver como a economia pode se desenvolver mais rápido, na promoção da iniciativa dos camponeses em vez de apenas dar-lhes ordens como foi a prática no passado.

Finalmente, Wang (1996, p. 113, tradução nossa) corrobora essa interpretação ao afirmar que a popularidade da “expressão-título” de Deng “respeitar o conhecimento, respeitar o pessoal treinado” na década de 1980 “sinalizou a saída do maoísmo e o reingresso de intelectuais como os arautos da modernidade” chinesa.<sup>111</sup>

Esse pano de fundo ajuda a entender o porquê de, a partir da década de 1980, os alunos chineses não precisarem mais “aprender com os camponeses” ou “ter alguma experiência da luta de classes” com o povo, no interior do país. Muitos deles, noutro sentido, deixariam as cidades da RPC e, como o próprio Deng algumas décadas antes, estudariam no exterior.<sup>112</sup> De fora viriam, aliás, professores e acadêmicos convidados pelas universidades chinesas, que também contavam agora com a autorização da

---

<sup>110</sup> É importante enfatizar esse ponto. Em novembro de 1943, por exemplo, Mao (1972, p. 141) dissera aos “camaradas” do Partido: “devemos ir ao seio das massas, aprender com elas, sintetizar suas experiências, e deduzir destas princípios e métodos ainda melhores e sistemáticos, explicá-los então às massas (fazer propaganda) e chamá-las a pô-los em prática, de maneira a resolverem os seus problemas e a alcançarem a libertação e felicidade”. Com Deng, ao revés, as massas perdem alguns de seus direitos sociais e liberdades políticas e, se bem que recebam maior autonomia econômica, isso ocorre em um contexto no qual o PCCh é convidado a incorporar o mercado, os métodos de gestão e as tecnologias que sustentavam a modernização de outros países. Para se promover “saltos” no nível de produção agrícola, por exemplo, Deng (1987, p. 12, tradução nossa) argumentava que os chineses deviam “aplicar a ciência em todos os nossos esforços para elevar o rendimento das culturas por unidade de área”, bem como para “diversificar a agricultura”, “mudar os métodos de cultivo”, “sanar o problema energético em áreas rurais”, “proteger o meio ambiente” etc.

<sup>111</sup> Para uma perspectiva similar, ver Oliveira (2003).

<sup>112</sup> Dados do BNEC (2012) informam que em 1978 havia menos de 900 estudantes chineses estudando no exterior. Em 1985, eram 4.888 e esse número chegaria a 20.381 dez anos depois. Essa tendência de crescimento perdura até os dias atuais. Em 2006, último ano da série de dados a que o autor teve acesso, havia 134.000 estudantes chineses no exterior e outros 42.000 retornaram ao país.

Comissão Estatal de Educação para traduzir e adotar materiais bibliográficos do Ocidente.

O sistema educacional e seus “agentes” já não eram os alvos, portanto, mas as chaves da modernização socialista na RPC. É preciso recordar, porém, uma vez mais, que também essa mudança na era de Deng não seria possível sem os fundamentos do sistema educacional do período precedente. De acordo com Tiedao (2006, p. 3), no ano de fundação da RPC o analfabetismo da população adulta do país chegava a quatro quintos. Com a expansão em larga escala da educação básica e popular na era de Mao, essa taxa recuou para aproximadamente 52% em 1964 e 35% em 1982. Até o fim do século vinte, ela chegaria a 9%. No mesmo sentido, a taxa de matrículas de crianças em idade escolar subiu de 95,5%, em 1978, para 97,83%, em 1990. Já nas universidades, esse índice elevou-se, no mesmo período, de 8,9% para 18%. Observando os avanços do governo de Deng, pode-se dizer, então, que,

baseando-se nas conquistas excepcionais da era Mao no campo da educação primária, o governo aumentou o período médio de escolarização para cerca de oito anos e a população estudantil para 340 milhões de pessoas. Como consequência, as faculdades estatais da China produzem um número absoluto de formandos comparável ao de muitos países mais ricos que ela. [...]. Além disso, as instituições chinesas de ensino superior têm mostrado mais abertura às influências externas do que as instituições japonesas e coreanas. Não só suas principais universidades estão atualizando infraestrutura e pessoal acadêmico, como o contingente de estudantes chineses é o maior nos Estados Unidos e está em rápido crescimento na Europa, na Austrália, no Japão e em outros países. (ARRIGHI, 2008, p. 363).

Deve-se pontuar, ainda, que após 1978 os intelectuais estão sendo chamados a assumir uma parte dos esforços que antes cabiam especialmente ao exército, através da política de “combinar militares e civis” (*junmin jiehe*).

Conforme argumenta Feigenbaum (2003), as exigências do setor militar e o quadro de especialistas em ciência e em tecnologia que chegou a maturidade profissional dentro do ELP eram a força motriz por trás do desenvolvimento de alta tecnologia da RPC entre 1949 e 1978 – e, “deve-se notar aqui”, ressalta Schneider (1981, p. 295, tradução nossa), confirmando o que foi sugerido em seções anteriores, “que as atividades de pesquisa ligadas à defesa nacional (armas nucleares e mísseis, eletrônica, ótica, comunicações) aparentemente foram protegidas do pleno impacto da Revolução

Cultural”.

Na era das reformas, todavia, com a criação da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional, em 1982, e a Associação Chinesa para Usos Pacíficos da Tecnologia Militar Industrial, em 1984, o governo buscava transferir técnicas industriais do setor militar para as empresas civis, que assumiriam uma parte da pesquisa e do desenvolvimento de bens civis e militares da RPC.

Segundo explica Cheung (2009, p. 66), as instituições de pesquisa civis e militares da RPC foram então encorajadas a aproximar-se do setor produtivo – fosse através da contratação comercial de seus serviços ou da própria fusão com firmas estatais. Apenas entre 1985 e 1988, ainda de acordo com o autor, mais da metade de todas as aproximadamente 5.700 unidades estatais de pesquisa e desenvolvimento foram transferidas ou estabeleceram relações comerciais com o setor produtivo.

O próprio Ministério Industrial de Armamentos, por exemplo, perdeu suas funções em 1980 para a Corporação do Grupo das Indústrias do Norte, que responde pela produção de armas, munições e bens de consumo de uso civil. Em 1988, o Ministério Industrial Nuclear foi substituído pela Corporação Nuclear Nacional da China, responsável por desenvolver tecnologias nucleares para uso militar e civil. Anos depois, a Corporação Industrial de Aviação assumiu a produção de aeronaves de uso geral, realizada pelo Ministério Industrial de Aviação até 1993.

Com as reformas, de fato, os investimentos militares em ciência e tecnologia foram consideravelmente reduzidos pelo governo, ao mesmo tempo em que pesquisadores, instituições e empresas civis foram estimulados a associarem-se às instituições militares. As novas instituições e laboratórios assim formados, além das universidades, passaram então a concorrer pelos recursos de programas de financiamento público como o “863 Alta-Tecnologia”, de 1986, cujo objetivo era promover inovações com potencial militar em automação, biotecnologia, energia, tecnologia da informação, *lasers*, novos materiais e tecnologia espacial. Em pouco tempo, a alta tecnologia desenvolvida pelos civis da RPC tornou-se um importante elo na cadeia de oferta dos produtos militares do país e para as exportações nacionais.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Após a morte de Deng, essa tendência se acentuou. Dados do BNEC (2012) informam que entre 2001 e 2011 o número de empresas de alta tecnologia em áreas de desenvolvimento da RPC mais que dobrou,

“O início de uma ‘nova revolução tecnológica’ está ocorrendo na China pós-Mao”, declaravam Simon e Goldman (1989, p. 4, tradução nossa) como contemporâneos das políticas da era de Deng. Segundo eles, a liderança do país estava então comprometida com o “fechamento da lacuna tecnológica” existente entre a RPC e o resto do mundo industrializado.

Anos depois, os resultados da política são notórios, pois,

após três décadas de reformas, a China afastou-se do sistema soviético de empresas militares e institutos de pesquisa isolados e criou um complexo industrial-militar mais próximo da versão americana: as empresas de defesa, apesar de estatais, agora têm fortes interesses comerciais, tanto no nível nacional como no exterior; fabricantes civis têm desenvolvido relações mais estreitas com institutos de pesquisa do governo e universidades; e empresas civis de alta tecnologia são agentes importantes na rede de abastecimento militar. (TREBAT; MEDEIROS, 2013, p. 2, tradução nossa).

Essa discussão dá indicações de algumas das mudanças ocorridas na defesa nacional da RPC, mas a redefinição tecnológica e estratégica da mesma será apresentada a seguir.

### 3.3.5 A Defesa Nacional<sup>114</sup>

Eu sou chinês e estou familiarizado com a história da agressão estrangeira contra a China.

Deng Xiaoping, “Trabalhamos para Revitalizar a Nação Chinesa”, 1990.

Apesar de ser citada como a última das quatro modernizações, a necessidade de transformar a defesa nacional foi, não por acaso, um dos primeiros pontos de consenso entre os líderes da RPC na década de 1970. Nos anos finais da Revolução Cultural, após

---

passando de 24.293 para 57.033. No mesmo intervalo e área, o número de pessoas envolvidas nas empresas de alta tecnologia passou de 2.761.433 para 10.736.442. As exportações dessas empresas, por seu turno, cresceram mais de 1.400%.

<sup>114</sup> As forças de segurança pública da RPC, tais como a Polícia Armada Popular, bem suas respectivas mudanças na era de Deng, não serão abordadas na dissertação. Sobre o tema, ver Wong (2012, p. 434-443).

o abandono da “Terceira Frente” e a assinatura do Shanghai Communiqué, Mao e os dirigentes do Partido percebiam que o ELP crescera de modo desordenado “sob Lin Biao”, desviando um importante montante de recursos que poderiam financiar o aumento da produção econômica do país. O próprio Deng, então à frente do Departamento Pessoal Geral do ELP, apontava isso em um texto de janeiro de 1975. Dizia ele:

O tamanho das forças armadas aumentou substancialmente e gastos militares ocupam uma proporção do orçamento do Estado maior do que antes, com muito dinheiro sendo gasto apenas em alimentos e roupas. O que é mais importante é que um exército demasiado grande e ineficiente, não está preparado para o combate. Eu acho que a esmagadora maioria dos nossos camaradas do exército estão insatisfeitos com o atual estado de coisas. (DENG, 1984, p. 11, tradução nossa).

Durante a era de Deng, de fato, a modernização da defesa nacional chinesa pautou-se na redução do contingente e no incremento da eficiência deste.

Sobre a redução do contingente, Trebat e Medeiros (2013, p. 6) mostram que o número de soldados da RPC caiu 25% durante a década de 1980 e mais de dois terços dos 3 milhões de empregados da defesa nacional chinesa foram realocados na produção civil. Ainda de acordo com os autores, os gastos militares como percentual do PIB chinês acompanharam essa tendência, passando de 8% em 1981 para 4% dez anos depois.

Depois dessa redução, para aumentar a eficiência do ELP um primeiro mecanismo entrou em operação em 1979, quando a RPC começou a comercializar armamentos no mercado internacional. Se bem que não possuíssem ainda a mesma tecnologia dos concorrentes ocidentais, as armas chinesas chegaram ao Oriente Médio e outros países do “Terceiro Mundo” em larga escala ao longo da década de 1980, financiando, internamente, a compra e o desenvolvimento de armas modernas.

Dados do Instituto de Pesquisa de Estocolmo para a Paz Internacional (1992, p. 272) apontam que na quase uma década de conflito entre o Irã e o Iraque (1980-1988) os chineses tornaram-se o quarto maior vendedor de armas do mundo, ficando atrás apenas das duas grandes potências – URSS e EUA – e da França.<sup>115</sup>

Observando-se os valores do comércio exterior de armas na RPC na era de Deng, dispostos na Tabela 6, à frente, percebe-se que as importações eram muito pequenas

---

<sup>115</sup> Ver Hyer (1992) para um estudo específico sobre esse papel da RPC no período destacado.

em relação às exportações até 1992, quando isso se altera significativamente.

**TABELA 6 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE ARMAS NA ERA DE DENG (US\$ MILHÕES, VALORES CONSTANTES DE 1990)**

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>
1978	630,0	86,0	544,0
1980	962,0	7,0	955,0
1982	1.577,0	15,0	1.562,0
1984	2.124,0	71,0	2.053,0
1986	2.120,0	17,0	2.103,0
1988	1.464,0	79,0	1.385,0
1992	692,0	1.265,0	-573,0
1996	792,0	1.453,0	-661,0
2000	300,00	2.120,0	-1.820,0
2010	1.518,0	940,0	578,0

Fonte: Banco Mundial (2013).

No mesmo sentido desse primeiro mecanismo e, destaca-se novamente, algo impensável no contexto de fortes tensões internacionais da era de Mao, um segundo mecanismo modernizador da defesa nacional da RPC foi posto em marcha com a autorização dada por Deng ao ELP para que este se dedicasse a produção de bens de consumo civil.

Conforme apontam Trebat e Medeiros (2013, p. 7), em 1978 os produtos civis respondiam por 8% da produção do setor militar, percentual que chegou a quase 70% em 1989. “Em vez de armamento”, escreve Marti (2007, p. 175), “a indústria de defesa voltou-se para a produção de máquinas de lavar, carros, bicicletas e televisões”, e os recursos obtidos com a produção e a venda desses bens também eram destinados a comprar e desenvolver novos armamentos.

Ambos os mecanismos estavam articulados a uma nova estratégia militar, que correspondia às mudanças no contexto internacional. Como discutido anteriormente, entre as décadas de 1950 e 1970 pareciam ser grandes as possibilidades de um ataque à RPC partindo das duas principais potências mundiais. Contra elas, os chineses contavam, basicamente, com um numeroso e motivado exército que poderia atrair as tropas inimigas para dentro do território nacional – a um só tempo longe das ricas províncias do leste ou dos complexos industriais do oeste, no período da “Terceira Frente” –, e então vencê-los em uma intensa luta defensiva. Passada a iminência de um ataque americano e assinado o Shanghai Communiqué, em 1972, simultaneamente à diminuição

dos riscos de uma guerra contra a URSS – já que esta demonstrava sinais de debilidade antes mesmo do governo de Gorbachev (1985-1991) – a estratégia de “guerra total” contra o inimigo invasor daria espaço à “guerra local”.<sup>116</sup> Em meados da década de 1980, de fato, Deng e os líderes militares da RPC perceberam que

[...] não era mais válido o ideal maoista de manter um imenso exército de camponeses com o propósito de travar uma guerra de atrito defensiva, atraindo o inimigo ao coração da China. Precisava-se de uma força menor, tecnologicamente sofisticada, configurada para operar com rapidez e mobilidade, apta a concentrar poder de fogo em alvos específicos. Os planejadores de defesa da China chegaram à conclusão de que a tecnologia militar moderna dava ao agressor a capacidade de tomar a iniciativa das primeiras batalhas da guerra, e aquelas primeiras batalhas seriam cruciais para as guerras futuras. Mobilizar o país inteiro e todo mundo deixava de ser uma opção. (MARTI, 2007, p. 176).<sup>117</sup>

Essa percepção foi corroborada no início da década de 1990, quando as operações americanas na Guerra do Golfo se limitaram a atingir com intensidade e precisão os alvos mais importantes do conflito, o que foi possível através do uso de armamentos altamente tecnológicos e sistemas integrados de informação. Talvez com mais vivacidade que os conselheiros dos Qing no século dezanove, os líderes militares da RPC percebiam agora o atraso tecnológico e estratégico das forças chinesas em relação às potências ocidentais. A antiga Inglaterra não havia sido superada pelos chineses, tampouco os EUA, cada vez mais distantes do restante do mundo em tecnologia e doutrina operacional militar. Durante a Guerra do Golfo, explica Godwin (2001, p. 101, tradução nossa),

o que surpreendeu esses analistas [chineses] foi a eficácia das operações conjuntas de alta tecnologia [dos americanos]. Eles viram dois aspectos

---

<sup>116</sup> Segundo Yan (1996, p. 165, tradução nossa) “em 1983, Deng disse a alguns líderes do PCCh: ‘não vai haver uma grande guerra. Não tenham medo. Não há risco. Antes, nós sempre nos preocupávamos com lutar uma guerra. Levamos isso por anos. Agora, parece que nós nos preocupamos excessivamente. A meu ver, não haverá uma guerra nos próximos dez anos’. Em 1987, Deng disse novamente: ‘É possível lutar por um longo período de paz. A guerra pode ser evitada’. De acordo com mudanças no ambiente de segurança da China, Deng acredita que a China deve colocar seus interesses econômicos em uma posição de maior prioridade”.

<sup>117</sup> Em junho de 1985, de fato, em reunião com a Comissão Militar Central do PCCh na qual discutiu a desmobilização em larga escala do ELP, Deng (1987, p. 116, tradução nossa) declarava que “a China deve concentrar-se no desenvolvimento econômico se ela deseja tornar-se um moderno, poderoso estado socialista. Nós precisamos, portanto de um ambiente internacional pacífico e estamos lutando para criá-lo e mantê-lo. O desenvolvimento econômico é nosso objetivo primário, tudo mais deve estar subordinado a ele”.

complementares da guerra moderna. Em primeiro lugar, as operações aéreas esmagaram as defesas aéreas do Iraque enquanto cegaram e paralisaram as forças iraquianas. Em segundo lugar, quando a guerra terrestre foi lançada, as operações conjuntas usaram a sinergia de ações multisserviço para devastar rapidamente e completamente as forças opositoras. Para esses analistas, não eram simplesmente as armas e os equipamentos do ELP que estavam obsoletos – a doutrina operacional do ELP foi vista como igualmente antiquada.

Para Deng, novamente, a solução era promover o avanço das “forças produtivas” nacionais. Sobretudo a partir de 1992, fica claramente estabelecido o novo equilíbrio entre as políticas interna e externa do país, que parecia ser capaz de sanar os impasses das conturbadas eras de Mao e Deng. Através da diplomacia e da modernização de seu exército, a política externa do país deveria garantir a “preservação da paz mundial” e a segurança nacional da China necessária para sua modernização interna. Por sua vez, a modernização interna da economia estaria responsável por assegurar a contínua atualização técnica e operacional do ELP e da defesa nacional chinesa como um todo.<sup>118</sup> Enfim, como dizia o dirigente,

para alcançar a modernização, implementar a reforma e fazer a abertura política, precisamos, internamente, de estabilidade política e unidade e, externamente, de um ambiente internacional pacífico. Com isto em mente, firmamos uma política externa que, em essência, cifra-se na oposição ao hegemonismo e na preservação da paz mundial (DENG, 1987, p. 183, tradução nossa).

Para concluir essa terceira parte do texto, é necessário retomar o argumento desenvolvido ao longo de toda a seção, o qual confirma a conclusão de Wei (2011). Para além dos impasses internos da RPC, se a era de Mao não se encerrasse com a possibilidade de uma desmobilização militar em grande escala a era de Deng Xiaoping dificilmente poderia ter realizado as “quatro modernizações” e, com isso, mudado o foco do desenvolvimento econômico nacional das indústrias militares e pesadas para as

---

<sup>118</sup> É interessante lembrar, como Fiori (2013b), que “hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, neste caso, é que os gastos com a ‘defesa’ já alcançam cerca de 30% de todo o gasto governamental com pesquisa e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses, nos últimos anos, na microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química, e no campo aeroespacial. Mais recentemente, o ‘Plano de Desenvolvimento Nacional Científico e Tecnológico de Médio e Longo Prazo’, para o período entre 2006 e 2020, aumentou a tônica no desenvolvimento das tecnologias ‘duais’, e na importância da conquista da autonomia militar da China. E apesar de que os chineses sigam utilizando tecnologias importadas, a verdade é que eles obtiveram avanços notáveis nestas últimas duas décadas”.

indústrias leves e a agricultura. Dessa forma, pode-se pensar, como Wei (2011, p. 9, tradução nossa), que “foi a política de Mao para normalizar as relações da China com os Estados Unidos que levou a um ambiente internacional favorável para a reforma e abertura posterior da China”.

#### 4. O “GRANDE ROMPIMENTO” EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Dentre outros aspectos, a Revolução Bolchevique e a Chinesa tiveram em comum o fato de surgirem em nações cuja maior parte da população vivia no campo. Nessas sociedades “atrasadas” – do ponto de vista de suas “forças produtivas” e “relações sociais de produção” – intelectuais e partidos autoproclamados comunistas enfrentaram uma série de impasses.

Um primeiro impasse era o de saber como o processo revolucionário poderia se dar na ausência de um “proletariado” e de uma “burguesia” análogos aos dos países “avançados”, estudados por Marx e Engels. Além disso, os revolucionários vitoriosos enfrentaram as dificuldades de “criar o socialismo” em economias agrícolas. Diferentes formas de propriedade, gestão econômica e apropriação do excedente produzido no campo foram então experimentadas por esses países em busca da industrialização e da modernização. Também foi colocado à prova o papel dos incentivos materiais e morais e da dinâmica “superestrutural” no aumento da produtividade e do produto nacional.

Mas isso não era tudo. Durante boa parte do século passado restava para os partidos comunistas no poder o desafio de voltar sua atenção para dentro e para fora das fronteiras nacionais, é dizer, de saber como equilibrar os impasses internos da reconstrução econômica e social com as ameaças externas ao regime do país. Parafraseando um trecho do *Manifesto Comunista*, pode-se dizer que, “sob a pena de ruína total”, esses governos viram-se forçados a vencer ou ser derrotados pelas armas, mercadorias e ideias das nações do Ocidente, com seu “rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção” e o “constante progresso dos meios de comunicação”.

Cada partido ofereceu diferentes respostas a esses três grandes dilemas ao longo do tempo. No caso do PCCh, o próprio PCUS e a Revolução Bolchevique serviram como um auxílio e uma advertência em alguns momentos. Todavia, quando no fim da década de 1960 a RPC e a URSS entraram em um conflito direto, o PCCh mais do que nunca recorreu a um caminho próprio e de forte caráter nacional, confiadamente capaz de resolver as questões econômicas, sociais, políticas e militares do país. Ainda assim, salienta-se, as diferenças entre esses dois partidos e seus respectivos projetos

modernizadores eram históricas e, quando minimamente consideradas, ajudarão a entender o sentido histórico do “Grande Rompimento” chinês. Tal é objeto da subseção abaixo. Nas demais, pretende-se evidenciar que os desfechos do “Grande Rompimento” representaram tanto uma ruptura quanto uma continuidade com a era de Mao, o maoísmo e a modernização chinesa tomada em seu longo termo.

#### 4.1 MAOISMO E BOLCHEVISMO

Quando se tenta acompanhar o desenvolvimento intelectual por detrás das atividades políticas de Deng Xiaoping e dos demais comunistas chineses entre a fundação do PCCh, sob os auspícios do Comintern e do PCUS, e sua ruptura com este partido, na década de 1960, são de fácil observação as marcadas diferenças entre o maoísmo e o bolchevismo.

Em uma breve e categórica nota sobre as relações entre o PCCh e o PCUS, Hobsbawm (2010, p. 452) aponta que, ao contrário do comunismo russo, “o chinês praticamente não tinha relação direta com Marx e o marxismo”. Foi, segundo ele, um “movimento pós-Outubro” que chegou a Marx através de Lênin e, pouco depois, pelo “marxismo-leninismo” de Josef Stálin.

Nesse sinuoso caminho a Marx, à organização socialista do Partido e da sociedade chinesa, o PCCh acabou se afastando do PCUS, que fora o responsável por seu surgimento. O princípio do “centralismo democrático”, por exemplo, embora tão caro a Lênin e outros marxistas russos, não chegou a se tornar um traço fundamental do marxismo chinês até a era de Deng. Isso é corroborado por Meisner (1971, p. 33, tradução nossa), quando o autor afirma que a liderança de Mao “não compartilha plenamente a característica mais significativa do leninismo – os pressupostos intelectuais nos quais a organização e papel do partido leninista são baseados”. Com efeito, tendo em conta o “personalismo” de algumas das mais importantes políticas promovidas na era de Mao Zedong, Hobsbawm (2010, p. 454) defende que a peculiaridade do maoísmo era

ser, ao mesmo tempo, uma forma de ocidentalização, um claro esforço modernizador, mas também uma “reversão parcial aos padrões tradicionais de governo na China”, com a “autocracia do governante e a aquiescência e obediência dos súditos”.<sup>119</sup>

Uma segunda distinção entre o maoísmo e o bolchevismo era a resistência do primeiro em estabelecer vínculos com os desenvolvimentos internacionais do marxismo. Aos olhos de Deutscher (1964, p. 11, tradução nossa), dentre outros, havia uma desproporção flagrante entre a teoria, a ideologia e a prática revolucionária do PCCh, de modo que

o maoísmo foi igual ao início do bolchevismo em vitalidade revolucionária e dinamismo, mas diferente dele em uma relativa estreiteza de horizonte e uma falta de contato direto com os desenvolvimentos críticos do marxismo contemporâneo. Pode-se hesitar em dizê-lo, mas é verdade que a revolução chinesa, cujo escopo é o maior de todas as revoluções na história, foi conduzida pelo mais provinciano e “insular” dos partidos revolucionários.

Esse caráter “insular” do PCCh e do maoísmo, conforme indicado em seção anterior, também guardava raízes na China imperial e no “isolacionismo” desta. Mesmo as obras do liberalismo europeu ou americano, para não mencionar aqui a literatura socialista, foram escassamente conhecidas pelos intelectuais chineses quase que somente a partir do início do século vinte, quando essa camada se afastou da longuíssima tradição cultural dos letrados confucionistas e passou por um processo de ocidentalização.

Obviamente, Marx não conseguiria em algumas décadas o que Confúcio lograra nos dois milênios anteriores, fosse em termos teóricos e ideológicos ou simplesmente editoriais. O próprio Deutscher registra que a primeira tradução chinesa do *Manifesto Comunista*, lida por Mao Zedong aos vinte sete anos de idade, apareceu somente um ano antes da fundação do PCCh.<sup>120</sup> Em 1938, quase duas décadas depois dessa edição,

---

<sup>119</sup> O próprio marxismo soviético, é verdade, não estava isento de duras críticas do assim chamado “marxismo ocidental”, explorado por Anderson (2004). Não obstante, parece ser incorreto associar essa “característica chinesa” ao leninismo e à experiência russa mais do que à própria história chinesa, como faz Amin (1986, p. 92) ao dizer que “o conjunto do período [de 1949 a 1976] foi, também, caracterizado pela fraqueza da prática democrática. Esses limites atêm-se à adesão dogmática coletiva, herdada da história do movimento operário, do leninismo e da experiência russa, à condenação unilateral da democracia burguesa, a uma concepção errônea do Estado e do Partido”.

<sup>120</sup> Mao, o mais importante nome do marxismo chinês até sua morte, “ao tempo de sua conversão ao marxismo sabia muito pouco sobre este”, escrevem Gregor e Chang (1978, p. 308, tradução nossa).

informam Chan Sin-Wai e Pollard (2001, p. 384), os três volumes de *O Capital* foram vertidos pioneiramente para o mandarim, enquanto na Rússia o primeiro volume da obra chegara em 1872. Muitas dessas traduções na RPC, aliás, incluindo as *Obras Completas* de Marx e Engels – cuja primeira edição chinesa é de 1985 – provinham das versões russas.

Ao mesmo tempo, como entre 1927 e 1949 os revolucionários do PCCh estiveram em constante conflito armado contra os nacionalistas e os japoneses em diferentes partes do território chinês, prescindido à época de um significativo apoio teórico, ideológico e militar do Comintern (os próprios comunistas chineses haviam declarado sua autonomia em relação à Moscou na Campanha de Retificação de Yan'an, entre 1942 e 1945), percebe-se que seu contato mesmo com o marxismo bolchevique foi superficial e mediato.

Além disso, quaisquer que tenham sido as experiências de Deng em sua juventude na França ou no curto tempo de permanência na URSS, eles não parecem ter sido suficientes para afastá-lo de ser contado aqui entre os demais comunistas chineses. MacFarquhar (1987, p. 26, tradução nossa) explica, a esse respeito, que

[...] pessoas como Deng juntaram-se ao movimento comunista, mas não porque eles acreditavam em Marx, quem quase certamente não tinham lido, ou porque particularmente acreditavam no coletivismo. (Nessa fase da União Soviética, a agricultura coletiva e a propriedade estatal da indústria não haviam sido promulgadas da forma como estariam sob o sistema dos Planos Quinquenais Soviéticos). Elas buscaram nos russos um modelo: um modelo de luta contra o imperialismo, e o modelo da estrada para o poder.

MacFarquhar esquece-se, aqui, de mencionar as formas coletivas tradicionais dos camponeses chineses, que muito possivelmente foram referências importantes para a “crença” dos comunistas do PCCh e o futuro “modelo” que eles implementariam no país. Apesar disso, suas conclusões estão corretas. Como também entende Harris (1978, p. 292-293, tradução nossa), na Revolução Chinesa “Mao não se propôs a cumprir os

---

Segundo os autores, “ele tinha, aparentemente, lido um pouco ou todo o *Manifesto Comunista*, mas pouco mais do que isso. Ele lia apenas em chinês, e o *Manifesto* talvez tenha sido a única obra de Marx ou Engels que estava disponível para ele. Uma tradução de *Luta de Classes*, de Karl Kautsky, também existia naquele momento, mas além dessa obra, ao tempo em que Mao optou por tornar-se um revolucionário marxista, havia pouca coisa para a qual ele poderia apelar para obter qualquer coisa que não o olhar mais superficial do complicado sistema teórico de Karl Marx”.

objetivos de 1917, mas tinha como meta a libertação nacional”. Segundo o autor, “a libertação nacional foi um grande passo para a China, mesmo que fosse totalmente diferente dos objetivos da Revolução Russa de 1917”. De modo ainda mais abrangente, Hobsbawm (2010, p. 449) conclui que

o comunismo chinês, portanto, era ao mesmo tempo social e, se assim se pode dizer, nacional. [...]. O elemento nacional no comunismo chinês operava tanto através dos intelectuais de origem nas classes alta e média, que proporcionaram a maior parte da liderança de todos os movimentos políticos chineses no século XX, quanto através do sentimento, sem dúvida generalizado entre as massas chinesas, de que os bárbaros estrangeiros não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo. Como a China fora atacada, derrotada, dividida e explorada por todo Estado estrangeiro ao alcance desde meados do século XIX, essa suposição não era implausível. [...] O fato de que [os comunistas] também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais).

Vale lembrar, ainda, que apesar da vitória em 1949 os líderes do PCCh também não publicaram suas produções intelectuais de uma forma generalizada e aberta ao debate na RPC por vários anos. Schram (1974, p. 7) explica, quanto a isso, que foi só em meados da década de 1960 que uma série de textos completos de Mao e demais líderes ou parciais de comunicações do PCCh conhecidos somente por um pequeno número de quadros vieram a público de formas variadas. “A maior parte desse material data do período do estabelecimento da República Popular da China, em 1949”, escreve o autor, “embora algum remonte à Guerra Anti-japonesa de 1937-1945 ou mesmo à década de 1920”. Ele continua:

Alguns desses documentos ou excertos, até então considerados confidenciais, foram publicados oficialmente na China durante a Revolução Cultural. A maioria, porém, só apareceu em jornais e outras publicações periódicas e coleções documentais emitidas pelas várias organizações da Guarda Vermelha e Rebelde Revolucionária, que floresceram nos anos 1966-69. (SCHRAM, 1974, p. 7).

Ademais disso, uma “opinião pública” mais ampla sobre o que se passava dentro da cúpula do PCCh só veio a surgir na RPC com o fim da era de Mao. Segundo a dupla de autores Jung e Halliday (2006, p. 757), por exemplo, foi apenas por volta de 1975, no fim da Revolução Cultural, que, “[...] sob a direção de Deng, as informações sobre quem

defendia o quê no governo se tornaram disponíveis pela primeira vez por meio de redes de quadros comunistas readmitidos e seus filhos, e haviam circulado pelo país”.<sup>121</sup>

Ora, diante da ausência quase absoluta de referências diretas ao marxismo clássico, da não realização de debates nacionais entre os principais desenvolvimentos intelectuais da liderança do PCCh e dos limites que essa mesma liderança acabou estabelecendo com o “marxismo-leninismo” ou bolchevismo do PCUS, o que pode ser apontado como traço mais fundamental do maoísmo é propriamente sua ênfase e capacidade histórica de mobilização ideológica das massas chinesas para realização de mudanças sociais bruscas, quando comparadas com as experiências de outros partidos e países.

É difícil não ver alguns traços da personalidade de Mao impressos no maoísmo. No relato de Li (1994, p. 107, tradução nossa), confirmamos que “ele era um homem de tremenda energia. Em sua iconoclastia e recusa em aceitar a rotina, Mao se rebelou contra o tempo também. Dormir, como tomar banho, era uma perda de tempo”. Em junho de 1966, ano que marcou o início da Revolução Cultural, registra Li (1994, p. 463, tradução nossa), Mao teria declarado que “tudo está ficando de cabeça para baixo. Eu amo grandes agitações”. Assim, se o indivíduo Mao era realmente um homem de “tremenda energia”, que considerava “perda de tempo” mesmo os momentos dedicados à higiene pessoal e ao sono e “amava grandes agitações”, quando ele olhava para os camponeses chineses e a imensa capacidade dos mesmos de realizar “grandes agitações”, muitas coisas seriam vistas apenas como “perda de tempo” na estrada para a modernização, ainda que tudo ficasse “de cabeça para baixo”.

Estritamente falando, recorde-se o leitor de que a Revolução Chinesa não havia sido o resultado da “contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção” da precária economia chinesa; nem de um conhecimento significativo das obras que tratavam dessa contradição. Noutra sentida, ela nascera de décadas de organização política de uma imensa massa de camponeses revoltados contra seus

---

<sup>121</sup> Não é de estranhar, portanto, que, no Ocidente, Hannah Arendt (1989), por exemplo, ao analisar o totalitarismo entre as décadas de 1940 e 1960, tenha apresentada conclusões tão desinformadas e confusas sobre a China maoísta, algo que foi notado por Behr (2010).

senhores, seu governo corrupto e opressor e as invasões estrangeiras ao país.<sup>122</sup> Goldman (1969, p. 564, tradução nossa) assevera sobre isso que,

aos olhos de Mao, como aos de Li Dazhao, os ensinamentos de Marx e Engels tinham pouca relevância para a China, porque eles tendiam a fazer do homem o objeto passivo de forças históricas cegas: a tragédia da China era que, a menos que uma ação revolucionária consciente acelerasse o giro da roda da história, a nação poderia não sobreviver e ser regenerada.

Mao e seus aliados afastaram-se da ênfase marxista sobre o “proletariado” e a “burguesia”, explica Meisner (1971, p. 33, tradução nossa), porque estas eram “classes relativamente fracas na moderna sociedade chinesa e apenas marginalmente envolvidas na revolução comunista”. Ao contrário, escreve o autor, “o maoísmo está preocupado principalmente com a relação entre intelectuais e camponeses, os dois grupos sociais dinâmicos na história da China moderna”.<sup>123</sup> Em sua busca histórica pela recuperação da unidade territorial e política do país e pela reconquista de sua soberania nacional, a modernização chinesa avançaria, sob Mao e o PCCh, através da organização, da direção e da educação dos camponeses.

Tal conclusão é válida pelo menos desde o conhecido “Relatório Sobre uma Investigação Feita em Hunan a Respeito do Movimento Camponês”, escrito por Mao em março de 1927. Já nesse texto a questão foi colocada pelo dirigente de modo claro<sup>124</sup> e,

---

<sup>122</sup> É interessante recordar que em “Sobre a Contradição”, escrito em agosto de 1937, Mao (2008, p. 113) declarou ser verdade que “[...] as forças produtivas, a prática e a base econômica em geral desempenham o papel principal e decisivo [...]. Mas também é forçoso admitir que, em certas condições, aspectos tais como as relações de produção, a teoria e a superestrutura manifestam-se por sua vez no papel principal e decisivo. Quando é impossível para as forças produtivas desenvolverem-se sem uma transformação das relações de produção, então a transformação das relações de produção desempenha o papel principal e decisivo”. Para um estudo recente e bem fundamentado sobre as causas superestruturais da Revolução Chinesa, ver Lee (2013).

<sup>123</sup> A título de curiosidade, o leitor é, ainda, notificado de que “a própria palavra ‘proletariado’, que no mundo ocidental acabou tendo conotação fundamentalmente urbana”, escreve Lyrio (2010, p. 146, nota de rodapé), “foi traduzida para o chinês como *wuchan jieji*, que significa ‘classe sem propriedade’, que se aplicaria tanto aos pobres urbanos como aos rurais. Como na China estes eram bem mais numerosos, a palavra em chinês acabou tendo uma conotação mais camponesa”.

<sup>124</sup> No primeiro parágrafo do texto, Mao (1975, p. 19) declarava o que se tornaria um de seus trechos mais conhecidos e impressionantes: “Em muito pouco tempo, nas províncias do Centro, Sul e Norte da China, várias centenas de milhões de camponeses não-de levantar-se como um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por maior que seja, poderá deter. Eles quebrarão todas as cadeias que os acorrentam e lançar-se-ão no caminho da libertação. Sepultarão todos os imperialistas, caudilhos militares, funcionários corrompidos, déspotas locais e maus nobres. Todos os partidos revolucionários e todos os camaradas revolucionários serão postos à prova pelos camponeses, sendo aceites ou rejeitados segundo a escolha que tiverem feito. Há três alternativas: marchar à frente dos

posteriormente, fosse na defesa do “Grande Salto Adiante” ou em suas citações no “livro vermelho”, notadamente no capítulo sobre a “linha de massas”, Mao (1972, p. 129-146) apresentava o imenso povo chinês como “a força motriz” da história nacional, os “verdadeiros heróis” e “entusiastas” da Revolução em contraste com os muitas vezes “infantis” e “ignorantes” dirigentes do PCCh. Dizia Mao:

As massas populares dispõem dum poder criador ilimitado. Elas podem organizar-se e marchar para todos os lugares e setores de trabalho onde possam dar livre curso à sua energia. Elas podem orientar-se para a produção, tanto em profundidade como em extensão, criando para si próprias um número crescente de obras de bem-estar. (MAO, 1972, p. 130).

É forçoso admitir a existência desse contraste entre as lideranças do PCUS e do PCCh no que diz respeito a seu contato com o pensamento marxista, de um lado, e as massas do povo, notadamente os camponeses, de outro. De fato,

Lenine não tinha a mínima confiança nas tendências espontâneas da população no seu conjunto, e até da classe trabalhadora, a menos que fossem orientadas por uma vanguarda consciente sob a capa de um Partido Comunista. Mao Tsé-tung, por seu turno [...] acha-se disposto, em muito maior extensão que Lenine, a confiar nas massas e envolvê-las ativamente na construção do seu próprio destino. O resultado não é logicamente muito harmonioso e, na prática, pode conduzir ao caos, como Mao descobriu durante a Revolução Cultural, porém esse tratamento é também responsável, em última análise, pela grande explosão criativa que impressionou tantos visitantes recentes da China. (SCHRAM, p. 1974, p. 10-11).

Ainda no ano de 1958, oferecendo uma crítica ao livro de Stálin *Problemas Econômicos do Socialismo da União Soviética*, Mao (2008, p. 146) defenderia que “o livro de Stálin, do começo ao fim, nada diz sobre a superestrutura. Não está preocupado com pessoas; considera as coisas, e não as pessoas”. Segundo Mao, “o ponto de vista de Stálin em sua última carta é quase completamente errado. O erro básico é a falta de confiança nos camponeses”. Erro básico ou limitação teórica e ideológica imposta pela experiência revolucionária russa, muito distinta da chinesa, o que se deve notar aqui é que, em um “contraste gritante” com a URSS de Stálin, na RPC de Mao “buscou-se

---

camponeses e dirigi-los? Ficar atrás deles, gesticulando e criticando? Erguer-se diante deles para combatê-los? Cada chinês está livre para escolher dentre essas três alternativas, e os acontecimentos forçarão toda a gente a fazer rapidamente a escolha.”

modernizar não com a destruição”, escreve Arrighi (2008, p. 379), “mas com a elevação econômica e educacional do campesinato”, muitas vezes colocando-os contra os intelectuais do país, o PCCh e o governo.

Nesse ponto do texto, fica claro o caráter básico das especificidades organizacionais, teóricas e ideológicas do comunismo do PCCh. Entende-se que, de certo modo, a própria carência de referências marxistas muito arraigadas na liderança do PCCh foi algo que contribuiu para que ela encontrasse uma estratégia adequada à tomada do poder na China e, mediante uma revolução que partia do campo, fundar a República Popular.

Foram algumas dessas especificidades, também, que permitiram àquela liderança criar um gigantesco e disciplinado exército de camponeses, o ELP, o qual, por sua vez, tornou possível a reunificação nacional e a reconquista da soberania da China.

À frente, porém, ver-se-á que quando a unidade e a soberania chinesa foram ameaçadas pelo próprio maoísmo, Mao mesmo e a liderança do PCCh foram levados a romper com aquele.

## 4.2 UM GRANDE ROMPIMENTO COM O MAOISMO

Para além dos condicionantes externos, já indicados, a subseção acima apresentou alguns dos condicionantes internos que levaram o PCCh a manter por décadas a convicção maoísta de que a ação consciente das massas chinesas era a principal força modernizadora do país. Vale lembrar, enfim, que

depois da segunda metade da década de 1950, a visão econômica de Mao Zedong era cada vez mais dominante. A estratégia econômica de Mao era uma inversão direta da especificação clássica marxista sobre o relacionamento entre a base e a superestrutura. Ele estava convencido de que a força de vontade coletiva das massas poderia transformar a economia de pobreza da China. Se cada consciência individual fosse transformada, o entusiasmo e a dedicação da coletividade poderiam criar uma economia industrial avançada. Ao invés de ser um reflexo da base econômica, a superestrutura poderia ser o motor da mudança socioeconômica. (CHANG, 1996, p. 379, tradução nossa).

Essa convicção chegou a extremos durante o Grande Salto e a Revolução Cultural, mas repetidas vezes tanto Mao quanto a liderança maoista do PCCh superestimaram a capacidade dessa “vontade coletiva das massas” chinesas, do entusiasmo e da prática do povo, *pure et simple*, transformarem a natureza e recriarem a sociedade em períodos relativamente curtos de tempo. Simetricamente, entre as décadas de 1950 e 1970 o Partido repetidamente subestimou a necessidade histórica dos intelectuais para o avanço das “forças produtivas” nacionais, perseguindo-os por julgar que estes seriam capazes de demover o povo de seu comprometimento ideológico com o socialismo.<sup>125</sup>

Acontece, todavia, que as duas conquistas fundamentais do maoísmo – o governo nacional do PCCh e a soberania da RPC no plano externo, conquistas das quais pareciam depender os demais avanços sociais – estavam sob forte ameaça no fim da era de Mao. Isso levou o próprio Mao e seus aliados no poder a estabelecerem um acordo estratégico com os “imperialistas americanos”, quando simultaneamente encerravam a mais longa de todas as campanhas de mobilização ideológica no país com o apoio de seu braço armado, o ELP.<sup>126</sup> Era necessário restituir a ordem na RPC, a autoridade e a legitimidade do PCCh. Em rigor,

a desordem na China quando Deng Xiaoping chegou ao poder era impressionante. O país ainda estava traumatizado pela turbulência da Revolução Cultural. A educação superior simplesmente deixara de existir durante uma década. Monumentos haviam sido destruídos pelo vandalismo, a vida intelectual havia sido abolida pelo dogmatismo. Vasto número de jovens continuava segregado em exílio rural. As cidades ferviam de insatisfação, e a capital do país fora recentemente palco de tumultos de massa, quando o prédio do Birô de Segurança Pública, nas imediações da praça da Paz Celestial, foi saqueado e incendiado por multidões enfurecidas: baderna inconcebível em Moscou. (ANDERSON, 2010, p. 9).

---

<sup>125</sup> O informe de Robinson (1968, p. 215, tradução nossa) sobre o que se passava na RPC à época da Revolução Cultural sublinha, quanto a isso, que a expressão “tomar a estrada capitalista” devia ser interpretada, antes de mais nada, “em termos da superestrutura”. Todavia, explicava ela, a firme convicção maoista de que “as ideias podem tornar-se uma força material” – convicção essa há pouco testada nas mobilizações do Grande Salto – encontrava agora seu sentido complementar: “uma superestrutura de tipo capitalista inevitavelmente tende a erodir uma base socialista”.

<sup>126</sup> “O paradoxo é, portanto”, escreve Žižek (2008, p. 48) “que a batalha-chave da Revolução Cultural não foi entre o aparato do Partido Comunista e inimigos tradicionais denunciados, mas entre o exército e o Partido Comunista contra as forças que o próprio Mao criou”.

No fim da década de 1970, com efeito, o “protagonismo político” das massas chinesas passou a ser visto pela liderança do PCCh antes como uma ameaça do que como um apoio à modernização do país. Pode-se pensar, por exemplo, que

quando Deng Xiaoping e seus colegas voltaram do campo, ou de onde quer que eles tivessem passado aqueles dez anos de exílio, como vítimas da Revolução Cultural, eles devem, eu acho, ter dito: “O que estamos fazendo para nós mesmos? Conquistamos este país em 1949, montamos um regime estável, o mais poderoso, talvez, que a China teve, pelo menos no último século. E ao longo dos últimos dez anos temos nos despedaçado. Nós unimos a China e a desunimos novamente. Nós encerramos a era dos ‘senhores da guerra’ e quase permitimos que ela comece de novo. Montamos um governo estável, pela primeira vez em décadas, e o rasgamos novamente”. (MACFARQUHAR, 1987, p. 23, tradução nossa).

Para manter as conquistas fundamentais do PCCh sob Mao era necessário romper com o maoísmo. O “Grande Rompimento” com a liderança e os mecanismos modernizadores maoistas – que o fim do Grande Salto apenas renunciara e que tanto a “Terceira Frente” como a Revolução Cultural suspenderam por algum tempo – era, afinal, possível e necessário para manter a liderança do PCCh sobre um país unido internamente, com um padrão de renda e consumo melhor para sua população e soberano entre as demais nações.

A seção três já descreveu a transição na liderança e nos mecanismos modernizadores do PCCh. Viu-se, ali, que a partir da era de Deng a nova liderança do Partido estimulou a existência de diferentes tipos de propriedade sobre os “meios de produção” da RPC; a gestão independente dessa propriedade, incluindo a liberalização das decisões sobre a quantidade e os preços da produção; a remuneração baseada no desempenho individual, etc. Não obstante, o tratamento dado até então ao “Grande Rompimento” não contemplou as mudanças nas especificidades organizacionais, teóricas e ideológicas do marxismo do PCCh entre as eras de Mao e Deng. Apresentadas essas especificidades na era de Mao, na subseção anterior, agora é o momento de ver a era de Deng como um “Grande Rompimento” com o maoísmo.

Em primeiro lugar, ao lado das tentativas de reformulação da estrutura de autoridade e decisão do Partido desde décadas antes<sup>127</sup>, a recusa de Deng em assumir

---

<sup>127</sup> Como foi comentado em outras seções, Deng fez várias referências aos problemas do “culto à

oficialmente os principais cargos do PCCh e da RPC sugere um afastamento do personalismo e do despotismo da era de Mao. Naughton (1993, p. 494) argumenta, sobre isso, que nas várias décadas de experiência como comissário político, líder militar e Secretário-geral do Partido, Deng Xiaoping parecer ter desenvolvido uma concepção organizacional favorável à existência de sistemas regulares de autoridade e de responsabilidade. Efetivamente, vários autores destacam que Deng não comandou a RPC por seus cargos, carisma pessoal ou apelos ideológicos, embora possuísse considerável prestígio e poder político. Para Vogel (2011, p. 377, tradução nossa), por exemplo,

Deng não toleraria o culto da personalidade a que Mao alegremente cedeu. Em nítido contraste com a era Mao, praticamente nenhuma estátua de Deng foi colocada em edifícios públicos ou fotos suas foram penduradas nas casas. Poucas canções e peças teatrais foram compostas para celebrar seus triunfos. Deng nunca se tornou Presidente do Partido ou Primeiro-ministro. Os estudantes aprenderam sobre suas políticas e poderiam citar seus aforismos mais conhecidos, mas eles não gastaram tempo memorizando citações de seus escritos.

Para Goodman (1994, p. 120, tradução nossa), Deng “colocou uma ênfase significativamente maior do que Mao na importância da organização e da burocracia”. Por sua vez, Shambaugh (1993, p. 475, tradução nossa) assevera:

O *modus operandi* preferido de Deng era manobrar por detrás das cenas, mas, depois de ter tomado uma decisão, implementá-la através dos canais burocráticos estabelecidos. Em outras palavras, ele era um político de bastidores que dependia de instituições do partido e das normas leninistas para implementar decisões.

Destaca-se, ainda, que junto com a política de adoção de limites de idade e duração dos mandatos nos diferentes níveis hierárquicos, promovida por Deng no XII

---

personalidade” na RPC e à necessidade do centralismo democrático em seu relatório sobre a Constituição do PCCh de 1956, o que contribuiu para a supressão de todas as referências ao “Pensamento de Mao Zedong” na nova Constituição do período. Anos mais tarde, após o Grande Salto, Deng tentou restabelecer a ordem das decisões partidárias. “Acima de tudo”, escreve Baum (1975, p. 165, tradução nossa) sobre importante documentos emitidos pelo então Secretário-geral do PCCh, “Deng parecia estar preocupado com o estabelecimento de normas e procedimento burocráticos rotinizados, e com a regularização de canais de comunicação entre os níveis mais altos e mais baixos dentro do Partido – em resumo, estava preocupado com o aperfeiçoamento dos instrumentos da administração pública ‘racional’.”

Congresso Nacional do PCCh, em 1982, o dirigente estabeleceu um processo sucessório mais democrático, regular e institucionalizado para a liderança do Partido.

Isso ficou impresso na defesa de Deng de que Mao fora o núcleo da “Primeira Geração” de líderes da RPC, ele mesmo encabeçara a “Segunda” e Jiang Zemin seria o líder da “Terceira”.<sup>128</sup> O modelo prosseguiu até a liderança de Xi Jinping, iniciada em 2013, e as modificações na cúpula dirigente, depois de aprovadas nos Congressos do PCCh, eram reproduzidas na cúpula do governo pelo órgão com poder legislativo do regime, a Assembleia Nacional Popular.

Em segundo lugar, embora as melhores condições do ambiente externo na era de Deng ajudem a explicar o surgimento e o sucesso do processo de abertura da China ao exterior, não se pode deixar de notar a forma particular como Deng conduziu esse processo. Se ainda com Mao a política externa chinesa é obrigada a abandonar o discurso de que as potências capitalistas eram inimigas irreconciliáveis do socialismo chinês, é com Deng, todavia, que a China volta a valorizar a ciência, a tecnologia e os conhecimentos ocidentais como auxílios à soberania nacional da RPC. Conforme Chang (1996, p. 387, tradução nossa),

defendendo o contato com o mundo exterior, Deng argumentou que nem “tudo desenvolvido nos países capitalistas é de natureza capitalista”. Ciência, tecnologia e técnicas avançadas de gestão “não têm caráter de classe” e poderiam ser úteis em qualquer sociedade. Deng argumentou que a China acabaria por beneficiar-se de sua política de abertura ao mundo, desde que os interesses nacionais chineses fossem servidos. As importações estrangeiras devem servir, e não ameaçar a integridade da “produção socialista”. E enquanto a China interagisse com outros países “com base na igualdade e benefício mútuo”, sua soberania nacional e dignidade também seriam preservadas.

Também nesse caso, o raciocínio básico de Deng era claro: a soberania chinesa continuava dependendo do socialismo e do governo do PCCh sobre o país. Estes, porém, bem como as melhorias no padrão de vida do povo, dependiam do avanço das “forças

---

<sup>128</sup> Porto (2003, p. 144) explica que “na visão pragmatista de Deng Xiaoping, coortes de dirigentes estruturados num encadeamento de gerações, cada uma com atuação previsível de dez anos, iriam levando adiante, indefinidamente, a tarefa do desenvolvimento e da modernização tecnológica da China. A cada geração cabia adequar a realidade social, econômica e política do país às mutantes exigências domésticas e do quadro internacional. Ao personagem reconhecido como o núcleo de cada geração competiria velar pela compatibilidade organizacional do partido com os ajustamentos introduzidos por sua coorte. Dessa maneira, tornava-se possível antecipar o gradual acúmulo de conquistas concretas, através das quais o PCC[h] legitimaria continuamente sua presença na governança do regime”.

produtivas” e, por extensão, da abertura da China ao exterior. Dizia ele, em texto já disposto anteriormente:

Para nós, a tarefa essencial é manter as convicções e princípios socialistas, expandir as forças produtivas e elevar o padrão de vida das pessoas. Para cumprir essa tarefa, nós devemos abrir nosso país ao mundo exterior. Caso contrário, não seremos capazes de manter o socialismo. Na década de 1950, por exemplo, a diferença tecnológica entre a China e o Japão não era grande. Então, fechamos nossas portas por 20 anos e não fizemos nenhum esforço para competir internacionalmente, enquanto que no mesmo período o Japão tornou-se uma potência econômica. (DENG, 1994, p. 221, tradução nossa).

Malgrado os diferentes contextos, sabe-se que Mao Zedong deixou a China apenas duas vezes – e, ainda assim, ambas as vezes a caminho da URSS. Além disso, durante boa parte da Revolução Cultural, recorda Vogel (2011, p. 696), a China manteve apenas um embaixador no exterior, mais precisamente no Egito. Isso exige ressaltar, novamente segundo Goodman (1994, p. 120, tradução nossa), que “de meados dos anos 1970 até os anos 1990, Deng Xiaoping fez mais do que qualquer outro líder da RPC para promover as relações entre a China e o resto do mundo”. De acordo com esse autor, a idade avançada não impediu o dirigente de visitar os EUA, o Japão, a França e países do leste e do sudeste da Ásia. Outrossim, Deng “demonstrou de inúmeras formas – culturais e pessoais, bem como políticas e econômicas – uma abertura para o mundo exterior à China”. No mesmo sentido, Yahuda (1993, p. 551-552, tradução nossa) afiança que

embora ele não tenha procurado os poderes pessoais despóticos exercidos por Mao e apesar da ampliação do número de instituições envolvidas na condução da política externa, Deng, todavia, foi capaz de determinar as questões que ele considerou fundamentais. Foi ele quem definiu os termos para a condução das relações com a União Soviética (e seus estados sucessores) e com os Estados Unidos, e foi ele quem tomou as principais decisões no ataque ao Vietnã, em 1979. Acima de tudo, foi ele quem traçou o curso geral de uma política externa projetada para servir aos interesses da reforma econômica e da abertura para a economia internacional. Por isso, é justo que ele deva ser considerado como o arquiteto da política externa da China desde 1978 e, enquanto tal, ser julgado como um estadista.

Em terceiro lugar, nota-se, como sugerido acima, que na era de Deng a mobilização ideológica das massas chinesas também deixaria de existir. De um lado,

Deng esforçou-se por alçar os intelectuais chineses à posição de camada social chave para o avanço das “forças produtivas” e a modernização nacional. Como escreveu Wang (1996, p. 113, tradução nossa) em texto já citado, a popularidade da “expressão-título” de Deng “respeitar o conhecimento, respeitar o pessoal treinado” na década de 1980 “sinalizou a saída do maoísmo e a reingresso de intelectuais como os arautos da modernidade” chinesa. De outro lado, o contrapeso dessa guinada pró-intelectuais foi o abandono das campanhas de mobilização da era de Mao e a franca diminuição do protagonismo político e social das massas chinesas.

Para autores como Zhun (2013), não apenas o fim da mobilização ideológica, mas as próprias reformas e o novo “protagonismo econômico” promovido pelo PCCh foram responsáveis pela diminuição do engajamento político das massas, dado que a descoletivização da terra, por exemplo, transformou o campesinato “organizado e coletivo” da era de Mao nos “pequenos produtores independentes que competem entre si” da era de Deng, algo que retirou poder da “classe” como um todo.

Essa aludida transformação dos camponeses dentro da sociedade chinesa, aliás, é, em parte, estatisticamente verificável mesmo antes da morte de Deng. Baseados em uma pesquisa de amostragem nacional, Walder e Litao (2006, p. 364) registram que em 1996 apenas 6% de todas as famílias chinesas que viviam no campo não estavam envolvidas no cultivo agrícola, pecuária ou atividades análogas. Entretanto, a maior parte da renda dessas famílias já não dependia diretamente da atividade agrícola. Mais de 50% delas recebiam rendas salariais e mais de 20% recebiam rendas das empresas agrícolas. Juntas, essas duas fontes de renda respondiam por quase 57% de toda a renda das famílias. Isso permite aos autores concluir que as posições na estrutura social rural da RPC pós-reformas são definidas pelo acesso a diferentes tipos de ocupação e renda não-agrícolas.<sup>129</sup>

Os camponeses e seu estilo de vida tal como apreciados por Mao estavam, então, desaparecendo com as reformas econômicas de Deng. Com estas, aliás, desapareciam

---

<sup>129</sup> Segundo Walder e Litao (2006, p. 358, tradução nossa), depois de 1978 “a diferenciação social rural começou novamente, baseada não no acesso à terra, mas no acesso ao trabalho assalariado e oportunidades de comercializar bens e serviços produzidos pelas famílias e recém-formados empresas privadas”. Um estudo de caso sobre as transformações na estratificação social do campo chinês desde as reformas é Yunxiang (1992).

antigos direitos sociais do campo chinês, dado que nessa fase de elevação econômica a população do campo perdeu o acesso gratuito a alguns dos serviços básicos que havia usufruído nas três décadas sob o maoísmo. Hart (2002, p. 199, tradução nossa) comenta, por exemplo, que o espantoso crescimento das EDA – que empregavam mais de 21 milhões de chineses no ano de publicação de seu livro – estava no fato de que, “diferente das empresas urbanas, elas não têm que prover moradia, saúde, aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores”, como havia sido nas comunas da era de Mao. “Com efeito”, conclui o autor, apesar de alguma redistribuição e participação pública no ônus, “muito do custo de reprodução do trabalho foi desviado da empresa”. Também de acordo com Xiaoshuo (2013, p. 16, tradução nossa),

da coletivização da era de Mao à descoletivização da era pós-Mao, da explosão da agricultura familiar e das EDA à condenação do viés urbano em desenvolvimento, os camponeses experimentaram as mudanças de um elevado status político, ainda que nominal, para conquistas econômicas substanciais e finalmente para a pobreza relativa e um diminuto poder político.

Tais mudanças só eram possíveis porque, na era de Deng, o protagonismo político e social das massas camponesas não seria mais considerado essencial para a transformação da RPC em um “poderoso estado socialista”. Deng e seus aliados estavam abrindo uma nova fase da modernização chinesa, com uma nova liderança, novos mecanismos e novos agentes – o Partido reconstruído, o ELP, os governos provinciais, os intelectuais preteridos durante o governo de Mao e os “novos produtores”<sup>130</sup> no campo e nas cidades.

---

<sup>130</sup> As próprias mudanças na mobilidade social são um indicativo dessa mudança. “Na era maoísta”, escreve Manion (2007, tradução nossa), “o PCCh era o único canal viável de mobilidade ascendente. Isso incluía não apenas a mobilidade explicitamente política, mas também o tornar-se e permanecer como um intelectual, como um gerente de empresa ou mesmo um trabalhador comum. Isso era um incentivo adicional para demonstrar-se politicamente correto sempre que a oportunidade surgisse. Nas últimas décadas, novos caminhos de ascensão social têm surgido. Estes incluem o ensino superior no Ocidente e a acumulação de riqueza pessoal através do empreendedorismo privado. De fato, esses também podem ser caminhos de ascensão para carreiras políticas: nos últimos anos, o recrutamento do PCCh tem favorecido os intelectuais e os empresários privados”. O jornal *Diário da China* de 18 de março de 1993 anunciou que já havia mais de um milhão de milionários na RPC. Junto com o anúncio, porém, não havia mais o convite maoísta à luta contra os “capitalistas”, pois “a nova imagem do capitalista sob a bandeira vermelha já não é mais a do explorador sanguessuga”, escreve Mezzetti (2000, p. 20), “mas a do empreendedor que produz, cria e espalha o bem estar”. Ver Hjellum (2000) sobre a “elite econômica” que surge com as reformas de Deng.

### 4.3 TECNICISMO E NACIONALISMO NA ERA DE DENG

É possível pensar que sem uma adequada reconstrução da autoridade e da legitimidade do PCCh, as reformas da era de Deng – ou qualquer alternativa que a liderança do Partido adotasse após a era de Mao – dificilmente poderiam ter avançado. Apesar disso, uma tal reconstrução significava ocupar o vácuo ideológico deixado pelo rompimento com o maoísmo, algo que poderia trazer novas instabilidades políticas para o regime. Segundo Spence (1996, p. 635), naqueles primeiros anos após a morte de Mao os dirigentes chineses realmente percebiam que se quisessem reestruturar a economia da RPC teriam que reestruturar também a “visão didática” que o PCCh tinha de “seu próprio passado”. Isso os levou, a princípio, a tentar uma “reelaboração” do maoísmo.

Há autores que, como Kang (2004, p. 46, tradução nossa), afirmam que o início da era de Deng costuma ser lembrado como “uma revolta contra a dominância do pensamento – e o maoísmo em particular – e um retorno a base material e a produção material como as fundações do socialismo”. Sem dúvidas, nessa nova fase da modernização chinesa a liderança do PCCh foi levada a confrontar sua herança maoista. Inicialmente, porém, isso foi feito de um modo indireto. Em 1978, por exemplo, quando Deng (1984, p. 151-165) propunha que liderança do PCCh abandonasse o maoísmo e reconstruísse seus princípios orientadores com base na situação concreta da RPC, ele o fez revivendo o dito maoista de que era necessário “procurar a verdade nos fatos”. Ainda segundo Spence (1996, p. 630),

a declaração precipitada de Hua [Guofeng], feita depois que subira ao poder em 1976, de que tudo que os chineses precisavam fazer para conseguir um futuro feliz era “obedecer tudo quanto Mao dissera e garantir a continuação de tudo quanto ele decidira”, levou-o e a seus companheiros a serem apelidados de crentes nos “dois tudo” e serem alvo de chacotas privadas enquanto pregavam grandiloquentemente sobre a necessidade de princípios maoistas puros. Deng, esposando publicamente o *slogan* maoista de “procurar a verdade nos fatos”, promovia energeticamente sua imagem de pragmatista e ampliava o sentido da frase de Mao ao acrescentar uma cláusula crucial: “e fazer da prática o único critério da verdade”.

“Deng habilmente manipulou um princípio fundamental do primeiro Mao para desacreditar seus seguidores tardios”, escreve Misra (1998, p. 3, tradução nossa), “e elegantemente minou a posição dos maoistas residuais”. Pouco tempo depois, de todo modo, mal estabelecida a liderança de Deng o confronto ideológico com o maoísmo seria mais direto. No início de 1980, enquanto o Partido deliberava a reabilitação póstuma do “companheiro Liu Shaoqi”, Deng e seus aliados estavam restabelecendo a legitimidade “socialista” das reformas que haviam sido condenadas por Mao e os maoistas nos anos anteriores. A nota pública com a decisão do PCCh apregoava:

Remover o título de traidor, renegado e mesquinho imposto ao companheiro Liu Shaoqi em 1968; cancelar a decisão equivocada de expulsar Liu Shaoqi do partido para sempre e de demiti-lo de todos os seus cargos no interior e exterior do partido; anular o relatório que na época serviu a esse objetivo e fazer justiça ao companheiro Liu Shaoqi como grande marxista e revolucionário proletário, um dos principais líderes do partido e do Estado; e realizar oportunamente uma cerimônia a fim de homenageá-lo dignamente. (PCCh apud MEZZETI, 2000, p. 38).

Apresentando Liu Shaoqi como um “grande marxista” e um “revolucionário proletário”, a descoletivização da terra, os incentivos materiais ao trabalho e outras políticas “capitalistas” promovidas por ele após o fim do Grande Salto passavam a ser declaradas pela nova liderança do PCCh como “socialistas”. Eram, por conseguinte, as próprias noções chinesas de “socialismo” e de “modernização” que estavam sendo redefinidas na era de Deng.

Em textos como “Devemos Aprender com a Experiência Histórica e nos Guardar Contra Tendências Errôneas”, de abril de 1987, define-se de modo preciso a concepção de Deng sobre o socialismo da RPC e o objetivo das “quatro modernizações”.

Deng propunha ali, como em outros momentos, que somente com as reformas econômicas e a abertura a exterior seria possível um forte avanço das “forças produtivas” nacionais, capaz de eliminar a pobreza absoluta do país.<sup>131</sup> O PNB chinês per capita na

---

<sup>131</sup> A pobreza relativa e a desigualdade social não eram questões centrais nos textos de Deng, embora ele salientasse, por alguns momentos, que caberia aos futuros líderes da RPC promover uma eventual redistribuição da renda nacional. Ver, sobre isso, Deng (1984, p. 97; 1994, p. 362). No mesmo sentido, Naughton (1993, p. 501, tradução nossa) entende que Deng “nunca abandonou a ideia de que a equidade era uma característica fundamental do socialismo”, mas “redefiniu a noção de equidade, afastando-a do simples igualitarismo para noções politicamente menos restritivas”. Ainda segundo o autor, Deng estava comprometido com o amplo crescimento econômico da RPC no longo prazo, insistindo que, no curto prazo,

década de 1980, que era de US\$ 250, poderia ser duplicado até o fim da década de 1990. Em seguida, poderia ser novamente duplicado até o fim do século vinte. Isso melhoraria as condições de vida da população, daria legitimidade ao Partido e fortaleceria a soberania nacional. Permitiria, também, que em meados do século vinte e um o PNB chinês per capita fosse *quadruplicado*, atingindo US\$ 4.000.

Por sua capacidade superior de fazer avançar as “forças produtivas” e a economia de um país o socialismo seria, então, considerado superior ao capitalismo. Isso dificilmente fazia lembrar os tempos de Mao e a Revolução Cultural. Nesta última, lembrava Deng (1994, p. 121, tradução nossa),

[...] muitos quadros veteranos sofreram perseguição, inclusive eu. Fui rotulado como “estradeiro capitalista nº 2”, depois de Liu Shaoqi. Liu foi chamado de “comandante-chefe do quartel-general da burguesia” e eu de “subcomandante”. Muitas coisas estranhas aconteceram naqueles dias. O povo, por exemplo, aprendia que ele deveria estar contente com a pobreza e o atraso e que era melhor ser pobre sob o socialismo e o comunismo do que ser rico sob o capitalismo. Esse foi o tipo de besteira divulgado pela Gangue dos Quatro. Mas não existe socialismo e comunismo com pobreza. O ideal dos marxistas é realizar o comunismo. De acordo com Marx, a sociedade comunista é uma sociedade na qual é aplicado o princípio de cada um segundo a sua capacidade, para cada um segundo a sua necessidade. O que é o princípio de para cada um segundo a sua necessidade? Como nós podemos aplicar esse princípio sem forças produtivas altamente desenvolvidas e vasta riqueza material? De acordo com o marxismo, a sociedade comunista é uma sociedade na qual há uma impressionante abundância material. Socialismo é o primeiro estágio do comunismo; ele significa expandir as forças produtivas e representa um longo período histórico. Somente se nós constantemente expandirmos as forças produtivas poderemos finalmente alcançar o comunismo.

Diante de trechos como esse ou de momentos em que Deng (1984, p. 225, tradução nossa) nitidamente revela que “as quatro modernizações significam construção econômica”, é estranho notar como o dirigente, o antigo comissário político do PCCh, que por anos havia mobilizado e organizado grandes massas do povo e do exército chinês, parece desconsiderar o papel das “relações sociais de produção” e dos elementos “superestruturais” na caracterização e dinâmica do socialismo e da modernização chinesa.<sup>132</sup>

---

a equidade social deveria estar subordinada à construção econômica.

<sup>132</sup> Esse papel aparece em outros textos, mas quase sempre subordinado aos avanços das forças produtivas e aos “elevados padrões materiais” que eles permitiriam. Em abril de 1983, por exemplo, Deng (1987, p. 17, tradução nossa) declarou a membros do Partido Comunista da Índia que “em um país

Após a era de Mao e o “Grande Rompimento”, as metas da modernização chinesa passam a ser discriminadas praticamente em termos de avanços nas “forças produtivas” e de sucessivos aumentos da renda nacional, ao passo que outros objetivos sociais e humanos não são destacados com igual precisão por parte da liderança do PCCh.

Desde a era de Deng, de fato, alguns autores têm percebido a emergência de um discurso oficial eivado de tecnicismo ou “determinismo econômico”. Esses autores apontam, também, alguns dos riscos em que a liderança do PCCh incorre ao identificar a “modernização” com o “socialismo” e o “socialismo” com o “avanço das forças produtivas”.

Um primeiro nome a perceber esse fenômeno é o já citado Maurice Meisner. Para ele, o “agente humano” do socialismo – que, aliás, era o elemento fundamental da crítica de Mao a Stálin – perdeu seu lugar na era de Deng. Escreve o autor:

[...] o determinismo econômico que impregna o pensamento marxista chinês após a era de Mao, bem como a concepção de socialismo desse pensamento, tem menos em comum com o marxismo do que com a teoria ocidental da modernização, na qual a mudança social – e todas as demais mudanças – é vista apenas como uma “função” de um processo de desenvolvimento econômico e tecnológico que é impessoal e que abrange tudo. No marxismo chinês contemporâneo, o agente humano do socialismo foi praticamente eliminado, e, como em muitas versões da teoria da modernização, tudo flui automaticamente do nível do desenvolvimento econômico. (MEISNER, 1989, p. 357, tradução nossa).

Ainda que Meisner chame a atenção para outro fato importante, qual seja, a aproximação da ideia chinesa de modernização com o modelo ocidental a partir da era de Deng – algo já indicado na introdução do presente texto – ele não diferencia, aqui, o marxismo do maoísmo.<sup>133</sup> Estabelecendo tal distinção, Žižek contrapõe-se à conclusão

---

socialista, um partido genuinamente marxista deve dedicar-se ao desenvolvimento das forças produtivas e, tendo isso como base, gradualmente elevar os padrões de vida das pessoas. Isso significa construir uma sociedade com elevados padrões materiais. Durante muito tempo, no passado, nós ignoramos o desenvolvimento das forças produtivas, mas agora estamos prestando especial atenção à construção de uma sociedade com elevados padrões de materiais. Ao mesmo tempo, estamos construindo uma sociedade socialista com elevados padrões culturais e ideológicas, o que significa, essencialmente, que o nosso povo deve estar imbuído de ideais comunistas, ter integridade moral, uma boa educação geral e observar a disciplina”. Naturalmente, se o “ideal comunista” mais importante era o avanço das forças produtivas, a “integridade moral”, a “boa educação” e a “disciplina” não chegam a ser senão lembranças pálidas dos ideais e das políticas maoístas.

<sup>133</sup> Ao contrário do maoísmo, o marxismo clássico atribui um papel determinante das “forças produtivas” na mudança e conformação das sociedades. Em *A Ideologia Alemã*, por exemplo, Marx e Engels (2007, p.

de Meisner e sugere que, em certa medida, as referências teóricas e ideológicas do PCCh estão agora mais próximas do marxismo do que estavam sob o maoísmo. Segundo esse filósofo,

baseando-se na tese marxista de desenvolvimento das forças de produção como fator-chave do progresso social, a principal tarefa das forças progressivas se define por criar as condições para a continuidade da rápida “modernização” – ao mesmo tempo em que evita todas as formas de instabilidade, causadas tanto pelo “esquerdismo” quanto pelo “direitismo” (democracia multipartidária, etc.) que gerarão caos e portanto frearão a velocíssima modernização. A conclusão é clara: na China de hoje apenas o papel de liderança do Partido Comunista pode manter a rápida modernização [...]. (ŽIŽEK, 2008, p. 55).<sup>134</sup>

Wang Jing parece estar acima das posições antitéticas de Meisner e Žižek quando defende que o modelo de modernização promovido pelo Partido desde a era de Deng – ortodoxo que fosse em relação à tese marxista sobre o papel das “forças produtivas” no desenvolvimento social – não definia claramente seus “objetivos emancipatórios” para o povo chinês e abria brechas para uma eventual tragédia social e ideológica na República Popular. Para a autora,

o começo de qualquer prática emancipatória deve começar com a definição dos termos dos objetivos emancipatórios pelos quais as possibilidades tecnológicas objetivas (nomeadamente, a modernização) podem ser avaliadas. Mas Deng Xiaoping e o círculo ortodoxo marxista inflexivelmente acreditaram que eles poderiam prosseguir com a tarefa sem um tal objetivo. O que eles desejavam –

---

89) escrevem que “as relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. [...]. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, como também toda a estrutura interna dessa mesma nação dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. A que ponto as forças produtivas de uma nação estão mais desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho”. Mais à frente, na mesma obra, Marx e Engels (2007, p. 94) reafirmam que “os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas”. Sobre o primado das “forças produtivas” na “teoria da história” de Marx, ver Cohen (2000). Importa notar ainda, como Schram (2001, p. 232), que, “[...] embora por vezes tenha exagerado a capacidade das massas, quando mobilizadas por uma vanguarda com posições justas, de transformar, à sua vontade, a natureza e a sociedade, o fato é que Mao Tse-tung [Mao Zedong] introduziu na filosofia marxista da história, segundo entendem a maior parte dos marxistas ocidentais, a ideia de que a transformação dos homens deve acompanhar e apoiar o progresso econômico e técnico, e não simplesmente nascer dele, como um subproduto”.

<sup>134</sup> Em textos posteriores, porém, Žižek (2010, p. 8) não deixa de perceber que, na RPC atual, “o que é geralmente percebido como ‘comunismo’ foi abandonado, e os portões foram abertos para o que, no Ocidente, é chamado de ‘liberalização’.” Ele afirma que o Partido liberalizou a “propriedade privada”, a “busca de lucro” e um “estilo de vida baseado no individualismo hedonista”.

tornando os meios em um fim em si – realmente concretizou-se, com uma velocidade crescente na década de 1990. A modernização pela modernização, ao invés da modernização pelo homem, deu à luz um monstro chamado Desenvolvimento que muito rapidamente testemunhará a reconstituição da alienação na era Deng em diferentes termos ideológicos. O “admirável mundo novo” que parece estar surgindo poderá ainda tornar-se um mundo no qual a própria versão autêntica da alienação capitalista de Marx pode finalmente ter um futuro na China. (WANG, 1996, p. 24-25, tradução nossa).

Esse argumento será resgatado nas considerações finais da dissertação. Por ora, tendo em conta as posições dos três autores acima citados, o que se pode afirmar com mais segurança é que as eras de Mao e Deng apresentam ênfases inversas sobre o processo de modernização e consolidação do socialismo na RPC.

Na era de Mao, a liderança do Partido está voltada permanentemente para as transformações na “superestrutura” e nas “relações sociais de produção”, nessa ordem, identificando a modernização e a realização do socialismo chinês com a retificação ideológica dos quadros e do povo e o aprofundamento da coletivização dos “meios de produção”.

Mas esses mecanismos foram preteridos pela liderança do PCCh na era de Deng, que viu o avanço das “forças produtivas” nacionais e o crescimento da economia através de outros meios – o manejo do mercado interno e externo, ao lado do planejamento estatal – como o caminho adequado para se modernizar a RPC e realizar o socialismo. Pode-se afirmar, pois, que, na construção do socialismo e enquanto marcos da modernização chinesa, as tarefas históricas dos PCCh sob a liderança de Deng já não eram vistas como progressos da “luta de classes”, do aumento da coletivização e da promoção do igualitarismo, valores esses que deram seu lugar como fator chave da transformação social à acelerada expansão das “forças produtivas”.

O próprio Deng, é verdade, declarou de modo muito significativo no início dos anos 1980 que as três grandes tarefas para os comunistas chineses nessa década eram, respectivamente, “continuar fazendo oposição ao hegemonismo e lutar pela preservação da paz mundial”, “trabalhar para o retorno de Taiwan à pátria”, e, por último, “reforçar a construção econômica”. Em todo caso, dizia Deng (1984, p. 225, tradução nossa), sobre as duas primeiras tarefas, “ambas requerem que nós façamos um bom trabalho na reconstrução econômica”.

Wei-Wei (2010, p. 21, tradução nossa) escreve, quanto isso, que, passada a Revolução Cultural, Deng percebeu que “o Partido não deveria perder tempo em recuperar a confiança do povo”, e que, portanto, era necessário mudar a ideologia do PCCh “da ênfase maoista excessiva na política e na revolução para a economia e a modernização”.

De igual modo, para Jiexiong Yi, professor de marxismo da Universidade de Beijing, “[...] podemos dizer que o Pensamento Mao Zedong está preocupado com a política, enquanto a Teoria de Deng Xiaoping está mais preocupada com os desafios cotidianos que as pessoas enfrentam no mundo real” (apud MAHONY & LI, 2009, p. 181).

Para Lyrio (2010, p. 89), também, a nova liderança do PCCh promoveu uma “desenfatisação do político, ou a uma despolitização do cotidiano” da RPC, algo visível “na rejeição do ímpeto revolucionário e da atmosfera de campanhas e mobilização permanentes, tão características das três décadas anteriores”.<sup>135</sup> Esse último autor, todavia, chama atenção para algo diferente do que foi apontado por Meisner, Žižek, Wang Jing, Wei-Wei e Jiexiong, abrindo a possibilidade de ver a era de Deng como uma continuidade de certos aspectos do maoísmo. De acordo com Lyrio, apesar da “crise de legitimidade” que o abandono do maoísmo acarretou na era de Deng, a liderança do PCCh tem sido capaz de sustentar-se no poder desde então por um “discurso nacionalista” que traduz o desempenho econômico interno da RPC e a projeção externa desse desempenho. Escreve o autor:

Embora o nacionalismo não seja propriamente uma doutrina ou programa de organização de uma sociedade e, portanto, não possa ser comodamente sistematizado como ideologia legitimadora de um partido no poder, o PCC[h] tem-se valido de forma crescente do sentimento de orgulho nacional chinês decorrente do crescimento econômico acelerado e da ascensão da China no cenário internacional. (LYRIO, 2010, p. 164).

---

<sup>135</sup> No mesmo sentido, para Wang Hui o desaparecimento da política na ideologia e nos termos oficiais promovidos pelo PCCh após a era de Mao é algo patente. Segundo Wang (2009, p. 13, tradução nossa), “no contexto chinês contemporâneo, noções como modernização, globalização e crescimento podem ser vistas como conceitos-chave de uma ideologia política despolitizada ou antipolítica, cuja utilização generalizada milita contra uma compreensão política popular das mudanças sociais e econômicas em jogo no processo de mercantilização. Nesse contexto, a crítica da corrupção é também uma crítica de níveis muito mais profundos de desigualdade e injustiça envolvidos no processo de transferência de ativos”.

Argumento muito similar é desenvolvido por Hutton, embora a década de 1990 esteja no centro dos comentários do autor. Para o economista político inglês, o governo chinês

[...] tem de se justificar por suas conquistas nacionais, assim como por seu papel histórico em possibilitar que ela [a China] recupere o orgulho e respeito internacional que perdeu, desde então, com a Guerra do Ópio de 1839 a 1842. O desenvolvimento econômico bem-sucedido tem sido, por esse motivo, uma tendência de políticas para legitimar o partido; a outra é o nacionalismo. (HUTTON, 2008, p. 18).

Nessa mesma linha de interpretação, Zhao defende, ainda, que há algumas décadas os líderes da RPC têm explorado o nacionalismo como uma “compensação” ou até quase como uma “substituição” para a ideologia comunista da era de Mao. Ele diz:

Restituir a legitimidade do regime comunista e reconquistar o apoio de amplas parcelas da população, mostrou-se [...] uma das tarefas mais difíceis para os dirigentes do Partido. Para esses efeitos, instrumentalizou-se o nacionalismo. Deng Xiaoping e seus sucessores Jiang Zemin e Hu Jintao agitavam a bandeira do nacionalismo, que se lhes apresentava como o meio ainda mais confiável para ganhar a lealdade do povo chinês – e que além disso era o único valor compartilhado tanto pelo regime como por seus críticos. Os pragmáticos dirigentes do Partido esforçavam-se com ânsia para apresentar-se como os defensores do orgulho e dos interesses nacionais da China (ZHAO, 2006, p. 35).<sup>136</sup>

No mesmo sentido, Braudel (1994, p. 213, tradução nossa, grifos do autor) chegou a afirmar, sobre a era de Deng, que “o nacionalismo chinês hoje, feroz e virulento como ele é, pode ser visto como vingança – a firme decisão de se tornar uma grande nação, a grande nação, seja qual for o custo”.

Apesar disso, quando se analisa essa perspectiva sobre os lineamentos teóricos e ideológicos que a liderança do PCCh teria adotado após romper com o maoísmo deve-se reconhecer que o nacionalismo chinês estava fortemente presente no próprio maoísmo, bem como na cultura chinesa tradicional.

Conforme explica Li (2009, p. 34), a tentativa da liderança do Partido após a era

---

<sup>136</sup> O autor defende ainda que, atualmente, “se há uma coisa na China que une a população e a direção do Partido trata-se do nacionalismo, que se alimenta do sentimento de o país ter sido humilhado no passado e no presente por nações estrangeiras. O Partido Comunista tenta equilibrar-se sobre o fio da navalha, buscando, por um lado, atrair a população para si através de uma retórica nacionalista e, por outro, mostrar-se como parceiro previsível nas relações internacionais”. (ZHAO, 2006, p. 33).

de Mao de “forjar uma identidade de grande potência” não é um “esforço novo” na China, dado que “as aspirações de construir uma nação rica e poderosa estão profundamente arraigadas na psiquê chinesa”.<sup>137</sup> Sabendo-se que o nacionalismo chinês tal como se conhece hoje surgiu como uma resposta à ameaça das potências estrangeiras no século dezenove, prossegue o autor, “a busca por um *status* de grande potência é uma continuação de um longo processo de modernização (*xiandaihua*) e salvação nacional (*jiu guo*) que tem mais de cem anos”.

Isso será rediscutido na subseção seguinte. Importa, aqui, fazer-se a ressalva de que poucos anos após a era de Deng as bases ideológicas do nacionalismo chinês não parecem mais ser o “enfraquecimento” ou a necessidade de “salvar a China”, mas a recusa das demais potências mundiais em reconhecer alguns dos resultados presentes e perspectivas futuras da modernização chinesa. Segundo Zheng (1999, p. 18, tradução nossa), “os chineses cada vez mais acreditam que o Ocidente não quer que a China se desenvolva e se torne um ator igual na comunidade internacional”, tampouco “reconhecem o poder chinês”. Esse, aliás, parece ser um ponto ainda mais importante para o estudo da RPC atual, sob o governo de Xi Jinping.

#### 4.4 O SENTIDO DO “GRANDE ROMPIMENTO”

Todos os chineses têm pelos menos um sentido de orgulho da nação chinesa, não importa que roupas eles usem ou que posição política adotem. [...] Nós não exigimos que eles sejam favoráveis ao sistema socialista chinês; apenas pedimos a eles que amem sua pátria e Hong Kong.

Deng Xiaoping, “Um País, Dois Sistemas”, 1984.

Ao estabelecer a morte de Mao ou a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh como uma clivagem histórica na trajetória do Partido e da modernização chinesa,

---

<sup>137</sup> Uma evidência atual desse fato é dada por Liu (2011, p. 30), quem registra que “nos últimos anos, o impetuoso nacionalismo, que cresce entre o povo chinês, excede já o dos órgãos oficiais. Para a juventude, a mais fervorosa paixão que brota da sociedade é o nacionalismo; sobretudo a oposição aos Estados Unidos, ao Japão, a independência de Taiwan, tornaram-se o espaço eleito da expressão de seu amor à pátria e da canalização de seu ódio nacionalista [...]”.

corre-se o risco de superestimar a importância dos condicionantes internos do país recém-saído da Revolução Cultural. Para muitos autores, de fato, o fim das campanhas de mobilização ideológica e a adoção de mecanismos de mercado na era de Deng apresentam-se equivocadamente como evidências de que houve, por parte da nova liderança do Partido, uma quase completa rejeição dos modelos ideológicos, políticos, econômicos e sociais herdados da era de Mao.

Quando, porém, se observa que desde o fim do Grande Salto Adiante a liderança do Partido e os mecanismos modernizadores privilegiados por ele estão passando por um processo de ruptura – o qual, por sua vez, deve-se em grande medida a mudanças no contexto internacional e à percepção da liderança do PCCh sobre elas – o próprio período da Revolução Cultural passa ser encarado como o das tentativas de Mao e outros membros do PCCh reverterem esse processo. E isso, novamente, não apenas por questões internas da RPC e da cúpula partidária, algo que pode ser atestado pelo fato de que uma política chave implementada no período por Mao e seus aliados foi a “Terceira Frente”.

A década de 1970 configura-se como um momento sem paralelo e repleto de desdobramentos para as transformações recentes da RPC quando observada pela perspectiva das relações internacionais do país. É precisamente nesse momento que se está amenizando o dilema histórico da liderança do país – voltar sua atenção para dentro ou para fora das fronteiras nacionais, é dizer, equilibrar os impasses internos com as ameaças externas ao regime do país. Como entende Wei (2011, p. 8, tradução nossa) ao partir de um intervalo temporal ainda mais estendido,

[...] embora os inimigos externos ou inimigos potenciais da China imperial tardia, da China nacionalista e da China de Mao fossem bem diferentes, estadistas das várias eras viveram dentro de um ambiente internacional similar e partilharam de um medo e de uma memória histórica comum das invasões estrangeiras. Todos eles perseguiram o objetivo primordial de fortalecer a capacidade de defesa da China. Somente nos anos 1970 o medo comunista de uma invasão por parte dos imperialistas americanos e dos revisionistas russos foi significativamente reduzido – depois das relações entre os EUA e a China estarem normalizadas, a República Popular ser reconhecida pelas Nações Unidas e particularmente depois que a ameaça da União Soviética foi dissipada com o colapso do bloco no fim dos anos 1980. Como consequência, o declínio da percepção de ameaças externas levou a um aumento da preocupação dos líderes chineses com a insatisfação popular acerca de sua qualidade de vida e dos problemas sociais internos. Só então os líderes políticos chineses foram capazes de desenhar uma

estratégia de desenvolvimento livre de pressões externas, permitindo que eles estabelecessem um caminho para a modernização que estivesse focado primeiro na indústria leve e no desenvolvimento comercial, reduzindo gradualmente a intervenção do governo na economia. (WEI, 2011, p. 8, tradução nossa).

Com efeito, o “Grande Rompimento”, que começa após o Grande Salto Adiante como uma manifestação desse dilema nacional, encontra seu desfecho na década de 1970 e, na era de Deng, alteram-se drasticamente a liderança e os mecanismos modernizadores do PCCh. Alteram-se, porém, para resguardar e ampliar aquilo que a liderança e os mecanismos modernizadores maoistas haviam conquistado nas décadas anteriores – a manutenção da unidade territorial e política e a soberania do país.

É isso o que permite afirmar, nesse ponto do texto, que, se por um lado, o “determinismo econômico” que as concepções oficiais de socialismo e modernização adquirem na era de Deng claramente não mantêm uma continuidade com a era de Mao, por outro lado o discurso nacionalista e a primazia da soberania chinesa na política modernizadora do Partido efetivamente o fazem.

Não se pode negar, é verdade, que, em sua ênfase nas formas coletivas de produção e distribuição econômica, o maoísmo era visceralmente “anticapitalista”, ainda que modernizador. Como aponta Wang Hui (2003, p. 149, tradução nossa),

o socialismo de Mao é ao mesmo tempo uma ideologia modernizadora e uma crítica da modernização capitalista euramericana. Mas essa crítica não era uma crítica da modernização em si. Absolutamente ao contrário, era uma crítica da forma ou estágio capitalista da modernização, baseada em uma ideologia revolucionária e de cunho nacionalista.

É verdade, também, que, sobretudo após a ascensão de Deng e seus aliados ao poder, o socialismo chinês passa a valorizar a “modernização capitalista euramericana” e abre as portas do país a ela. Essa mudança, no entanto, parte integrante do “Grande Rompimento”, pode ser vista como uma exacerbação do “cunho nacionalista” do maoísmo nos termos de Wang, por exemplo.

Destarte, pode-se pensar que na era de Deng, por condicionantes internos e externos, o nacionalismo chinês que o maoísmo abrigava como um de seus traços constitutivos<sup>138</sup> acabaria por suplantando o “anticapitalismo” das décadas anteriores e

---

<sup>138</sup> Um traço que, também, se devia a condicionantes internos e externos. Como foi apontado, lembra aqui

realizar-se de modo mais amplo, ainda que contraditório. Isso é o que expressa Wang Jing (1996, p. 1, tradução nossa), por exemplo, quando expõe que

a utopia da China pós-revolucionária, em sua progressão febril rumo à modernização socialista, continuou o legado de Mao no espírito – repleto de sua retórica anti-imperialista. Mas tal visão teve uma chance melhor de se cumprir precisamente porque a ideologia estatal da China de Deng passou por uma fase paradoxal de colaboração com o capital e um processo complexo de desalienação [*de-alienating*] interna dos intelectuais.

Entende-se, pois, que tanto o “anticapitalismo” do maoísmo quanto as “transigências” em prol do mercado, de diferentes formas de propriedade e de gestão econômica na era de Deng tinham como pano de fundo a busca primordial da liderança nacional pela unidade territorial e política e a soberania chinesas. O mesmo vale para as diferentes políticas dessa liderança em relação à camada intelectual do país. Ao longo de todo o século vinte, entende Zhao (2006, p. 36-37),

o elo de ligação entre quase todos os poderosos dirigentes políticos da China, desde Sun Yatsen e Chiang Kai-shek, passando por Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin até Hu Jintao, era o profundo ressentimento em relação às humilhações da China e a determinação de reconquistar a legítima posição da China no mundo dos estados nacionais.

“Certamente”, corrobora Li (2009, p. 35, tradução nossa),

desde a fundação da RPC os principais objetivos dos líderes chineses têm sido dar fim a divisão da China; defender a soberania nacional e integridade territorial da China; e construir uma nação poderosa economicamente, politicamente e militarmente. Apenas uma China “próspera e forte” (*fuqiang*), estão eles convencidos, pode deter as agressões e intervenções estrangeiras e recuperar o que eles percebem como o lugar legítimo do país no mundo.

Todo o acima exposto permite ver que a era de Deng deve ser apreendida na

---

Lyrio (2010, p. 176), “mesmo que PCC[h] tivesse, depois do sucesso da Revolução de 1949, buscado reverter sua linha de atuação original, no sentido de esvaziar o discurso nacionalista e adotar princípios mais internacionalistas, a conjuntura externa criaria obstáculos à mudança. Na verdade, nem a Revolução de 1949 interrompeu a condição da China, no século XX, de ver-se confrontada sempre e recorrentemente com a ameaça de intervenção ou ocupação [...]. A ameaça de intervenção de uma grande potência estrangeira – primeiro os EUA, depois as URSS – e a atitude de Pequim de não se deter diante da ameaça – primeiro com a entrada na Guerra da Coreia, depois com o rompimento e os conflitos de fronteira com a URSS – tornavam inevitável a manutenção pelo PCC[h] de um forte discurso de defesa do país e de valorização da nacionalidade”.

longa duração dos desafios e anseios da modernização chinesa, com os quais guarda uma continuidade inevitável. A mesma conclusão será melhor apresentada nas considerações finais do texto. Antes disso, contudo, será de grande valia encerrarmos o registro biográfico de Deng e analisarmos alguns dos eventos mais marcantes para a história do PCCh e da modernização da China entre o ano de 1989 e a morte do dirigente, em 1997.

## 5. FIM DA ERA DE DENG E LIMITES DA MODERNIZAÇÃO CHINESA

O esforço chinês de modernização dos anos recentes tem uma escala tão titânica que é difícil entendê-lo. Pode a China passar de uma economia dirigida para um livre mercado de bens, capitais, pessoas e mesmo ideias? Se assim for, poderá a ditadura do Partido sobreviver? Um período de construção de ferrovias e cidades, típico do século dezanove, coincide com o florescer da tecnologia eletrônica pós-industrial. Questões do Renascimento e do Iluminismo ocidentais competem com uma reavaliação dos valores próprios da China. A mudança é brusca; o desenvolvimento da China é forçado ao limite. A unidade entre a teoria e prática de Wang Yangming, tão admirada desde o século dezesseis, dificilmente é encontrada. Não admira que as reformas de Deng Xiaoping confundam a nós, assim como ao povo da China.

John K. Fairbank, *Acompanhando a Nova China*, 1989.

Na segunda metade da década de 1980, quando os anciãos do Partido se retiravam do Politburo seguros de terem definido a realização das “quatro modernizações” como o futuro da China, novas tensões sociais começavam a surgir. Os limites políticos e econômicos que o país poderia alcançar nos últimos anos da era de Deng claramente não pareciam ser os mesmos no entender dos governantes e de parte da população.

Em primeiro lugar, o nacionalismo irrompeu em manifestações populares no ano de 1985, por ocasião da vitória de uma equipe de Hong Kong sobre um time chinês em uma partida de futebol. No mesmo ano, enquanto o Primeiro-ministro japonês visitava o memorial da Segunda Guerra Mundial em Tóquio, foram organizados vários protestos antinipônicos em cidades da RPC. O próprio governo comunista era frequentemente criticado pelos chineses por sua política externa e conduta diplomática em relação ao Japão.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> Alguns autores têm apontado que, nesse início do século vinte e um, o nacionalismo chinês tem ameaçado o Partido, em vez de legitimá-lo. Flanagan e Marti (2003, p. 5, tradução nossa), por exemplo, defendem que “junto com a prosperidade econômica contínua, o nacionalismo tornou-se um fator importante que afeta a legitimidade do regime e a base total de poder do Estado. Questões nacionalistas têm estimulado o ELP a dar mais atenção a reivindicações irredentistas, bem como antigas reivindicações geoestratégicas na periferia da China”. Em 2005, contra um pedido do Japão de receber assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e após a aprovação, no Japão, de manuais escolares que minimizavam as atrocidades cometidas no século vinte por militares japoneses na China, foram realizados novos protestos em, pelo menos, quinze cidades chinesas (incluindo Beijing, Shanghai, Chongqing, Guangzhou e Shenzhen). As manifestações estenderam-se por três semanas, registrando-se ataques a

Em segundo lugar, as províncias do leste do país lidavam, à época, com um intenso fluxo de trabalhadores migrantes, a apuração de casos de corrupção no seio do PCCh, o aumento das queixas de empregados que viviam sob os novos e “flexíveis” regimes de trabalho e o inconformismo de jovens desempregados. Contra essas e outras alegadas insuficiências do regime foram feitas passeatas estudantis no fim de 1986 em Hefei e Beijing.

Significativamente, as tensões chegaram a um ponto máximo em meados de 1989, tomando forma no mesmo lugar onde, setenta anos antes, jovens e intelectuais chineses ergueram-se contra o governo do GMD. Reunidos na Praça Tiananmen – palco do Quatro de Maio de 1919 e, agora, dos desfiles oficiais do PCCh – os novos manifestantes acabaram por reviver a sorte de seus antecessores. No dia 4 de junho de 1989, um agrupamento de jovens chineses sofreu um verdadeiro massacre diante de câmeras de televisão, tanques de guerra e cortinas de gás lacrimogêneo. Mortos, feridos e dissipados pelo Exército de Libertação Popular nas ruas da capital chinesa, eles fragilizaram a legitimidade do PCCh e levaram o Ocidente a impor sanções que comprometeram a economia da RPC por algum tempo.

Há anos acabaram-se as sanções, mas mesmo hoje o evento não costuma ser abordado nas escolas ou pelas instituições oficiais do país, o que torna difícil explorá-lo em detalhes.<sup>140</sup> É, porém, de fundamental importância entender o sentido do “Incidente do Quatro de Junho” dentro da era de Deng Xiaoping.

## 5.1 TIANANMEN: INFLAÇÃO E OCIDENTALIZAÇÃO

Passados poucos anos desde sua implementação e êxitos iniciais, as reformas da era de Deng tiveram, literalmente, um preço elevado para a economia do país. A inflação anual da RPC apresentou médias de 7,4% entre 1984 e 1987, mas a contínua e

---

embaixadas, consulados, comércios e cidadãos japoneses radicados na China. Sobre as relações entre as demonstrações nacionalistas na RPC atual e o governo chinês, ver Weiss (2008).

<sup>140</sup> Ver os ensaios reunidos em Béja (2011) sobre esse e demais impactos do acontecimento no país.

generalizada elevação dos preços adentrou o ano de 1988 a uma taxa mensal de 20%, forçando o governo a racionar itens básicos de consumo, como açúcar e ovos.<sup>141</sup>

As médias mensais da inflação foram superiores a 15% em 1988 e, no final desse ano, atingiram seu maior patamar de todos os tempos, de aproximadamente 30%. Ao deixar para trás décadas de coletivização da maior parte dos “meios de produção” e a fixação de preços e subsídios públicos na alimentação, na habitação, na saúde e em outros serviços básicos, as liberalizações do mercado interno chinês estavam agora comprometendo a estabilidade dos preços, a renda e o consumo da população.

Protestos nas províncias contra a alta dos preços e a corrupção dos quadros do PCCh estenderam-se de 1988 até o início de 1989 e a intensidade das tensões começava a validar os argumentos de Chen Yun e outros líderes “conservadores”, que haviam pedido aos “reformistas” mais cautela na implementação das reformas econômicas nos anos anteriores.

Com uma pronta elevação dos juros, tarifas de importação e taxas alfandegárias, acompanhada de cortes nos gastos públicos, a direção do Partido diminuiu o ritmo das reformas nesse momento e mostrou não estar alheia aos novos problemas da RPC. Em março de 1989, Deng – que, embora afastado do Politburo, continuava na presidência da Comissão Militar Central e no controle *de facto* do PCCh – declararia abertamente que “o problema atual é a inflação”. Dizia ele, em seguida:

Os preços têm subido muito rapidamente, tornando as coisas difíceis para o país e as pessoas. Estamos cientes desse problema e dispostos a gastar dois anos ou mais para resolvê-lo. Uma coisa que aprendi é que quando o desenvolvimento está indo bem, temos que prever novos problemas e manter um ritmo adequado; se a economia superaquecer, ela pode causar problemas. (DENG, 1994, p. 282, tradução nossa).

Como boa parte do povo chinês, os membros mais velhos do Partido haviam vivido os últimos anos do governo nacionalista e se lembravam da trágica escalada dos preços naquela época. Todavia, outro paralelo histórico ganhava espaço na China de Deng. Fazendo lembrar os últimos tempos dos mandarins, a recente abertura do país à ciência,

---

<sup>141</sup> Dados relativos à inflação da RPC no período são apresentados pela CNUCD (2014) e pelo estudo de Li (1989), empregado no Banco Popular da China que pôde acompanhar em detalhes as alterações no indicador.

à tecnologia, aos métodos gerenciais e à educação do Ocidente estava introduzindo novos valores societários entre a camada intelectual. A juventude urbana e alguns membros do PCCh começavam, agora, a ver as instituições culturais e políticas chinesas sob outros prismas ideológicos. Conforme observaram Fairbank e Goldman (2008, p. 374) sobre o fenômeno,

a absorção pela China da ciência, tecnologia e algumas práticas econômicas do Ocidente, bem como seu comércio internacional em expansão foram acompanhados por um influxo de ideias políticas e valores ocidentais. Ao final da década de 1980, esse influxo converteu-se em uma onda gigantesca que varreu a China, primeiro por meio de livros, viagens, telefone, filmes, rádio, televisão e fax e, em meados da década de 1990, através de e-mail, Internet, celulares, propaganda e cultura popular do exterior. Além disso, o enfraquecimento deliberado de Deng das práticas ideológicas abriu um espaço para expressão intelectual, cultural e individual jamais visto na história moderna da China, exceto possivelmente durante o período do Quatro de Maio nas primeiras décadas do século XX.

Em obra anterior, Merle Goldman (1996, p. 36, tradução nossa) aponta que ao longo da década de 1980 os interesses dos intelectuais da RPC iam “do individualismo ao marxismo ocidental, de Nietzsche a Freud e dos direitos humanos ao cristianismo”. Ela corrobora que a era de Mao havia criado um governo com mais controle sobre os intelectuais do que o de “qualquer governante dinástico”, mas que desde o início da era de Deng reabilitações políticas e importantes mudanças nos controles ideológicos permitiram aos intelectuais chineses desfrutar de um aumento dos debates públicos, da cobertura jornalística, da licença artística e da existência de fóruns acadêmicos sobre a política e a cultura.

A autora percebe, ainda, que as medidas de repressão intelectual que ocorreram entre 1978 e 1989 – como a breve campanha do Partido contra a “poluição espiritual”<sup>142</sup>,

---

<sup>142</sup> A “Campanha Antipoluição Espiritual” começou em outubro de 1983 e terminou dois meses depois – em ambos os casos, com uma intervenção direta de Deng. Rejeitando explicitamente os métodos empregados nas mobilizações da era de Mao, essa campanha buscava eliminar a “liberalização burguesa” expressa em concepções “individualistas”, “supersticiosas” e no aumento da pornografia, dentre outros aspectos, através da crítica, da censura e da apreensão de materiais por parte do governo. Deve-se notar, a propósito, que as políticas de controle ideológico da era de Deng estavam restritas a um pequeno número de temas ou indivíduos, ao invés de espalhadas para toda a camada intelectual ou contando com a participação ativa das massas. Goldman (1996, p. 37, tradução nossa) afiança que “elas eram geralmente dirigidas a uma obra específica ao invés de ser um ataque geral à carreira inteira de uma pessoa ou da obra de vida, e não se estendiam aos familiares, colegas e profissão da pessoa. Embora os bodes expiatórios fossem rapidamente silenciados, com algumas poucas exceções importantes intelectuais não foram presos, banidos ou submetidos à desgraça pessoal em geral. Além disso, quando atacados eles se

em 1983 – não tentaram reviver as antigas mobilizações de massa e violência popular contra essa camada social. Sendo eles a chave do processo de incorporação científica e tecnológica do exterior que elevaria as “forças produtivas” do país, os intelectuais ocidentalizados pareciam, com efeito, ser os guias da modernização chinesa. Eles estavam ampliando consideravelmente sua capacidade de moldar o futuro dessa modernização entre os jovens e os membros do Partido, que se aproximam a passos largos de uma concepção cada vez mais ocidentalizada da modernização nacional.

A ciência, a tecnologia e os métodos gerenciais eram bem-vindos, mas a dimensão política e cultural dessa nova “concepção ocidental” não parecia agradar os principais anciãos do PCCh, é dizer, Deng Xiaoping, Chen Yun, Peng Zhen, Li Xiannin, Bo Yibo, Wang Zhen e Yang Shangkun. Por lembrarem que, nos anos anteriores, uma geração inteira de jovens chineses se levantou e atacou as várias instituições de autoridade do país e notadamente o Partido, explica Pye (1986, p. 611, tradução nossa), os líderes mais experientes da era de Deng estavam bastante “sensíveis aos perigos de liberar excessivamente o livre pensar político ou cultural”. No mesmo sentido, Baum (2011, p. 338, tradução nossa) afirma que ao longo da década de 1980 esses líderes “repetidamente temperaram seu desejo expresso de modernização e reforma com uma profunda preocupação com a manutenção da ordem e da disciplina política”.

Sem embargo, o próprio Secretário-geral do PCCh, Hu Yaobang, era uma notável exceção na cúpula dirigente. Desde o início dos anos oitenta, Hu havia defendido a ampliação das liberdades de expressão e de imprensa ao lado das reformas econômicas, tornando-se o líder de uma fração dos quadros inclinada à realização de profundas mudanças políticas. Fazendo coro aos apelos estudantis de 1986, eles pareciam desejar que o “centralismo democrático” do PCCh desse lugar a um regime democrático de tipo ocidental.

Não demorou para que essa jovem fração do PCCh enfrentasse a oposição dos quadros mais velhos. Os anciãos obtiveram a substituição de Hu por Zhao Ziyang em janeiro de 1987. Em seguida, elevaram Li Peng – um aliado de Chen Yun – ao cargo de Primeiro-ministro. Isso mostrava ao país quem continuava na direção do Partido e que,

---

recusaram a fazer uma autocrítica ou fizeram apenas uma crítica perfunctória, e seus colegas recusaram-se a criticá-los como haviam sido forçados a fazer sob Mao”.

para esses veteranos, nada deveria opor-se ao comando político e ideológico do PCCh sobre a modernização chinesa.

Dias após a saída de Hu, medidas adicionais seriam sancionadas. Segundo Spence (1996, p. 674-675), “o governo anunciou a criação de uma nova repartição estatal, cujo papel era o de controlar expressamente toda a imprensa e as publicações na RPC e supervisionar a distribuição de todos os suprimentos necessários à impressão, inclusive papel, tinta e prelos”. Vários “desordeiros” foram então identificados nas cidades onde haviam ocorrido protestos em 1986 e muitos deles acabaram presos por suas atividades políticas.

Surpreendentemente, tais medidas não impediram que, com a morte de Hu, em 15 de abril de 1989, a juventude chinesa voltasse à “desordem”. Pouco antes do aniversário do Quatro de Maio, estudantes das principais universidades da capital seguiram para a Praça Tiananmen a fim de prestar uma homenagem póstuma a Hu Yaobang (que falecera devido a um ataque cardíaco). Eles aproveitariam a ocasião para retomar suas demandas dos anos anteriores e encaminharem aos chefes do governo uma petição que incluía a liberdade de expressão e a realização de eleições democráticas na RPC.<sup>143</sup>

Enquanto aguardavam uma resposta positiva da liderança do Partido, os estudantes jejuaram. A presença da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Beijing e de várias associações civis nas manifestações dava às reivindicações do movimento um apelo ainda mais amplo nesse momento, ao mesmo tempo em que tomavam lugar novas demonstrações em todas as capitais das províncias e centenas de outras cidades do país.

---

<sup>143</sup> O momento era demasiado oportuno para os manifestantes. Além do aniversário do Quatro de Maio, conforme analisa Schechner (2012, p. 183) “[...] o presidente soviético Mikhail Gorbachev estava programado para chegar em Pequim no dia 15 de maio, possivelmente com a intenção de curar décadas de relações ruins entre China e URSS. Claramente, a liderança queria impressionar Gorbachev. Os estudantes também queriam impressioná-lo, mas com um espetáculo diferente. Eles admiravam as políticas da Glasnost e da Perestroika, realizadas pelo presidente soviético. Se os oficiais chineses queriam que Gorbachev visse uma China ordenado sob o controle deles, os estudantes queriam que ele visse um poderoso e fervilhante movimento popular semelhantes àqueles da Europa Oriental e de seus próprios países. Em 15 de maio, cerca de 800 mil pessoas reuniram-se na praça Tiananmen, enquanto oficiais chineses conduziam Gorbachev em torno de Pequim, fingindo que aquele espetáculo aberto naquele grande núcleo do poder não estava ocorrendo”.

É verdade que todo esse movimento era predominantemente estudantil, intelectual e urbano, representando apenas uma minoria da imensa – e ainda bastante rural – população chinesa. Mesmo assim, as proporções que ele alcançou foram grandes o suficiente para causar apreensão na liderança do país. Junto às cenas que os dirigentes do PCCh presenciaram na Revolução Cultural, isso se devia, talvez, a sua percepção de que o contexto internacional era criticamente adverso para eles: nesse momento, os partidos comunistas do leste europeu, especialmente o polonês, também estavam perdendo sua legitimidade através de manifestações civis que reclamavam a democracia ocidental. No curto espaço de tempo entre agosto e dezembro de 1989, vale lembrar, o regime comunista seria dissolvido na Polônia, na antiga Checoslováquia, na Hungria, na Romênia, na Bulgária e na República Democrática Alemã. Albânia e Iugoslávia viveriam igual processo pouco tempo depois.

O governo chinês não demoraria a agir e os líderes do PCCh discutiam entre si sobre o que exatamente deveria ser feito. Deng, os outros veteranos e seus afiliados políticos julgavam que a situação exigia uma atitude inflexível. Eles tencionavam declarar a lei marcial na capital e contavam com uma parte dos oficiais do ELP, que fielmente marchariam contra os estudantes e demais manifestantes. Zhao Ziyang, por outro lado, representava os membros do Partido que buscavam formas de se chegar a um acordo com os manifestantes e encerrar os tumultos pacificamente.<sup>144</sup>

A posição de Zhao acabou sendo vencida e ele se recusou a aceitar a posição da cúpula, abandonando seu cargo. Mais do que isso, o Secretário-geral do PCCh decidiu ir além do próprio Hu Yaobang e, em maio de 1989, adotou publicamente a posição do movimento, encorajando a cobertura jornalística do mesmo. Ele explicaria mais tarde:

Estou cada vez mais profundamente convencido de que a reforma da estrutura política não deve ir além nem ficar atrás da reforma da estrutura econômica. (...) No passado, eu pensei que, com o êxito da reforma na estrutura econômica e do desenvolvimento da economia, o padrão de vida das pessoas ficaria melhor, o povo estaria satisfeito, e a sociedade atingiria a estabilidade. Descobri mais tarde que, na realidade, não era esse o caso. Com o aprofundamento do padrão de vida e das conquistas culturais das pessoas, elas terão uma percepção mais abrangente do conceito de participação política e, com maior, determinação, sonharão com democracia. (ZHAO apud MARTI, 2007, p. 32).

---

<sup>144</sup> As discussões e decisões dos líderes no período foram documentadas por Zhang, Nathan e Link (2002).

Como se poderia esperar desde a decisão sobre o caso de Hu, a reação da cúpula dirigente foi decretar a prisão domiciliar de Zhao, condição em que ele permaneceu até morrer.<sup>145</sup> Destarte, pela segunda vez e pelas mesmas razões um antigo e importante aliado de Deng era expelido de seu governo.

Pouco depois, a lei marcial entrou em vigor e a “desordem antirrevolucionária” que ameaçava o Partido foi desfeita em uma histórica noite de violência. No entanto, se em um claro contraste com o que aconteceria no bloco soviético o regime chinês foi capaz de manter sua autoridade nos anos seguintes, ele o fez fragilizando a legitimidade do PCCh sob Deng<sup>146</sup>, cujo projeto modernizador demonstrava agora alguns de seus limites.

Nas palavras de Baum (2011, p, 339, tradução nossa, grifos do autor), Deng defendera que a China poderia ter, ao mesmo tempo, “a competição do mercado e uma ‘civilização espiritual socialista’; uma *intelligentsia* vigorosa, criativa e um alto nível de conformidade ideológica”. No decorrer da década de 1980, porém, foi se tornando cada vez mais difícil para a liderança do PCCh manter esse equilíbrio. Assim, prossegue o sinólogo americano,

com o massacre de centenas – talvez mais de mil – civis nas ruas de Beijing, Deng Xiaoping parecia estar à beira de perder sua maior aposta: que a modernização e a reforma socioeconômica poderiam ser alcançadas sem comprometer a estabilidade política do país. (BAUM, 2011, p. 342, tradução nossa).<sup>147</sup>

Para a liderança do Partido, perder essa “aposta” significava ter que abrir mão de boa parte das reformas e da abertura, algo que Chen Yun e a ala “conservadora” do PCCh cuidaram de ressaltar nos anos seguintes ao ocorrido. Mas eles seriam impedidos de alterar os mecanismos modernizadores em curso na RPC por parte de Deng e seus

---

<sup>145</sup> Vários aliados de Zhao, como Hui Qili, Rui Xingwen, Yan Mingfu e Bao Tang foram expurgados do Partido também. Memórias e opiniões sobre Tiananmen e outros temas da política chinesa foram registradas em Zhao (2009), livro que transcreve uma série de fitas de áudio gravadas em secreto pelo próprio autor entre 1999 e 2000.

<sup>146</sup> De acordo com Hobsbawm (2010, p. 471), por exemplo, o Incidente do Quatro de Junho “[...] sem dúvida fez o Partido Comunista chinês perder muito da legitimidade que ainda pudesse ter entre as jovens gerações de intelectuais chineses, incluindo membros do partido [...]”.

<sup>147</sup> Chamando de “convicção” o que Baum diz ser uma “aposta”, também para Vogel (2011, p. 694, tradução nossa), “Deng era guiado, em todo o seu trabalho, por sua profunda convicção de que empregar as práticas mais modernas do mundo em ciência e tecnologia, bem como as técnicas de gestão mais eficazes, levaria ao maior progresso da China – e que as perturbações que ocorressem ao empregar essas práticas e técnicas em um sistema chinês eram gerenciáveis e valiosas para o povo chinês como um todo”.

aliados “reformistas”, como será discutido na subseção três, adiante. Antes disso, porém, propõe-se uma conclusão adicional sobre o sentido de Tiananmen.

## 5.2 DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL (1978-1989)

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

*Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XIX, 1948.*

Hoje em dia, um número crescente de chineses acredita que para a China alcançar o mundo moderno nós devemos transformar nossa sociedade por meio da absorção daqueles aspectos das sociedades mais modernas, especialmente a ciência e a democracia, que provaram ser tanto progressistas quanto universais. [...] Como todos os outros membros da raça humana, os chineses nasceram com um corpo e um cérebro, com paixões e uma alma, e eles devem ser capazes de desfrutar dos mesmos direitos inalienáveis, dignidade e liberdade de outros seres humanos.

Fang Lizhi, astrofísico e ativista chinês, 1989.

Um ponto de vista frequentemente destacado no trabalho reaparece com o estudo de Tiananmen. Novamente, as questões externas da China estavam entrelaçadas com suas questões internas. Deng Xiaoping expressou isso ao dizer que embora a liderança do PCCh tivesse “cometido erros” nos anos anteriores a 1989, preparando o terreno para os protestos estudantis e a insatisfação popular contra o governo comunista, o ambiente internacional também era responsável pela tragédia que ocorrera. Segundo ele,

os países ocidentais, particularmente os Estados Unidos, colocaram todas as suas máquinas de propaganda em movimento para atizar as chamas, incentivar e apoiar os assim chamados democratas ou oposição na China – estes que eram, de fato, a escória da nação chinesa. Foi assim que o tumulto aconteceu. Incitando tumultos em muitos países, eles estão realmente jogando a política do poder e buscando hegemonia. Eles estão tentando trazer para sua esfera de influência os países que até agora não foram capazes de controlar. (DENG, 1994, p. 336, tradução nossa).<sup>148</sup>

<sup>148</sup> Os limites nacionais do comentário de Deng precisam ser ponderados. Por um lado, outras manifestações estudantis influenciaram Tiananmen, sobretudo aquelas dos países da URSS, como demonstram Tucker (1996) e Meyer (2009). Por outro lado, deve-se reconhecer que os eventos na RPC

Em um contexto no qual o bloco socialista mundial estava ruindo, o dirigente mantinha seu característico ponto de vista nacionalista e defendia a permanência do PCCh como mandatário do processo de modernização da China. Ele dizia que o Incidente dera importantes lições ao Partido e, com vigor, destacava como a principal dessas lições a necessidade de se manter a soberania e a segurança nacional como a “prioridade primeira” dos esforços dos comunistas chineses nos próximos anos.

Estamos mais conscientes de que a prioridade primeira deve sempre ser dada à soberania e à segurança nacional. Alguns países ocidentais, com o pretexto de que a China tem um histórico insatisfatório de direitos humanos e um sistema socialista irracional e ilegítimo, tentam colocar em risco nossa soberania nacional. Países que jogam a política do poder não estão qualificados para falar sobre direitos humanos. Quantos direitos humanos das pessoas eles têm violado ao redor do mundo! Desde a Guerra do Ópio, quando eles começaram a invadir a China, quantos direitos humanos do povo chinês eles violaram! (DENG, 1994, p. 336, tradução nossa).

É claro que, para um chinês como Deng, era difícil negar ou esquecer o histórico imperialismo ocidental. Mas o “histórico insatisfatório de direitos humanos” na China também não pode ser simplificado como uma artimanha do Ocidente. Para além de Tiananmen, outro exemplo notável da violação de direitos humanos fundamentais na era de Deng podia ser dado pelas políticas do Partido em relação à metade da população do país – as mulheres chinesas. Se bem que, na era de Mao, a Lei do Casamento, de 1950, enfraqueceu a prática dos “casamentos arranjados” e criou o direito de as chinesas escolherem e se divorciarem de seus companheiros, o comprometimento das mesmas com os interesses nacionais tornou-se extremamente rigoroso com o controle populacional da era de Deng.

A Comissão Estatal de Planejamento Familiar intensificou as medidas para redução da natalidade no país e buscou cumprir a recém-criada “Política de Filho Único” a partir do começo da década de 1980. Foi então ordenada a colocação compulsória de

---

tiveram importantes desdobramentos para o resto do mundo. “Tiananmen”, escreve Mezzetti (2000, p. 13), “tragédia historicamente definida e datada, teve, com efeito, reflexos mais amplos e profundos. Acontecia sob as vistas do mundo inteiro, acelerou o fim do comunismo. Quando, poucos meses mais tarde, as massas saíram às ruas no bloco soviético, o poder não teve capacidade para reprimi-las, e isso não somente porque a Moscou de Gorbachev já não era a mesma de antes. Aquela noite de sangue em Pequim entre 3 e 4 de junho de 1989, aquele trágico show de tanques, havia marcado a consciência universal. Como fazer? Nova tragédia europeia, duas três, muitas Tiananmen na Europa?”

dispositivos intrauterinos em mulheres que já haviam tido uma criança e esterilizações forçadas após o nascimento de um segundo filho. Nesse período, quando políticas análogas eram promovidas pelo Banco Mundial nos países mais pobres do Ocidente, explica Nabuco (2011, p. 52),

o governo central [chinês] estabeleceu metas provinciais e locais de esterilização. O aborto tardio se tornou prática corrente no país, inclusive com uso da força policial. Os contratos de concessão de terras passaram a ser condicionados ao cumprimento da política de planejamento familiar e os camponeses tinham que assinar contratos nos quais se comprometiam a não ter filhos. Em caso de descumprimento, as famílias pagariam pesadas multas ou poderiam perder a terra. Em um período pouco maior que um ano, entre 1981 e 1982, 16,4 milhões de mulheres foram submetidas à ligadura de trompas e 4 milhões de homens fizeram vasectomia na China.

Hesketh, Li e Zhu (2005) confirmam que a colocação de dispositivos intrauterinos e a esterilização feminina correspondiam aos métodos mais empregados pelos técnicos do governo da RPC. Ademais disso, a Política de Filho Único tornou o infanticídio de bebês do sexo feminino um fato de importância suficiente para ser veiculado pela própria imprensa oficial do país nos anos seguintes.<sup>149</sup>

Não obstante algumas das acusações do Ocidente pudessem ser verdadeiras, isso não significava muito para a liderança do país. Conforme exposto por Zhu (2002), Deng e seus aliados avaliavam que os direitos humanos “individuais” – associados à liberdade de consciência e à democracia ocidental – não eram e não poderiam ser jamais considerados tão importantes quanto a soberania nacional da China – um direito “coletivo” dos chineses. Em texto reunido nas *OEDX III*, que registra um diálogo sobre as sanções internacionais impostas à RPC, Deng salientava isso, afirmando que,

na realidade, a soberania nacional é muito mais importante do que os direitos humanos, mas eles [os países do Ocidente, que impuseram sanções econômicas contra a China] muitas vezes infringem a soberania dos países pobres e fracos do Terceiro Mundo. A conversa deles sobre os direitos humanos, a liberdade e a democracia só serve para proteger os interesses dos países ricos e fortes, que se aproveitam de sua força para intimidar os países fracos [...]. Nunca ouviremos tais coisas. (DENG, 1994, p. 334, tradução nossa).<sup>150</sup>

<sup>149</sup> As raízes históricas, a permanência e os efeitos psicológicos de práticas na cultura chinesa que podem ser consideradas misóginas foram discutidos por Coale e Banister (1996) e as obras de Jung (2007), Xinran (2007), Xinran (2011), Mo (2007) e Mo (2011). Sobre os direitos humanos na RPC de um modo geral, ver o periódico *Direitos Humanos na China (Human Rights in China)*. Fundada por estudantes e intelectuais chineses em março de 1989, a revista existe ainda hoje e está sediada na cidade de Nova York.

<sup>150</sup> Efetivamente, a negação oficial dos “valores universais” do Ocidente prossegue na RPC atual. “Em julho

Tudo isso leva a uma conclusão adicional sobre o sentido de Tiananmen. Pode-se pensar que os direitos humanos dos chineses enquanto indivíduos e a soberania dos chineses enquanto nação foram as duas partes em conflito no junho de 1989. Muito antes das pressões inflacionárias, eram esses, de fato, dois lados que estavam presentes e em discussão desde o limiar da era de Deng, algo que pode ser reforçado com uma breve digressão.

Já no fim de 1978, quando o PCCh organizava a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central e considerava superada a Revolução Cultural, os chineses da capital levantaram-se contra os eventos dos anos anteriores. Um “Muro da Democracia” estava sendo criado em Beijing com a afixação de cartazes políticos (*dazibao*) de jovens e intelectuais do país contra a postura do Partido nos últimos anos da era de Mao.

O nome do Muro era autoexplicativo, pois muitos desses protestos colocavam-se abertamente a favor da “quinta modernização” – uma alusão do jovem manifestante Wei Jingsheng ao “governo democrático”, sem “corrupção” e sem “autocracia”.<sup>151</sup> A “conversa sobre os direitos humanos, a liberdade e a democracia” – como diria Deng anos mais tarde – não vinha, portanto, do antigo imperialismo ou das sanções e declarações dos governos ocidentais em 1989. Partia, em 1978, dos próprios jovens e intelectuais chineses, de suas ideias ocidentalizados acerca do passado do PCCh e do futuro da modernização nacional.

No início de 1979, todavia, o governo chinês começou a prender vários acusados pela organização dos protestos. Também fechou revistas, suspendeu a liberdade dos

---

de 2008”, registra Jianmin (2011, p. 881-882, tradução nossa), “o Instituto de Pesquisa do Marxismo da Academia Chinesa de Ciências Sociais realizou um seminário intitulado O Sistema de Valores Fundamentais Socialistas e os ‘Valores Universais’. Os participantes enfatizaram que as forças hostis [ao regime] internas e externas ativamente advogam os assim chamados ‘valores universais’ que estão centrados na liberdade, na democracia, na justiça e na filantropia, sobre os quais o povo chinês deve estar atento. Mais tarde, os conselhos editoriais do *Jornal da Educação Ideológica e Teórica (Sixiang Lilun Jiaoyu Daobao)* e do *Estudo Político (Zhengzhixue Yanjiu)* realizaram o Seminário Acadêmico Sobre os ‘Valores Universais’ para criticar esse conceito”.

<sup>151</sup> “O que é a verdadeira democracia?”, perguntava Wei (1978, tradução nossa), respondendo, em seguida, que “ela significa o direito do povo de escolher seus próprios representantes para trabalhar de acordo com a vontade dele e em seu interesse. Somente isso pode ser chamado de democracia. Além disso, o povo deve ter o poder de substituir seus representantes a qualquer momento, de modo que eles não possam continuar enganando o povo em nome do povo. Este é o tipo de democracia desfrutado pelo povo nos países da Europa e da América”.

civis pendurarem cartazes nos muros de Beijing sem supervisão policial e anunciou os “quatro princípios cardeais” da modernização chinesa: doravante, a manutenção do caminho socialista, da ditadura democrática do povo, da liderança do PCCh e do marxismo-leninismo e do “Pensamento de Mao Zedong” eram os aspectos políticos desejáveis das “quatro modernizações”. Entrincheirada nesses princípios, a liderança do Partido ainda decidiria remover, em 1980, o Artigo 45 da Constituição da RPC, que estabelecia o direito à livre expressão dos cidadãos do país.

Ora, como já foi discutido, essas decisões surgiram no desenlace do “Grande Rompimento” com o maoísmo, quando a liderança do PCCh passa a afirmar que os movimentos políticos desviavam o povo chinês da construção econômica do país. Nas palavras de Deng (1994, p. 196, tradução nossa), “a China tem uma enorme população; se algumas pessoas se manifestarem hoje e outras amanhã, haveria demonstrações 365 dias por ano. Nesse caso, não teríamos tempo para desenvolver a nossa economia”. Além disso, a “conversa sobre os direitos humanos, a liberdade e a democracia” ocidentais era uma evidente ameaça ao poder do PCCh, seus princípios e concepção sobre a modernização da RPC.

Percebe-se, pois, que ao povo chinês não foi permitido buscar e discutir uma ruptura própria com o maoísmo nos anos anteriores a Tiananmen. Enquanto promulgavam as reformas econômicas, os novos dirigentes do país iriam eles mesmos definir os limites políticos e ideológicos que a modernização do país poderia alcançar e avaliar as faltas humanitárias cometidas pelo governo e o Partido durante as décadas passadas.

Por outro lado, afastando-se do que ocorrera durante a desestalinização na URSS, os comunistas chineses adotaram uma visão “corporativa” sobre os últimos anos do governo de Mao no começo mesmo da era de Deng. Vários membros e historiadores do PCCh participaram de debates retrospectivos sobre a Revolução Cultural e, com base nessas discussões, um grupo de redatores sob a supervisão de Deng produziu um “documento síntese”, que foi formalmente adotado como resolução pelo Comitê Central do Partido em junho de 1981.

Na resolução, ainda que não negasse os excessos pessoais de Mao e os erros do PCCh, a liderança do país conjuntamente reafirmava o comando do Partido no lema

nacionalista “só o socialismo pode salvar a China”.<sup>152</sup> Essa foi a mesma mensagem dada ao povo chinês no Quatro de Junho. Entre os direitos humanos e a soberania nacional dos chineses, o PCCh privilegiaria os interesses nacionais, os quais, por sua vez, dependiam do comando do PCCh.

Vale dizer, ainda, que após 1989 os movimentos políticos de influência ocidental perderam muito de sua capacidade de atração na sociedade chinesa. Liu Xiaobo, por exemplo, um destacado intelectual que continuou a lutar pelos ideais do Quatro de Junho e que, ainda hoje preso, recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2010 na cadeia, lamenta que

a geração pós-Tiananmen, imersa na pequena prosperidade e no pragmatismo, não valoriza já o pensamento profundo, a nobreza de caráter, a integridade e competência nos assuntos políticos, as preocupações humanísticas ou os valores transcendentais, preferindo adotar uma atitude pragmática e oportunista, tendo por objetivos de vida tornar-se um funcionário governamental, enriquecer ou emigrar para o estrangeiro; os seus principais interesses são seguir as tendências da moda, o consumismo desenfreado e o glamour das estrelas, afundando-se em jogos de computador online e encontros de uma noite. (LIU, 2011, p. 28).

De acordo com Shlapentokh (2002, p. 260, tradução nossa), tais atitudes podem ser explicadas pelo próprio êxito econômico e ascensão mundial da nação chinesa desde as reformas, dado que isso contribuiu para que aqueles “que anteriormente haviam buscado uma democracia em moldes ocidentais para o país” agora “aceitassem a ideologia nacionalista e implicitamente autoritária” do PCCh. O fato é que, à testa dos jovens, muitos intelectuais do país realmente “adotaram uma atitude colaborativa ou de obediência em relação ao estado”, complementa Wei (2011, p. 17, tradução nossa), tendo perdido o interesse em política desde o Incidente. Segundo o autor, o ingresso na burocracia estatal e nos negócios foi o rumo tomado por boa parte dos membros dessa camada social ao longo da década de 1990.

---

<sup>152</sup> De acordo com Anderson (2010, p. 17), “embora não fosse certamente um relato completo da Revolução Cultural – a responsabilidade atribuída a Mao era qualificada como ‘ampla pela escala e prolongada pela duração’, mas as vítimas das repressões se restringiam ao partido, mais que à população –, o documento oferecia uma explicação coerente dos acontecimentos que não se limitava aos desmandos de um indivíduo isolado: as tradições peculiares de um partido cujo caminho para o poder o tornara afeito à luta de classes irreduzível, como se isso fosse uma missão permanente; o efeito do conflito com a Rússia, alimentando temores de revisionismo; e, por último, mas não menos importante, ‘a perniciosa influência ideológica e política de séculos de autocracia feudal’. Ao contrário do requisito de Khrushchev, a resolução admitia a corresponsabilidade do Comitê Central nas gestões do moderno autocrata e não procurava de modo algum diminuir sua contribuição para a Revolução Chinesa como um todo”.

Somente a título de curiosidade é interessante comentar que, após a era de Deng, nos governos de Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2013-2013) houve algumas reformas políticas limitadas e mais aproximação com o Ocidente em alguns aspectos. O governo de Xi Jinping (2013-), por outro lado, parece estar aprofundando os aspectos nacionalistas e autoritários do regime.

### 5.3 O “GRANDE COMPROMISSO” (1989-1994)<sup>153</sup>

Em seu pedido de afastamento do Partido e do governo, entregue pouco tempo depois de Tiananmen, Deng dizia ter trabalhado por décadas pela independência, reunificação e desenvolvimento da China. Aposentava-se esperançoso de que a reforma e a abertura seguiriam com a próxima geração de dirigentes, oficialmente encabeçada pelo novo Secretário-geral do PCCh e seu substituto na Comissão Militar Central, Jiang Zemin.

Acontece, porém, que, contra a liberalização política dos anos anteriores, Deng e os anciãos haviam afastado dois dos principais nomes do Partido – Hu Yaobang e Zhao Ziyang, os dois grandes apoiadores de Deng – e, depois de 1989, o Comitê Permanente ficou nas mãos de três críticos do ritmo que a direção “reformista” havia imposto às reformas.

Alinhados entre si e com Chen Yun, o Primeiro-ministro Li Peng, seu vice Yao Yilin e Song Ping tinham agora uma influência muito superior a Jiang Zemin e os outros membros da cúpula dirigente, Li Ruihuan e Qiao Shi. Os três pareciam acreditar que a tragédia de Tiananmen poderia ter sido evitada caso houvesse mais controle do governo central sobre a economia, o que os levou a adotar um plano de austeridade e a tentar reverter algumas das medidas mais importantes de Deng e Zhao.<sup>154</sup> Em uma palavra, os “reformistas” estavam dando lugar aos “conservadores” na liderança do PCCh.

---

<sup>153</sup> Essa subseção segue de perto a análise de Marti (2007) sobre os acontecimentos do período em questão.

<sup>154</sup> Quanto às primeiras decisões econômicas da nova liderança do Partido, ver Shambaugh (1989). Em

Com Zhao fora do caminho e com a remoção de seus seguidores ou a cassação de sua liberdade de expressão em todo o partido e na esfera governamental, a tendência era por uma recentralização ainda maior e também por um continuado esfriamento da economia. A meta, naturalmente, era retardar a guinada no sentido de uma economia de mercado. (MARTI, 2007, p. 41).

Ainda que as taxas de inflação da RPC estivessem diminuindo sensivelmente como resultado do plano de austeridade – a taxa anual chegaria a 3% até o fim de 1991 –, o fato é que o crescimento econômico do país acompanhava essa tendência. Em 1988, o PIB chinês havia crescido 11,3% em relação ao ano anterior. No fechamento de 1989, depois dos cortes nos investimentos e gastos do novo governo, a taxa de crescimento econômico acusou 4,1%. Ela ficaria abaixo dos 4% no fim do ano seguinte. Eram médias inferiores aos próprios 6% de crescimento da economia dos trinta anos da era de Mao.

Em seu retiro, Deng estava contrariado com essa tendência e continuava a sustentar que a legitimidade do PCCh dependia de elevadas taxas de crescimento econômico, capazes de dobrar a renda chinesa até o fim do século vinte. Em março de 1990, excepcionalmente reunido com membros do Comitê Central do PCCh, ele falava sobre o apoio que o Partido ainda gozava junto ao povo chinês e chamava a atenção da nova liderança para os riscos políticos de uma reversão das reformas da década anterior. Dizia ele:

Por que o povo nos apoia? Porque ao longo dos últimos dez anos nossa economia tem se desenvolvido, e isso visivelmente. Se a economia estagnasse por cinco anos ou crescesse em um ritmo lento – por exemplo, em quatro ou cinco por cento, ou mesmo dois ou três por cento ao ano – que efeitos isso surtiria? Esse é não apenas um problema econômico, mas um problema político também. (DENG, 1994, p. 342, tradução nossa).

Cerca de vinte milhões de trabalhadores do setor industrial perderam seus empregos somente entre 1989 e 1990 e os líderes locais do Partido não pareciam estar

---

suma, ela desejava que a economia chinesa crescesse a um ritmo mais estável – e lento – e menos dependente de investimentos e tecnologias estrangeiras. Além disso, previa que as estatais recebessem mais apoio do estado, cujos recursos deveriam vir dos impostos recolhidos junto às empresas rurais e outras fontes locais. Entre agosto de 1991 e o fim desse ano, uma sucessão de fracassos políticos do PCUS levaria os líderes do PCCh a reforçar a propaganda ideológica comunista, sugerir reavaliações positivas da Revolução Cultural, conjecturar uma nova campanha de “educação socialista” no campo chinês, como o movimento promovido por Mao entre 1963 e 1966, e propor a inversão da descoletivização da agricultura.

satisfeitos com as mudanças que tomavam lugar desde a saída de Deng. Tampouco as províncias abertas ou com intenções de abrir-se ao exterior vivam um bom momento. Apesar dos protestos estudantis e do ambiente intelectual nos anos anteriores, aliás, havia um forte apoio popular às reformas econômicas da era de Deng. De um lado, “os residentes rurais ganharam com a dissolução dos coletivos, melhores preços agrícolas e o rápido crescimento da produção não-agrícola no meio rural”, afirma Naughton (2007, p. 99, tradução nossa). De outro lado, ainda segundo o autor, os residentes urbanos também ganharam, pois eles puderam explorar novos nichos econômicos ou tiveram sua posição protegida pela continuidade do suporte público às empresas estatais. Isso leva o economista a concluir que “o amplo usufruto dos benefícios da reforma – e a ausência de um grupo claramente prejudicado por ela – fez com que a reforma permanecesse muito popular, apesar do *débâcle* da Praça Tiananmen”.

Entretanto, depois de Tiananmen e com a queda do bloco soviético dificilmente poderia haver uma oposição externa ou interna ao que propunha a nova liderança do PCCh, como de fato evidenciaram os debates do 7º e do 8º Plenos do XIII Comitê Central, em dezembro de 1990 e novembro de 1991, respectivamente. Marti (2007, p. 45) explica, sobre essa predominância dos “conservadores” na liderança do Partido, que

Deng estava isolado na aposentadoria, e qualquer apelo às fileiras de base do partido não obteria resposta, pois os conservadores que controlavam a mídia enchiam as rádios e os jornais de propaganda em apoio ao marxismo, ao planejamento central, ao socialismo e também de alegações de que qualquer coisa diferente disso não passava de liberalismo burguês e de uma evolução pacífica rumo ao capitalismo. Tais acusações eram suficientes para silenciar seus mais ardorosos seguidores.

É neste ponto em que Deng decide enfrentar a cúpula do Partido e, com o apoio do Exército, retificar os rumos da modernização chinesa. Curiosamente, essa era uma manobra similar àquela que Mao havia feito ao planejar Revolução Cultural, tomando o poder das mãos de Liu Shaoqi e Deng e suspendendo o “Grande Rompimento” por mais de dez anos.

Não haveria um “livro vermelho” dessa vez, mas o papel do então Ministro da Defesa Lin Biao recaiu sobre os generais Yang Shangkun e Yang Baibing. O primeiro era ninguém menos do que o Presidente da RPC desde 1988 e o Vice-presidente da

Comissão Militar Central. Seu meio-irmão, Yang Baibing, era o Secretário-geral dessa Comissão. Ambos eram aliados políticos de Deng desde muito tempo e haviam comandado o cerco militar a Tiananmen. Ao lado de Jiang Zemin, eles estavam na chefia do Exército e adotariam publicamente a posição de Deng, influenciando as decisões de seus subordinados.

Graças a essas relações, seu poder informal e o prestígio no ELP, Deng conseguiu reunir antigos oficiais e todos os comandantes regionais em exercício, bem como os respectivos subcomandantes, para uma reunião da Comissão Militar Central em dezembro de 1991. Começava a se alterar a correlação de forças entre “reformistas” e “conservadores”.

Como já indicado na terceira seção do trabalho, as ações americanas na Guerra do Golfo (1990-1991) estavam convencendo os militares chineses de que era necessário promover a contínua atualização técnica e operacional da defesa nacional da RPC. Reunidos no fim de 1991, os chefes do ELP acabaram concordando entre si que as vendas de armas aos países do Terceiro Mundo não eram suficientes para assegurar essa atualização e que era preciso expandir a economia e os investimentos por meio das reformas e da abertura, como Deng havia dito. Todas as regiões militares do país receberam os resultados da reunião e, algum tempo depois, seriam pessoalmente visitadas por Deng, Jiang ou Yang Shangkun.

Com a escolta do Exército, Deng e seus aliados tinham, então, uma capacidade muito maior de convencer os líderes provinciais a juntarem-se a eles contra a cúpula do Partido. Era preciso apenas que os governos regionais entrassem em um acordo fiscal sobre o repasse de verbas ao governo central – a instância que financiaria diretamente a modernização do ELP. Isso selaria um “Grande Compromisso” em prol da reforma e da abertura da China. Novamente segundo Marti (2007, p. 260), quem introduz o termo em destaque,

o elemento chave do Grande Compromisso foi a promessa das províncias darem uma solução para a insuficiente remessa de fundos para o governo central. No início do ímpeto da modernização, Zhao Ziyang autorizara as províncias favorecidas a reterem a parte do leão das rendas que tivessem [...]. Isso provocou remessas desiguais para o governo central, porque províncias como Guangdong retinham até 90% de suas rendas e mal encaminhavam ao tesouro nacional 10% dos impostos recebidos. [...]. O resultado líquido foi que a arrecadação do

governo central, em termos de percentagem do Produto Interno Bruto, caíra de 37%, no início daa reformas, em 1978, para 19% em 1992.

A fim de encontrar-se com os governantes regionais e também defender a abertura da China ao exterior, no início de 1992 Deng decidiu realizar uma viagem pelas ricas províncias do sul do país, passando por Wuhan, pelas Zonas Econômicas Especiais de Shenzhen e Zhuhai e por Shanghai.<sup>155</sup> Em suas breves estâncias, além de incluir as províncias no pacto que já havia definido com o ELP Deng iria reiterar publicamente a importância da reforma e da abertura, dos mercados interno e externo e do acelerado crescimento econômico para a RPC. Diante das lideranças locais do PCCh, o ancião de oitenta e sete anos propunha:

Por que nosso país foi capaz de permanecer estável depois do Incidente do Quatro de Junho? Precisamente porque nós realizamos a política de reforma e a abertura, que tem promovido o crescimento econômico e elevado os padrões de vida. O exército e o governo devem, portanto, salvaguardar o sistema socialista e essas políticas. No breve espaço de tempo dos últimos doze anos, o rápido desenvolvimento de nosso país satisfaz o povo e atraiu a atenção mundial. Isso é suficiente para provar a justeza da linha, princípios e políticas adotadas desde a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central. Ninguém pode mudá-los, ainda que assim deseje. (DENG, 1994, p. 361, tradução nossa).

Mudando-se os nomes do Comitê Permanente do PCCh, não deveria haver nenhuma mudança nos mecanismos modernizadores delineados desde o início da era de Deng, menos ainda um retorno à era de Mao. Se em Zhuhai isso era apresentado em uma discussão sobre a humilhação passada da China e o valor da ciência, da tecnologia e da educação para a soberania nacional da RPC, em Shenzhen Deng (1994, p. 362, tradução nossa) argumentava que “a China deve manter-se vigilante contra a direita, mas principalmente contra a esquerda”. Ou seja, novos “Hu Yaobangs” e “Zhao Ziyangs” poderiam surgir, mas a continuidade de “Chen Yuns” era algo muito mais preocupante para a modernização.

Sob o controle de Beijing, o *Diário do Povo* e os demais órgãos da mídia nacional não noticiaram a viagem e os comentários de Deng por algum tempo, até que intervenções de Jiang e de líderes locais do PCCh começassem a crescer e ameaçar a

---

<sup>155</sup> Aludindo aos antigos périplos imperiais pela região sul do país, Wong e Zheng (2001) pormenorizaram os fatos e impactos políticos, econômicos e institucionais dessa “viagem meridional” (*nanxun*).

cúpula do Partido. De todo modo, o Exército já definira o que o Partido aceitaria meses depois.

Em fevereiro de 1992, líderes provinciais, membros do Comitê Central, do Comitê Permanente e do ELP reuniram-se para rediscutir as pautas de Deng. Li Peng, Song Ping e os anciãos Bo Yibo e Wan Li, além de outros nomes, afastaram-se de Chen Yun e da posição “conservadora” nessa ocasião. Em março, o Politburo formalmente adotou o “Documento Central nº 2 de 1992”, anunciando a retomada das ideias de Deng Xiaoping como guia da modernização chinesa nos próximos cem anos.

Tal posição seria validada no XIV Congresso Nacional do PCCh, realizado em outubro de 1992 e, até o fim da era de Deng, os sistemas de responsabilidade por contrato, os privilégios fiscais para as empresas estrangeiras e outros mecanismos chave da liderança “reformista” trariam de volta o acelerado crescimento econômico, a inflação e as elevadas remessas de investimento do exterior ao país, conforme mostra a tabela abaixo.

**TABELA 7 – IED, CRESCIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO NO FIM DA ERA DE DENG**

Ano/ Indicador	Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB)	Crescimento Anual do PIB Real (%)	Índice de Preços ao Consumidor Anual (%)
1985	0,6	13,5	9,3
1987	0,7	11,6	7,2
1989	0,7	4,1	18,3
1991	1,0	9,2	3,4
1993	4,3	14,0	14,6
1995	5,0	11,0	16,9
1997	4,6	9,3	2,8

Fonte: CNUCD (2014).

Para concluir esta subseção, pode-se dizer, como Marti (2007), que a era de Deng chega ao fim com a conquista do “Grande Compromisso” em prol da reforma e da abertura da China ao exterior. O ELP estava agora, mais do que nunca, empenhado na manutenção das políticas “reformistas”, do governo nacional do PCCh e da unidade política e territorial chinesa. Os governos regionais do país, por sua vez, comprometiam-se com o envio de remessas fiscais ao governo central e este último tornava-se responsável pelo financiamento contínuo da modernização da defesa nacional. Evitando que os mecanismos modernizadores da RPC fossem alterados, pode-se dizer, ainda, que

Deng promoveu o “Grande Compromisso” com o “Grande Rompimento”, algo que tem se mantido até os dias atuais.<sup>156</sup>

Em razão de sua idade e decadente estado de saúde, Deng Xiaoping mal pôde acompanhar a recuperação do crescimento econômico acelerado da RPC no restante da década de 1990. Sua última aparição pública foi em 1994. Por complicações do Mal de Parkinson e de uma infecção nos pulmões, ele morreria em fevereiro de 1997. Tinha 92 anos.

#### 5.4 LEGADOS DA ERA DE DENG PARA A MODERNIZAÇÃO CHINESA

Somente a China e os Estados Unidos, com suas economias continentais, vasta população e imensos equipamentos militares, podem verdadeiramente pensar em termos do antigo Estado-nação. Esses dois países calculam suas esferas de influência militar, diplomática e econômica, e estão preparados para utilizar seu poder militar para assegurar seus fins nacionais. Cada um deles acredita que sua civilização e cultura têm um destino especial. Eles são intensamente nacionalistas e, em resumo, as últimas verdadeiras potências mundiais.

Will Hutton, *O Aviso na Muralha*, 2008.

O argumento acima disposto, do economista político Will Hutton, pode ser considerado uma hipérbole. Entretanto, os acariciados anseios modernizadores dos chineses – nas palavras de Hsü (2010), o sonho de que a China “sobrevivesse” e conquistasse um “lugar respeitável” entre as demais nações – certamente parecem ter chegado hoje a um grau de satisfação muito maior do que o alcançado no início do século vinte ou no fim da era de Mao.

Como Deng havia vislumbrado décadas antes, entre a 3ª Sessão Plenária do XI

---

<sup>156</sup> Há alguns anos atrás, Hu Jintao, então Secretário-geral do PCCh e Presidente da RPC, declarou que “o Exército deve fornecer uma importante força de garantia para que o Partido consolide seu estado de governança, deve prover uma garantia de segurança poderosa para proteger o período de oportunidade estratégica importante para o desenvolvimento nacional, prover apoio estratégico eficaz para a salvaguarda dos interesses nacionais, desempenhar um papel importante na preservação da paz mundial e promover o desenvolvimento comum” (HU apud ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO DE DEFESA, 2009, p. 10, tradução nossa). Destaca-se, também, que o governo central da RPC tem honrado seu papel no “Grande Compromisso” e, desde a era de Deng, os gastos militares como percentual do PIB chinês pontuam uma média inferior a 2%.

Comitê Central e o fim do século vinte os mecanismos modernizadores empregados pelo Partido expandiram as “forças produtivas” da RPC com velocidade e elevaram consideravelmente a renda nacional. Dados do Banco Mundial (2013) mostram que enquanto a população chinesa cresceu aproximadamente 30% no período, passando de 956 milhões para 1 bilhão e 262 milhões de pessoas, o PIB chinês aumentou em mais de 700%, saltando de pouco mais de US\$ 148 bilhões em 1978 para quase US\$ 1 trilhão e 200 bilhões no ano 2000. A abertura do país ao exterior também avançou decididamente se medida pela balança comercial do país. Somadas, exportações e importações não chegavam a 15 bilhões de dólares (em valores constantes de 2005) em 1978. Em 2000, cada uma delas ultrapassou sozinha a marca dos US\$ 285 bilhões. Os resultados permitem dizer que,

único no mundo nos líderes comunistas, Deng Xiaoping traçou um curso que tem combinado para seu país o rápido desenvolvimento econômico, a bem-sucedida reforma e abertura para a economia capitalista internacional e a continuidade da ditadura do Partido Comunista. Sob sua liderança, o regime comunista na China sobreviveu à queda do comunismo na Europa Oriental e à desintegração da União Soviética [...]. (YAHUDA, 1993, p. 551, tradução nossa).

Do ponto de vista militar, a RPC também vem apresentando números significativos desde o “Grande Compromisso”. Chegando a ter quase sete milhões de soldados na Guerra da Coreia (1950-1953), o ELP conta atualmente com mais de dois milhões de efetivos, o que ainda lhe torna o maior exército do mundo. Um dos que mais recebem recursos também, dado que os gastos militares do governo chinês cresceram a uma taxa anualizada de mais de 10% ao ano entre 1991 e 2001 e, segundo Fiori (2013b), entre 2001 e 2010 o crescimento anual da rubrica atingiu uma média de 13%, colocando a RPC como a segunda nação com maiores gastos militares do mundo (atrás apenas dos EUA).

A China ainda está longe de realizar as enormes despesas e avanços tecnológicos das forças armadas estadunidenses, mas cada vez mais se impõe como uma importante potência mundial. De fato, já em meados da década de 1990,

como a China era dependente de rotas marítimas para seu abastecimento energético, ela começou a desenvolver uma marinha e a buscar tornar-se uma potência militar superior de um modo geral. Deng não começou esse processo [...] mas ele deixou seus sucessores com uma força militar menor e mais bem-educada; um melhor entendimento dos requisitos para a guerra moderna; e uma base civil econômica e técnica mais forte, na qual seus sucessores poderiam

basear-se para a modernização militar da China. (VOGEL, 2011, p. 551-552, tradução nossa).

Essa “base” deixada por Deng, seja no que diz respeito à modernização militar ou às demais modernizações, continua muito presente na RPC. Como o próprio Vogel (2011, p. 693, tradução nossa) afirma em outro trecho de sua biografia do líder chinês, “depois da saída de Deng a China continuou a mudar rapidamente, mas as mudanças estruturais básicas desenvolvidas sob a liderança de Deng continuam por já duas décadas, e com algumas adaptações, podem estender-se por muito tempo no futuro”.

Percebe-se, em todo caso, que as mudanças políticas e ideológicas do Partido na primeira década da era de Deng, entre 1979 e 1989, tiveram importantes impactos sobre as antigas bases de legitimidade do PCCh. Como entendem alguns autores, o preço da ordem e da estabilidade interna desejada pelo Partido para a execução da modernização parece estar sendo pago, desde então, pelos auspiciosos resultados econômicos do país. Para Hutton (2008, p. 18), por exemplo, o desenvolvimento econômico bem-sucedido é “[...] uma tendência de políticas para legitimar o partido; a outra é o nacionalismo”. Depois de Tiananmen, afirma Anderson (2010, p. 22), “o regime ainda conservava o trunfo do crescimento econômico”, mas, “gastas as antigas credenciais ideológicas, daí em diante seria isso que bancaria todo o resto”.

Se esses autores têm razão, deve-se notar que os riscos de um lastro econômico são evidentes para o PCCh, sobretudo quando se considera que uma parte importante da economia chinesa depende hoje de suas relações com outras potências e com países sujeitos a essas potências, muitas vezes contrárias à manutenção de seu regime interno e projeção externa. No próprio ano da morte de Deng, quando a Crise Asiática surpreenderia a economia da RPC, Shawki (1997, tradução nossa) percebia esses riscos e declarava que

à medida que o crescimento econômico diminuir, as contradições da China virão à tona de modo ainda mais flagrante – sobrecapacidade, desemprego, disparidades de riqueza entre as províncias e no interior delas. Ao invés da privatização trazer mais democracia, mais reformas vão exigir uma resposta ainda mais dura à raiva e ressentimento de baixo. O regime é continuamente forçado a ziguezaguear entre “abrir” a sociedade a fim de continuar a empurrar as reformas e reprimir com violência a fim de prevenir uma explosão de descontentamento criado por essas mesmas reformas. Esse processo – combinado com uma sensação de expectativas crescentes entre trabalhadores e

camponeses – não pode deixar de criar uma atmosfera de instabilidade crônica e descontentamento crescente.

Em segundo lugar, pode-se dizer que as tensões sociais que emergiram na era de Deng e chegaram ao paroxismo no Incidente do Quatro de Junho não foram completamente removidas pela liderança do Partido. O aludido conflito entre os direitos humanos dos chineses enquanto indivíduos e a soberania dos chineses enquanto nação continuou a existir naquela sociedade, ainda que isso não se traduza mais em amplos movimentos políticos. Como notou um diplomata brasileiro, mais recentemente,

[...] a grande questão que se coloca para a maioria dos chineses é saber se, em nome da maior liberdade de escolha e de uma ideia nunca antes experimentada de democracia, valeria a pena abrir mão do governo centralizado do PCC[h] e correr os riscos de uma anomia política que poderia colocar a perder os ganhos econômicos e sociais do período maoísta e do período das reformas econômicas que se seguiu. O fato de que a estrutura do PCC[h] foi a base para a Revolução de 1949 e de o Partido, com sua disciplina e capilaridade, realizou a reconquista, literal e metaforicamente, da China como um todo e enraizou a presença do Estado em cada canto do país fez com que o PCC[h], mesmo com todos os excessos do Maoísmo, acumulasse uma imagem de eficiência na restauração de uma ordem e de uma estabilidade política bastante prezadas pelo povo chinês. (LYRIO, 2010, p. 151).

Finalmente, considerando-se a era de Deng como o desfecho do “Grande Rompimento” com o maoísmo, importa recordar que a concepção da liderança do PCCh sobre a modernização nacional e o sistema social da RPC passou a estar fortemente baseada no impetuoso avanço das “forças produtivas”. Como indicado ao longo do texto, isso acabou trazendo consequências para as “relações de produção”, os aspectos “superestruturais” da sociedade e o meio ambiente chinês. Os desequilíbrios econômicos e sociais, as tensões nacionalistas e, ao mesmo tempo, a perspectiva de que a abertura ao Ocidente continue a criar uma série de desafios para a cultura chinesa foram algumas dessas consequências. Todas elas são legados da era de Deng para a China atual e, por sua permanência, sinais dos desafios futuros da modernização chinesa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história não se repete, nem pode ser transformada em receita. Mas ela pode ensinar os que desejam aprender, como se fosse um velho e bom professor. Haja vista o caso do extraordinário desenvolvimento econômico chinês das últimas décadas. A explicação dos economistas costuma sublinhar a importância demiúrgica das reformas liberalizantes, ou, a eficácia das políticas econômicas heterodoxas, apesar de que Deng Xiaoping – considerado pai do “milagre econômico chinês” – sempre tenha insistido na natureza política e estratégica do seu projeto reformista, muito mais do que econômica.

José Luis Fiori, *Sobre o Desenvolvimento Chinês*, 2013.

A China é “capitalista” ou “socialista”? Se uma coisa ou outra, desde quando? O debate sobre essas questões parece ainda não ter terminado, mas prossegue como o próprio processo da modernização chinesa – singularmente intenso e confuso, cercado por inúmeros interesses e valores em conflito.

Também por essa razão, o presente texto dificilmente poderia ser publicado ou lido no país asiático em sua integralidade sem que isso incorresse em assumir alguns riscos. Dentre outros eventos estudados nessa dissertação, aqueles desfavoráveis à aprovação pública do PCCh – a morte de milhões de cidadãos após o Grande Salto Adiante e o massacre dos estudantes na Praça da Paz Celestial, por exemplo – ainda agora permanecem sob uma rígida “gestão de informação”, como prefeririam dizer os censores do governo.

Os contínuos esforços do Partido para controlar o que se sabe e o que pode ser dito sobre si mesmo, em todo caso, não são a única explicação para a manutenção do regime que ele dirige há mais de meio século. Como vimos, especialmente durante a era de Deng Xiaoping os comunistas também consolidaram seu poder ao permitir que centenas de milhões de chineses saíssem da pobreza absoluta e alcançassem algum grau de conforto material. E foi ainda nesse período que a China deu passos largos na reconquista de seu lugar entre as nações mais poderosas do mundo.

Hoje bem reconhecíveis, tanto os meios a serem empregados quanto o alcance desses fins não eram comumente esperados àquela altura. Ainda no contexto da Guerra Fria, praticamente ninguém, no Ocidente ou no Oriente, poderia vislumbrar uma

combinação de aspectos do “capitalismo liberal” com o “socialismo autoritário”; menos ainda que essa combinação pudesse acontecer na China, poucos anos após a morte de Mao Zedong ou que, em algumas décadas, esse país alcançaria as principais potências internacionais em termos tecnológicos, econômicos e militares. Deng Xiaoping não apenas vislumbrou como, junto a outros líderes chineses de sua era, promoveu isso para uma população de um bilhão de pessoas.

Para muitos ocidentais daquela época, deve-se notar, o mais provável seria que os comunistas chineses partilhassem a sorte dos “camaradas” russos ou que, caso escapassem do caos político vivido por aqueles, seu próprio sucesso econômico os conduziria à adoção inevitável de uma democracia multipartidária e do respeito constitucional aos direitos humanos considerados universais. O êxito literário de *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, evidencia o alcance dessas expectativas.

Mais do que o antigo Muro de Berlim, era o surgimento do posteriormente chamado “Consenso de Washington” que então impedia a muitos ocidentais verem o que estava acontecendo no Leste Asiático. Entre as décadas de 1970 e 1990, embora a implantação do liberalismo político e econômico praticado nos países centrais do bloco capitalista se apresentasse como a única alternativa para a recuperação e o desenvolvimento futuro das antigas repúblicas soviéticas, das ditaduras latino-americanas e dos países africanos recém-independentes, algo diferente estava em curso na Ásia. As experiências de desenvolvimento tecnológico, rápida industrialização e estímulo às exportações e à urbanização do Japão, de Hong Kong, de Taiwan, de Singapura e da Coreia do Sul apresentavam um novo e mais intenso ritmo de modernização do que o até então observado em qualquer outra parte do mundo.

Nesses países, regimes autoritários de governo estavam abraçando ideias de livre mercado e atraindo investimentos estrangeiros sem, contudo, perder o controle e o apoio estatal a alguns setores estratégicos da economia. Singapura, em especial, mostrou aos líderes PCCh um intenso crescimento capitalista liderado pelo Estado, lastreado no controle da dissidência política e na reafirmação do monopólio político de um partido no poder.

Geográfica e culturalmente próxima a esses países, a China viu suas experiências e beneficiou-se delas, ampliando-as e remodelando-as de tal modo que foi no seu território onde ocorreu uma transformação econômica ainda mais notável do que as anteriores – e, ao mesmo tempo, onde tiveram lugar os episódios mais marcantes de repressão social.

Em menos de uma geração, o homem chinês veria a renda per capita do país ser multiplicada repetidas vezes, mas repetidas vezes também seria impedido de manifestar-se publicamente. De fato, o aumento considerável de sua liberdade econômica não precedeu nem ocorreu em paralelo a um aumento considerável de sua liberdade política e civil. Esse descompasso talvez ajude a explicar porque a modernização chinesa provoca tantas dúvidas e equívocos de interpretação até hoje.

Quanto a isso, aliás, poucas frases ditas por Deng Xiaoping parecem ter sido tão mal citadas e mal interpretadas quanto a de que “não importa se o gato é preto ou amarelo; desde que pegue o rato, é um bom gato”. Quase sempre disposta sem a verdadeira cor do gato e, no mais das vezes, deslocada de seu contexto original – o fim do Grande Salto Adiante –, a frase aparece como uma das evidências de que a era de Deng representa uma ruptura sem precedentes ou apreço com a trajetória do PCCh e da modernização chinesa na era de Mao.

Quaisquer que sejam as razões dessa percepção equivocada, o fato é que a “cor” desse novo “gato” chinês – ou seja, a ideologia e os mecanismos do modelo de desenvolvimento econômico e social alegadamente nascido na 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido, em 1978 – continua recebendo mais atenção do que o próprio “rato” – é dizer, os objetivos políticos e estratégicos perseguidos pelos dirigentes do país ao longo do tempo.

Ao longo do atual trabalho, procurou-se ir além da periodização e enfoque mais usuais sobre o tema, acompanhando a modernização chinesa em sua longa duração histórica e para além dos limites internos da nação asiática. Com efeito, vale lembrar, adotou-se como pano de fundo da pesquisa o desenvolvimento de uma dinastia dominada pelos antigos mandarins, de economia agrícola e humilhada pelas nações do Ocidente, no século dezenove, em uma nação governada pelo PCCh, industrializada e soberana no século vinte e um.

Procurou-se demonstrar algumas das razões históricas das duas principais lideranças do PCCh no século vinte terem experimentado diferentes regimes de abertura ao exterior, de propriedade econômica, de gestão sobre essa propriedade e de apropriação do excedente produzido no campo, dentre outros aspectos. Tanto as concepções ideológicas dos dirigentes chineses quanto os impasses internacionais enfrentados por eles no período foram então tratados. Não obstante, procurou-se mostrar, também, que, sob variados contextos internos e externos, essas lideranças, com seus mecanismos modernizadores próprios, estavam ambas voltadas para o objetivo primordial de manter a unidade territorial e política da China e consolidar a soberania nacional do país, construindo uma nação poderosa economicamente e militarmente, capaz de impedir agressões e intervenções estrangeiras como as do passado e de recuperar o que muitos chineses creem ser a justa posição da sua pátria entre as demais.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que a era de Deng não legou ao mercado a direção do processo de modernização da China. Na realidade, o que ocorreu durante essa era é que tanto o planejamento – central e local – da economia chinesa quanto os mercados interno e externo passaram a ser encarados pela liderança do PCCh como mecanismos fundamentais e complementares para o avanço das “forças produtivas” e do desenvolvimento econômico e social do país de um modo geral.

Se essa conclusão é correta, quando, por exemplo, em outro contexto, Deng (1994, p. 302, tradução nossa) declara que “só o socialismo pode salvar a China e só o socialismo pode desenvolver a China”, o socialismo chinês – qualquer que seja seu matiz atual em relação ao que se entende por socialismo e capitalismo no Ocidente – precisa ser visto como um meio empregado para o fim último de “salvar a China”, de “desenvolver a China”. Como repetidas vezes enfatizou Deng em seus discursos, para ele e os demais dirigentes do PCCh

os assuntos da China devem ser dirigidos à luz das condições específicas da China e pelo próprio povo chinês. Independência e autossuficiência sempre foram e sempre serão nossos fundamentos. Embora nós chineses valorizemos nossa amizade e cooperação com outras nações e outros povos, valorizamos ainda mais nossa independência tão arduamente conquistada e nossos direitos de soberania. Nenhum país estrangeiro deve esperar que a China lhe preste vassalagem, nem esperar que a China concorde com qualquer ação prejudicial aos seus próprios interesses. [...] Nós, o povo chinês, temos nosso respeito próprio e orgulho nacional. Nós estimamos como a mais alta honra amar nossa

pátria socialista e contribuir para sua construção socialista. Nós estimamos como a pior das desgraças prejudicar seus interesses, dignidade ou honra. (DENG, 1987, p. 3-4, tradução nossa).

No longo processo chinês de modernização, o “Grande Rompimento” inscreve-se como um fenômeno chave para a compreensão dos desafios enfrentados pelos dirigentes do país na segunda metade do século passado.

Ora, tanto na era de Mao quanto na era de Deng a liderança do Partido enfrentou o desafio de modernizar a China tendo que judiciosamente equilibrar seus esforços em prol das questões internas e externas do país.

É comum encontrarem-se descrições da Revolução Cultural que a apresentam como um prolongamento do Grande Salto e das políticas “voluntaristas” de Mao. No entanto, viu-se que a tentativa de Liu Shaoqi e Deng mudarem a prioridade do desenvolvimento chinês das indústrias militares e pesadas para as indústrias leves e a agricultura após o Grande Salto não foi abortada, na Revolução Cultural, apenas pelas convicções ideológicas maoistas, mas também pelos impasses internacionais que a RPC enfrentou na década de 1960. Isso é claramente evidenciado pelo próprio período de vigência da “Terceira Frente” (1964-1971).

Quando, porém, na década de 1970, o mesmo Mao que condenara os “estradeiros capitalistas” Liu e Deng estabelece relações com os EUA – a “superpotência capitalista” – e, com isso, afasta os riscos de uma catástrofe externa pelas mãos da URSS, o governo chinês ganha a possibilidade esperada de voltar-se para a solução de suas desordens internas. Não é em vão lembrar que entre 1949 e 1969 a RPC havia estado em conflitos diplomáticos ou militares de diferentes magnitudes com Taiwan, os EUA, a Coreia do Sul, a Índia, a Mongólia, Rússia e o Vietnã; havia suprimido revoltas internas no Tibete e em Xinjiang; e, entre 1966 e 1976, ainda passaria pelo pandemônio da Revolução Cultural.

Sob um novo contexto internacional e uma nova liderança política e ideológica, os mecanismos modernizadores concebidos anos atrás por Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping puderam finalmente entrar em operação, mantendo o comando do PCCh sobre o país e levando a RPC a tornar-se um país industrializado e soberano.

É possível estabelecer, assim, que, na era de Deng, a liderança e os mecanismos modernizadores do PCCh sofreram uma ruptura sem precedentes: a reabilitação e a

ascensão dos quadros expurgados à cúpula do Partido após a Revolução Cultural, juntamente com o abandono das campanhas de mobilização popular, as políticas de descoletivização e a reabertura dos mercados interno e externo dão provas disso. Esse “Grande Rompimento” com a liderança e os mecanismos maoistas, todavia, buscava essencialmente manter e consolidar as principais conquistas históricas do maoísmo – o governo nacional do PCCh e a soberania da RPC no plano internacional.

Além disso, todo o acima exposto nos ajuda a entender que as mudanças na concepção do PCCh sobre o socialismo chinês entre as eras de Mao e Deng, assim como a instrumentalização ideológica do nacionalismo popular no governo deste último dirigente, podem ser vistas como parte do longo processo chinês de modernização.

É evidente que os desfechos do “Grande Rompimento” não ofereceram a solução de todas as questões pertinentes à modernização chinesa. Pelo contrário, apesar de assegurar a continuidade desse processo modernizador, os desafios deixados pela era de Deng para o futuro do país asiático não são em nada triviais. Afora as questões ambientais, sociais e regionais anteriormente indicadas, a própria concepção atual do PCCh sobre a modernização chinesa parece ser limitada em aspectos chave.

O trágico Incidente de Tiananmen, por exemplo, mostra os efeitos que a liderança chinesa não previu ao adotar uma concepção de modernização que enfatiza o desenvolvimento das “forças produtivas” – definindo explicitamente os objetivos a que pretende chegar apenas em termos de crescimento econômico e renda nacional – mas obliterando as transformações das “relações de produção” e da “superestrutura” social da RPC.

À medida que o presente século avança, o processo de modernização em curso na China deverá ser estudado cada vez mais atentamente pelos intelectuais preocupados com o futuro do imenso povo chinês e com o que o modelo chinês representa também para o Ocidente. Devem ter esses intelectuais em conta que, em diferentes experiências de modernização, o avanço das “forças produtivas” não assegurou às sociedades nacionais um maior grau de desenvolvimento humano individual e social sem uma correspondente concentração de recursos e poderes que se prestam à violência e à injustiça. Como notaram Adorno e Horkheimer (1985, p. 14),

o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo vê-se, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados.

Nesse sentido, não se estranha que hoje existam autores como Wang Hui, Wen Tiejun e Maurice Meisner, que defendem que a elevação do padrão de vida do povo chinês na era de Deng, se bem que materialmente considerável, também pode ser reputada como socialmente lastimável. Para eles, isso se deve ao fato de que a tendência atual do processo de modernização em curso no país põe em risco algumas de suas próprias conquistas históricas sob o PCCh, tendendo não a superar, mas a aprofundar as contradições entre o campo e a cidade, a indústria e a agricultura, o trabalho manual e o intelectual, etc. A ausência de qualquer perspectiva concreta de “definhamento” no Estado chinês também é evidente, assim como, ao revés, o é a proporção mais do que “orwelliana” com que a RPC atualmente realiza atividades de vigilância digital de seus cidadãos.

É desnecessário lembrar, ao mesmo tempo, que muitos desses limites e resultados indesejáveis que a modernização chinesa apresenta também se manifestam no Ocidente atual. Os países do Ocidente enfrentam hoje um declínio hegemônico – com a ascensão da própria China – e se debatem, internamente, com sérios impasses econômicos, políticos, sociais e ambientais. Estariam eles em condições de oferecer caminhos para a modernização futura da China? Se não, poder-se-ia dar se o caso de ocorrer o inverso? O que ocorreria se, impressionados pelo relativo êxito do modelo chinês desde a era de Deng Xiaoping os países do próprio Ocidente comesçassem a olhar esse modelo como algo a ser seguido também por eles? Uma questão muito semelhante a essa foi proposta anos antes, por Žižek (2010), nos seguintes termos:

E se “a perniciosa combinação do açoite asiático com a bolsa de valores europeia” (a velha caracterização de Trótski da Rússia tsarista) provar-se economicamente mais eficiente que o nosso capitalismo liberal? E se ela sinalizar que a democracia, como a entendemos, não é mais condição e mola propulsora

do desenvolvimento econômico, mas seu obstáculo?

As perguntas, em si, são perturbadoras; suas respostas, possivelmente, o serão ainda mais, ao menos para aqueles que insistirão em defender os direitos humanos inalienáveis e universais, como Sun Wenguang, personagem final de nossas reflexões.

Em 2009, esse professor universitário e crítico ao regime comunista dirigiu-se ao cemitério para participar de um memorial ao falecido Zhao Ziyang. Como já vimos, Zhao havia sido pioneiro na concessão regional de pequenos lotes privados aos agricultores chineses, permitindo a venda de sua produção em mercados particulares, sem controle estatal dos preços, ainda nos últimos anos da Revolução Cultural. Todavia, apesar do inegável êxito econômico dessas e de outras reformas encampadas por ele, ele acabou proscrito do PCCh em 1989, depois apoiar as manifestações pela democracia no país.

Ao tentar honrar a memória de Zhao, os setenta e cinco anos de idade de Sun Wenguang lamentavelmente não impediram que ele fosse agredido por agentes do governo, tendo três costelas quebradas, ferimentos na coluna, cabeça, costas, braços e pernas.<sup>157</sup> O fato, em todo caso, é que depois de algum tempo no hospital Qilu esse acontecimento apenas serviria para confirmar as razões que, em outros momentos, já haviam levado Sun a pôr em risco a própria vida. Menos de um ano antes, aliás, ele assinara, junto a vários intelectuais e ativistas chineses, incluindo Liu Xiaobo, a *Carta 08*. Trechos como o seguinte, traduzidos por Link (2009), dão a tônica do documento:

O povo chinês, que enfrentou desastres de direitos humanos e incontáveis lutas ao longo dos últimos cem anos, agora inclui muitos que veem claramente que liberdade, igualdade e direitos humanos são valores universais da humanidade e que a democracia e o governo constitucional são a estrutura básica para proteger esses valores. Uma “modernização” desprovida desses valores universais e desse arcabouço político básico é um processo desastroso que priva as pessoas de seus direitos, apodreça sua humanidade e destrói sua dignidade. Então perguntamos: para onde está indo a China no século XXI? Irá continuar com a “modernização” sob domínio autoritário ou irá abraçar os valores humanos universais, juntar-se às principais nações civilizadas e construir um sistema democrático? Não há como evitar essas questões.

---

<sup>157</sup> No Ocidente, o caso foi noticiado, por exemplo, por Lafraniere (2009).

A *Carta 08*, publicada em 10 de dezembro de 2008, no 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – tal como a Carta 77, escrita na antiga Checoslováquia em janeiro de 1977 – exortava as autoridades chinesas a fazerem mudanças que garantiriam os direitos humanos e a liberdade de consciência dos indivíduos.

Inicialmente, o texto oferecia um breve balanço dos grandes eventos entre o ocaso do sistema imperial chinês e a atual permanência da autocracia comunista, apresentando, em seguida, dezenove propostas específicas sobre os princípios do ordenamento jurídico, o funcionamento do sistema político, a extensão da vida cultural do país e a criação de uma “comissão investigativa da verdade”, dentre outros tópicos.

Em palavras suficientemente claras, cada proposta do texto não deixava de ser, também, uma denúncia ao governo do PCCh, que, para os autores, já há muito tempo sufocava o pleno desenvolvimento humano dos chineses.

Acontece que algo permanece ignorado nesse manifesto e em outras iniciativas análogas, favoráveis à adoção, na China, de uma democracia liberal e pluripartidária, semelhante a de países da Europa e da América: que os fundamentos religiosos que influenciaram, historicamente, a cultura do Ocidente e levaram muitos países dessa parte do mundo a eventualmente adotarem a democracia liberal e pluripartidária não são e até então não foram os fundamentos que predominaram na civilização chinesa – nem ainda foram os mesmos acolhidos por parte significativa do povo e da elite do país asiático.

Em outras palavras, quando, por exemplo, alguém evoca o ditado popular segundo o qual “todo chinês é taoísta em casa, confucionista na rua e budista na hora da morte” ele também está dizendo, sem perceber, que – quaisquer que sejam as sobreposições entre os assim chamados “três ensinamentos” da tradição chinesa – essas doutrinas ofereceram uma base civilizacional distinta daquela formada pelos valores judaico-cristãos ocidentais.

Na história do Ocidente, como se sabe, os valores da liberdade de consciência e dos direitos individuais inspirados pelas escrituras do Antigo e do Novo Testamento espalharam-se na cultura de diversos países, notadamente após a Reforma Protestante e o conseqüente enfraquecimento do poder papal. As “revoluções burguesas” e o iluminismo dariam uma nova roupagem a esses valores, cristalizando-os nas

constituições republicanas. Essas, é verdade, ainda seriam muitas vezes ameaçadas e renovadas até o fim do século vinte.

Na China, por sua vez, tem-se dado primazia, há milênios, à estabilidade social e econômica, à ordem política e à unidade territorial da nação tomada coletivamente, com uma limitada resistência cultural ao controle estatal da vida religiosa e privada dos indivíduos. Não é de se admirar, então, que as formas de governo do país até então não sejam as mais adequadas para proteger valores que não preponderaram, historicamente, em sua cultura; tampouco que o “marxismo-leninismo” do PCCh tenha uma longa relação de concorrência e dependência com o *ethos* confucionista.<sup>158</sup>

Teses como as de Jacques (2009) e Holland (2019) são suficientemente claras e acertadas a esse respeito, o que nos permite não nos determos agora nessa questão mais ampla, sobre a influência da religião e da cultura populares na história política das civilizações. Resta dizer, aos liberais chineses, que não parece sábio tentar começar a construção de uma casa pelo “teto” da mesma. E, caso eles decidam corretamente começar pelo “fundamento” da casa, que também não deixem de cuidar dele, para que não suceda o que sucedeu a nós.

---

<sup>158</sup> Ver Bueno (2012) sobre a relação do PCCh com o confucionismo em diferentes épocas.

## 7. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMIN, Samir. China 2013. **Monthly Review**, v. 64, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013>>. Acesso em: 20 out 2013.

\_\_\_\_\_. China, Market Socialism, and U.S. Hegemony. **Review** (Fernand Braudel Center), v. 28, n. 3, 2005, p. 259-279.

\_\_\_\_\_. **O Futuro do Maoísmo**. São Paulo: Vértice, 1986.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental**: Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Duas Revoluções: Anotações. Ensaio Comparativo Sobre o Desenlace Atual das Duas Maiores Revoluções do Século XX: a Russa e a Chinesa. **Revista Serrote** (Instituto Moreira Alves), n. 5, julho de 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASH, Robert F.; KUEH, Y.Y. (ed.). **The Chinese Economy Under Deng Xiaoping**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

BACHMAN, David. Aspects of an Institutionalizing Political System: China, 1958-1965. In: STRAUSS, Julia (org.). **The History of the PRC (1949-1976)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 79-104.

BAEHR, Peter. China the Anomaly: Hannah Arendt, Totalitarianism, and the Maoist Regime. **European Journal of Political Thought**, v. 9, n. 3, 2010, p. 267-286.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 4 nov 2013.

BARMAN, Geneviève; DULIOUST, Nicole. Les Anées Françaises de Deng Xiaoping. **Vingtième Siècle**: Revue d'Histoire, v. 20, n. 20, 1988, p. 17-34.

BARNOUIN, Barabara; YU CHANGGEN. **Zhou Enlai: a Political Life**. Hong Kong: The Chinese University Press, 2006.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a Crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 2010, p. 75-79.

BAUM, Richard. **China Watcher: Confessions of a Peking Tom**. Seattle: University of Washington Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **Prelude to Revolution: Mao, the Party and the Peasant Question, 1962-66**. Nova York: Columbia University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. The Road to Tiananmen: Chinese Politics in the 1980s. In: MACFARQUHAR, Roderick (ed.). **The Politics of China: Sixty Years of the People's Republic of China**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 337-467.

BEDESKI, Robert. The Evolution of the Modern State in China: Nationalist and Communist Continuities. **World Politics**, v. 27, n. 4, 1975, p. 541-568.

BÉJA, Jean-Philippe (ed.). **The Impact of China's 1989 Tiananmen Massacre**. Londres: Routledge, 2011.

BENNET, Gordon. Economy, Polity, and Reform in China. **Comparative Politics**.v. 18, n. 1, 1985, p. 85-100.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BETTELHEIM, Charles. La Construcción del Socialismo en China. **CRI**, nº 2, 1965, p. 83-95. Mimeo.

BIRÔ NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA CHINA (BNEC). **China Statistical Yearbook**. 1996, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea**. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BRAMALL, Chris. The Last of the Romantics? Maoist Economic Development in Retrospect. **The China Quarterly**, v. 187, 2006, p. 686-692.

BRAUDEL, Fernand. **A History of Civilizations**. Londres: The Penguin Press, 1994.

BUENO, André. Compreendendo o "Novo Confucionismo": a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea. **Mundo Antigo**, v. 1, 2012, p. 127-138.

BURY, John. **La Idea del Progreso**. Madri: Alianza Editorial, 1971.

CALLAHAM, William. Humiliation, Salvation and Chinese Nationalism. **Alternatives**, v. 29, n. 2, 2004, p. 199-218.

CHAN Sin-Wai; POLLARD, David E. **An Encyclopaedia of Translation: Chinese-English, English-Chinese**. Hong Kong: Chinese University Press, 2001.

CHANG, Maria Hsia. The Thought of Deng Xiaoping. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 29, n. 4, 1996, p. 377-394.

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHEUNG Tai Ming. **Fortifying China: The Struggle to Build a Modern Defense Economy**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

**CHINA: A Century of Revolution**. Direção: Sue Williams. Zeitgeist Films, 1989-1997. 3 DVDs (360 min), Colorido e P&B.

**CHINA: The Roots of Madness**. Direção: Mel Stuart. Autoria: Theodore White. U.S. National Archives and Records Administration, 1967. 1 DVD (78 min), P&B.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Towards Capitalist Restoration? Chinese Socialism After Mao**. Nova York: St. Martin's Press, 1986.

CHOW, Gregory. Economic Reform and Growth in China. **Annals of Economics and Finance**. v. 5, p. 127-152, 2004.

CINTRA, Marcos Antônio. As Instituições Financeiras de Fomento e o Desenvolvimento Econômico: as Experiências dos EUA e da China. In: FERREIRA, Francisco (Org.); MEIRELLES, Beatriz (Org.). **Ensaio Sobre Economia Financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009, p. 109-150.

COALE, Ansley. BANISTER, Judith. Five Decades of Missing Females in China. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 140, n. 4, 1996, p. 421-450.

COATES, David. Revisionismo. In. BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 323-324.

COHEN, Gerald A. **Karl Marx's Theory of History: A Defence**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (CNUCD). **UNCTAD Statistics**. Disponível em: <[unctad.org/en/Pages/Statistics.aspx](http://unctad.org/en/Pages/Statistics.aspx)>. Acesso em: 13 fev 2014.

CONG Cao; SUTTMEIER, Richard. China's "Brain Bank": Leadership and Elitism in Chinese Science and Engineering. **Asian Survey**, v. 39, n. 3, 1999, p. 525-559.

CONRAD, Sebastian. 'The Colonial Ties are Liquidated': Modernization Theory, Post-War Japan and the Global Cold War. **Past and Present**, v. 216, n. 1, 2012, p. 181-214.

D'MELLO, Bernard. What's Maoism? **Monthly Review**, 2009. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/commentary/what-is-maoism>>. Acesso em: 7 jan 2014.

DENG Xiaoping. **Fundamental Issues in Present-Day China**. Foreign Languages Press, 1987. \_\_\_\_\_. **Selected Works of Deng Xiaoping, 1938-1965 [OEDX I]**. Beijing: Foreign Languages Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Selected Works of Deng Xiaoping, 1977-1982 [OEDX II]**. Beijing: Foreign Languages Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Selected Works of Deng Xiaoping, 1982-1992 [OEDX III]**. Beijing: Foreign Languages Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **Speech By Chairman of the Delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, At the Special Session of the U.N. General Assembly Spoken**. 1974. Disponível em: <[www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm)>. Acesso em: 20 maio 2013.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA (EUA). **Food Security Assessment**, GF14, 2003. Disponível em: <[usda.mannlib.cornell.edu/MannUsda/viewDocumentInfo.do?documentID=1193](http://usda.mannlib.cornell.edu/MannUsda/viewDocumentInfo.do?documentID=1193)>. Acesso em: 28 maio 2013.

DEPARTAMENTO DE ESTADO (EUA). **Joint Statement Following Discussions With Leaders of the People's Republic of China**. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d203#fn1>>. Acesso em: 06 maio 2013.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO (CHINA). **Gross Industrial Output Value**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-Internet/JJ/HTM/13-3.htm>>. Acesso em: 4 nov 2013.

DEUTSCHER, Issac. Maoism-Its Origins, Background, and Outlook. **The Socialist Register**, janeiro de 1964, p. 11-37.

DIKÖTTER, Frank. **Mao's Great Famine: The History of China's Most Devastating Catastrophe, 1958-62**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2010.

DITTMER, Lowell. **Liu Shao-ch`i and the Chinese Cultural Revolution: The Politics of Mass Criticism**. Berkeley: University of California Press, 1974.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DREYER, June Teufel. Deng Xiaoping: The Soldier. **The China Quarterly**, n. 135, 1993, p. 536-550.

DUMONT, René. Les Communes Populaires Rurales Chinoises. **Politique Étrangère**, n. 4, 1964, p. 380-397.

EBERHARD, Wolfram. **A History of China**. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1977.

EDIN, Maria. State Capacity and Local Agent Control in China: CCP Cadre Management from a Township Perspective. **The China Quarterly**, v. 173, 2003, p. 35-52.

ELMAN, Benjamin. Political, Social, and Cultural Reproduction via Civil Service Examinations in Late Imperial China. **The Journal of Asian Studies**, v. 50, n. 1, 1991, p. 7-28.

EMBAIXADA FRANCESA NA CHINA. **La Propriété en Chine**. 2009. Disponível em: <<http://www.ambafrance-cn.org/La-Propriete-en-Chine.html>>. Acesso em: 12 set 2013.

ENDICOTT, Stephen. **Red Earth**: Revolution in a Sichuan Village. Londres: I.B. Taurius & Co., 1988.

ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO DE DEFESA (EUA). **Military Power of the People's Republic of China (Annual Report to Congress)**. 2009. Disponível em: <[cfr.org/china/annual-report-congress-military-power-peoples-republic-china-2009/p18943](http://cfr.org/china/annual-report-congress-military-power-peoples-republic-china-2009/p18943)>. Acesso em: 26 nov 2012.

FAIRBANK, John King. Keeping up With the New China. **The New York Review**, 16 de março de 1989, p. 17-20. Disponível em: <[www.nybooks.com/articles/archives/1989/mar/16/keeping-up-with-the-new-china/](http://www.nybooks.com/articles/archives/1989/mar/16/keeping-up-with-the-new-china/)>. Acesso em: 08 ago 2013.

FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. **China**: Uma Nova História. 3a ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FANG Lizhi. Keeping the Faith. **The New York Review of Book**. Publicado em 21 de dezembro de 1989. Disponível em: <[nybooks.com/articles/archives/1989/dec/21/keeping-the-faith-4/](http://nybooks.com/articles/archives/1989/dec/21/keeping-the-faith-4/)>. Acesso em: 17 mar 2014.

FEIGENBAUM, Evan. **China's Techno-Warriors: National Security and Strategic Competition from the Nuclear to the Information Age**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

FIORI, José Luís. Sobre o Desenvolvimento Chinês. **Valor Econômico** [online], 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/3023846/sobre-o-desenvolvimento-chines>>. Acesso em: 25 dez 2013.

\_\_\_\_\_. Sobre o Desenvolvimento Chinês 4. **Valor Econômico** [online], 29 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/3142516/sobre-o-desenvolvimento-chines-iv>>. Acesso em: 25 dez 2013.

FLANAGAN, Stephen J; MARTI, Michael E. **The People's Liberation Army and China in Transition**. Washington: National Defense University Press, 2003.

FURTADO, Diana. A Mão e a Luva: a China Anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 46, 2010, p. 344-362.

HART, Gillian. **Disabling Globalization: Places of Power in Post-Apartheid South Africa**. Berkeley: University of California Press, 2002.

GABRIELE, Alberto. The Role of the State in China's Industrial Development: a Reassessment. **Munich Personal RePEc Archive**, n. 14551, 2009, p. 1-29. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/14551/>>. Acesso em: 15 ago 2013.

GELBER, Harry Gregor. **O Dragão e os Demônios Estrangeiros: a China e o Mundo, de 1100 a.C. aos Dias Atuais**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GIDDENS, Anthony. "Interview four: Modernity" In: GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversations with Anthony Giddens**. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 94-117.

GODWIN, Paul. Compensating for Deficiencies: Doctrinal Evolution in the Chinese People's Liberation Army: 1978–1999. In: MULVENON, James; YANG, Andrew. **Seeking Truth From Facts: a Retrospective on Chinese Military Studies in the Post-Mao Era**. Los Angeles: Rand Corporation, 2001, p. 87-118.

GOLDMAN, Merle. Citizens' Struggles in China's Post-Mao Era. In: YEOH, Emile Kok-Kheng (ed.). **China: Development Model, State-Civil Society Interplay and Foreign Relations**. Kuala Lumpur: University of Malaya Press, 2013, p. 135-147.

\_\_\_\_\_. Politically-Engaged Intellectuals in the Deng-Jiang Era: A Changing Relationship with the Party-State. **The China Quarterly**, v. 145, 1996, p. 35-52.

GOLDMAN, Rene. Mao, Maoism and Mao-ology. **Pacific Affairs**, v. 41, n. 4, 1969, p. 560-574.

GOODMAN, David. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: a Political Biography**. Londres; Nova York: Routledge, 1994.

GORDON, David. Historiographical Essay: The China-Japan War, 1931-1945. **The Journal of Military History**, v. 70, n. 1, 2006, p. 137-182.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GREGOR, A. James; CHANG, Maria Hsia. Maoism and Marxism in Comparative Perspective. **The Review of Politics**, v. 40, n. 3, 1978, p. 307-327.

GUAN Xinping. China's Social Policy: Reform and Development in the Context of Marketization and Globalization. **Social Policy & Administration**, v. 34, n. 1, 2000, p. 115-130.

GUCHENG Li. **A Glossary of Political Terms of the People's Republic of China**. Sha Tin: Chinese University Press, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade: Doze Lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAN Suyn. **China no Ano 2001**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HARRIS, Nigel. **The Mandate of Heaven: Marx and Mao in Modern China**. Londres; Melbourne; Nova York: Quartet Books, 1978.

HART-LANDSBERG, Martin; BURKET, Paul. **China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle**. Nova York, Monthly Review Press, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HE Di. The Most Respected Enemy: Mao Zedong's Perception of the United States. **The China Quarterly**, n. 137, 1994, p. 144-158.

HESKETH, Therese; LI Lu; ZHU Wei Xing. The Effect of China's One-Child Family Policy after 25 Years. **The New England Journal of Medicine**, n. 353, 2005, p. 1171-1176.

HJELLUM, Torstein. Features of Capitalism and the Restructuring of Ruling Classes in China. **Copenhagen Journal of Asian Studies**, n. 14, 2000, p. 105-129.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991**. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLLAND, Tom. **Dominion: The Making of the Western Mind**. Londres: Hachette Collections, 2019.

HSÜ, Immanuel C. **The Rise of Modern China**. 6a ed. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2000.

HU Chi-Hsi. Mao Tsé-Tung (ou Mao Zedong), 1893-1876. In: CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier. **Dicionário de Obras Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 746-754.

HUI Wang-Sze. **“Socialist Markets Economy” and Industrial Reform in China during the Dengist Era from 1978 to 1997**. Tese (Doutorado em Economia Industrial), Collège Doctoral, École Nationale Supérieure des Mines de Paris, Paris, 2001.

HUNG-MAO Tien. **Government and Politics in Kuomintang, China, 1927-1937**. Stanford: Stanford University Press, 1972.

HUTTON, Will. **O Aviso na Muralha: a China e o Ocidente no Século XXI**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

HYER, Eric. China's Arms Merchants: Profits in Command. **The China Quarterly**, n. 132, 1992, p. 1101-1118.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA DE ESTOCOLMO PARA A PAZ INTERNACIONAL. **SIPRI Yearbook 1992: Armaments, Disarmament, and International Security**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

JABBOUR, Elias. **China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. Nova York: Penguin Press, 2009.

JACKSON, Samuel. A Tale of Two State-Builders: Kuomintang and Communist State-Building Compared. **The Columbia East Asia Review**, v. 4, 2011, p. 76-88.

JACKSON, Sukhan. **Chinese Enterprise Management Reforms in Economic Perspective**. Nova York: Walter de Gruyter, 1992.

JIANG Zemin. **Reforma e Construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JIANMIN Qi. The Debate over 'Universal Values' in China. **Journal of Contemporary China**, v. 20, n. 72, 2011, p. 881-890.

JUNG Chang. **Cisnes Selvagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JUNG Chang; HALLIDAY, John. **Mao: a História Desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KAMPEN, Thomas. **Mao Zedong, Zhou Enlai and the Evolution of the Chinese Communist Leadership**. Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies, 2000.

KANG Liu. **Globalization and Cultural Trends in China**. University of Hawaii Press, 2004.

KARL, Rebecca. **Mao Zedong and China in the Twentieth-Century World: A Concise History**. Durham: Duke University Press, 2010.

KENNY, Thomas. Lessons for the "Socialist Market Economy" of People's China from the Soviet "New Economic Policy". **Nature, Society, and Thought**, v. 20, n. 1, 2007, p. 80-90.

KIRBY, William. Continuity and Change in Modern China: Economic Planning on the Mainland and on Taiwan, 1943-1958. **The Australian Journal of Chinese Affairs**, n. 24, 1990, p. 121-141.

KISSINGER, Henry. The Philosopher and the Pragmatist. **Newsweek**, n. 129, v. 9, 1997, p. 42-47.

KNIGHT, John. Reform, Growth, and Inequality in China. **Asian Economic Policy**, v. 3, n. 1, 2008, p. 140-158.

KOCH-WESER, Jacob. The Reliability of China's Economic Data: An Analysis of National Output. **U.S.-China Economic and Security Review Commission Staff Research Project**, Janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/TheReliabilityofChina'sEconomicData.pdf>>. Acesso em: Acesso em 25 Abr 2014.

KRAUS, Richard Curt. The Limits of Maoist Egalitarianism. **Asian Survey**, v. 16, n. 11, 1976, p. 1081-1096.

KREMENTSOV, Nikolai. **Stalinist Science**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KUEH, Y. Y. The Economics of the "Second Land Reform" in China. **China Quarterly**, n. 101, 1985, p. 122-131.

\_\_\_\_\_. Mao and Agriculture in China's Industrialization: Three Antitheses in a 50-Year Perspective. **The China Quarterly**, v. 187, 2006, p. 700-723.

KUNG, James Kai-sing; LIN, Justin Yifu. The Causes of China's Great Leap Famine, 1959-1961. **Economic Development and Cultural Change**, v. 52, n. 1, 2003, p. 51-73.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAFRANIERE, Sharon. China Rights Activist Beaten in Cemetery. **New York Times**, 7 de abril de 2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/04/08/world/asia/08china.html>>. Acesso em 25 Abr 2014.

LARDY, Nicolas. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Nova York: Cambridge University Press, 1983.

LEE, Ching. **Against the Law: Labor Protest in China's Rustbelt and Sunbelt**. Berkeley: UC Press, 2007.

LEE, James Z. **A New History for a New China, 1700-2000: New Data and New Methods, Part 1**. Curso online ministrado pelo autor ao longo de 2013 com o suporte da The Hong Kong University of Science And Technology's. Disponível em: <<https://www.coursera.org/course/newchinahistory1>>. Acesso em: 28 ago 2013.

LEGGETT, Karby; WONACOTT, Peter. Burying the Competition. **Far Eastern Economic Review**, v. 165, n. 41, 2002, p. 30-35.

LEHMANN, Jean-Pierre. O Poder da China no Novo Mundo. **Valor Econômico**, 09 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/2742454/o-poder-da-china-no-novo-mundo>>. Acesso em: 5 ago 2013.

LETIZIA, Vito. **A Grande Crise Rastejante**. São Paulo: Caros Amigos, 2012.

LI, Rex. **A Rising China and Security in East Asia: Identity Construction and Security Discourse**. Londres: Routledge, 2009.

LI Yun. China's Inflation: Causes, Effects, and Solutions. **Asian Survey**, v. 29, n. 7, 1989, p. 655-668.

LI Zhi-Sui. **The Private Life of Chairman Mao**. Nova Iorque: Random House, 1994.

LIFTON, Robert Jay. **Thought Reform and the Psychology of Totalism: a Study of "Brainwashing"**. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 1989.

LIN, Justin Yifu. Rural Reforms and Agricultural Growth in China. **The American Economic Review**, v. 82, n. 1, 1992, p. 34-51.

\_\_\_\_\_. The Needham Puzzle: Why did the Industrial Revolution not Originate in China? **Economic Development and Cultural Change**, v. 43, n. 2, 1995, p. 269-292.

LINK, Perry (tradutor). China's Charter 08. **The New York Review of Books**, 15 de Janeiro de 2009. Disponível em: <<https://www.nybooks.com/articles/2009/01/15/chinas-charter-08/>>. Acesso em 25 Abr 2014.

LINXIU Zhang. Agricultural and Rural Development in China. In: LINXIU Zhang *et al.* **Agricultural Development and the Opportunities for Aquatic Resources Research in China**. Penang: The WorldFish Center, 2003, p. 1-8.

LIU Bai-Yang; YOON Bong Joon. China's Economic Reform and Regional Productivity Differentials. **Journal of Economic Development**, v. 25, n. 2, 2000, p. 23-41.

LIU, Lydia. Legislating the Universal: The Circulation of International Law in the Nineteenth Century. In: LIU, Lydia (ed.). **Tokens of Exchange: The Problem of Translation in Global Circulations**. Durham: Duke University Press, 1999, p. 127-164.

LONDON, Jonathan. Market-Leninism. **SSRN Electronic Journal** [online]. Setembro de 2011. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1934540](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1934540)>. Acesso em 25 Abr 2014.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de Hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

LUBETKIN, Wendy. **Deng Xiaoping**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LYRIO, Maurício Carvalho. **A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MACFARQUHAR, Roderick. Deng Xiaoping's Reform Program in the Perspective of Chinese History. **Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 40, n. 6, 1987, p. 20-38.

MACFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. **Mao's Last Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

MAHONEY, Josef Gregory; LI Xiuling. A Marxist perspective on Chinese Reforms: Interview with Jiexiong Yi. **Science & Society**, v. 73, n. 2, 2009, p. 177-192.

MANDEL, Ernest. **Socialismo x Mercado**. 2a ed. São Paulo: Ensaio, 1991.

\_\_\_\_\_. **A China Antes e Depois de Mao**. Lisboa: Antidoto, 1977.

MANION, Melanie. From Mao to Deng and Beyond: The Fate of Policy Oscillations in the Quest for a “Harmonious Society”. **Report of FPRI’s History Institute for Teachers** (Foreign Policy Research Institute), v. 12, n. 2, 2007.

MAO Zedong. **Sobre a Prática e a Contradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II**. Beijing: Edições do Povo, 1975.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas de Mao TseTung, Tomo III**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas de Mao Tsetung, Tomo V**. Beijing: Ediciones en Lengua Estrangera, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Global, 1972.

MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS; Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASIERO, Gilmar. Origens e Desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) Chinesas. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, 2006, p. 425-444.

MCMILLAN, John; WHALLEY, John; ZHU Lijing. The Impact of China’s Economic Reforms on Agricultural Productivity Growth. **Journal of Political Economy**, v. 97, n. 4, 1989, p. 781-807.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética**. 2008, p. 1-56. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf](http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf)>. Acesso em: 8 jan 2013.

MEISNER, Maurice. **The Deng Xiaoping Era: An Inquiry into the Fate of Chinese Socialism, 1978-1994**. Nova York: Hill and Wang, 1996.

\_\_\_\_\_. Leninism and Maoism: Some Populist Perspectives on Marxism-Leninism in China. **The China Quarterly**, n. 45, 1971, p. 2-36.

\_\_\_\_\_. The Deradicalization of Chinese Socialism. In: DIRLIK, Arif; MEISNER, Maurice. (eds.). **Marxism and the Chinese Experience: Issues in Contemporary Chinese Socialism**. Nova York: M.E. Sharpe, 1989, p. 341-361.

MEYER, Michael. **1989: O Ano que Mudou o Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a Transformação da China**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

MILARÉ, Luís Felipe; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a Industrialização Chinesa. **Revista Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, 2012, p. 359-378.

MISRA, Kalpana. **From Post-Maoism to Post-Marxism: The Erosion of Official Ideology in Deng's China**. Nova York; Londres: Routledge, 1998.

MO Yan. **Grandes Pechos, Amplias Caderas**. Madri: Kailas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Las Baladas del Ajo**. Madri: Kailas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rana**. Madri: Kailas, 2011.

MOHANTY, Deba. The Chinese Security Dilemma in the 1950s and 1960s: Story of the Third Front. **Strategic Analysis**, n. 21, 1998, p. 1443-1454.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NABUCO, Paula Cristina. **O Sonho do Quarto Vermelho: Revolução e Reformas na China Contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sob o Mandato do Céu: o Processo de Modernização da China**. Tese (Doutorado em Economia), Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

NABUCO, Paula; BARRETO, Eduardo. China Town: o Grande Salto para o Oriente e seus Desdobramentos Ambientais. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia, 21 a 24 de junho de 2011.

NAUGHTON, Barry. China's Experience with Guidance Planning. **Journal of Comparative Economics**, n. 14, 1990, p. 743-767.

\_\_\_\_\_. Deng Xiaoping: The Economist. **The China Quarterly**, n. 135, 1993, p. 491-514.

\_\_\_\_\_. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Cambridge: MIT Press, 2007.

\_\_\_\_\_. The Third Front: Defense Industrialization in the Chinese Interior. **The China Quarterly**, n. 115, p. 351-386, 1988.

NISBET, Robert. **História da Idéia de Progresso**. Brasília: Editora da UnB, 1985.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A Revolução Chinesa Passada no Calidoscópio**. 2011, p. 1-15. Disponível em: <[unicamp.br/ceav/content/pdf/Amaury\\_Porto\\_de\\_Oliveira-A\\_Revolucao\\_chinesa\\_Passada\\_no\\_Calidoscopio.pdf](http://unicamp.br/ceav/content/pdf/Amaury_Porto_de_Oliveira-A_Revolucao_chinesa_Passada_no_Calidoscopio.pdf)>. Acesso em 15 jul 2013.

\_\_\_\_\_. Governando a China: a Quarta Geração de Dirigentes Assume o Controle da Modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, 2003, p. 138-160.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.** Disponível em: <[unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)>. Acesso em: 19 fev 2014.

OURIQUES, Helton; ANDRADE, Ricardo. A Mobilidade do Trabalho na China: o Sistema de Registro Hukou. **Pesquisa & Debate**, v. 36, p. 233-257, 2009.

PAGOTTO, Claudete. Apontamentos Acerca das Principais Formas de Cooperação na China entre 1950 e 1966. **Novos Rumos**, n. 46, 2006, p. 68-80.

PARTIDO COMUNISTA DA CHINA (PCCh). Communiqué of the Third Plenary Session of the 11th Central Committee of the Communist Party of China. **Peking Review**, v. 21, n. 52, 1978, p. 6-16.

\_\_\_\_\_. **Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Reform of the Economic Structure**. Beijing: Peoples's Publishing House, 1984.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Partido Comunista da China**: Texto com as Emendas do Décimo Oitavo Congresso Nacional do Partido, 14 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/congress/229722.htm#1>>. Acesso em: 21 jan 2013.

PEET, Richard. HARTWICK, Elaine. **Theories of Development**: Contentions, Arguments, Alternatives. 2nd ed. Nova York: Guilford Press, 2009.

PETERSON, Glen. **The Power of Words**: Literacy and Revolution in South China, 1949-95. Toronto: UBC Press, 1997.

PEYREFITTE, Alain. **O Império Imóvel**. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1997.

PICOWICZ, Paul G. Zheng Junli, Complicity and the Cultural History of Socialist China, 1949-1976. In: STRAUSS, Julia (ed.). **The History of the PRC (1949-1976)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 194-215.

PINTO, Paulo. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Enigma Chinês**: Capitalismo ou Socialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

POMERANZ, Kenneth. **A Grande Divergência**: a China, a Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna. Lisboa: Edições 70, 2013.

PYE, Lucian. Reassessing the Cultural Revolution. **The China Quarterly**, n. 108, 1986, p. 597-612.

QIAN Chengdan. Constructing a New Disciplinary Framework of Modern World History around the Theme of Modernization. **Chinese Studies in History**, v. 42, n. 3, 2009, p. 7-24.

REILLY, Thomas. **The Taiping Heavenly Kingdom**: Rebellion and the Blasphemy of Empire. Seattle: University of Washington Press, 2004.

RHOADS, Edward. **Manchus and Han**: Ethnic Relations and Political Power in Late Qing and Early Republican China, 1861–1928. Washington: University of Washington Press, 2011.

RISKIN, Carl. **China's Political Economy**: The Quest for Development Since 1949: Nova York; Oxford: Oxford University Press, 1987.

RIST, Gilbert. **Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.

RIVERO, Oswaldo. **O Mito do Desenvolvimento**: os Países Inviáveis no Século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

ROBERGE, Michal. LEE, Youkyung. **China-Taiwan Relations**. 2009. Disponível em:<<http://www.cfr.org/china/china-taiwan-relations/p9223>>. Acesso em 21 out 2013.

ROBINSON, Joan. The Cultural Revolution in China. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs), v. 44, n. 2, 1968, p. 214-227.

**ROMPENDO** com Velhas Ideias. Direção: Li Wenhua. Beijing Film Studio, 1975. 1 VHS (110 min), Colorido, Título Original: Jue lie.

ROPP, Paul S. (org.). **Heritage of China**: Contemporary Perspectives on Chinese Civilization. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1990.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Posmodernidad, Posmodernismo y Socialismo. **Revista Trabajo y Capital**, n. 3, 1992, p. 79-94.

SCHECHNER, Richard. A Rua é o Palco. In: LIGIÉRO, Zeca. (Org.). **Performance e Antropologia de Richard Schechner**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 185-198.

SCHNEIDER, Laurence. Science, Technology and China's Four Modernizations. **Technology in Society**, v. 3, 1981, p. 291-303.

SCHRAM, Stuart. Economics in Command? Ideology and Policy since the Third Plenum, 1978-84. **The China Quarterly**, n. 99, 1984, p. 417-461.

\_\_\_\_\_. Mao Tsé-tung. In: BOTTOMORE, Tom; GUIMARÃES, Antonio Moreira (eds.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 231-233.

\_\_\_\_\_. **Mao Tsé-tung Sem Artíficos**: o Homem que Alterou o Rumo da História. Damaia: Edições Acrópole, 1974.

SEGRILLO, Angelo. **Herdeiros de Lênin**: a História dos Partidos Comunistas na Rússia Pós-Soviética. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

SELMI, Paolo. **Il Substrato Confuciano e Tradizionale del "Marxismo" di Mao Zedong**. Tese (Doutorado em Religião, Filosofia e Teorias da Salvação). Università degli Studi di Napoli L'Orientale. Nápoles, 2011.

SHAMBAUGH, David. Deng Xiaoping: The Politician. **The China Quarterly**, n. 135, 1993, p. 457-490.

\_\_\_\_\_. The Fourth and the Fifth Plenary Sessions of the 13th CCP Central Committee, **The China Quarterly**, n. 120, 1989, p. 852-862.

SHAWKI, Ahmed. China: Deng's Legacy. **International Socialist Review**, n. 2, 1997.

SHENGGEN Fan; LINXIU Zhang; XIAOBO Zhang. Reforms, Investment, and Poverty in Rural China. **Economic Development and Cultural Change**, 2004, p. 395-421.

SHERINGHAM, Michael. Popularisation Policies in Chinese Education from the 1950s to the 1970s. **Comparative Education**, v. 20, n. 1, 1984, p. 73-80.

SHLAPENTOKH, Dmitry. Post-Mao China: An Alternative to 'The End of History'? **Communist and Post-Communist Studies**, n. 35, 2002, p. 237-268.

SHU Chang-Sheng. Do Grande Salto Para Frente à Grande Fome: China de 1958-1962. **Diálogos**, v. 8, n. 1, 2004, p. 107-129.

SIMON, Denis; GOLDMAN, Merle (eds.). **Science and Technology in Post-Mao China**. Cambridge: Harvard University Asia Center, 1989.

SNOW, Edgar. **China**: La Larga Revolución. Madri: Alianza Editorial, 1974.

\_\_\_\_\_. **Red Star Over China**. Nova York: Grove Press, 1968.

SO, Alvin. Introduction: The Origins and Transformation of the Chinese Triangle. In: SO, Alvin; LIN Nan; POSTON, Dudley (eds.). **The Chinese Triangle of Mainland China, Taiwan, and Hong Kong**: Comparative Institutional Analyses. Westport: Greenwood Publishing Group, 2001, p. 1-20.

SPENCE, Jonathan. **Em Busca da China Moderna**: Quatro Séculos de História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STEWART, Whitney. **Deng Xiaoping**: Leader in a Changing China. Minneapolis: Twenty-First Century Books, 2001.

TANG Tsou. The Historic Change in Direction and Continuity with the Past. **The China Quarterly**, n. 98, 1984, p. 320-347.

THERBORN, Göran. **Science, Class and Society**. Londres: Tryck RevoPress, 1976.

THOMPSON, Mark. **Authoritarian Modernism in East Asia**. Nova York: Palgrave Pivot, 2019.

TIEDAO Zhang. Literacy Education in China. **Education for All Global Monitoring Report 2006**, 2006, p. 1-14.

TIPPS, Dean. Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective. **Comparative Studies in Society and History**, v. 15, n. 2, 1973, p. 199-226.

TISDELL, Clem. Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years. **Economic Analysis and Policy**, v. 39, n. 2, 2009, p. 271-294.

TONG Shijun. **The Dialectics of Modernization**: Habermas and The Chinese Discourse of Modernization. Sydney: Wild Peony, 2000.

TOYNBEE, Arnold. **A Study of History**. Londres: Oxford University Press, 1935-1961.

TREBAT, Nicholas; MEDEIROS, Carlos. Military Modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation. Texto encaminhado ao **1st World Keynes Conference, Izmir (Turquia)**, 26 a 29 de junho de 2013.

TUCKER, Nancy. China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire. **Political Science Quarterly**, v. 110, n. 4, 1996, p. 501-518.

VOGEL, Ezra. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge; Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

WALDER, Andrew; LITAO Zhao. Political Office and Household Wealth: Rural China in the Deng Era. **The China Quarterly**, v. 186, 2006, p. 357-376.

WANG Hui. **China's New Order: Society, Politics, and Economy in Transition**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. **The End of the Revolution: China and the Limits of Modernity**. Londres: Verso Book, 2009.

\_\_\_\_\_. **Xiandai Zhongguo Sixiang De Xingqi**. 4 vols. Beijing: Sanlian Shudian, 2004.

WANG Jing. **High Culture Fever: Politics, Aesthetics, and Ideology in Deng's China**. Berkely; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1996.

WANG Nianyi. A Tentative Discussion of the Origins of the Cultural Revolution. **Dangshi Yanjiu**, n.1, 1982, p. 24-31.

WANG Xudong; LI Junxiang. Modernization and the Study of Modern Chinese History. **Chinese Studies in History**, v. 43, n. 1, 2009, p. 46-60.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**, volume 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max; GERTH, Hans H. (Org.); MILLS, C. Wright (Org.). **From Max Weber: Essays in Sociology**. Nova York: Oxford University Press, 1946.

WEI-WEI Zhang. **Ideology and Economic Reform under Deng Xiaoping (1978-1993)**. Nova York: Routledge, 2010.

WEI, George. Mao's Legacy Revisited: Its Lasting Impact on China and Post-Mao Era Reform. **Asian Politics & Policy**, v. 3, n. 1, 2011, p. 3-27.

WEI Jingsheng. **The Fifth Modernization**. Texto do cartaz afixado em Beijing no dia 5 de dezembro de 1978. Disponível em: <[rjgeib.com/thoughts/china/jingshen.html](http://rjgeib.com/thoughts/china/jingshen.html)>. Acesso em: 06 fev 2014.

WEISS, Jessica Chen. **Powerful Patriots: Nationalism, Diplomacy, and the Strategic Logic of Anti-foreign Protest**. Dissertação (Doutorado em Ciência Política). Universidade da Califórnia, San Diego, 2008.

WEN Tiejun. Centenary Reflections on the "Three Dimensional Problem" of Rural China. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 2, n. 2, 2001, p. 287-295.

\_\_\_\_\_. Deconstructing Modernization. **Chinese Sociology and Anthropology**, v. 39, n. 4, 2007, p. 10-25.

WEN Tiejun *et al.* **Country Reports: Historical Review and Case Studies** (Anais do Congresso E-7 Critical Policy Studies), Beijing, 11 de julho de 2011.

WHEELER, Norton. Modernization Discourse with Chinese Characteristics. **East Asia**, v. 22, n. 3, 2005, p. 3-24.

WHITING, Allen Sues. **China Crosses the Yalu: The Decision to Enter the Korean War**. Stanford: Stanford University Press, 1968.

WONG, Kam. **Police Reform in China**. Boca Raton: CRC Press, 2012.

WOOD, Ellen M. Modernity, Postmodernity or Capitalism? **Review of International Political Economy**, v. 4, n. 3, 1997, p. 539-560.

WU Chung-Tong; IP, David F. Forsaking the Iron Rice Bowl: Employment and Wages in China's Special Economic Zones. **The Asian Journal of Public Administration**, v. 7, n. 2, 1985, p. 216-242.

WU Yanrui. Productivity Growth, Technological Progress, and Technical Efficiency Change in China: A Three-Sector Analysis. **Journal of Comparative Economics**, v. 21, 1995, p. 207-229.

XIANG Xiang *et al.* World History Studies in Twentieth-century China. **Chinese Studies in History**, v. 42, n. 3, 2009, p. 57-96.

XIAOSHUO Hou. **Community Capitalism in China: The State, the Market and Collectivism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

XIN Meng. **Labour Market Reform in China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

XINRAN. **As Boas Mulheres da China**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mensagem de Uma Mãe Chinesa Desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

YAHUDA, Michael. Deng Xiaoping: The Statesman. **The China Quarterly**, n. 135, 1993, p. 551-572.

YAN Xueting. **Analysis of China's National Interests**. Tianjin: Tianjin People Press, 1996.

YANG, Benjamin. The Making of a Pragmatic Communist: The Early Life of Deng Xiaoping, 1904-49. **The China Quarterly**, n. 135, 1993, p. 444-456.

YANG Jisheng. **Tombstone: The Untold Story of Mao's Great Famine**. Londres: Allen Lane, 2012.

YANG Zhong. **Local Government and Politics in China: Challenges from Below**. Nova York; Londres: M.E. Sharpe, 2003.

YENLIN Chung. The Witch Hunting Vanguard: The Central Secretariat's Roles and Activities in the Anti-Rightist Campaign. **The China Quarterly**, v. 206, 2011, p. 391-411.

YINGYI Qian. Urban and Rural Household Saving in China. **IMF Staff Papers**, 1988, v. 35, n. 4, p. 592-627.

YONGQIANG Li. An Overview of Township and Village Enterprises in China During 1949-2009. In: **2nd International Conference on Corporate Governance** (Anais), Sydney, 7 de fevereiro de 2010, p. 240-261.

YU-SHAN Wu. **Comparative Economic Transformations: Mainland China, Hungary, the Soviet Union, and Taiwan**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

YUNXIANG Yan. The Impact of Rural Reform on Economic and Social Stratification in a Chinese Village. **The Australian Journal of Chinese Affairs**, n. 27, 1992, p. 1-23.

ZHANG Liang; NATHAN, Andrew; LINK, Perry (eds). **The Tiananmen Papers**. Nova York: Public Affairs, 2002.

ZHANG Yuyan. Economic System Reform in China. **Working Papers** (World Institute for Development Economics Research of the United Nations University), 1989, p. 1-68.

ZHAO Suisheng. Pragmatismo e Palavras de Ordem: o Nacionalismo: um Perigo para a Expansão Pacífica da China? **Cadernos Adenauer**, v. 7, n. 1, 2006, p. 33-42.

ZHAO Xiaowei. Threat of a New Arms Race Dominates Asian Geopolitics. **Global Affairs**, v. 7, n. 3, 1992, p. 29-40.

ZHAO Ziyang. **Prisoner of the State: The Secret Journal of Premier Zhao Ziyang**. Nova York: Simon and Schuster, 2009.

ZHENG Jinghai; LIU Xiakuan; BIGSTEN, Arne. Efficiency, Technical Progress, and Best Practice in Chinese State Enterprises (1980-1994). **Working Papers in Economics**, n. 30, 2000, p. 1-28.

ZHENG Yongnian. **Discovering Chinese Nationalism in China**: Modernization, Identity, and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZHUN Xu. The Chinese Agriculture Miracle Revisited. **Economic & Political Weekly** v. 47, n. 14, 2012, p. 51-58.

\_\_\_\_\_. The Political Economy of Decollectivization in China. **Monthly Review**, v. 65, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2013/05/01/the-political-economy-of-decollectivization-in-china>>. Acesso em: 30 jul 2013.

ZUBOK, Vladislav. Deng Xiaoping and the Sino-Soviet Split, 1956-63. In: Woodrow Wilson International Center for Scholars (Org.). **Cold War International History Project Bulletin**, n. 10. 1998, p. 152-162.

ŽIŽEK, Slavoj. A Utopia Liberal. In: **Margem Esquerda**, n. 12, São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Democracia corrompida. **Cult** [online], 30 de março de 2010. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-corrompida/>>. Acesso em: 30 jul 2013.